

PENSAMENTO AMBIENTALISTA NUMA SOCIEDADE EM CRISE

Carlos Frederico Loureiro
Celso Sánchez
Inny Bello Accioly
Rafael Nogueira Costa
Organizadores



UFRJ



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Carlos Antônio Levi da Conceição – Reitor

Prof. Antônio José Ledo Alves da Cunha – Vice-Reitor



**Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento
Socioambiental de Macaé**

Prof. Rodrigo Nunes da Fonseca – Diretor

Prof. Francisco de Assis Esteves – Vice-Diretor

Conselho Editorial

Presidente

Prof. Francisco de Assis Esteves

Conselho Científico (NUPEM/UFRJ)

Francisco de Assis Esteves

Maurício Mussi Molisani

Rodrigo Lemes Martins

Rodrigo Nunes da Fonseca

Conselho Científico (externo)

Angélica Cosenza Rodrigues (UFJF)

Camila Daniel (UFRRJ)

Fátima Teresa Braga Branquinho (UERJ)

Laísa Maria Freire Santos (UFRJ)

Editoração eletrônica

Reinaldo Cezar Lima

Editoração de capa

Emanuel Victor Nogueira Gotardo

NUPEM/UFRJ

Av. São José do Barreto, 764.

São José do Barreto, Macaé, RJ. CEP 27965-045.

<http://www.macaee.ufrj.br/nupem/>

Carlos Frederico Loureiro
Celso Sánchez
Inny Bello Accioly
Rafael Nogueira Costa
Organizadores

**PENSAMENTO AMBIENTALISTA
NUMA SOCIEDADE EM CRISE**



NUPEM/UFRJ
Macaé
2015

Direitos Autorais e Cópias

Este livro tem distribuição gratuita e está disponível em site para download de livre acesso, sem custos (<http://www.macaeeufrj.br/nupem/>).

LICENÇA CREATIVE COMMONS

<http://creativecommons.org.br/as-licencas/>

<http://creativecommons.org/choose/>

Capa:

Aline Brant (Quem vai regar?)

Copyright © NUPEM/UFRJ

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei no 9.610/98.

FICHA CATALOGRÁFICA

Pensamento Ambientalista numa sociedade em crise / Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Celso Sánchez Pereira, Inny Bello Accioly, Rafael Nogueira Costa (org.). - Macaé: NUPEM/UFRJ, 2015.
2,38 mb.

Bibliografia:

ISBN: 978-85-62245-11-4

1. Educação Ambiental. 2. Ambientalismo. 3. Ecologia Política. 4. Desigualdades. I. LOUREIRO, Frederico Bernardo. II. PEREIRA, Celso Sánchez. III. ACCIOLY, Inny Bello. IV. COSTA, Rafael Nogueira.

Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé
Universidade Federal do Rio de Janeiro.
NUPEM/UFRJ

Bibliotecária responsável: Ana Lúcia da Cunha Dias Pellegrino

AUTORES

Agripa Faria Alexandre

Doutor em Ciências Humanas (UFSC, 2003). Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO). agripa.alexandre@gmail.com

Amanda Gabriella da Silva

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe e ex-aluna bolsista do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). amandagabs@yahoo.com.br

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva

Graduada em Ciências Sociais (UNESP-Araraquara), com Mestrado em Sociologia (UNICAMP), Pós-Graduação em Direitos Humanos (Universidade de Coimbra – Portugal). Atualmente é doutoranda em Ciências Sociais (UNICAMP). anaguerra@hotmail.com

Carla Alessandra da Silva Nunes

Profª. Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe; Mestre em Educação. Integra a equipe do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras-PEAC, executado pela Universidade Federal de Sergipe através de convênio firmado entre UFS/DSS/FAPESE/PETROBRAS. carlesandra@ig.com.br

Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Doutor em Serviço Social/UFRJ. Pesquisador do CNPq. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/UFRJ; e Professor do Programa de Educação Ambiental/FURG. Líder do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). floureiro@openlink.com.br

Celso Sánchez

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UNIRIO). Coordenador do Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde El Sur (GEASUR/UNIRIO). celsosanchez@unirio.br

César Augusto Soares da Costa

Sociólogo e Doutor em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ) e Bolsista do CNPq. Tem como suas linhas de pesquisa: Educação Ambiental, Interdisciplinaridade e Dialética materialista; Pensamento latino-americano e a questão ambiental. Organizador da obra: *A Questão Ambiental: interfaces críticas* (2013) em co-autoria com Carlos Frederico Loureiro. csc193@hotmail.com

Claudia Miranda

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002-2006). É professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UniRio e coordena o projeto de pesquisa “Intercâmbio Colômbia - Brasil: experimentos afrolatinos e diálogos interculturais na produção do conhecimento refletida nas políticas curriculares”. É editora da Revista Interinstitucional Artes de Educar (UNIRIO/UFRRJ/UERJ). Foi consultora da Fundação Cultural Palmares/MinC (2007-2010) no Projeto de Cooperação com os países da América Latina intitulado “Processo de mapeamento das dimensões da cultura”. Suas pesquisas incluem temas tais como Crítica Pós-colonial, Relações Raciais, Narrativas subalternas e Interculturalidade. miranda1112@globocom

Giuliana Franco Leal

Professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no campus de Macaé, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 1999), é mestre e doutora em Sociologia pela mesma universidade (2002 e 2008, respectivamente) e fez pós-doutorado em Ciências Sociais na Educação, na Unicamp (2011). Tem artigos e livro publicado sobre desigualdades sociais, injustiça ambiental e movimentos sociais no Brasil contemporâneo. giuliana-francoleal@yahoo.com.br

Inny Accioly

Mestre em Educação e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Especialista em Educação Ambiental (PUC-Rio). Pesquisadora do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ) e do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX/UFRJ). Professora dos cursos de Pós Graduação Lato Sensu em Educação Ambiental da Universidade Veiga de Almeida e Universidade Católica de Petrópolis. innyaccioly@gmail.com

Leonardo Kaplan

Professor substituto da Faculdade de Educação da UFRJ e professor de Ciências da rede municipal do Rio de Janeiro. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Mestre em Educação, bacharel e licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS-UFRJ). leonardokaplan@gmail.com

Maria Naislaine de Jesus Santos

Estudante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e estagiária bolsista do PEAC. naislane@yahoo.com.br

Nicolas Stahelin

Mestre em Educação e Doutorando do Programa de Educação Internacional e Comparativa - *Teachers College*, Universidade da Columbia (Nova York); diretor do curso de preparação docente *Peace Corps Fellows Program*, Universidade da Columbia. nicolas.stahelin@gmail.com

Rafael Nogueira Costa

Biólogo (UFRJ), Mestre em Engenharia Ambiental (IF Fluminense) e Doutorando em Meio Ambiente (UERJ). Professor do Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). rcosta@macae.ufrj.br

Rodrigo Lamosa

Professor do Departamento Educação e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Educação pelo PPGE/UFRJ. Membro dos grupos de pesquisa Laboratório de Investigação Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS) e Grupo Trabalho, Política e Sociedade (GTPS). rodrigo1281@yahoo.com.br

Santiago Arboleda Quiñonez

Doctor en Estudios Culturales Latinoamericanos. Profesor de la Universidad Andina Simón Bolívar. Ecuador. Área de Letras, programa de doctorado em Estudios Culturales Latinoamericanos. puromangle@yahoo.es

Ticiane Pereira dos Santos

Ticiane Pereira dos Santos. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe; Mestranda em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e assistente social do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). ticianeservicosocial@gmail.com

Vanessa de Souza Hacon

Possui graduação em Comunicação Social (bacharelado em Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2005). Especialização em Ciências Ambientais, pelo NADC - UFRJ (2008). Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, pelo Programa Eicos - UFRJ, sobre a temática dos conflitos ambientais em áreas protegidas. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA, da UFRRJ. vanessaacson@gmail.com

Prefácio

Inicio este prefácio agradecendo por ter tido a possibilidade de uma leitura tão rica de conteúdos, de posturas políticas consolidadas e concepções críticas da questão ambiental, justo no momento em que, de passagem pela Bolívia, pude vivenciar, pela influência ainda fortemente presente da cultura milenar dos povos andinos, as reverências e comemorações a Pachamama, “La Madre Tierra”. Porém, manifestações essas aparentemente insuficientes diante do aquecimento global, que me colocou como cenário uma Cordilheira dos Andes, antes repleta de neve, hoje já com uma insuficiência que representa problemas concretos de acesso à água para os nossos irmãos bolivianos. Portanto, um contexto que me convidou, e assim os convido, a uma profunda reflexão.

Questão ambiental que se coloca hoje premente nas pautas das relações internacionais e clamando pela emergência de um enfrentamento radical (no sentido de ir à raiz do problema) por todos os povos, já que a situação atual é de uma grave crise que coloca em xeque as condições ambientais de manutenção da vida planetária.

Não é um simples destrinchar dos problemas ambientais e suas consequências ecológicas que se busca refletir aqui nesta obra, mas sobre as causas que levaram a essa grave situação por todos nós compartilhada e a responsabilidade de um modo de organização social globalizado hoje em escala planetária. Uma sociedade que, em seu “progresso”, implantou um padrão relacional de dominação e exploração para consolidar um modo de produção e consumo, que tem de fato, como resultado histórico, a intensificação de uma situação de degradação socioambiental. Situação essa jamais experimentada nesta dimensão, em toda a curta presença da humanidade sobre a superfície do planeta. Organização societária de um modelo de desenvolvimento do sistema político e econômico capitalista que, em seu processo de globalização, de forma intervencionista e exploratória sobre a natureza e outras culturas, tem levado a profundos, e cada vez mais rápidos, processos de deterioração cultural, social e ecológica. Modelo de desenvolvimento que em sua racionalidade instrumental tem

uma competente capacidade de geração de riquezas, porém, concentradas na mão de poucos e que, reciprocamente, mantêm excluída deste “desenvolvimento” grande parcela da população planetária, de seres humanos e outros seres, em situação de degradação da vida em suas dimensões ecológica e socioambiental.

O estado de degradação da biosfera é tamanho que hoje ameaça inclusive os interesses dominantes dos segmentos beneficiados desse modo de organização social. Um modelo de desenvolvimento que demonstra sua falência por todos os lados, desde a perspectiva ética, passando pelo rastro de degradação, até mesmo em sua capacidade de reprodução material; é, portanto, um modelo de desenvolvimento insustentável. Temos que pensar e fazer de outra forma como indivíduo e sociedade; uma forma que supere (ir além) a dominação dos interesses particulares (individuais, classes sociais, nações) sobre o bem comum nos interesses coletivos (públicos, planetários). Um novo modo de organização social e seu modo de produzir e consumir, em que a capacidade de suporte do planeta em sua dinâmica de equilíbrio ambiental seja central e estruturante e, portanto, priorizada na construção de novas relações dialógicas de equilíbrio entre seres humanos, sociedade e natureza. Uma nova organização societária que surge da ruptura com a verticalidade das relações hegemônicas de dominação e exploração em todas as dimensões e que construa, de fato, pela emergência de forças no embate contra hegemônico construtor de novas relações, as condições da sustentabilidade socioambiental.

Portanto, partindo do pressuposto que estamos diante de uma crise civilizatória, fazem-se urgentes todos os esforços para refletir criticamente sobre este estado de coisas. Manifestações populares mundo afora já demonstram seu descontentamento. Novas experiências de modos de vida baseadas em outros moldes de relações humanas e econômicas emergem, mesmo que silenciadas pelo modo hegemônico. Resistências de outros modos civilizatórios ancestrais/indígenas, que sinalizam outros modos possíveis de vida de relações integradas.

A construção de outra racionalidade em uma transição paradigmática parte também de refletirmos sobre as razões profundas dessa crise; os embates de ideias, o enfrentamento nas relações de poder que engen-

dram a constituição da realidade socioambiental que temos hoje no Brasil e no mundo. Parte-se de que a concepção hegemônica, que prioriza o interesse particular frente ao interesse comum/público e os paradigmas que os afirmam, precisa ser superada. A formação de uma nova racionalidade ambiental passa por processos formativos em que o desvelar desta realidade, suas contradições, conflitos, injustiças, seja o alimento de uma nova prática, como uma práxis de uma perspectiva crítica de Educação Ambiental.

Os organizadores desta obra, Celso Sanchez, companheiro de longa data, um Educador Ambiental comprometido com a militância dos movimentos na construção de novas relações sustentáveis e da identidade latino-americana a partir de sua ancestralidade, assim como com a formação acadêmica para a área; Inny Accioly, que traz o importante olhar da arte-educação juntamente com a dimensão política de percepção da realidade; Rafael Costa, acadêmico e produtor de um cinema ambiental engajado, sensível, desvelador das mazelas socioambientais; Frederico Loureiro, amigo que dispensa apresentações, hoje uma grande referência para pensarmos uma Educação Ambiental crítica, assim como os demais autores convidados, militantes das concepções críticas do campo ambiental, todos trazem significativas reflexões que contribuem grandemente neste desvelar e desnudar de situações concretas que se apresentam nos tempos atuais. Obra que, na militância de seus autores, se situa no embate e contribui valorosamente para o fortalecimento do movimento contra-hegemônico na contemporaneidade.

Portanto, são textos que nos contextualizam o ambientalismo, as concepções e embates que constituem o campo em seu processo histórico, nos situando no Brasil entre marcos da Rio 92 a Rio+20, assim como também vem se consolidando a cultura política nesta conjuntura. Importantes reflexões para localizarmos no presente os limites e possibilidades do movimento ambientalista no Brasil.

Como também enriquecem intensamente as reflexões no campo da Educação Ambiental os capítulos que nos trazem a contribuição dos referenciais da Ecologia Política para a análise da proposta de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável, vindas do Norte; como também o capítulo que traz a visão de uma Etnoeducação Ambiental e

a valorização de uma interculturalidade, na resistência de comunidades afro-colombianas com seus conhecimentos ancestrais, para a construção de uma epistemologia ambiental.

Outros capítulos trazem estas análises aplicadas a conjunturas que demonstram as tensões, conflitos, contradições presentes no movimento de denúncia crítica e anúncio de um novo horizonte em construção. A preocupação com as propostas e suas conotações ideológicas que vêm surgindo com o enfrentamento desta crise, como, por exemplo, no pagamento por serviços ambientais; as concepções neoliberalizantes embutidas em propostas como esta; a repercussão depredatória disto junto a populações tradicionais e indígenas que foram colocadas no centro destas negociações. Da mesma forma, a análise crítica dos projetos privatistas da escola pública que escamoteiam a tensão entre o público e o privado em propostas cada vez mais presentes de educação ambiental nas escolas brasileiras. E, arrematando estas análises de conjuntura da dinâmica político-ambiental no Brasil, um olhar para o Congresso brasileiro no momento histórico que são promovidas alterações na legislação ambiental brasileira, de como a cooptação do discurso ecológico traz, nos movimentos de manutenção da hegemonia, um antiecológismo, que procura manter como “um mal necessário” os interesses dominantes. Propostas estas e realidades constituídas que apontam claramente para perspectivas de enfrentamento da crise socioambiental pela “compensação ao invés da mudança de paradigmas ou da revisão estrutural do sistema”.

Certo da importância que obras como o *Pensamento ambientalista numa sociedade em crise*, que nos mobilizam a uma profunda reflexão, têm neste momento de grave crise, termino esta apresentação convocando a todos a buscarem nestas páginas inspirações para, juntos, superarmos os riscos impostos pela crise e trilharmos as oportunidades de novos caminhos: a construção de um mundo melhor, mais justo, de novas relações solidárias e de equilíbrio entre indivíduos, sociedade e natureza – o horizonte da sustentabilidade socioambiental.

Mauro Guimarães

Professor do Instituto Multidisciplinar
UFRRJ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Francisco de Assis Esteves / 15

CAPÍTULO 1

REFLEXÕES ACERCA DO AMBIENTALISMO:
AS CONFERÊNCIAS OFICIAIS DA ONU NO BRASIL

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva / 19

CAPÍTULO 2

AMBIENTALISMO NO BRASIL:
MEMÓRIA E CULTURA POLÍTICA

Agripa Faria Alexandre / 37

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES À LUZ
DE ENRIQUE DUSSEL E PAULO FREIRE

César Augusto Soares da Costa e Carlos Frederico Bernardo Loureiro / 55

CAPÍTULO 4

TENSÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
ANÁLISE CRÍTICA DOS PROJETOS PRIVATISTAS NAS
ESCOLAS PÚBLICAS

Rodrigo Lamosa e Leonardo Kaplan / 77

CAPÍTULO 5

O ANTIECOLOGISMO NECESSÁRIO

Inny Accioly e Celso Sánchez / 111

CAPÍTULO 6

O TRABALHO ENQUANTO MEDIAÇÃO NECESSÁRIA AOS
PROCESSOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES
PESCADORAS EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*Amanda Gabriella da Silva, Carla Alessandra da Silva Nunes,
Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Maria Naislaine de Jesus Santos e
Ticiane Pereira dos Santos / 137*

CAPÍTULO 7

A NOVA TENDÊNCIA DOS PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, A EMERGÊNCIA DO REDD+ E OS POVOS INDÍGENAS

Vanessa Hacon / 157

CAPÍTULO 8

ETNOEDUCACIÓN AMBIENTAL EN EL PACIFICO SUR COLOMBIANO POLITICA DE VIDA EN CONTEXTOS DE MUERTE

Santiago Arboleda Quiñonez / 183

CAPÍTULO 9

ECOLOGIA POLÍTICA E EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: VISÃO CRÍTICA DO NORTE

Nicolas Stahelin / 209

CAPÍTULO 10

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS CONFLUÊNCIAS NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS: DOS QUILOMBOS ÀS FAVELAS

Claudia Miranda / 225

CAPÍTULO 11

ÁGUAS MARAVILHOSAS (MACAÉ, RJ): DO RIO AO LIXÃO NA MEMÓRIA DE UMA CATADORA DE LIXO

Rafael Nogueira Costa, Giuliana Franco Leal e Celso Sánchez Pereira / 249

Apresentação

Desde os tempos dos filósofos gregos, o homem cunhou uma forte visão antropocêntrica sobre a natureza, segundo a qual ela nada mais seria do que um objeto a ser explorado. A partir deste entendimento se desenvolveu a chamada visão utilitarista do homem sobre a natureza. Ao chegarmos ao final da Idade Média e especialmente ao alcançarmos a Revolução Científica, no século XVI, contribuições de pensadores como René Descartes se prestaram ainda mais para o aprofundamento da visão utilitarista da sociedade moderna sobre a natureza.

Já no século XIX, com a chegada da Revolução Industrial e com a criação das universidades no sentido moderno, ou seja, de gerar conhecimentos para serem fontes de tecnologias, se inicia uma nova fase na relação homem com a natureza. Esta nova fase é caracterizada pela geração pesquisas nas universidades, que possibilitaram a geração de tecnologias que foram capazes de promover enormes danos à natureza. Em outras palavras, a natureza passou a ser explorada como se fosse um bem inesgotável, com mais rapidez e com o emprego de máquinas poderosas e, conseqüentemente, foram registradas taxas de degradação ambiental e perdas de biodiversidade jamais vistas na história da humanidade. Neste período, foi cunhada a frase: conhecer a natureza para dominá-la e explorá-la mais adequadamente. Este olhar utilitarista sobre a natureza teve no século XX a plenitude de sua inserção no consciente coletivo da sociedade.

No Brasil, a visão antropocêntrica alcançou sua plenitude a partir de 1950, quando foram criados vários institutos isolados e em universidades, com a missão de gerar tecnologias para a exploração da natureza de maneira totalmente não sustentável. Além destas instituições, vários ministérios, que alternam de nome a cada mudança de governo, tinham estruturas, com orçamento e força política capazes de promover obras de grande vulto, mas que, por outro lado, provocavam enormes impactos à natureza. A sociedade atual ainda paga enormes tributos financeiros e sociais em consequência daqueles impactos. Um bom exemplo era um

órgão ligado ao extinto Ministério do Interior, denominado Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). Este órgão governamental aterrou centenas de lagoas e retificou algumas centenas quilômetros de rios no Estado do Rio de Janeiro. Este órgão entendia que os meandros dos rios de grande importância para a sua produtividade pesqueira e na dinâmica da paisagem eram erros da natureza, por isto “necessitavam” ser retificados. Muitas das inundações e a escassez de água que dezenas de cidades fluminenses estão experimentando no presente são consequências diretas das intervenções equivocadas realizadas há décadas pelo DNOS e, portanto, com o pleno aval dos governos brasileiros.

No século XXI se impõe a mudança de paradigma que era até então dominante: conhecer a natureza para dominá-la, para o paradigma que pode contribuir para a construção de uma sociedade mais sustentável que é: conhecer a natureza para conservá-la e manejá-la racionalmente.

A comunidade acadêmica é um dos principais atores sociais que pode contribuir, de maneira significativa, para que este novo paradigma se torne realidade na sociedade. Ao contrário do que ocorreu no passado, onde a academia fornecia grande parte dos conhecimentos tecnológicos que promoviam alterações no equilíbrio ecológico, na atualidade a academia tem o papel de fornecer tecnologias que possibilitem a exploração racional dos recursos naturais e os conhecimentos indispensáveis para promover as mudanças de entendimento sobre o uso racional da natureza, como condição *sine qua non* para o desenvolvimento socioambiental e humano no mundo contemporâneo.

A obra *Pensamento Ambientalista numa sociedade em crise*, organizada pelos cientistas Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Celso Sánchez Pereira, Inny Bello Accioly e Rafael Nogueira Costa, representa um excelente exemplo de contribuição que vem fornecer importantes subsídios para a mudança de paradigma e, conseqüentemente, ajudar na construção de uma sociedade com mais equilíbrio social e preservação ambiental. Os onze capítulos que compõem esta obra foram escritos por cientistas que há anos vêm contribuindo para a construção e um pensar sobre a natureza no contexto de uma relação harmônica com o desenvolvimento da sociedade humana e, desta maneira, contribuindo para a

mudança de paradigma referente à necessidade imperiosa de uso racional dos recursos naturais.

O Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM/UFRJ) está honrado por publicar em sua Editora “on line” uma obra de tal magnitude científica e social.

Francisco de Assis Esteves
Professor Titular
NUPEM/UFRJ

Reflexões acerca do ambientalismo: as Conferências Oficiais da ONU no Brasil

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva¹

*“Natureza é uma força que
inunda como os desertos.”*

(Manoel de Barros)

Introdução

O pensamento ambientalista não é recente, remonta ao século XIII, quando uma visão romântica e arcadiana, idealizava a vida simples rural e criticava o utilitarismo da nova sociedade industrial que surgia. Sendo assim, podemos dizer que, um dos pontos mais característicos do pensamento ambientalista, segundo Herculano (1992), é a crítica à ciência moderna e ao ser humano que, via conhecimento, domina a natureza, pretendendo dela ser independente. É a partir da ciência moderna, fundada por Francis Bacon, Newton e Descartes, que a natureza passa a ser investigada, dominada e subjugada. Essa nova relação levou a uma profanação e dessacralização da natureza fazendo com que a ciên-

¹ Graduada em Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Araraquara, realizou mestrado em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Especialização em Direitos Humanos na Universidade de Coimbra – Portugal. Atualmente realiza Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Estágio de Pesquisa no Exterior no Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces – LADYSS – France, ambos com o financiamento da FAPESP. Contato: anaguerr@hotmail.com

cia moderna fosse percebida como *a cunha que cinde*, que separa a cultura humana da natureza. Como resposta a esse processo, o pensamento ambientalista do século XX, emerge imbuído de uma crítica e uma recusa ao mundo moderno e a sua ciência.

Apesar de um longo tempo de existência e de um longo caminho traçado, é a partir da década de 1970 que o ambientalismo ganha visibilidade no mundo ainda dividido pelo muro de Berlim. Em 1971, na cidade de Founex na Suíça acontece o primeiro encontro oficial para discutir os problemas ambientais numa perspectiva internacional. A partir desse momento a Organização das Nações Unidas incorpora à sua agenda questões referentes ao meio ambiente e dessa forma faz com que representantes políticos de países de todo o mundo passem a discutir, refletir e incorporar políticas que atendam a pressão exercida pelo movimento ambientalista. Entretanto, é importante registrar que o ambientalismo não surge e muito menos se desenvolve de forma homogênea, muitas questões até mesmo contraditórias faz com que existam vários caminhos de reflexão e de práticas políticas, além disso, num primeiro momento, como afirma Ferreira (2001), a preocupação com os problemas ambientais é circunscrita a alguns grupos muito específicos de pesquisadores e cidadãos.

Pautado num relatório elaborado por especialistas durante o Encontro de Founex, em 1971², realizou-se a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano ocorrida em Estocolmo, Suécia no ano de 1972. A Conferência de Estocolmo caracteriza-se como um marco histórico para o ambientalismo mundial, os pontos fundamentais da conferência foram a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a reflexão sobre a relação interna e circular entre meio ambiente e desenvolvimento econômico. Em 1979 e 1980, o PNUMA, contando com a colaboração das Comissões Regionais das

2 A Reunião de Founex (Suíça), foi realizada entre os dias 4 e 12 de junho de 1971 e deu origem a um relatório elaborado por especialistas em que identificam e exigem a integração entre estratégias ambientais e de desenvolvimento. O relatório observa que embora a preocupação com o meio ambiente surgiu a partir dos padrões de produção e consumo do mundo industrializado, muitos dos problemas ambientais no mundo são resultado do subdesenvolvimento e da pobreza. Esse reconhecimento foi um dos fatos de persuadir muitos países em desenvolvimento para participar da Conferência de Estocolmo de 1972.

Nações Unidas, realizou uma série de seminários em que se discutiu os estilos alternativos de desenvolvimento. Esses esforços se refletiram no Relatório Brundtland (1987)³, que conduziu à convocação da Conferência ocorrida no Brasil em 1992.

Ao disputar o direito de sediar a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente em 1992, o Brasil é incorporado ao cenário ambiental internacional. Mas, apesar de as medidas governamentais feitas por Fernando Collor para modificar a imagem do Brasil com relação as questões ambientais, ao fazer a demarcação das terras indígenas yanomamis. Diversas opiniões afirmam que foi o movimento ambientalista brasileiro responsável pela conquista do Brasil sediar a maior conferência sobre meio ambiente ocorrida até então. Dessa forma, concordamos com Ferreira quando afirma que

O ambientalismo surpreendeu a todos, ou a si mesmo, quando começou a esboçar intenções mais amplas de se constituir como um ator que ultrapassasse as classes médias para dialogar com outros segmentos da sociedade e quando ultrapassou também suas próprias idéias estabelecidas inicialmente, na posição genérica a uma sociedade predatória e imediatista, para esboçar algo que parecia constituir-se como novo projeto de sociedade (FERREIRA, 2001).

O progresso da consciência pública a respeito dos problemas ambientais tem a forma de uma curva crescente com curtos períodos de estagnação que são seguidos por novos períodos de crescimento. Assim, o ambientalismo surgido como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente transformou-se num intenso movimento multissetorial; esse processo de desenvolvimento do ambientalismo como movimento histórico transnacional impactou pro-

3 Durante cinco anos, entre 1983 e 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente (CNMA), composta por 21 países-membros da ONU e presidida pela Dra. Gro Harlem Brundtland (Primeira Ministra da Noruega), pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica do planeta. Em 1987 a CNMAD produziu seu Relatório, que ficou conhecido como Relatório Brundtland, que serviu de fundamentação para a elaboração de propostas políticas para os debates na Rio 92 e internalizou à discussão dois conceitos: “desenvolvimento sustentável” e “nova ordem econômica internacional”.

fundamente as clivagens do sistema mundial no início da década de 1990 (VIOLA, 1996).

Todo este processo ocorre num momento em que o planeta se tornou o território da humanidade no sentido de que à medida que a globalização de desenvolve, que o mercado se mundializa, expande-se a fábrica global, o globo terrestre revela-se o nicho ecológico do mundo.

O ambientalismo na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro – 1992

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento teve lugar no Brasil, aconteceu no Rio de Janeiro em junho de 1992, foi considerada a mais importante reunião ocorrida até então na década de 1990 no campo do ambientalismo. Tal importância pode ser confirmada pela capacidade em reunir mais de cem representantes de estado, além de representantes da sociedade civil para discutir os problemas ambientais.

Ao lado dos preparativos oficiais para o que pretendia ser o maior evento mundial do meio ambiente e desenvolvimento no século XX, a sociedade civil organizou-se através do Fórum das ONGs para participar da Conferência Oficial com o objetivo de influenciar na discussão e nas decisões da conferência, principalmente na definição da agenda e das decisões que os Estados-Nação tomariam.

No Brasil, este setor foi constituído pelas Organizações Não Governamentais de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Já no exterior, este setor era identificado como setor independente – um nome que permite incluir um espectro mais amplo do que somente ONGs, incluindo, por exemplo, indústrias, sindicatos, organizações de jovens e de direitos da mulher.

No primeiro Fórum das ONGs no Brasil que aconteceu em junho de 1990, foi eleito um comitê provisório, que

agrupou 9 organizações e que desencadeou em ações para a participação das ONGs na Conferência Oficial. No exterior o canal das ONGs de todo o mundo é uma fundação independente com sede em Genebra, o Centro para o Nosso Futuro Comum, que surgiu em abril de 1988, exatamente um ano após a Comissão Brundtland divulgar o relatório Nosso Futuro Comum, que traçou o quadro ambiental na década de 1970 e 1980 e a perspectiva futura para o meio ambiente no mundo (GM, 20 jun, 1990).

As ONGs brasileiras se reuniram em junho e setembro do mesmo ano em Brasília e defenderam a importância da participação de vários segmentos da sociedade, dentre eles, a indústria, os sindicatos, as nações indígenas, etc. Para o movimento, os problemas ambientais são tão complexos e da mesma forma que as soluções não podem ser só dos governos.

Em dezembro de 1990, momento em que já estava definida a ponte entre as entidades não governamentais de todo o mundo, o governo brasileiro e a secretaria geral da UNCED⁴ instituiu um Fórum Preparatório das Organizações Não Governamentais Brasileiras para a UNCED, com o objetivo de organizar um evento paralelo. Tal fórum foi formado por um grupo de entidades ambientalistas e de direitos humanos com 165 organizações de todo o país. Durante uma reunião do Internacional Facilitating Committee (IFC)⁵, ocorrida em Genebra em novembro de 1990, definiu que o diálogo entre as ONGs brasileiras e as internacionais com as autoridades oficiais fosse feito através do Fórum.

Para Rubens Harry Born, representante nas reuniões do IFC, isto significa que

quem teria que ajudar a definir o desenho dos eventos paralelos à conferência seriam as ONGs brasileiras. Entretanto, as comunidades indígenas, os cientistas e sindicalistas queriam realizar seus próprios eventos paralelos. Outra deliberação importante dos 22 membros que formaram o IFC (Internacional Facilitating

4 United Nations Conference on Environment and Development

5 Reúne entidades ambientalistas não governamentais, entidades defensoras dos direitos humanos, entidades de grupos de jovens, entidades religiosas e também grupos ligados ao movimento pacifista internacional e associações de imprensa.

Comitee) foi eleger cinco membros para constituir um comitê executivo, com o objetivo de elaborar um plano de trabalho para captar recursos que viabilizassem os eventos paralelos (GM, 20 jun, 1990).

Durante as reuniões do IV Encontro do Fórum das ONGs, foi discutido a necessidade dos ambientalistas em firmarem suas posições e também a responsabilidade de coordenar a realização do evento paralelo à conferência oficial. Outras funções também foram discutidas durante o encontro, como por exemplo a participação nas decisões da conferência oficial; o fortalecimento dos movimentos da sociedade civil, a análise da situação ambiental e do modelo de desenvolvimento vigente no país. Além disso os participantes do fórum reivindicaram a publicação em diário oficial do primeiro rascunho do documento oficial sobre a conferência pelo governo brasileiro e que na versão final estivessem anexadas as contribuições das ONGs, que foram definidas durante as audiências públicas estaduais.

Para Carlos Minc, na ocasião; deputado estadual pelo PT-RJ

toda essa movimentação em torno da conferência de 1992 ajudou a mobilizar as ONGs brasileiras, que até então não tinham um fórum único de discussão em nível nacional. Para Minc, os ambientalistas teriam de se unir para evitar que a conferência virasse um grande “supermercado da ecologia”, uma mera vitrine de produtos antipoluição e de novas tecnologias, que não investigasse mais fundo os verdadeiros problemas ambientais (GM, 09 abr. 1991)

As dificuldades nas discussões da Conferência já eram notadas nos momentos da sua preparação; alguns fatos citados a seguir podem ilustrar essa questão:

em maio de 1991, José Goldemberg já previa a dificuldade de firmar acordo para o controle sobre o clima mundial na ECO 92; o que dificultou a montagem do programa para a conferência da ONU, pelo comitê preparatório em Genebra. Na falta de um consenso mínimo sobre um acordo para o clima mundial, uma suges-

tão seria substituí-lo por uma declaração genérica de intenções; porém, o Brasil foi contra essa hipótese (GM, 08 maio, 1991)

O Francisco Rezek, Chanceler na ocasião, disse em reunião no Planalto em julho de 1991 que:

o governo brasileiro não se apresentaria desunido à ECO 92. Na discussão defendeu-se a posição de que o governo brasileiro e as organizações governamentais (ONG) deveriam ter uma só voz na reunião. O tema foi dominante na reunião porque, conforme ficou claro no encontro de governadores da região amazônica haviam divergências de posições entre governo e ONGs. A intensão era do governo pedir às entidades e aos governadores que não se hostilizasse, mas que se dirigissem a ele. Ficou decidido também que a comunicação com os governadores seria mais intensa (GM, 23 jul. 1991).

O Fórum das Organizações não governamentais brasileiras reivindicou ao governo federal a divulgação do que chamaram “verdadeiro relatório nacional” e solicitou sua discussão em audiências públicas, mesmo após sua entrega à ONU. A primeira audiência pública nacional da história do Brasil aconteceu em 09 de agosto de 1991 nos auditórios da Embratel de todas as capitais brasileiras:

estiveram presentes os responsáveis pela política ambiental, pela preparação da conferência e os coordenadores do relatório. Segundo Roberto Guimarães, receberam várias sugestões e críticas à versão preliminar do relatório. “Algumas eram específicas e propunham alterações nos trechos referentes à política florestal ou pesqueira, outras refletiam dúvidas a respeito da conferência e da própria função do relatório, as críticas mais frequentes diziam que o relatório não revelava a posição brasileira nas negociações internacionais” (GM, 09 ago. 1991).

Para ambientalistas que participaram da última reunião preparatória da Conferência, em Genebra pouco foi conseguido; entretanto; Maurice Strong, como secretário-geral da Conferência, afirmou que

o encontro preparatório teria sido um sucesso; afirmou que os acontecimentos mais importantes deveriam se dar no Rio de Janeiro. Disse ainda que estava tentando preparar tudo para esse grande momento e que estavam apenas no início. Os documentos que ficaram para serem assinados no Rio foram a Carta da Terra – documento que deve conter os princípios para proteção do meio ambiente mundial. Também a Agenda 21 – contendo programas concretos a serem executados pelos países para a proteção do meio ambiente, visando o século XXI (GM. Ago 1991).

Durante a reunião de Genebra foi decidido a organização básica do evento. A presidência ficou de responsabilidade do Brasil, por se o país sede e também foram escolhidos 38 vice presidentes distribuídos por grupos regionais. A participação das entidades ambientalistas representadas pelas ONGs foi significativa. Para o Greenpeace os técnicos governamentais dos 150 países participantes da reunião de Genebra se perderam nas tentativas de acordos em torno de várias propostas relativas entre outros assuntos, a conservação de energia, preservação das florestas tropicais, biodiversidade e resíduos tóxicos. A impaciência dos grupos ambientalistas era evidente, pois foram muitas as reuniões preparatórias e a decisão final em relação a diversos tópicos foram deixados para última instância, para a reunião de Nova York, em marco de 1992.

Em resumo, 36 tratados ou “compromissos de ação da sociedade civil planetária” foram definidos. Destacando-se 6 deles:

1) Declaração do Rio com 27 princípios delineando os direitos e as responsabilidades dos países, sendo o texto final o mesmo aprovado durante as reuniões preparatórias.

2) A Agenda 21 com 900 páginas, é um detalhado roteiro das ações concretas a serem adotadas pelos governos, agências de desenvolvimento, instituições da ONU e setores independentes. Determina as metas que os países devem cumprir para limpar o planeta. Mas não foi firmada como lei. Os países assumiram um compromisso moral e tem efeito mais brando que uma convenção ou um tratado, pois devem ser ratificados internamente e se incorporam às legislações nacionais. Trata-se na verdade, de um ato político e não pode ser analisada do ponto de vista jurídico.

3) A Convenção de Mudanças Climáticas: seu texto foi concluído nas reuniões preparatórias realizadas em Nova Iorque e durante a conferência oficial. É um documento com 26 artigos que definem medidas para a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa e do aquecimento global. A convenção estabelece apenas que os países têm o compromisso de reduzir as emissões sem, no entanto, estabelecer qualquer cronograma. E prevê a criação de fundo originalmente administrado pelo General Environmental Facility (GEF) do Banco Mundial em caráter temporário, até ser criado um fundo específico. Tem força de lei, desde que aprovada pelo Parlamento de cada país, mas os compromissos são genéricos e não se definiu uma data para limitar a emissão de gás carbônico;

4) A Declaração sobre Manejo Florestal, que tem como objetivo limitar a destruição das florestas, foi defendida pelos países do norte para ser estabelecida como lei, entretanto os países do hemisfério sul foram contra.

5) A Convenção da Biodiversidade, que tem como objetivo regular a transferência de tecnologia do primeiro mundo para os demais países em troca de espécies vegetais e animais, onde o acesso às espécies animais e vegetais somente pode ser autorizada pelos países que as abrigam mediante compensação financeira ou através de transferência de biotecnologia;

6) A Declaração pelo Desenvolvimento Sustentável, foi assinada por líderes empresariais e propõe o progresso sem destruir a natureza, teve grande adesão.

A análise dos resultados da UNCED revela claramente os grandes obstáculos existentes para construir consensos ambientalistas efetivos dentro da comunidade política internacional. Do mesmo modo, são muitas as dificuldades do ambientalismo para organizar e potencializar sua rica e complexa diversidade, tanto geográfica, quanto social e cultural. Para Leis (1993) grande parte do ambientalismo se comporta como se fossem os únicos interpretes do todo, o que revela uma incapacidade de se sentir e se pensar como parte de um todo complexo, o que revela também uma incompreensão teórica e pratica da matriz ético comunicacional do ambientalismo. Mas por outro lado, a crescente proteção do ambienta-

lismo sobre as relações internacionais, nos últimos 20 anos, nos prova a potencialidade transformadora desse movimento em escala mundial.

Dessa forma, a característica mais marcante da Conferência de 1992 está na capacidade de despertar o interesse e a participação, seja oficialmente, seja paralelamente, o mais importante e a evidencia da existência de diversos atores sociais de diferentes partes do mundo e de diferentes setores da sociedade. Apesar da existência permanente de uma contradição e da disputa de alguns discursos mais moderados, muitos defensores preocupados apenas com a preservação ambiental, com a preservação das espécies animal e vegetal em contrapartida existem outros pontos de vista preocupados com a transformação social, a partir propostas e lutas contra o sistema vigente. O mais evidente nesse contexto é a conquista da sociedade brasileira da criação do Ministério do Meio Ambiente meses após a realização da conferência, mais precisamente no dia 16 de outubro de 1992 no que diz respeito as pressões exercidas pelo ambientalismo e posteriormente a implementação da política ambiental brasileira.

O ambientalismo na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio de Janeiro – Brasil – 2012

Após exatas duas décadas, o Brasil novamente sedia uma grande reunião da ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que aconteceu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro e que foi considerado o maior evento já realizado pela ONU, pois contou com a participação de representantes de 188 nações. O objetivo do encontro era discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável e problemas sociais como, por exemplo, a falta de moradia.

A reunião culminou na aprovação do documento “O Futuro que queremos”, que para o secretário da ONU Ban Ki-Moon, é claramente

uma série de medidas para o desenvolvimento de um bem estar social, econômico e ambiental. O texto demonstra acordo sobre a criação de objetivos de desenvolvimento sustentável, um plano de dez anos para a produção e consumo sustentáveis, a importância das questões de gênero, do direito a água e comida, além da urgência em se combater a pobreza. Assim, como as outras reuniões da ONU sobre meio ambiente, a Rio + 20 tem como característica central seu caráter mobilizador de vários setores da sociedade, sociedade civil, governos, bancos multilaterais e setores privados. Os representantes de tais setores, assumiram voluntariamente, quase 700 compromissos.

Ao mesmo tempo, a sociedade civil se organizou de forma paralela à conferência oficial uma reunião paralela, a “Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental”, por meio do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, entidade formada por 14 redes. A defesa da Cúpula dos Povos está pautada em princípios com o objetivo de defender os bens comuns contra a mercantilização da vida, através da sustentabilidade vinculada a resoluções dos problemas sociais.

Uma das críticas centrais feitas pelos organizadores da Cúpula dos Povos durante as reuniões preparatórias, foi em relação de economia verde defendido por integrantes de governos participantes da conferência oficial. Segundo Silvia Ribeiro (CEBES, 2012) – a economia verde é um nome enganador, sendo apenas um disfarce para mais negócios e mais exploração dos ecossistemas, tendo seus promotores o objetivo de apropriar-se dessa economia utilizando tecnologias perigosas como transgênicos e a biologia sintética. Além disso, a crise socioambiental está pautada na mercantilização da água, do ar e dos recursos naturais, onde o atual sistema de produção e consumo aprofunda os problemas ambientais, como o aquecimento global, a escassez de água potável e a mercantilização da vida nas cidades e no campo.

Enquanto a conferência oficial discutiu a crise global, o tema da Cúpula dos Povos foi o capitalismo que com suas formas clássicas de dominação concentra riquezas e produz desigualdades sociais. Os participantes da cúpula produziram um texto, considerado um documento oficial da reunião que foi entregue ao secretário geral da ONU. Este do-

cumento sintetiza as principais questões discutidas durante as plenárias e assembleias da cúpula, entretanto algumas opiniões divergentes entre os participantes ficaram evidentes. O movimento dos trabalhadores defendiam posições que demandavam resolver problemas sociais, enquanto os ambientalistas, na sua maioria, queriam dar enfoque apenas na preservação do meio ambiente. Tanto a proposta de interrupção do crescimento brasileiro, quanto da diminuição da utilização dos combustíveis fósseis foram criticadas, pois cumpridas diminuiriam muitos postos de trabalho.

Por outro lado, foi consenso a frustração em relação ao documento final da reunião oficial, que para os representantes da cúpula dos povos o documento deveria ser mais audacioso e ambicioso em relação às medidas para enfrentar os problemas reais. A crítica principal foi com relação ao caráter político estabelecido durante a reunião oficial, em que

As instituições financeiras multilaterais, as coalizações a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em contraste a isso, a vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro (CÚPULA DOS POVOS, 2012: 2)

Além disso, o posicionamento político da Cúpula dos Povos foi estabelecido de forma bem clara ao afirmarem que:

As múltiplas vozes e forças que convergem em torno da Cúpula dos Povos denunciam a verdadeira causa estrutural da crise global: o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico. As corporações transnacionais continuam cometendo seus crimes com a sistemática violação dos direitos dos povos e da natureza, com total impunidade. Da mesma forma, avançam seus interesses por meio da militarização, da criminalização dos modos de vida dos

povos e dos movimentos sociais, promovendo a desterritorialização no campo e na cidade. (CÚPULA DOS POVOS, 2012: 3).

Para a Cúpula dos Povos (2012), a defesa de que a alternativa aos problemas da nossa sociedade deverão nascer da história, dos costumes, dos conhecimentos, das práticas e sistemas produtivos pertencentes aos nossos povos, e que o nosso papel é revalorizá-los e transformá-los em instrumento contra hegemônico e transformador da sociedade. Dessa forma,

A defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, a mudança da matriz energética, são exemplos de alternativas reais frente ao atual sistema agro urbano industrial (CÚPULA DOS POVOS, 2012: 3).

Além disso, os direitos humanos e da natureza devem sustentar a defesa dos bens comuns, da solidariedade e o respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos, como, por exemplo, “a defesa do “Bem Viver” como forma de existir em harmonia com a natureza, o que pressupõe uma transição justa a ser construída com trabalhadores/as e povos”. (CÚPULA DOS POVOS, 2012: 4). A reunião da Cúpula dos Povos (2012) chega ao consenso de que,

A transformação social exige convergências de ações, articulações e agendas a partir das resistências e alternativas contra hegemônicas ao sistema capitalista que estão em curso em todos os cantos do planeta. Os processos sociais acumulados pelas organizações e movimentos sociais que convergiram na Cúpula dos Povos apontaram para os seguintes eixos de luta: contra a militarização dos Estados e territórios; contra a criminalização das organizações e movimentos sociais; contra a violência contra as mulheres; contra a violência às lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros; contra as grandes corporações; contra a imposição do pagamento de dívidas econômicas injustas e por auditorias populares das mesmas; pela garantia do direito dos povos à terra e

ao território urbano e rural; pela consulta e consentimento livre, prévio e informado, baseado nos princípios da boa fé e do efeito vinculante, conforme a Convenção 169 da OIT; pela soberania alimentar e alimentos saudáveis, contra agrotóxicos e transgênicos; pela garantia e conquista de direitos; pela solidariedade aos povos e países, principalmente os ameaçados por golpes militares ou institucionais, como está ocorrendo agora no Paraguai; pela soberania dos povos no controle dos bens comuns, contra as tentativas de mercantilização; pela mudança da matriz e modelo energético vigente; pela democratização dos meios de comunicação; pelo reconhecimento da dívida histórica social e ecológica; pela construção do Dia mundial de greve geral e de luta dos Povos (CÚPULA DOS POVOS, 2012: 4-5).

A Rio + 20 trouxe no centro da sua discussão a proposta de desenvolver a economia verde para combater os problemas ambientais e sociais. As metas estabelecidas pela reunião oficial são abstratas e reafirmam o compromisso estabelecido há 20 anos, durante a Rio 92 sobre a responsabilidade de desenvolvermos uma sociedade baseada no desenvolvimento sustentável, que tem como base garantir um desenvolvimento economicamente e socialmente sustentável para as futuras gerações. Entretanto, sabemos que a economia verde não rompe com esse modelo de sociedade, em que é inerente ao modo de produção capitalista a destruição da natureza, a exploração do ser humano e a desigualdade social. Por outro lado, a posição da sociedade civil frente a essa questão ficou bem clara, ou seja, é preciso superar a forma atual de produção e reprodução da sociedade e criar uma sociedade mais justa, em que exista um bem estar comum. Desse ponto de vista, houve um avanço histórico que deixa claro o fortalecimento do caráter transformador do ambientalismo.

Considerações finais

Neste texto, fizemos uma reflexão sobre o ambientalismo brasileiro, baseado nos fatos históricos, o contexto em que se desenvolve como movimento no âmbito internacional, seu desenvolvimento ao longo do

século XX e principalmente seu papel durante as Conferências Oficiais da ONU ocorridas no Brasil, primeiro em 1992 e após 20 anos, em 2012.

O que podemos afirmar como algo positivo com relação as Conferências da ONU é o fato de que de certa forma as reuniões impulsionaram a organização, a multiplicação e também o fortalecimento do discurso ambiental enquanto movimento social. Esse fato é significativo, pois a partir da década de 1990 houve um crescente surgimento de organizações defensoras do meio ambiente, multiplicaram-se trabalhos realizados por organizações promotoras da educação ambiental e grande parte dos movimentos sociais introduziram nas suas reivindicações a defesa de uma sociedade ecologicamente justa.

O fato mais marcante neste contexto histórico está na politização da ecologia. Dessa forma o conceito de movimento ambientalista passa a ter um significado mais amplo. Sendo que, do ponto de vista organizacional, de acordo com a CIMA (1991), inclui tanto as organizações não governamentais quanto os grupos de base e grupos comunitários, mesmo que tenha mínima organização formal.

Para o ambientalismo, a grande conquista do movimento não residiu apenas na assinatura de acordos pelos governos, mas também na constituição definitiva de um espaço público global. Espaço com relativa capacidade para construir consensos, onde se encontram as diversas dimensões que compõem o ambientalismo, diferentes referenciais culturais e políticos, vindos tanto do Sul, do Norte, do Leste. Para além do ambientalismo stricto sensu, mas de todos os tipos de atores sociais que pertencem a diversos campos de conhecimento e atuação, da ciência, da sociedade civil, da economia, da cultura e também da religião (LEIS, 1998).

Entretanto, os fatos cotidianos e as grandes contradições da história no início do século XXI, como guerras, disputas internacionais por recursos escassos (principalmente energia), miséria e fome, ainda existente em muitos países, a maioria do hemisfério sul, tornam-se complexas, senão duvidosas as previsões otimistas. Contudo, não podemos deixar de afirmar que as pressões do movimento ambientalista além de poderem ser um elemento importante para a constituição de uma outra sociedade, baseada em novas sociabilidades, em que a relação homem-natureza seja

diferente da relação predatória da sociedade atual, o movimento pode ser em última instância, um dos pontos fundamentais para uma mudança social efetiva, principalmente por meio de uma mudança ética.

Neste contexto, Guimarães (2001), faz uma reflexão interessante a afirmar que o comportamento ético e de justiça social que, na essência, caracteriza as duas opções de resistência à modernidade – primeiro o socialismo que representou a resistência anti sistêmica e segundo o ambientalismo que representa a resistência ao consumo – as torna semelhantes também em seu caráter antissistêmico com relação à acumulação capitalista. Ao propósito original do socialismo de contrapor um limite social à racionalidade econômica da modernidade do século passado acrescenta-se um limite ecossocial, por meio do qual o ambientalismo antepõe a espera à lógica econômica do mercado.

O ambientalismo ganha *status* de movimento social e alcança várias conquistas, tanto no âmbito local quanto global. Outra característica importante é o fato de ser um movimento que ultrapassa as fronteiras geográficas, tem o caráter de ser incorporado por diferentes lutas sociais e incorporar uma diversidade grande de atores sociais, mas que possuem uma visão em comum, a ideia da natureza como um bem comum a toda a humanidade. Apesar de sabermos que existe uma heterogeneidade no ambientalismo, que existem correntes do movimento que não fazem uma crítica ao sistema capitalista, por outro lado, sabemos que existem correntes que fazem uma crítica coerente relacionando a destruição ambiental às práticas das grandes corporações e na ética capitalista, pensamos que o ambientalismo traz no seu cerne a virtualidade da transformação social.

É verdade que as consequências da destruição ambiental, na maioria das vezes, não “respeita” fronteiras geográficas, nem distinção de classe e etnia. Entretanto, sabemos que “esverdear” a sociedade capitalista não resolverá nem os problemas ambientais e sociais. A corrente radical do ambientalismo carrega na sua bandeira não somente a defesa do meio ambiente, mas principalmente a visão de que existe uma relação entre destruição ambiental e exploração do ser humano, ambas fundamentadas na contradição da sociedade capitalista. A destruição ambiental não é façanha apenas da sociedade industrial, como afirmaram os primei-

ros pensamentos ambientalistas, ela é sim inerente ao sistema capitalista, à uma sociedade contraditória, baseada em numa ética da exploração e cabe também ao ambientalismo consciente desse processo apontar um possível caminho para a transformação social.

Referências

CRESPO, S.; LEITÃO, P. **O que pensa o brasileiro da Ecologia**. Brasília: CNPq, 1993.

CÚPULA DOS POVOS rechaça “economia verde”. In: CEBES – Portal Brasileiro de Estudos da Saúde. Publicado em 14 de maio de 2012. (visualizado em 2/10/2012): <<http://www.cebes.org.br/internaEditoria.asp?idConteudo=2866&idSubCategoria=24>>.

CÚPULA DOS POVOS. Documentos Finais da Cúpula dos Povos na Rio + 20 por justiça social e ambiental. 22 Junho 2012: <<http://cupuladospovos.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Declaracao-final-PORT.pdf>>.

FERREIRA, L. C. “Sociologia Ambiental”. In: A questão ambiental e as ciências sociais. **Revista Ideias**, ano 08 (2), 2001.

GENNARI, A. M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**, São Paulo: PUCSP, v. 13, n. 1 (21), 2002.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formação de políticas de desenvolvimento. In: DINIZ, Nilo; VIANA, Gilney; SILVA, Marina (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDEMBERG, M. **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JORNAL DO BRASIL. Diferentemente da Rio + 20. Cúpula dos povos supera divergências no texto final. 22 de junho de 2012. Acessado em 25/10/2012: <<http://www.jb.com.br/ambiental/noticias/2012/06/22/diferentemente-da-rio20-cupula-dos-povos-supera-divergencias-no-texto-final/>>.

LEIS, H. R.; D'AMATO. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1998.

LEIS, H. R. Ambientalismo e relações internacionais na Rio-92. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 31, 1993.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Fundap, 1993.

SILVA-SÁNCHEZ, S. S. **Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2000.

VIOLA, E. J. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, 1994.

VIOLA, E.; LEIS, H. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto de Relações Internacionais (Revista Semestral), ano 41, n. 2, 1998.

Ambientalismo no Brasil: memória e cultura política

Agripa Faria Alexandre¹

Introdução

Em 2012, o Brasil sediou a III Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A I Conferência ocorreu em Estocolmo, em 1972, e a II Conferência no Rio de Janeiro, em 1992. Pela segunda vez, o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar a reunião dos países membros da ONU. O enorme sucesso da II Conferência (a ECO92, como ficou conhecida) deve-se ao fato de ter reunido mais de 35 mil pessoas, entre 106 chefes de Estados e mais de 2.500 entidades representativas da sociedade civil, originárias de mais de 150 países num fórum paralelo, o Fórum Global. Independente dos péssimos resultados alcançados no último evento de 2012 (a Rio+20), é importante se lembrar de um “espírito do Rio”, que ajudou a forjar o germe dos consensos globais sobre a crise ambiental, tanto com relação ao otimismo, enorme participação da sociedade civil na ECO92 (com desdobramentos políticos simbólicos e institucionais importantes) quanto à ação organizada e de protesto que marcou, desde o seu início, a Rio+20, com milhares de pessoas nas ruas (LEIS, 1996: 56-57; BRÜSEKE, 1995: 34).

Por isso, a memória do ambientalismo no Brasil deve ser lembrada do conjunto desses eventos, e da cultura política em torno dele. Isso requer uma perspectiva de análise das relações sociais sobre a emergência

¹ Doutor em Ciências Humanas (UFSC, 2003). Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)

e o desenvolvimento do movimento ambientalista enquanto um novo movimento social que consagra:

1. O empoderamento de novos atores sociais;
2. Um processo expansivo de democratização cultural; e
3. Uma mudança paradigmática na concepção de esfera pública no Brasil.

Este capítulo enfoca essas três características da mobilidade social brasileira. Em linhas gerais, quanto ao empoderamento, trata-se de um processo de explicação do potencial da ação social, segundo Max Weber. Os atores sociais do ambientalismo difundem valores morais concernentes ao ideário ético do ambientalismo de forma contagiante². Quanto ao processo expansivo de democratização cultural, a ideia central gira em torno do conceito de democracia como sendo um regime político que força os indivíduos a adotarem uma posição reflexiva para com o ponto de vista do outro, o que gera um aprendizado político. Em grande parte, o ambientalismo é assim resultado de posições políticas *pós*-convencionais.³ No nosso entender, o que permite discutir a difusão de uma cultura ambientalista no Brasil é que temas privados da ordem de preferências culturais, como modos de consumo material, desenhos espaciais urbanos privatistas, impactos de projetos de desenvolvimento (portos, usinas, etc.) e práticas pedagógicas que reproduzem o *status quo* são colados em questão pelos processos descentralizados de participação política. Como terceira característica apontada acima, isso também é responsável por gerar uma mudança paradigmática na concepção de esfera pública no Brasil. Não é apenas com relação às atitudes performáticas que se subentendem legítimas de aceitação pública e entendidas como aptas a aspirar ao reconhecimento, permitindo-nos entender que a assimilação de novos

2 Esta característica do ambientalismo é analisada a partir da discussão sobre a convergência de vários fatores para explicar a emergência de ações segundo valores ambientais, e não apenas o fator determinante da filosofia da consciência que é a base da epistemologia weberiana.

3 Seguindo a teoria moral de Kohlberg, tal expressão alude a uma forma de ação orientada por princípios, independente de referências a normas legais e convenções. Sobre isso, consultar: HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio: Tempo brasileiro, 1989. FREITAG, B. **Itinerários de Antígona**. São Paulo: Papyrus, 1997.

valores significa um desafio à moralidade. A questão ambiental também desafia o campo da política a revisar a clássica opção entre esquerda e direita delimitada na oposição do jogo de convencimento das relações de trabalho, entre *opressão versus emancipação*, e passa a ter que incorporar o desafio de discutir *vida versus morte* (VIOLA, 1987), dentro do escopo do dilema que envolve práticas sociais sustentáveis que nos garantam a permanência na biosfera diante das mudanças climáticas, desastres ambientais, poluição, crescente perda da qualidade de vida e riscos sociais e ambientais embutidos nos processos globais de produção econômica que se definem mais e mais como um processo de produção com destruição, descartabilidade, obsolescência planejada e precariedade nas relações de trabalho. Nesse sentido, espaço social ou esfera pública aqui é entendido enquanto o lugar da memória social, do liame de significados que são sedimentados como práticas de sustentabilidade: da defesa da qualidade de vida no trabalho, do ar que se respira nas fábricas, nas cidades, das águas e das praias, do saneamento básico, do lugar de convivência social (desde o espaço antropológico do parque onde brincam as crianças, as esquinas e seus bares de encontro, as calçadas e pistas de passeio e esporte ao ar livre), enfim de espaços que se gestam em oposição ao agitado e acelerado modo de vida moderno impessoal, que não consagra o encontro, a conversa no tempo vivido e sobre o tempo vivido que se deseja que permaneça inalterado – a exata noção de sustentabilidade social, da qualidade de vida que pressupõe não apenas as condições econômicas para tanto, mas também um sentido de permanência, de memória social da vida em transcurso.

Estudar a memória social da ecologia política existente na cultura do país requer compreender a contribuição direta da atmosfera intelectual do Rio de Janeiro para a realização de lá para cá daqueles dois encontros internacionais do ambientalismo referidos acima. A nosso ver, essa atmosfera intelectual está relacionada a quatro fatores imersos na memória social. O primeiro deles encontra-se associado à representação social do Rio de Janeiro como cidade cosmopolita e, por isso, aberta ao potencial político transformador do ambientalismo. A cidade está consagrada mundialmente como uma das mais belas cidades do mundo em

termos de paisagem natural, e, por ter sido a capital do país, ainda exerce maior poder de atração do que a capital federal Brasília, mesmo competindo também com a cidade de São Paulo, que é o maior centro empresarial do país. O segundo fator envolve a representação social do Brasil como detentor da maior área do planeta em biodiversidade, não apenas diretamente relacionada à Amazônia, mas também aos seus diferentes ecossistemas, como o Pantanal, a imensa costa litorânea, e a Mata Atlântica. O fato de a cidade do Rio de Janeiro pertencer a esse contexto que o Brasil oferece conta em muito também. Associado a esse segundo fator, está a posição de destaque internacional que o Brasil ocupa na agenda ambiental global, principalmente por liderar grupos e temas relevantes (embora controversos) dessa agenda. Pelo menos em dois assuntos, sua posição é convergente com temas internacionais em termos de propostas e iniciativas para a conservação da biodiversidade e para minimizar as mudanças climáticas⁴. O quarto fator está diretamente ligado à demonstração de acolhimento da cidade por ter sediado a ECO92, um evento tão espetacular que reuniu, em paralelo ao evento, pela primeira vez na história da humanidade, lideranças religiosas de diferentes doutrinas por uma vigília pelo planeta. De acordo com Leis, essa vigília foi organizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), uma organização não-governamental brasileira sediada na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a participação de destacadas personalidades religiosas, entre elas Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Helder Câmara e Sua Santidade Dalai Lama. Esse clima religioso paralelo agregou-se ao evento como encarnação de um salto extraordinário em termos de consciência mundial, mesmo que o evento político-governamental da ECO92 não tenha alcançado resultados práticos comparáveis. As diferenças religiosas, étnicas, políticas e nacionais foram desafiadas ali em nome de um senso de pertencimento

4 O Brasil assume, com frequência, posições de vanguarda, tanto pela originalidade como pelo pragmatismo característico dos interesses ecocapitalistas. Embora sujeita à crítica de alguns ambientalistas, são exemplos de sua iniciativa a posição relacionada à adoção de mecanismos de desenvolvimento limpo, como a permuta de taxas de carbono; e, recentemente, a posição, em Copenhague, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, de aumentar suas metas de redução do desmatamento, bem como de reduzir suas emissões de CO₂ e disponibilizar maiores recursos financeiros para esse fim.

ao “mundo da vida” com relação ao meio ambiente. A memória social do ambientalismo mais marcante pertence a essa vitalidade espiritual do movimento ancorada no “mundo da vida” que funciona como uma linguagem franca. Por isso, a dimensão de maior ressonância do ambientalismo é essa dimensão espiritual, da redução da multiplicidade de sentidos à unidade de sentido espiritual em palavras de fundo de caráter religioso que são pronunciadas frequentemente em discursos oficiais e não-oficiais em defesa das condições de vida no planeta (LEIS, 1996:57-60).

Ainda a título de introdução, convém pontuar que o campo teórico de nossos estudos sobre memória social do ambientalismo e cultura política alude à ecologia política como prática social do ambientalismo concernente às suas diversas vinculações com temas da política e da cultura nacional e mundial. A ecologia política é filha caçula da teoria crítica. É responsável por uma grande reoxigenação do marxismo (principalmente a partir dos anos de 1960) e pela reorientação das principais teorias políticas da modernidade (ECKERSLEY, 1992). Nossas pesquisas pretendem explicar a memória social da ecologia política como cimento da identidade contemporânea sobre temas como:

1. Ecodevolvimento;
2. Pacifismo;
3. Matrizes energéticas renováveis e descentralizadas sem grandes impactos;
4. Função social e ecológica da propriedade;
5. Justiça social e ambiental;
6. Democracia participativa;
7. Democratização dos sistemas de comunicação;
8. Educação ambiental como tema transversal em todos os níveis.

Memória e cultura política do ambientalismo

Com base em Maurice Halbwachs, o conceito a ser retido aqui de memória social está associado aqueles três processos de reafirmação

da teoria do espaço social do agir político referidos na introdução deste capítulo: (1) empoderamento de novos atores sociais (que são indivíduos e grupos ambientalistas atuantes); (2) democratização cultural expansiva que (3) sedimenta a noção de espaço social da sustentabilidade em práticas concretas. Na esteira da reflexão de Halbwachs, é importante considerar a centralidade da noção de vida compartilhada que se integra a de memória social. Assim, memória social pressupõe, em oposição à simples história:

[...] uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém (HALBWACHS, 2004:86).

O estatuto da memória social não está ligado a reverenciar o passado. A memória social é uma categoria de análise que empresta à dinâmica da modernidade a representação dos laços de pertencimento social que a sua mobilidade acentuada torna intransparente. Memória é prática de vida consagrada, carregada de sentido, que permite a permanência mesmo em meio ao fluxo contínuo de projeções variadas para a experiência do ser. Nesse sentido, o trabalho clássico de Halbwachs nos permite formular um referencial de ecologia política ligado ao que Gilberto Velho assinala como metamorfose, parafraseando o poeta latino Ovídio (VELHO, 2003: 8-9). Aqui conta a capacidade dos seres de guardar sintonia diante da mutabilidade dos processos sociais que remetem a transformações da identidade dos homens, mulheres e natureza. A memória social funciona como uma ponte entre a permanência e a mudança. Por exemplo, os movimentos pró-qualidade de vida de fundo ecológico que procuram resgatar a constituição de bairros, comunidade e centros históricos que sofrem ameaças do processo de especulação imobiliária. Nesses movimentos se acentua o envolvimento participativo de lideranças sociais, comunitárias, ativistas verdes, com ou sem envolvimento prévio formal com a política. O processo de convencimento envolve audiências públicas em locais públicos, sede de prefeitura ou câmara de vereadores

com o fim de se demonstrar um liame entre identidade coletiva e fatores de pertencimento social à memória daquela praça, parque, rua, jardim, escola, etc. que representa prática de vida para os envolvidos.

Memória social denota o pertencimento ao espaço da ecologia política que faz com que projetos individuais e coletivos sejam realizados dentro do campo de possibilidades de tempo e espaço da modernidade. Nesse sentido, a ideia de Gilberto Velho permite pensar também a memória social como orientada para a constituição da identidade significativa do ecologista. Ela é a negação dos processos sociais degradantes do ambiente e da dignidade do ser. Significa a metamorfose do ser que rejeita a modernidade pela sua crueza destrutiva, mas ao mesmo tempo remete ao que é condição essencial para a vida. O ecologista é a metamorfose da própria condição humana. Sua identidade está em denunciar o esgoto em lugar indevido ao mesmo tempo em que oferece solução para ele. Ser ecologista é ser mutante. É lembrar permanentemente que a vida é uma linha de significado tênue que a modernidade não deixa perceber porque está condicionada aos processos de dispersão e embaralhamento da memória da vida. (HALBWACHS, 2004; VELHO, 2003).

Por sua vez, conceitua-se ecologia política como sendo a matriz teórica que subverte as noções tradicionais de direita e de esquerda na teoria política sobre o papel do mercado, do Estado e dos cidadãos na sociedade moderna. Seus principais teóricos são cientistas sociais da tradição da teoria crítica, principalmente Herbert Marcuse, e outros pensadores libertários, como Ivan Illich, André Gorz e Jean-Pierre Dupuy (LOUREIRO, 1999: 7-10; MINC, 1987: 123). A memória social da ecologia política está vivamente expressa na tradição da teoria crítica. Herbert Marcuse é responsável direto pela primeira identificação do caráter ideológico da técnica. Na crítica de Marcuse, a racionalização da sociedade funde-se na institucionalização do progresso científico e técnico. Essa fusão, e não mera adequação de critérios racionais, é sentida nas formas de se legitimar o domínio da natureza. Marcuse segue a crítica de Max Weber, para quem a ciência e a técnica operam um processo irreversível e sem controle: o desencantamento do mundo. Mas, em Marcuse, trata-se da dominação ampliada da ciência e da tecnologia. Não é mediante

a tecnologia, mas *como* tecnologia que se revela a dominação capitalista (HABERMAS, 1993: 49). Marcuse criou e alardeou o conceito de *racionalidade alternativa*, que se refere à técnica emancipadora, capturada a partir da crítica. A técnica continua sendo técnica, meio, mas o seu emprego é questionado a partir de uma releitura que ele faz da contribuição de Freud à teoria da cultura.

Esta espécie de *relativização* da técnica deve-se ao fato de que Marcuse empreendeu a crítica à sociedade capitalista a partir da tomada de uma concepção de trabalho como princípio de repressão. Baseado em Freud, Marcuse propôs se pensar a liberalização do princípio do prazer (Eros) como uma forma de diminuição da violência. Sua obra **Eros e civilização**, escrita na década de 50 do século passado, representou uma abordagem convincente à liberalização das formas de controle social. Marcuse acreditava que, em face da conquista do desenvolvimento tecnológico, as gratificações poderiam ser socializadas (menos horas de trabalho e mais tempo livre; socialização da riqueza; reencantamento e desenvolvimento do potencial artístico e cultura da humanidade). Uma civilização poderia ser estabelecida sem necessariamente desviar as energias dos instintos de prazer para a repressão através do trabalho. O livro fora escrito na época do auge da Guerra Fria, quando o lema da juventude universitária era: *Faça amor, não faça guerra*. Marcuse estava propondo uma reformulação radical na teoria freudiana da cultura. Para Freud, a civilização se baseia na permanente subjulgação dos instintos humanos, aceita (até Marcuse) como axiomática. A livre gratificação das necessidades instintivas é incompatível com a sociedade civilizada. Diante do nível de produtividade que fora alcançado a sua época, Marcuse acreditava haver razões para rejeitar a identificação de civilização com repressão. As próprias realizações da civilização repressiva criaram as precondições para a gradual abolição do trabalho repressivo. A sua reinterpretação da teoria freudiana da cultura pergunta se o conceito de civilização não-repressiva, baseada numa experiência fundamentalmente diferente de ser, e diferente entre ser humano e natureza, não seria capaz de revelar diferentes relações existenciais (MARCUSE, 1999).

A crítica da ecologia política procura atualizar permanentemente a proposta de Marcuse e de outros filósofos do ambientalismo. O cerne da discussão da ecologia política passa pela redefinição marcuseana de trabalho, reorganização (leia-se democratização) do Estado e crítica à oferta de bens de consumo (ideologia do consumismo, da descartabilidade e da reificação). Uma sociedade menos repressiva pode existir.

A chave do deciframento da ecologia política reside na conectividade da técnica com a interação social. Teóricos como Ivan Illich, Herbert Marcuse e André Gorz assinalaram que a verdadeira racionalidade alternativa passa pela reversão da lógica produtiva. Para esses pensadores libertários, a opção nasce do enfrentamento. É a disputa pela autonomia. No que o ecologista Carlos Minc soube assinalar com precisão:

A autonomia é a margem de ação, o poder dos indivíduos, comunidades e grupos sociais de disporem e decidirem sobre sua educação, seu lazer, sobre o meio ambiente, sua alimentação, suas tendências religiosas, sexuais, sua forma de atuação política e sindical, sem coação e restrições impostas pelos poderosos mecanismos do mercado, ou pela ação normativa do Estado (MINC, 1987: 123).

Na esteira desta perspectiva, entende-se a noção de memória social do ambientalismo brasileiro passando primeiramente como prática de desobediência civil. Nossas pesquisas centram-se na análise qualitativa da experiência arraigada do ambientalismo, daquilo que pode ser nomeado como a sua memória social. Em outras palavras, o sentido de pertencimento ao ideário libertário da autonomia que as práticas ecológicas conseguiram tornar tradição dentro da democracia moderna brasileira (mecanismos de participação política; conselhos deliberativos; legislação ambiental, etc.).

Isso para reforçar o entendimento segundo o qual o processo de identificação da memória social da ecologia política configura-se a partir de lutas sociais. Trata-se de um processo de formação da identidade coletiva dos ativistas, um processo que conduz a uma crescente diferencia-

ção perceptiva, atitudinal e comportamental em vários planos. Conforme Viola, decorre da:

passagem de uma percepção monoliticamente negativa do Estado para uma percepção de suas contradições e nuances internas; quando a ação passa de um formato de luta com predomínio exclusivo da ação de denúncia para uma definição mais precisa de fins e meios a utilizar para atingi-los; passa-se de uma visão grosseira do significado de ser ecologista para outra mais complexa; passa-se do desprezo pela formação teórica dos militantes para uma valorização do trabalho teórico (VIOLA, 1987: 90-91).

O primeiro traço de distinção da atitude crítica dos ecologistas corresponde à capacidade de certos atores sociais de promoverem a denúncia de crimes ambientais e de atuar em trabalhos de conscientização pública. Como entidade combativa, estudo de Viola chama a atenção para a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), estabelecida em 1971. A atuação desta entidade é encabeçada por José Lutzenberger, um combativo militante verde que primeiro denuncia o uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas e depois denuncia a poluição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e domiciliares não tratados, *promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica*. Em geral, as primeiras entidades ambientais que surgem também se preocupam em preservar ecossistemas naturais⁵ (VIOLA, 1992: 55; LEIS, 1996:97).

Em seguida, na metade da década de 1970, Viola assinala que outras entidades pequenas surgem, em especial nas maiores cidades do Sul e do Sudeste, como a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, cujo papel principal é denunciar a carência do serviço de saneamento básico. Em 1977, constitui-se em São Paulo o movimento contra a construção do novo aeroporto em Caucaia do Alto, um dos poucos remanescentes prístinos de Mata Atlântica. O movimento rece-

5 Para uma crítica à criação de áreas ambientais que excluem comunidades tradicionais, consultar: DIEGUES, A. C. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: Nupaub, 1999.

be considerável apoio da classe média paulista, particularmente entre aqueles de educação superior, e consegue uma impressionante vitória em 1978, quando a localização do aeroporto é transferida para Guarulhos. Essa vitória estimula outras campanhas ambientalistas deslanchadas em fins da década de 1970. O movimento para salvar as “Sete-Quedas” no rio Paraná, que desapareceriam com a construção da barragem de Itaipu, conseguiu certa repercussão nacional, porém longe de ameaçar a construção da barragem. Tem início também o movimento nacional de defesa da Amazônia, localizado no Sudeste do país, conseguiu pela primeira vez chamar a atenção pública com relação ao incipiente mas crescente desflorestamento na Amazônia. O movimento contra a construção das usinas nucleares desenvolveu-se a partir de dois eixos complementares (em fins da década de 1970): a comunidade científica e algumas organizações ambientalistas. A *Sociedade Brasileira de Física* e a *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* tiveram um papel decisivo no questionamento do acordo nuclear Brasil-Alemanha, tanto do ponto de vista científico-técnico, quanto econômico-político. A mobilização antinuclear no Rio e em São Paulo atingiu um pico nos anos 1982-83, criando-se uma opinião pública antinuclear em São Paulo, o que dificultou os planos do governo federal para começar a construção da primeira usina fora do estado do Rio, no Sul de São Paulo. Em meados da década de 1980, o programa nuclear brasileiro estava com seu prestígio seriamente abalado, embora a principal causa de seu deterioramento tenham sido os erros técnicos e a crise das finanças públicas, e não o impacto da mobilização antinuclear. Por outro lado, os militares começaram a desenvolver o programa nuclear paralelo, e contra ele se dirigiram as minguadas forças do movimento antinuclear na segunda metade da década de 1980. Configuração similar ao movimento antinuclear teve o movimento contra a extrema deterioração socioambiental em Cubatão. No início da década de 1980, a SBPC e algumas associações ambientalistas de São Paulo foram bem-sucedidas em levar a questão para a atenção dos meios de comunicação de massa e estimularam a organização de alguns setores da população local. Rapidamente Cubatão transformou-se no símbolo (“O Vale da Morte”) da degradação ambiental no Brasil, não apenas para os ambientalistas,

mas também para o conjunto da população informada do país. A conscientização da opinião pública chegou a ter tal consistência a ponto de obrigar o governo estadual a deslanchar um plano relativamente rigoroso de controle de poluição no município, depois da catástrofe de Vila Socó, em 1984. (VIOLA, 1992: 56-57).

Em resumo, os objetivos estão dirigidos a lutas contra uma empresa particular ou estatal. Em geral, nos primeiros casos, os alvos eram a poluição atmosférica de uma empresa; o sistema de águas; um projeto de instalação industrial suspeito de vir a causar um alto impacto ambiental; a preservação de uma área ambiental ameaçada de ocupação clandestina ou que esteja sem fiscalização adequada; uma área urbana de valor histórico-arquitetônico desejada pela especulação imobiliária. Em termos de eficiência das lutas, os ganhos eram muitos baixos, mas é significativo o resultado se considerado a promoção da conscientização ecológica. Chama a atenção também que a maioria das associações não apresentava inicialmente existência jurídica, tinham de 20 a 200 pessoas na sua composição (algumas com 1.000 participantes), com a maioria de jovens universitários, dispendo de tempo e energia para a associação, com renda média superior a maioria brasileira, e, entre suas lideranças, atuavam pessoas com formação universitária, que se destacavam entre o grupo em termos de prestígio público, autoridade na tomada de decisões e acesso aos meios de comunicação de massa e às agências ambientais (VIOLA, 1987:89-90).

Nesta fase inicial, a postura ideológica é autodefinida como apolítica e, em geral, reativa a qualquer diálogo com segmentos ideológicos seja de direita seja de esquerda (partidos, sindicatos), porque consideravam estranhos ao movimento ecológico. Nesse sentido, os ecologistas são frequentemente associados como fundamentalistas (ou *naïve*), porquanto entendem a natureza do movimento como pura e isenta de quaisquer interesses ideológicos (MINC, 198;VIOLA, 1987: 107-108).

Com o tempo passa a haver uma diferenciação multisetorial difusa, e o movimento estreita os laços com outros setores da sociedade brasileira e ganha em termos de profissionalização. Emerge o socioambientalismo, com maior reconhecimento público, um período que se ini-

cia nos anos de 1985. É um período também considerado de maior identificação com os problemas sociais brasileiros se comparado com a fase inicial, em que a ideologia do movimento era mais ligada ao ideário dos movimentos europeus e norte-americanos cujas preocupações são tidas como preocupações preservacionistas e de encantamento com a natureza.

Uma das principais forças desta segunda fase do ambientalismo brasileiro é a ‘descoberta’ da Amazônia pelos movimentos do Sul e Sudeste. Organizações das populações nativas da floresta com organizações ambientalistas do Sul e Sudeste do Brasil e internacionais permitem aduzir à existência então de um movimento ambientalista brasileiro, embora difuso e multissetorial, mas que tem um reconhecimento público indiscutível a partir desse período. A expressão de luta do setor das populações nativas do ambientalismo brasileiro está corporificada na figura de Chico Mendes, um seringueiro agraciado com o Prêmio Global da ONU em 1987 por haver lutado em favor das populações tradicionais no Acre e contra os interesses dos grandes grupos econômicos da agroindústria de latifúndio e contra os grandes projetos de construção de estradas na região, favorecendo os mesmos grupos e impactando as populações tradicionais e a floresta (VIOLA, 1992: 65-66).

O socioambientalismo é identificado em quinze setores declaradamente receptivos ao ideário da ecologia em algum sentido. Trata-se de uma consagrada classificação da memória social do ambientalismo que está incorporada à cultura política no Brasil em termos simbólicos. São os seguintes os setores do socioambientalismo brasileiro:

1. O movimento dos atingidos pelas barragens (CRAB), surgido no Sul, no início da década, mas expandido nacionalmente no presente momento;
2. O movimento dos seringueiros – a interação com grupos ambientalistas permite-lhes elaborar o programa das reservas extrativistas, de relevância internacional depois do assassinato de Chico Mendes;
3. Os movimentos indígenas – a interação com grupos ambientalistas, particularmente internacionais, levou-os a explicitar melhor o conteúdo de proteção ambiental de sua luta pela terra e demarcação de reservas;

4. Alguns setores dos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, particularmente no Sul, colocam uma dimensão ambiental na sua luta pela reforma agrária;
5. Os setores do movimento de mulheres têm mostrado disposição para articular as questões feministas às ambientalistas;
6. Os setores dos movimentos de bairros, através de dois caminhos diferentes: de um lado, o que surge após a agressão ostensiva ao ambiente por parte de uma fábrica, por exemplo; de outro lado, aqueles que se fazem a partir de mutirões e núcleos pró melhoria da qualidade de vida, com reciclagem de lixo, limpeza de rios, lagoas etc. (Jacobi, 1989);
7. O movimento pacifista, embora de dimensões muito reduzidas, tem forte influência com o ambientalismo, destacando-se os grupos articulados pelo Serviço de Justiça e Paz;
8. Os movimentos de defesa do consumidor – uma parte significativa de seus membros tinha experiência prévia em ambientalismo;
9. Os movimentos pela saúde ocupacional, que reúnem ativistas sindicais e médicos sanitaristas, tendem a ampliar o escopo de seu trabalho incluindo a qualidade do ambiente exterior à fábrica;
10. *Um setor reduzido do movimento estudantil, em alguns campi, tem tratado de debater a problemática ambiental dentro da universidade (poluição criada pelos laboratórios e hospitais, lixo, cuidado com as áreas verdes, conservação de energia);*
11. *Os grupos para o desenvolvimento do potencial humano (homeopatia, acupuntura, ioga, tai-chi-chuan, escolas alternativas etc.) têm enfatizado a relação entre o meio ambiente externo e a “ecologia pessoal”;*
12. *Os grupos de cientistas e pesquisadores de instituições universitárias preocupados com a temática ambiental;*
13. *O ambientalismo dos políticos e partidos;*
14. *O ambientalismo dos religiosos; e, por fim,*
15. *O ambientalismo dos educadores, jornalistas e artistas.* (VIOLA, 1992: 63-64; VIOLA; LEIS, 1995: 135).

Os anos 90 marcam decisivamente uma ambientalização da sociedade brasileira. Desde esse período até a atualidade estão em curso mudanças estruturantes, desde normas ambientais (com avanços e retrocessos, como legislações conflitantes como no caso de Santa Catarina e

demais estados que já estão seguindo a direção de criação de seus próprios códigos florestais) até a participação mais direta de ambientalistas no governo.

Em linhas gerais, as forças sociais que se organizam e passam a participar desse processo de ambientalização da política o fazem como que também dinamizadas por mecanismo de governo. A sociedade contemporânea brasileira que está envolvida na temática ambiental tem como já “naturalizada” a via de participação política, mas muitos dos atores de hoje desconhecem os processos de luta que tornaram possível a criação de conselhos de meio ambiente, Ministério Público participativo e atuante, ensino de respeito às diferenças culturais, etc.. Há contradições e ambigüidades inerentes a essa fase institucional e estruturalizante do ambientalismo brasileiro. Por exemplo: a descentralização política da administração de parques e reservas ambientais incorpora pessoal técnico especializado de biólogos, oceanógrafos, agentes de turismo, etc.. numa condição de extrema precarização das relações de trabalho, pois ainda existe uma carência de profissionais que não são concursados. As ONG’s ambientalistas da fase inicial de alta contestação, antes da profissionalização, estão hoje, muitas vezes, incumbidas da administração direta dessas áreas.

Conclusão

Em resumo, a prática política do ambientalismo no Brasil permite ilustrar a existência de um processo de empoderamento de atores sociais que é difuso e extensivo às redes sociais existentes na sociedade civil, no mercado e no governo. As atitudes de protesto resurgem na atualidade nos movimentos sociais contra as construções de hidroelétricas e pela reforma do Código Florestal, especialmente perante o Congresso Nacional, na forma de ações de ocupação e em movimentos nas redes sociais, com petições virtuais. Esse empoderamento nos remete a ideia de desenvolvimento de uma cultura política ecológica integrada com a cultura democrática no país. Em linhas gerais, essa integração é produto

de uma redefinição mais crítica da política, na medida em que se rejeitam os valores liberais, os estilos de vida hedonistas, a liberdade entendida como capacidade ilimitada de ação individual, os jogos de poder irresponsáveis, o imediatismo e o descompromisso com as gerações futuras (VIOLA, 1987). Enfim, a tônica da cultura política da ecologia refere-se à superação desses valores da democracia liberal, mas também procura transpor as discussões de aprofundamento nos processos decisórios da política que não levam em conta os referenciais normativos da política ambiental (leia-se a legislação ambiental que prevê a discussão pública de temas controversos). A prática política libertária do ambientalismo nos ensina que não existe emancipação sem múltiplas dependências dos seres vivos às condições de existência do planeta, e isso inclui o respeito às minorias e seus territórios.

A memória social do ambientalismo brasileiro existe na tradição mais profunda da contestação política de denúncia que consagra o empoderamento de atores sociais ao processo de expansão da democracia não apenas no cenário nacional, mas também global. Por isso, o ambientalismo brasileiro é uma temática global que se difundiu assim desde a ECO92 no Rio de Janeiro. Os protestos de rua durante a Rio+20 consagram o potencial utópico do ambientalismo que não se sente representado pelos governos neoliberais e pela agenda da ONU a favor dos mercados.

Referências

ALEXANDRE, A. F. Referenciais epistemológicos preliminares da ecologia política. **Cadernos de ecologia política**. Florianópolis: Instituto de Ecologia Política, 2003.

ALEXANDRE, A. F.; KRISCKE, P. Aspectos da institucionalização das políticas de sustentabilidade no Brasil. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v. 3, n. 2, Florianópolis, jun/dez,2006.

ALEXANDRE, A. F. **Práticas ambientais no Brasil: definições e trajetórias**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.

BELL, D. A cultura política da sustentabilidade. In: KRISCHKE, P. (Org.). **Ecologia, juventude e cultura política**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2000.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

COHEN, J. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*. 2003, v. 46, n.3.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____ (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____ **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: Nupaub, 1999.

ECKERSLEY, R. **Environmentalism and Political Theory: toward an ecocentric approach**. UCL Press, 1992.

FREITAG, B. **Itinerários de Antígona**. São Paulo: Papyrus, 1997.

GABEIRA, F. A ideia de um partido verde no Brasil. In: Padua, J. A. (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____ **The theory of communicative action**. UK: Polity Press, 1984.

_____ **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1994.

_____ **Direito e democracia. Entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro, vols. I & II, 1997.

_____ **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio: Tempo brasileiro, 1989.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo, 2004.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEIS, H. R. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. Blumenau: Gaia/FURB, 1996.

LOUREIRO, I. (Org.). **Herbert Marcuse: A grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARCUSE, H. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999.

MELUCCI, A. **A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINC, C. **Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. Os desafios da ecopolítica no Brasil. In: Padua, J. A. (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

RAWLS, J. . **Uma teoria da justiça**. Brasília : UnB, 1981.

_____. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. In: *Lua Nova*, nº25, 1992.

_____. **Justiça e democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

VIEIRA, L. Constituição e meio ambiente: as raízes e o sonho. In: Padua, J. A. (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: Padua, J. A. (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

VIOLA, E. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (Coord.). **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

VIOLA E. & LEIS, H. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E.; LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; GUIVANT, J.; VIEIRA, P. F.; e KRISCHKE, P. J. (Orgs.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

Educação Ambiental crítica: contribuições à luz de Enrique Dussel e Paulo Freire¹

César Augusto Soares da Costa²
Carlos Frederico Bernardo Loureiro³

1. A Educação sob o colonialismo pedagógico na América Latina

A reflexão que nos propusemos neste ensaio, visa tratar das contribuições da relação pedagógica entre Enrique Dussel e Paulo Freire apontando convergências à luz da educação ambiental crítica. Tais autores são dois grandes ícones do pensamento revolucionário, filosófico e pedagógico latino-americano, a partir dos quais temos a intenção de identificar alguns marcos teóricos neste complexo mapa da realidade latino-americana. Esse movimento de aproximação teórica é relevante, uma vez que temos atualmente uma grande quantidade de pesquisas em educação ambiental espalhadas em vários programas de pós-graduação e que reconhecem a diversidade social e cultural não abdicando do trabalho

1 Trabalho apresentado no VII Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental” – Problematizando a temática Ambiental na sociedade contemporânea – Rio Claro, São Paulo, julho de 2013.

2 Sociólogo. Doutorando em Educação Ambiental/FURG. Pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). csc193@hotmail.com

3 Doutor em Serviço Social/UFRJ. Pesquisador do CNPq. Professor do Programa de Educação Ambiental/FURG e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ecologia Social/UFRJ. Líder do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). floureiro@openlink.com.br

de procurar os elos que unem os povos a partir de uma história comum e do movimento de superação das relações sociais alienadas no capitalismo.

Por outro lado, isso não significa a tentativa de enquadrarmos as experiências e as reflexões latino-americanas em esquemas fechados e, por isso, limitadores da riqueza teórica produzida com o passar dos anos. Não poderia ser nosso objetivo provar que há uma pedagogia latino-americana, como contraponto excludente a uma pedagogia europeia, africana, asiática ou norte-americana. Assim,

Entendemos que, por ser herdeira de uma determinada formação histórica e cultural, forjou-se nesta parte do mundo um pensamento com algumas características próprias, em princípio, nem melhor nem pior que o pensamento em outros lugares. Mas é um pensamento que, em meio à fugacidade das ideias de fora, que como ondas, se sucedem em modas, busca encontrar raízes por onde continua subindo a seiva que, mesmo imperceptível, continua alimentando práticas e esperanças (STRECK, ADAMS, MORETTI, 2010, p. 20).

O nosso ponto de partida é de que nossas sociedades estão em dívida com enormes parcelas da população condenadas a viverem em estados de “sub-emancipação”. No mesmo sentido, várias práticas educativas ambientais supostamente voltadas para emancipação não estão inseridas numa trajetória de lutas sociais, que foram ignoradas, silenciadas ou esquecidas em nossa caminhada pedagógica. Constata-se que parte dos educadores e pesquisadores não se preocupa com a tarefa social da ciência num país de tantas exclusões, isto é, não dialetizam porque as políticas públicas obedecem mais a *ética do mercado* do que de um compromisso efetivo com o direito das pessoas, de modo a dar condições à dignidade humana (ANDREOLA, 2003). Surge a indagação: seria possível enxergar o pensamento pedagógico latino-americano desde outra lógica, a partir dos condenados da terra⁴? (FANON, 1979). Indicamos em nosso ensaio, que este desafio:

4 A obra *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon, livro considerado, junto com *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, um dos clássicos mais importantes da descolonização. Fanon é compreendido no contexto em que a população argelina obriga-se a combater o poderosíssimo Estado Colonialismo Francês. Trata-se de uma luta anticolonial, africana e tercei-

Trata-se de buscar condições para a superação da colonialidade pedagógica impregnada na América Latina e sua história colonial de mais de quatro séculos. Com a chegada dos europeus foram subordinados as histórias e as cosmologias dos povos que aqui habitavam. A colonialidade pedagógica sinaliza o sentimento de inferioridade, com todas as ausências que se produzem nos relatos da modernidade como resultado de uma construção europeia de história, aqui realizada, a favor dos interesses de Europa (STRECK, ADAMS, MORETTI, 2010, p. 22).

A lógica colonial, expressa-se pela distribuição desigual da riqueza, mas de maneira igual pelo domínio geopolítico da epistemologia. Está radicalizada desde o estabelecimento do sistema de classificação hierárquica em todas as esferas sociais até a supressão de economias e culturas existentes antes da chegada dos colonizadores (DUSSEL, 2000). Negar as origens das civilizações estabelecidas antes da colonização é como uma maldição que atravessa a história da América Latina, pois seus efeitos se manifestam no critério de inferioridade de povos sem história e de Estados sem nação. Ou seja, os colonizados como forma de resistência, aprenderam a cultura dos dominadores, tanto no campo da atividade material quanto da prática religiosa que engendrava uma subjetividade colonizada. Dentro desta perspectiva, colonialidade e independências colocam-se de forma igual, ou seja, a proposta descolonial dos povos indígenas e afrodescendentes não foram contempladas pela emancipação política (STRECK, ADAMS, MORETTI, 2010).

Para desenvolver uma pedagogia emancipatória com características dos nossos povos, é preciso partir do encontro contraditório, po-

ro mundista. Aqui, o povo, anteriormente sob o jugo da colonização, buscava afirmar seu protagonismo nas metamorfoses históricas, banindo preconceitos que afirmavam categoricamente a África como continente sem pensamento autônomo, incapaz de pensar seu mundo da vida e sem história, (...) 378. Ao concluir a reflexão em *Os condenados da terra*, com voz profética, Fanon (1979, p. 271-74) anuncia a esperança: “o dia novo que já desponta deve encontrar-nos firmes, avisados e resolutos (...)”. Deixemos a Europa que não cessa de falar do homem enquanto o massacre por toda parte (...), em todas as esquinas de suas próprias ruas, em todas as esquinas do mundo”, uma Europa que assumiu a direção do mundo com “ardor, cinismo e violência”, obrigando-se a manter “um diálogo consigo mesma, um narcisismo cãs vez mais obscuro”. O caráter educativo da obra de Fanon, aparece na proposta da luta organizada e solidária (...) (GHI-GGI E KAVAYA, 2010, p. 378-380).

rém indissociável entre cultura europeia, indígena e africana. A primeira identificada com o projeto da modernidade burguesa, branca e capitalista, e as outras duas, as dominadas, que carregam até hoje as consequências em termos de subalternidade e resistência: a colonialidade. Dito isto,

Acreditamos que a atitude adequada não seja negar o legado da modernidade, mas reconhecê-lo e contextualizá-lo histórica e epistemologicamente, contudo, a lógica da monocultura eurocêntrica e abrir caminhos para outros paradigmas. Superar a colonialidade significa deixar de ser apêndice das transformações e assumir igualmente o protagonismo da construção de sociedades que valorizem as características da diversidade dos nossos povos (STRECK, ADAMS, MORETTI, 2010, p. 24).

Levando em conta os aspectos acima, compartilhamos da necessidade de uma visão pedagógica em Enrique Dussel e Paulo Freire frente à questão ambiental, uma vez que, a colonialidade nas causas sociais, políticas e econômicas impedem o ser humano de ser-mais pelo modo de produção capitalista. Sendo assim, temos a clareza teórica que Freire não se dedicou especificamente ao estudo da educação ambiental, mas suas amplas reflexões abrem possibilidades para refletirmos a partir de sua teoria do conhecimento e do seu método pedagógico. Através de sua práxis teórica, ele oferece meios para refletirmos sobre o ético, o político e o pedagógico na ação de ensinar e aprender. Podemos assim, encontrar em sua obra os pressupostos teóricos para subsidiar a educação ambiental, pois o pensamento de Freire tem muito a contribuir e a propor ações aos que se preocupam com uma educação ambiental crítica vista na sua totalidade (TOZONI-REIS, 2006).

A relevância das reflexões de Dussel para a educação ambiental crítica consiste em considerar o sofrimento do *outro* a consequência de uma realidade escondida em que sujeitos subjugam outros (entendidos como inumanos, inferiores, não civilizados, por meio de relações desiguais e opressivas de poder). Consequentemente, sua *Ética da Libertação* objetiva refletir sobre a relação entre o *eu* e o *outro* no campo social, debatendo a questão da exclusão social. A partir disso, analisa crítica-

mente o discurso eurocêntrico moderno e a possibilidade de superação do irracionalismo moderno por meio da razão crítico-libertadora. Dussel está para além de uma mera reflexão racional de constatação da negação do sujeito humano porque se constitui em uma ética crítica, ou seja, “da transformação como possibilidade da reprodução da vida da vítima e como desenvolvimento factível da vida humana em geral”. (DUSSEL, 2000, p. 564). Nisso consiste o postulado essencial fundamental da sua *Filosofia da Libertação*.

2. Por que Enrique Dussel e Paulo Freire?

Entre as diferentes propostas teórico-metodológicas que atualmente se apresentam num contexto social, partimos de Enrique Dussel e Paulo Freire como autores centrais para estabelecer um diálogo crítico com a educação ambiental. Noutro texto anterior (COSTA, 2011), já havíamos feito um esforço teórico na aproximação de Enrique Dussel e Leopoldo Zea. Dessa vez, esse ponto de partida não é aleatório, ou definido de maneira espontâneo, mas, ao contrário, possui razões políticas precisas que buscaremos assinalar relacionando as convergências e a contribuição destes autores na discussão de um novo projeto societário a partir de espaços de organização para o processo de emancipação através da práxis.

3. Perspectiva política e o sentido da libertação em Freire e Dussel

Convém neste momento, apontar o que Paulo Freire e Enrique Dussel entendem ao sentido e significado político do termo “libertação”, mas antes de tudo, também tornando clara a visão dos autores acerca dos seus principais postulados que orientam as suas perspectivas. No caso de Freire, a relação *opressor-oprimido*, no caso de Dussel, a antinomia *alienação-libertação* frente à Educação Ambiental.

No entendimento de Dussel:

Até muito recentemente a política não tinha descoberto sua responsabilidade ecológica [...] A previsão de permanência da vida da população de cada nação na humanidade que habita o planeta Terra é primeira e essencial função da política [...] Uma humanidade extinta obviamente aniquilaria o campo político e todos seus sistemas possíveis (2007, p. 64).

Sendo assim, consideramos que a abordagem ambiental na América Latina não é algo recente (PORTO-GONÇALVES, 2012), embora neste debate, ainda careça de sistematizações maiores, bem como de uma crítica mais consistente dos seus problemas. Uma abordagem da questão ambiental a partir da América Latina não pode ignorar esse contexto em que se dá a institucionalização dessa problemática no período que se abre desde os anos 1970, havendo uma contribuição específica na região a esse debate teórico-político. A crítica à sociedade capitalista (consumismo/productivismo) foi acompanhada pelo respeito aos povos, países e regiões cujas populações viviam em condições subumanas e não consumiam o mínimo necessário à sua existência. O debate acerca da natureza do desenvolvimento foi impulsionado e nele a reflexão sociológica de Celso Furtado teve relevância ao problematizar a ideia. Também Josué de Castro se ligou a questão oferecendo um artigo sob o título *Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição*, redigido em 1972, às vésperas da Conferência de Estocolmo (CASTRO, 2003).

Segundo Porto-Gonçalves (2012, p. 26-27):

Muito embora correntes hegemônicas da esquerda marxista tivessem, de início, criticado o ecologismo, o fato é que diferentes movimentos sociais, sobretudo na América Latina, começaram a assimilar a questão ambiental à sua agenda política. Junto com esses movimentos se desenvolveram importantes correntes teórico-políticas no campo ambiental: a “ecologia popular”, o “ecologismo dos pobres” e o eco-socialismo - onde se destacaram intelectuais como o líder seringueiro Chico Mendes, assim como o epistemólogo mexicano Enrique Leff, o economista catalão Joan Martínez Alier que tem fortes ligações com movimentos sociais

latino-americanos, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o biólogo e antropólogo mexicano Víctor Toledo, o sociólogo marxista brasileiro Michel Löwy, entre tantos. Essa contribuição teórica-política é tão importante para compreender os complexos processos sócio-históricos que estão curso como são, ainda hoje, as teses de José Carlos Mariátegui elaboradas nos anos vinte do século passado, a Teoria da Dependência, sobretudo em sua vertente marxista (Rui Mauro Marini e Theotonio dos Santos), a Pedagogia do Oprimido (Paulo Freire), a Teologia da Libertação (Frei Beto, Leonardo Boff, Enrique Dussel), assim como o Pensamento Descolonial (desde Franz Fanon e Aimé Cesaire, ambos caribenhos, até o mexicano Pablo González Casanova, a aymara-boliviana Silvia Rivera Cusicanqui e o peruano Aníbal Quijano).

Trazendo a perspectiva de Freire a discussão latino-americana, constata-se que a situação de opressão desumaniza, assim os oprimidos não podem ser verdadeiramente porque são negados em suas dimensões fundamentais e constitutivas de sua humanidade. Torna-se evidente que os oprimidos vão buscar se libertar lutando contra quem os desumaniza. Mas a luta pela libertação deve ser a luta pela recuperação da humanidade. Segundo Freire: “a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos é a de libertar-se a si e aos opressores” (1983, p. 31). “A pedagogia do oprimido, nas trilhas da teoria da dependência, se fundamenta na visão da América Latina como lugar dependente, mas também de possibilidades” (STRECK, 2010, p. 330). A superação desta situação dependente será possível mediante uma dupla ruptura: externa, trazendo para a sociedade o centro das decisões; e interna, superando a sociedade cindida pelas classes. O alcance teórico e importância da obra de Paulo Freire podem ser vistos neste sentido:

Paulo Freire representa um momento de consolidação de um pensamento pedagógico latino-americano. Suas obras constituem o núcleo de um movimento educativo que na segunda metade do século XX passou a ser conhecido como Educação Popular (...). Trata-se de um momento de ruptura que é também um momento de libertação da pedagogia. Os teólogos haviam defendido a tese de que a teologia da libertação implica a libertação da teologia, no sentido de que ela vai muito além do ensino de conteúdos, mas se

refere ao próprio processo de fazer teologia; para um grupo de filósofos, não poderia haver filosofia da libertação sem a libertação da filosofia. Em Freire temos um exercício de libertação da pedagogia. Em primeiro lugar, ela se torna uma pedagogia do outro, do oprimido (STRECK, 2010, p. 331).

Também os horizontes teóricos da *Filosofia da Libertação* de Enrique Dussel podem assim ser aclarados:

a experiência inicial da Filosofia da Libertação consiste em descobrir o “fato” opressivo da dominação, em que sujeitos se constituem “senhores” de outros sujeitos, no plano mundial (desde o início da expansão europeia em 1492; fato constitutivo que deu origem à “Modernidade”), Centro-Periferia; no plano nacional (elites-massas, burguesia nacional-classe operária e povo); no plano erótico (homem-mulher); no plano pedagógico (cultura imperial, elitista, versus cultura periférica, popular, etc.); no plano religioso (o fetichismo em todos os níveis), etc. (DUSSEL, 1995, p. 18) (...). Por meio de sua Filosofia da Libertação analisa o processo opressivo da dominação, em que uns se tornam senhores de outros no plano mundial, questionando o discurso da modernidade. Tanto a sua filosofia quanto a sua Ética da Libertação possuem clara opção política pelas vítimas do sistema-mundo, compreendido como o processo de ampliação da influência cultural de um sistema inter-regional (alta cultura ou sistema civilizatório) a outras culturas. (OLIVEIRA E DIAS, 2012, p. 92).

O desafio para os oprimidos é o de realizarem uma libertação que evite uma simples inversão dos pólos da situação opressora. Sendo assim, faz-se necessária a superação da própria contradição opressor-oprimido que acontece, segundo Freire, na luta dos oprimidos pela sua libertação: “Os opressores, violentando e proibindo que os outros não sejam igualmente ser; os oprimidos, lutando por ser, ao retirar-lhes o poder de oprimir e de esmagar, lhes restauram a humanidade de que haviam perdido no uso da opressão” (1983, p. 46). Logo, as tentativas de libertação que venham dos opressores jamais passarão de falsa generosidade, uma vez que, sua “suposta generosidade” implica na permanência da injustiça e na existência da pobreza diante a situação de necessidade. Entendemos

que a verdadeira generosidade incide na luta pela restauração da plena humanidade na situação dos oprimidos e na superação destas “generosidades desiguais” (BOUFLEUER, 1991).

Consequentemente, o oprimido é o interessado na transformação da sociedade, pois é ele que sente os efeitos de sua condição. Sua libertação resultará na busca da práxis de libertação. Práxis que, partindo da reflexão em torno da opressão e suas causas, visam engajar na luta pela recuperação de sua condição humana. Freire aponta desta forma a sua *Pedagogia do Oprimido*: “aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele” (1983, p. 32).

A concepção política de Freire é o que dá sentido à utopia de construção da nova sociedade livre, solidária e humanista. Tal projeto impele uma pedagogia da luta política a ser elaborada no processo da luta libertadora que os oprimidos tratam historicamente. Por essa razão que não deve existir receitas prontas e previsões de como acontecerá o processo político libertador, porém, existe a exigência radial do cultivo da dialogicidade para que juntos, possam superar as práticas que reproduzem a opressão por uma nova cultura essencialmente humanizadora (ZITKOSKI, 2007). Além de uma política pedagógica dos oprimidos devem trilhar para a construção histórica, a união dos diferentes é exigida na luta contra os antagonismos (FREIRE, 1995). Essa estratégia precisa ser fundamental na luta política de libertação, das relações de gênero, das vivências étnicas e atualmente, pela situação de desigualdade social reproduzida pela questão ambiental.

Segundo Zitkoski (2007, p. 242):

a luta política dos oprimidos deve ser radicalmente solidária com todos os segmentos e, para que as diferentes luta de cada setor da sociedade se converta em uma articulação comum a todos rumo à transformação da sociedade, faz-se necessária uma leitura dialética (crítica e problematizadora) dos diferentes momentos do embate prático que incide contra as estruturas sociais opressoras.

Frente o jogo de forças do processo político histórico que produz o embate entre elite e classes populares, manutenção dos interesses das classes dominantes ou redemocratização do acesso aos direitos, surgirão novos contextos que exigirão novas lutas antagônicas da vida em sociedade. Ou seja, o que está em jogo é a permanente luta de classes historicamente determinada:

O que acontece é que luta é uma categoria histórica e social. Tem, portanto, historicidade. Muda de tempo-espço. A luta não nega a possibilidade de acordos, de acertos entre as partes antagônicas (...). Há momentos históricos em que a sobrevivência do todo social, que interessa às classes sociais, lhes coloca a necessidade de se entenderem, o que não significa estarmos vivendo um novo tempo, vazio de classes e conflitos (FREIRE, 1994, p. 43).

Assim, a substantividade democrática na vida política (FREIRE, 1987) requer a prática do diálogo, da busca do entendimento como princípio que está acima de outras formas e estratégias da luta política de humanização/transformação do mundo.

Aqui se faz necessário, trazeremos a contribuição dusseliana ao sentido e significado do termo *libertação*. Segundo Dussel (DUSSEL, 1986), a Filosofia latino-americana terá sua originalidade ao se fundar sobre um projeto ético-antropológico interpretante do homem latino-americano. Tal projeto só poderá ser realizado se se constituir numa filosofia sobre novas bases metodológicas e históricas, sendo necessário ao pensamento latino-americano ultrapassar os modelos metodológicos das filosofias européias que geram a alienação do homem latino-americano (OLIVEIRA, s/d). No plano metodológico, Dussel, partindo de Marx e da tradição semita propõe uma nova formulação metodológica: o Método anadialético. Trata-se de uma metodologia filosófica original, porque se distingue e supera os procedimentos e categorias etnocêntricas da modernidade européia. O Método da *Filosofia da Libertação* terá seu ponto de partida no princípio da alteridade, onde o pressuposto desse método estabelece que o discurso filosófico tem um caráter eminentemente ético, para além da dimensão puramente lógica. O discurso é válido ou inválido

não pôr sua correção lógica, mas por seu acordo ou desacordo com a justiça (DUSSEL, 1986). Torna-se evidente que neste ensaio, não teríamos espaço para detalhar todo o escopo do pensamento dusseliano, mas sim, desenvolver seus principais postulados a partir das categorias *alienação e libertação* e suas implicações para a questão ambiental.

Para Dussel, a *alienação* consiste no fato de tomar o “outro enquanto instrumento” (objeto prático), isto é, enquanto um ser que serve de mediação para a realização das vontades do outro, aniquilando a semelhança e a distinção. Assim, a alienação resulta de uma práxis de dominação, que é a afirmação de um projeto totalizador opressor e autoritário (OLIVEIRA, s/d). Nessa perspectiva o projeto dominante impõe seu horizonte de abrangência, utilizando e instrumentalizando a tudo e a todos em função de uma cultura individualista, como por exemplo, expressa o capitalismo. Para assegurar a realização desse projeto dominador seus interessados promovem diversos tipos de alienação, a do capital, do trabalho, da cultura, a política, a religiosa, a educativa. Deve-se observar, segundo Dussel, que a alienação apresenta-se não somente em forma de discurso, mas também, ao nível das ações e condutas (DUSSEL 1977).

A *libertação* dentro deste horizonte consiste na desalienação das pessoas, povos, culturas e instauração de uma nova ordem fundada no respeito à alteridade e exterioridade humana, pois no processo de desalienação é preciso estar atento para não compreender o outro apenas como dimensão objetiva do mundo, como um meio para realizar determinado “projeto libertador”. Logo, é preciso cuidar para não construir uma totalidade na qual o outro aparece como objeto da ação de outros, sendo necessária uma crítica constante a toda ontologia de sistemas totalizantes. O *ethos*, o caráter da libertação exige não repetir a mesma ordem dominante e excludente, mas criar uma nova a serviço do outro. Esse *ethos*, para Dussel, se estrutura a partir do acolhimento alterativo, amor de justiça, acolhimento do outro enquanto outro que nos leva a compartilhar de sua miséria, da miséria de um povo, dos sofrimentos dos excluídos, dos explorados. A partir daí, somos provocados a buscar relações fraternas e solidárias que nos motiva à subversão do sistema para reconstruí-lo numa justiça real que afirma a dignidade humana. Sendo assim, indicamos que:

A metodologia de investigação da Filosofia da Libertação poderá revigorar os estudos de história latinoamericana na direção em que estamos apontado, superando a perspectiva historiográfica eurocêntrica. O método ana-dialético de Enrique Dussel poderá expor a totalidade histórica a partir das múltiplas configurações culturais vividas dinamicamente pelas etnias e grupos sociais, cujo ethos jamais está absolutamente incluído no projeto de dominação das classes colonizadoras (OLIVEIRA, s/d, p. 22)

Nesta perspectiva, o método analético de Dussel, é um método cujo ponto de partida é uma opção ética e uma práxis histórica concreta. Evidencia-se que deve aliar o rigor teórico especulativo e a ação ético-política à favor da libertação humana, uma vez que, a indiferença compactua com o sistema vigente. Pois não é pela lógica e a eficácia que devemos mensurar o conhecimento, mas pelo seu caráter humanizador e justo das relações sociais, sobretudo, nas relações com a natureza. Ou seja, para Dussel é através da *Ética da Libertação* com seus princípios mais elaborados que traz em seu horizonte uma ética necessária em face da “miséria que aniquila a maioria da humanidade no final do século XX”, junto com a incontível e destrutiva contaminação ecológica do planeta Terra (DUSSEL, 2000, p. 15). Sua ética fundamenta-se também na criticidade que entendemos ser vital para a perspectiva ambiental assumida neste ensaio. Ela se utiliza a inevitabilidade da existência de vítimas como critério para julgar criticamente a totalidade de um sistema de eticidade. Significa que sua razão crítica “permite o (auto) reconhecimento das vítimas do sistema-mundo (dominados: operários, índios, escravos, etc. e discriminados: mulheres, idosos, incapacitados, imigrantes, etc.), bem como o descobrimento de suas alteridades e autonomias, negadas pelo sistema-mundo vigente” (OLIVEIRA E DIAS, 2012, p. 98).

Já para o educador brasileiro existe uma ideia essencial que perpassa a análise das condições necessárias para o compromisso libertador: o trabalho de libertação não pode se inspirar em métodos que produziram a *consciência alienada*, a opressão. Para isso, Freire indica a necessidade que a liderança libertadora estabeleça um diálogo crítico com os oprimidos. “O diálogo para Freire, implica na combinação da reflexão

e da ação. Ele é a práxis pronunciante do mundo, com a qual os homens o transformam, ao mesmo tempo em que se humanizam” (BOUFLEUER, 1991, p. 115).

Enrique Dussel alude a um *ethos* da libertação que pressupõe algumas características que marcam a liderança libertadora. Para Dussel, *ethos* significa costume ou o caráter de uma pessoa ou de um povo. Na perspectiva libertadora, consiste no modo de deixar que o outro seja Outro, em reconhecê-lo como projeto novo. Mas, como o Outro só se revela pela palavra, torna-se necessidade escutar sua voz que transcende o além do meu mundo. Ou seja, torna-se voz do Outro que me comove e me faz assumir sua causa, sendo também responsável por ela.

De fato, o *ethos* da libertação é vivido como amor-de-justiça e pressupõe a pulsão alterativa. Esta faz o homem transcender o horizonte do seu mundo e abrir-se responsabilmente ao Outro, que é, no caso, o oprimido. Na verdade, trata-se de comiserção, de um por-se-junto-a-miséria do Outro, para servi-lo em razão de sua real dignidade como exterioridade (BOUFLEUER, 1991, p. 116).

Postulamos que a proposta de Dussel se aproxima de Freire em relação do que chamamos *ethos* de libertação. Existe uma convergência de argumentos para a proposição de um mesmo sentido. Pois quando Freire rejeita a “doação” do saber revolucionário ao oprimido e indica uma postura de confiança e de diálogo, ele está assinalando que o projeto de libertação deve se construído com o oprimido. Da mesma forma, há uma complementaridade entre quem cala e diz sua palavra e aquele que escuta e atende, tal como propõe Dussel. O decisivo para ambos autores, é considerar o oprimido como pessoa livre, digna de respeito e dedicação, capaz de ter uma posição contribuindo para sua libertação. Significa rejeitar a postura que “toma o oprimido como objeto de manipulação por parte da liderança revolucionária. E isso que se verifica nos dois autores em questão” (BOUFLEUER, 1991, p. 117).

Percebe-se que, no *ethos* da libertação proposto por Freire e Dussel, existe uma ênfase na palavra, pois para Dussel, o pedagógico se desenvolve na bipolaridade palavra-ouvido. A exterioridade do Ou-

tro, que aqui é o Outro pedagógico, se revela pela palavra. A pedagógica implica num recíproco falar e escutar. Assim, o ver o compreender significariam numa tendência ao julgamento, à objetivação e à dominação, enquanto o falar e escutar, própria do *ethos* semita, resultaria numa atitude de acolhida, respeito e libertação. Em Freire, a palavra geradora do seu método que aquela que pronuncia o mundo, transformando-o; a palavra que aprende a dizer; a palavra do diálogo, da comunicação, da comunhão.

Fica bastante evidente que a convergência que se estabelece entre Dussel e Freire quanto à relação pedagógica. As implicações da analogia na proposta de Dussel têm muito a ver com as do diálogo proposto por Freire. O que ambos rejeitam é o autoritarismo, o dogmatismo e o depósito de conteúdos, que tornam o educando objeto de manipulação do educador. Por isso, a proposta é de uma fecundação recíproca no processo educativo (BOUFLEUER, 1991, p 119).

4. Contribuições de Dussel e Freire à Educação Ambiental Crítica

Partindo das convergências e complementaridades apontadas acima nos dois autores, iremos tecer algumas contribuições à Educação Ambiental crítica que os nossos autores sinalizaram. A Educação ambiental crítica considera de modo integrado as relações sociais e ecológicas. Sendo assim, nesta as bases éticas e antropológicas colaboram e cimentam a negação da opressão como “naturalização das relações” (PERALTA E RUIZ, 2004). É o contexto social e econômico que determina as formas de expropriação e dominação, sendo possível transformá-lo, mas com a condição de que cada sujeito e grupo social se transformem em sujeitos históricos conscientes de sua real condição de alienação no marco de uma sociedade desigual e constituída, portanto, em classes.

As propostas de Dussel e Freire para a Educação Ambiental crítica auxiliam na adoção de estratégias políticas dirigidas à emancipação/libertação inscritas nos marcos de um processo de radicalização da ques-

tão social, sendo contrários a lógicas neoliberais hegemônicas, próprias da feição que o capitalismo assume na América Latina em sua matriz colonial.

A contribuição de Paulo Freire põe em evidência os fundamentos filosófico-políticos na sua teoria do conhecimento e ação no mundo que denominamos educação libertadora. Uma das principais concepções da educação libertadora é que a educação é uma atividade em que os sujeitos, educadores e educandos, mediatizados pelo mundo educam-se em comunhão (TOZONI-REIS, 2006). Esse processo, Freire chama de “conscientização”, isto é, ao se aprofundarem no conhecimento da realidade vivida, real e concretamente pelos sujeitos, os quais têm as possibilidades de emergir no conhecimento de sua própria condição, ou seja, de sua própria vida. Em vista disso, a educação libertadora é uma alternativa política à educação tradicional, a que ele denominou “educação bancária” que por opção política e metodológica de caráter “pacificador”, realiza-se por simplesmente transmitir conhecimentos de educadores para educandos sem promover uma crítica radical. Por sua vez, a educação libertadora objetiva questionar as relações dos homens entre si e deles com o mundo, criando condições para um processo de desvelamento do mundo que tem como prioridade transformá-lo socialmente. Para Freire, a educação não é a garantia das transformações sociais, mas as transformações são impossíveis sem ela, sem uma visão crítica da realidade (FREIRE, 1983).

Paulo Freire num dos subtítulos do primeiro capítulo de sua *Pedagogia do Oprimido* (1983) revela que: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. A *Pedagogia da Libertação* e sua expressão *Ética Universal do Ser Humano* surgem de um processo histórico de libertação dos povos latino-americanos, expresso também em outras formulações teórico-metodológicas, como a *Filosofia da Libertação* ou *Ética da Libertação*, a *Teologia da Libertação*, o Teatro do Oprimido de Augusto Boal e dos Movimentos de Educação e de Cultura Popular (ANDREOLA, s/d). A *Pedagogia do Oprimido* de Freire tem seu projeto histórico-político, pertencente à humanidade, dada a sua universalização. Dessa forma, a *Pedagogia do Oprimido*, é um projeto coletivo que se assumido com liberdade e criati-

vidade visa um projeto de emancipação. Este processo histórico de transformação e libertação é desenvolvido no diálogo e no fazer conjunto com os sujeitos históricos, a multidão dos oprimidos, que constituem a “comunidade das vítimas” segundo Dussel (2000), dos “oprimidos”, segundo Freire. Vislumbra-se aí, um projeto pedagógico de libertação, uma práxis revolucionária em um projeto baseado na conscientização, que em Paulo Freire toma conotação eminentemente política, transformando-se numa relação que deve ser superada.

É evidente que a filosofia de Dussel, não pode ser tratada como uma filosofia educacional, muito menos ambiental, haja vista, que em seus escritos, não prevalece uma intenção pedagógica (embora seja um conceito no escopo de seu pensamento), como também não podemos assinalar que a obra de Paulo Freire tenha no conjunto uma preocupação ambiental. Apontamos que ambos pensadores tematizaram um pensamento filosófico-político que na história da América Latina e na história da educação tiveram expressiva influência nas pedagogias críticas e nos instrumentaliza para refletirmos criticamente a sociedade, bem como o contraponto à efetivação dos projetos societários vigentes que excluem o ser humano da possibilidade de vir-à-ser mais (ZITKOSKI, 2007).

Em Dussel, constatamos a preocupação fundamental com a Libertação dos sujeitos envolvido no processo de opressão do sistema colonial europeu, cujo processo deixou chagas sociais em nosso continente. Desse modo, o autor nos propõe refletir sobre a nossa condição de sujeitos inseridos na realidade social, para que possamos desenvolver uma perspectiva crítica dos acontecimentos sociais, políticos, culturais e econômicos em torno do sistema vigente. A abordagem latino-americana de Enrique Dussel descobre sua vitalidade e alcance crítico neste esforço de diálogo e aproximação com a proposta de Paulo Freire. Assim, nesta perspectiva somos capazes de descobrir um aspecto fundamental: a existência de muitos mundos diferentes dentro do nosso mundo: a “outridade latino-americana” (DUSSEL, 1986), dentro da nossa realidade. Metodologicamente optamos por valorizar o foco de análise na educação trazendo o enfoque da filosofia e da educação libertadora, por reconhecermos

a importância que ela ocupa, enquanto práxis, orientação e efetividade histórica em nosso continente (COSTA, 2011).

A *Filosofia da Libertação* de Enrique Dussel se apresenta num propósito único: libertar filosófico-politicamente (DUSSEL, 1986). Ou seja, quer libertar-nos politicamente, mostrando-nos alguns mecanismos de dominação e exploração que normalmente nos passam despercebidos ao cotidiano. A libertação filosófica e a libertação política se completam e são inseparáveis no método dusseliano, pois contemplam todas as dimensões da vida pessoal e coletiva. Assim, possibilitam-nos instrumentos teórico-práticos para libertação integral, não só como sujeitos, mas enquanto sociedade, impelindo-nos a uma nova ordem social justa e igualitária. Consequentemente, o apelo à “responsabilidade do outro” e “pelo próximo”, que este rosto (Outro) traz está concretamente, existencialmente e historicamente marcado. O “outro”, de quem assinala Dussel, é o outro com um rosto, o outro concreto, em milhões de rostos que carregam as marcas do sangue, os sulcos da fome e da humilhação. Esta crítica, o autor não faz no nível das argumentações metafísicas, mas sim no plano humano das opressões historicamente estabelecidas. Em outras palavras, poderíamos falar numa ética da libertação como fundamentação ética e radical para a realização humana (DUSSEL, 1986). O “outro” negado de Dussel é, nesse contexto, o oprimido que assinala Freire, uma vez que, o mesmo sempre buscou uma práxis dentro de seu país, sendo incontestável que o “oprimido” (que mencionava em seus escritos) significa o *encobrimiento* de todos os povos da América Latina⁵ (DUSSEL, 1993). A devida e necessária aproximação entre exclusão latino-americana e reconhecimento da solidariedade humana como ponto de partida para uma redefinição

5 Na crítica histórica de Zanotelli, há o seguinte questionamento: Quais são estes traços identitários? Somos latino-americanos? Se o somos, não aceitamos facilmente que o sejamos segundo a visão preconceituosa que os países do Primeiro Mundo têm de nós. Mas o fato de sermos tratados preconceituosamente, estigmatizados como indolentes, preguiçosos, andarilhos, improvisadores, não muito sérios em cumprir os compromissos empenhados, etc... de não termos nem espaço, voz e vez nos meios de comunicação daqueles países, o fato ainda de sermos esquecidos e negados, mesmo e especialmente nos fatos em que somos lembrados (carnaval, futebol e escândalos) essa contraposição, essa discriminação, é também um lugar de nossa identificação. É preciso recolher com cuidado os vetores de nossa identidade e o processo de nossa identificação. ZANOTELLI, J. *América Latina: raízes sócio-político-culturais*, p. 14.

do atual projeto societário, requer em ancorar neste método de abordagem na realidade visando transformá-la radicalmente. Tal abordagem envolve compreensões da questão ambiental fruto de sistema colonizador e dominante que por séculos alija o povo latino-americano de sua condição e realização (ASSMANN E SUNG, 2000).

5. Considerações finais

À luz do que foi explicitado, indicamos que a relevância dos referenciais e categorias trabalhadas por Dussel e Freire possui muitas complementaridades e convergências para a Educação Ambiental crítica, uma vez que, suas compreensões de homem-mundo são vitais para a posição epistemológica assumida por esta. Para a perspectiva crítica em que ambos se inserem, a práxis de dominação não reconhece a alteridade. O outro deixa de ser importante para tornar-se coisa. O agir da opressão, ao negar o Outro como outro, incorpora-o num sistema que o aliena e a possibilidade em transformarmos as formas como nos relacionamos com a natureza, o que implica, nos relacionarmos com a humanidade. Seguindo o viés marxista, para Dussel a práxis de dominação na organização da produção é o que define o grau de alienação na formação social. “No modo de produção assim constituído, o Outro (trabalhador) perde sua liberdade. Sua vida e seu fazer já não lhe pertencem e passa a ser instrumento a serviço de interesses alheios. Alienação e dominação são aspectos intrínsecos à totalidade totalizada” (BOUFLEUER, 1991, p. 68). O processo de libertação tem seu ponto chave na escuta da voz do Outro, o que vem a exigir respeito e responsabilidade para com ele. Segundo Dussel, a libertação que implica num trabalho em favor do Outro, não pode ser resumido na relação homem-homem (práxis), mas inclui a relação homem-natureza (*poiesis*). “Não há libertação sem economia e tecnologia humanizada, e sem partir de uma formação social histórica” (DUSSEL, 1977, p. 69). Logo, o sentido da práxis de libertação será de transposição do horizonte do sistema para construir uma formação social

nova e mais justa. “Uma práxis que se restringisse a um movimento intra-sistêmico não conseguiria criar algo de realmente novo, pois não passaria de uma mediação dentro de um mundo já dado, dentro de uma ordem marcada pela dominação” (BOUFLEUER, 1991, p. 72). Tal posição vem apontar que:

A exclusão social se constitui num problema ético e político, o que implica, a partir do olhar de Dussel, não apenas reconhecer a existência de vítimas ou de oprimidos ou de abstrair conceitos e valores que reforçam a solidariedade, a justiça social, os direitos humanos, mas há necessidade de se problematizar as causas da exclusão a partir do reconhecimento do outro não só como excluído, mas também como sujeito, assumindo-se um compromisso ético com o outro, denunciando a exclusão e se apontando perspectivas de mudança (OLIVEIRA E DIAS, 2012, p. 105).

Por tudo isso, a libertação social e política estão dialeticamente relacionadas, sendo compreendidas no processo de vir-à-ser superado na contradição opressor-oprimido/colonizador-colonizado. Nesse âmbito, a *Pedagogia do oprimido* de Freire colabora por ser uma pedagogia do ser humano nas mais diversas e complexas relações. Ou seja, o educador tem de agir na práxis, e para tal precisa ser educado/educar/educar-se, não lhe sendo suficiente o simples contato distanciado com aqueles aos quais se destina sua tarefa. E é nesse horizonte que o pensamento de Paulo Freire e Enrique Dussel possuem reconhecimento em suas premissas políticas que se tornam essenciais para a educação ambiental. Por tudo isto,

Educação Ambiental é dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. Essa atividade exige sistematização através de metodologia que organize os processos de transmissão/apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos. Assim, se a educação é mediadora na atividade humana, articulando teoria e prática, a educação ambiental é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades

necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem. Podemos dizer que a gênese do processo educativo ambiental é o movimento de fazer-se plenamente humano pela apropriação/transmissão crítica e transformadora da totalidade histórica e concreta da vida dos homens no ambiente (TOZONI-REIS, 2004, p. 147).

Em síntese, compreendemos que as posições de Enrique Dussel e Paulo Freire contribuem com a Educação Ambiental crítica na forma de repensarmos os fundamentos e a práxis de uma Educação Ambiental consistente no enfrentamento da realidade de desigualdade social da América Latina e no compromisso social manifestado no processo pedagógico emancipatório. Com os dois autores críticos, aprendemos que “a consciência ético-crítica é necessária para que se compreendam as causas da opressão e da exclusão sociais para intervir e transformar as realidades educacional e social” (OLIVEIRA E DIAS, 2012, p. 105).

Referências

ANDREOLA, B. Ética e solidariedade planetária. In: DALLA VECHIA, A. (Org.). **Ética: diversidade e diálogo na produção de referências para a educação**. Pelotas: Seiva, 2003, p. 17-37.

_____. **Freire e Habermas: aproximações possíveis e convergências impossíveis**. s/d.

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. **Competência e sensibilidade solidária**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOUFLEUER, P. **Pedagogia latino-americana: Freire e Dussel**. Ijuí: UNI-JUÍ, 1991.

CASTRO, Josué de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição In: CASTRO, Josué de. **Fome: um tema proibido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, C. A. S. Filosofia latino-americana: pressupostos para a “libertação ambiental”. In: VI Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, Ribeirão Preto. **Anais do VI EPEA**. UNESP, 2011.

DUSSEL, E. **20 teses de política**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DUSSEL, E. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Método para uma Filosofia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. **Filosofia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1977.

_____. **1492, o encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus, 1995.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **A sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'água, 1995.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GHIGGI, G.; KAVAYA, M. Frantz Fanon e a pedagogia da “colaboração muscular”. In: STRECK, D. (Org.). **Pensamento pedagógico latino-americano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 377-391.

OLIVEIRA, D. **O método da Filosofia da Libertação, segundo Enrique Dussel**. s/d.

OLIVEIRA, I.; DIAS, A. Ética da libertação de Enrique Dussel: caminho de superação do irracionalismo moderno e da exclusão social. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 17, n. 3, p. 90-106, set./dez. 2012.

PERALTA, J; RUIZ, J. Educação popular ambiental. Para uma pedagogia da apropriação do ambiente. In: LEFF, E. (Coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 241-280.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Interthesis**, Santa Catarina, v. 9, n.1, 2012, p. 16-50.

STRECK, D. (Org.). **Pensamento pedagógico latino-americano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. Paulo Freire e a consolidação do pensamento pedagógico na América Latina. In: STRECK, D. (Org.). **Pensamento pedagógico latino-americano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 329-345.

STRECK, D; ADAMS, T; MORETTI, C. Pensamento pedagógico em nossa América: uma introdução. In: STRECK, D. (Org.). **Pensamento pedagógico latino-americano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 19-35.

TOZONI-REIS, Marília. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

_____. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia ambiental, crítica, transformadora e emancipatória. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 27, 2006. p. 93-110.

ZANOTELLI, J. **América Latina: raízes sócio-político-culturais**. 3. ed. Pelotas: Educat: 2007.

ZITKOSKI, J. A Pedagogia freireana e suas bases filosóficas. In: GHIGGI, Gomercindo, SILVEIRA, Fabiane; PITANO, Sandro. (Orgs.). **Leituras de Paulo Freire**. Pelotas: Seiva, 2007. p. 229-248.

Tensão público-privado na Educação Ambiental: análise crítica dos projetos privatistas nas escolas públicas

Rodrigo Lamosa¹
Leonardo Kaplan²

1. Introdução

A problemática da tensão entre o caráter público e o privado na educação é histórica e remonta a questões dos campos teórico-conceitual e político-prático, sendo estas dimensões indissociáveis. A educação ambiental, enquanto educação, também está atravessada por esta tensão entre o público e o privado. Escrevemos este texto com o objetivo de recuperar um pouco do debate travado no campo educacional e apontar problemas decorrentes da apropriação privada das escolas públicas para desenvolver projetos relacionados à temática ambiental.

Antes de iniciar o debate sobre a contradição público-privado na educação, é necessário recorrer à compreensão sobre a natureza do Estado. Marx compreendia que o Estado é determinado pela sociedade civil

1 Professor do Departamento Educação e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Educação pelo PPGE/UFRJ. Membro dos grupos de pesquisa Laboratório de Investigação Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS) e Grupo Trabalho, Política e Sociedade (GTPS). rodrigo1281@yahoo.com.br

2 Professor substituto da Faculdade de Educação da UFRJ e professor de Ciências da rede municipal do Rio de Janeiro. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Mestre em Educação, bacharel e licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS-UFRJ). leonardokaplan@gmail.com

enquanto expressão das contradições existentes nas relações de produção. Em suas palavras,

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Então, na concepção marxista, a sociedade civil, o conjunto das relações de produção, é que determina a natureza do Estado. Assim,

a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê (*Ausschuss*) para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 2011, p. 42).

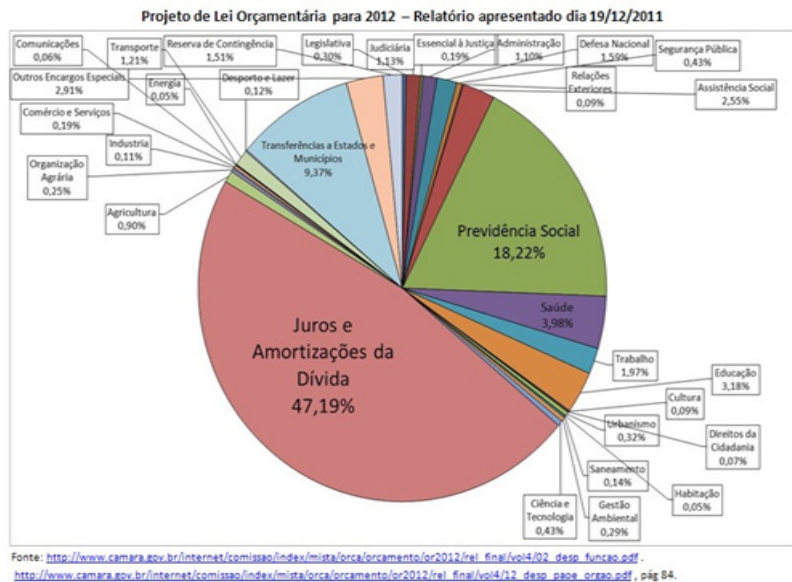
Portanto, no capitalismo, o Estado está politicamente a serviço da classe que detém o poder econômico na sociedade, sendo um instrumento desta classe dominante, conservando e reproduzindo os interesses desta. Como demonstrou o estudo de Engels (2006), o Estado tem sua origem e existência vinculada à sociedade de classes, só sendo possível superá-lo com a abolição desse modelo societário. Lenin incorporou as contribuições de Marx e Engels sobre o Estado e avançou na teoria e na prática política, liderando a revolução socialista na Rússia. Lembrou que Engels havia indicado, em seu livro *Anti-Dühring*, que o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade (Lenin, 1949), embora represente a classe dominante. Como exemplo, os recentes go-

vernos do Partido dos Trabalhadores (no nome e em tese), presididos por Lula da Silva e Dilma Rousseff, apesar de adotarem o *slogan* “*Brasil: um país de todos*” e terem implementado políticas sociais de alívio à pobreza (Bolsa Família, sobretudo) - de acordo com as orientações de organismos internacionais como o Banco Mundial³ -, não só não romperam, como vêm desenvolvendo o capitalismo no Brasil. Dessa forma, não é de se estranhar que significativas frações da burguesia brasileira venham rasgando elogios ao governo federal⁴.

Todas estas conceituações clássicas, mas não superadas, são necessárias ser retomadas dada a enorme confusão que é feita entre estatal, público e privado. O conceito de público, como muitos autores defendem (LEHER, 2005; DAVIES, 2003), aquilo que é voltado para todos, enquanto direito social do povo, é forjado na luta contra o que é privado, reservado a poucos e fonte de privilégios. Como vimos, no modo de produção capitalista, o Estado está atravessado de privatismos na medida em que está a serviço da burguesia, como classe dominante, e assim, atende a interesses privados, determinadamente, os da burguesia. O gráfico a seguir, retirado do site <http://www.auditoriacidada.org.br>, é bem ilustrativo disto:

3 Conforme analisa o artigo de Maria Orlanda Pinassi sobre a implementação do neoliberalismo no Brasil. Disponível em <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/maria-orlanda-pinassi-neodesenvolvimentismo-ou-luta-de-classes.html> Acesso em 13 de janeiro de 2013.

4 Os recentes artigos da Edição Especial sobre os dois primeiros anos do governo Dilma, de 09 de janeiro de 2013 (nº 730), da revista *Carta Capital*, são uma boa evidência. Elogios por parte de empresários como Eike Batista (EBX), Abílio Diniz (Pão de Açúcar), Cleodorvino Belini (Fiat/Chrysler), Roberto Setúbal (Itaú Unibanco), Luiz Carlos Trabuco Cappi (Bradesco), Maria das Graças Silva Foster (Petrobras), Luiza Helena Trajano (Magazine Luiza) não deixam dúvidas de que o Estado brasileiro representa muito bem os interesses de frações da burguesia nacional, como setores ligados à mineração, agronegócio, bancos, setor automobilístico, setor comercial, etc.



As prioridades orçamentárias do governo federal são reflexo das prioridades do Estado que serve aos interesses do capital. Para o orçamento de 2012, enquanto 47,19% do PIB brasileiro foi para pagar juros e amortizações da dívida externa e interna⁵, apenas 3,98% foi para a saúde, 3,18% para a educação, 0,29% para a gestão ambiental e 0,05% para a habitação. Situações análogas ocorrem nos governos estaduais e municipais, visto que trata-se do mesmo Estado burguês em uma sociedade capitalista. Dessa forma, “as políticas públicas emanadas do Estado anunciam-se nessa correlação de forças, e nesse confronto abrem-se as possibilidades para implementar sua face social, em um equilíbrio instável de compromissos, empenhos e responsabilidades” (SHIROMA et al., 2007, p. 8). As políticas sociais, em especial, são estratégicas para o Estado capitalista, pois, além de revelarem a submissão deste Estado aos interesses do capital na organização e administração dos bens e serviços

5 Sendo 55% os bancos nacionais e estrangeiros, 21% os fundos de investimento, 16% os fundos de pensão e 8% as empresas não-financeiras, como os credores da dívida interna Gráfico e estudo disponível no site <http://www.auditoriacidade.org.br>. Acesso em 13 de janeiro de 2013.

públicos, asseguram e ampliam os mecanismos de cooptação e controle social. Nesse sentido, as políticas públicas (em especial, as sociais) são mediadas pelas lutas, pressões e conflitos em torno delas (SHIROMA et al., 2007). Então, uma boa análise das políticas sociais requer compreender, além da dinâmica do capital, os antagonismos e complexos sociais que com ele se confrontam, entendendo o significado de cada política em sua esfera específica e, no conjunto, para apreender o significado do projeto social do Estado como um todo e as contradições gerais do momento histórico analisado (SHIROMA et al., 2007, p. 9). Por sua vez,

as políticas educacionais, mesmo sob semblante muitas vezes humanitário e benfeitor, expressam sempre as contradições suprarreferidas. Não por mera casualidade. Ao longo da história, a educação redefine seu papel reprodutor/innovador da sociabilidade humana. Adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e à reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida. O processo educativo forma aptidões e comportamentos que lhes são necessários, e a escola é um dos seus loci privilegiados (SHIROMA et al., 2007).

Na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx (2006, p. 102) entende que é inadmissível, totalmente rejeitável, uma “educação popular a cargo do Estado”. Para Marx,

uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente, as matérias de ensino, etc. e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado (...), e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo! Longe disso, o que deve ser feito é subtrair a escola de toda influência por parte do governo e da Igreja.

Acrescente-se aí as empresas e demais organizações que sirvam aos interesses das classes dominantes. Ou seja, os desafios para a construção de uma escola pública de qualidade referenciada socialmente são extremamente atuais, posto que ainda não resolvidos historicamente. A seguir, no sentido de recuperar historicamente como vem se configurando

a tensão público-privado na educação brasileira, apontamos alguns recortes históricos.

Desde os anos 1990, com a ascensão de governos socialdemocratas e social-liberais, que implementaram uma reforma do aparelho do Estado brasileiro pautada em orientações neoliberais, vem sendo produzido e circulando um certo discurso consensuado em torno do papel do Estado e sobre as políticas educacionais (SHIROMA et al., 2007). Esta reforma, ainda em curso, embora iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com o Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) sob a tutela do então ministro Bresser Pereira, busca racionalizar os recursos públicos, transferindo para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado, conforme afirma o Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995. Nestas formulações, Estado e sociedade civil são tratados como opostos e antagônicos, o Estado é tido como burocrático, autoritário e ineficiente, e a sociedade civil como terreno das liberdades democráticas e da eficiência, apagando os conflitos entre as classes sociais (KAPLAN, 2011). Isto abre caminho para que ganhem força os discursos e os projetos das parcerias público-privadas, das privatizações, das terceirizações e do público não-estatal, retirando e requalificando direitos sociais conquistados anteriormente (educação, saúde e transportes públicos são exemplos) e tratando-os enquanto serviços, na lógica do mercado.

Este consenso em torno das políticas educacionais que parte da desqualificação de ideais e valores oriundas de projetos antagônicos (socialistas ou progressistas), vistos como utopias e incapazes de lidar com a realidade (SHIROMA et al., 2007, p. 46), tem sido difundido e (re)elaborado desde então pelos órgãos de imprensa (jornais, canais de TV, emissoras de rádio e sites na internet, de grande circulação e acesso), por partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e escolas sob o enfoque da classe dominante (ibidem). Diversos documentos produzidos pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, Unesco, PNUD, Unicef, Cepal, etc) e em encontros organizados pelos mesmos propalaram esse ideário em conjunto com intelectuais de frações da burguesia nacional (Luiz Carlos Bresser Pereira, Guiomar Namó de Mello, Eunice Durham,

Paulo Renato de Souza, entre muitos outros). Isso ajuda a entender esta reforma não como uma imposição de fora para dentro, mas como uma compatibilização de interesses de classe.

Saviani (2008), em sua análise histórico-crítica sobre as concepções e projetos para a educação brasileira, caracteriza o período entre 1991 e 2001 (e consideramos que tais análises, no fundamental, se aplicam até os dias de hoje) como neoprodutivista, neoescolanovista, neoconstrutivista e neotecnicista. Todas estas são variantes surgidas no contexto do capitalismo neoliberal, que remete ao Consenso de Washington, em 1989, reunião que discutiu reformas consideradas necessárias para os países em desenvolvimento, incluindo os da América Latina. É nesse contexto que

as ideias pedagógicas sofrem grande inflexão: passa-se a assumir no próprio discurso o fracasso da escola pública, justificando sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso, se advoga, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado (SAVIANI, 2008, p. 428).

No âmbito do neoprodutivismo, a teoria do capital humano (TCH), utilizada durante a reestruturação produtiva dos anos 1970, ganha um novo sentido: se antes estava pautada numa lógica econômica centrada em demandas supostamente coletivas (crescimento econômico do país, riqueza social, competitividade das empresas e incremento dos rendimentos dos trabalhadores), a partir dos anos 1990 deriva da satisfação explícita de interesses privados enfatizando as “capacidades e competências que cada pessoa deve assumir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho” (GENTILI, 2002, p. 51 *apud* SAVIANI, 2008, p. 430). Acompanhando esse novo sentido da TCH vem também as noções de “empregabilidade” e “pedagogia da exclusão”, tratando-se de “preparar os indivíduos para, mediante cursos dos mais diferentes tipos, [irem] se tornando cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos” (SAVIANI, 2008, p. 431). Caso o indivíduo não o consiga, a responsabilidade por tal condição cabe a ele mesmo (SAVIANI, 2008).

O neoescolanovismo recupera o lema “aprender a aprender” da Escola Nova. O processo educativo é deslocado “do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade”. O importante é aprender a estudar, buscar conhecimentos, lidar com situações novas, com o professor deixando de ter o papel de ensinar para o de auxiliar o aluno em seu próprio processo de aprendizagem (SAVIANI, 2008). No atual contexto, o “aprender a aprender” remete à atualização constante exigida para ampliar a empregabilidade, enquanto capacidade de aprender por si para se adaptar a novas situações (SAVIANI, 2008, p. 432). É nesse sentido que foram inseridos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais sugerem “novas competências e novos saberes”.

No discurso neoconstrutivista, são pouco frequentes as menções aos estágios psicogenéticos piagetianos, já que só trabalha sobre as realidades, índices perceptivos e sinais motores, e não sobre signos, símbolos e esquemas representativos, sendo essencialmente individual, em oposição aos enriquecimentos sociais adquiridos do emprego dos signos (RAMOZZI-CHIAROTTINO, 1984, p. 58 *apud* SAVIANI, 2008, p. 436). Nesse contexto, dissemina-se, então, a “teoria do professor reflexivo”, que valoriza os saberes docentes centrados na pragmática da experiência cotidiana, associada também à “pedagogia das competências”, objetivando “dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que suas próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas” (SAVIANI, 2008, p. 437).

Por fim, o ideário do neotecnicismo se insere na busca por maximizar a eficiência, tornando os indivíduos mais produtivos, no bojo da produtividade capitalista (SAVIANI, 2008, p. 438). Se nos anos 1970, o tecnicismo tomava como princípios a racionalidade, a eficiência e a produtividade, nos anos 1990, o neotecnicismo pauta-se nos mecanismos de mercado, no apelo à iniciativa privada e organizações não-governamentais, na redução do tamanho do Estado (para as políticas sociais, já que para o capital, este aumenta) e das iniciativas do setor público (SAVIANI, 2008). Assim, as reformas educacionais promovidas buscam reduzir

custos, encargos e investimentos públicos, transferindo-os para a iniciativa privada (empresas, ONGs, fundações e afins), por meio das parcerias público-privadas. Nesse sentido, é a avaliação dos resultados (principal papel a ser exercido pelo Estado na área educacional, com a reforma iniciada nos anos 1990) que busca assegurar a eficiência e produtividade, condicionando-se ao desempenho o repasse de verbas. “Trata-se de avaliar os alunos, as escolas, os professores e, a partir dos resultados obtidos, condicionar a distribuição de verbas e a alocação de recursos conforme os critérios de eficiência e produtividade” (ibidem, p. 439). Transpondo-se o conceito de “qualidade total” empresarial para as escolas, passa-se a “considerar aqueles que ensinam como prestadores de serviço, os que aprendem como clientes, e a educação como produto que pode ser produzido com qualidade variável”. Nesta lógica, para aumentar a qualidade, “lança-se mão do ‘método da qualidade total’, que, tendo em vista a satisfação dos clientes, engaja na tarefa todos os participantes do processo conjugando suas ações, melhorando continuamente suas formas de organização, seus procedimentos e seus produtos”, uma verdadeira “pedagogia corporativa” disseminada nas escolas (SAVIANI, 2008, p. 440).

2. Responsabilidade Social e EA

As parcerias público-privadas na educação brasileira e, sobretudo, a entrada de empresas nas escolas públicas ganharam grande impulso nos anos 2000. Desde os anos 1980, verifica-se um processo de difusão de campanhas de Responsabilidade Social Empresarial. As três principais iniciativas são: prêmio ECO (organizado pela Câmara Americana do Comércio), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (GIFE). A disseminação de instituições de mobilização empresarial no país continuou nas duas décadas seguintes.

Nos anos 1990, diversas organizações surgem com o objetivo de mobilizar empresas em torno de uma nova forma de sociabilidade,

refletida em projetos de Responsabilidade Social. Neste período se propagam institutos pelo país. Os dois mais importantes foram o Instituto Ethos, criado em 1998 por um grupo de empresários organizados desde a década de 1980 em reuniões na Câmara Americana de Comércio, e o Instituto Akatu Pelo Consumo Consciente. O Instituto Akatu surgiu no interior do Instituto Ethos, tendo como apoiadoras a W. K. Kellogg Foundation, criada em 1930 pela indústria de cereais de mesmo nome, e a fundação Avina, fundada em 1994 pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny.

No mesmo sentido destas iniciativas, as frações associadas ao agronegócio brasileiro criaram, em 2007, o Instituto ARES (Agronegócio Responsável). O ARES se define como

uma entidade que, por meio de metodologia de engajamento, se propõe a facilitar processo de construção de diálogo e identificação de agenda positiva entre todas as partes interessadas do agronegócio brasileiro⁶.

A principal entidade ligada ao ARES é a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) que, desde 1993, reúne diferentes frações do capital (urbanas e rurais) entre os seus associados. Em seu site oficial, a ABAG apresenta o ARES com um “centro de referência de práticas sustentáveis ligadas ao agronegócio no Brasil”⁷.

Estas organizações tiveram a capacidade de organizar, nos últimos anos, milhares de empresas brasileiras, produzindo uma verdadeira reorganização do padrão de sociabilidade das classes dominantes do país, ou seja, redefiniram as formas de construção do consenso. A sociabilidade corresponde à forma com que homens e classes “produzem e reproduzem as condições objetivas e subjetivas de sua própria existência, sob mediação das bases concretas da produção, de uma dada direção política e do

⁶ Site oficial: http://www.institutoares.org.br/ares_oquee.html. Acesso em 09 de setembro de 2012.

⁷ Retirado de <http://www.abag.com.br>. Acesso em 09 de setembro de 2012.

estágio de correlação de forças presentes num certo contexto.” (MARTINS, 2009, p. 11).

As organizações de mobilização empresarial foram responsáveis pela produção de novas formas pedagógicas de produção hegemônica no Brasil. Segundo Gramsci (1999, p. 399), “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” e, neste sentido, diversos projetos de Responsabilidade Social Empresarial passaram a utilizar o espaço escolar para a difusão da nova sociabilidade. Ao atingir um público de milhões de alunos, pais e educadores, a escola pública se tornou indispensável para as empresas.

Como sustentamos mediante análise do discurso empresarial e de setores do Estado, a responsabilidade social e ambiental passa a integrar a “estratégia política de diversas empresas, podendo afetar os seguros de seus empreendimentos, a administração, suas vendas e a relação com os consumidores” (KAPLAN et al., 2012, p. 146). Nesse sentido, foram elaboradas diretrizes sobre responsabilidade social (ISO 26.000) e incorporadas concepções liberais sobre o papel do Estado, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, grupos vulneráveis, entre outras, analisadas no referido artigo.

Em 2005, o nível de organização dos empresários em torno do ideário da responsabilidade social já era maduro. Neste contexto, ocorreu a realização do congresso intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”. Este congresso foi organizado por três organizações empresariais: Instituto Gerdau e as Fundações Jacobs e Coleman, ambas com sede na Suíça. O congresso resultou na mobilização de empresários em torno do projeto “Compromisso Todos Pela Educação”. Os empresários presentes saíram do evento “[...] com metas, estratégia, cronograma e uma significativa mobilização para iniciar a construção de um pacto nacional em defesa da educação brasileira” (LEHER, 2011).

Neste mesmo período, a Educação Ambiental (EA), segundo o Ministério da Educação (MEC), se universalizou nas escolas públicas brasileiras (TRAJBER; MENDONÇA, 2006). Entre 2001 e 2004, o censo escolar feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (INEP) inseriu uma pergunta sobre a presença da EA nas escolas de ensino fundamental no Brasil. Esta pergunta pretendia identificar as três modalidades previamente definidas de inserção da EA na prática pedagógica: projetos, forma transversal nas disciplinas ou disciplina especial.

O processo de inserção da EA nas escolas públicas brasileiras ocorreu, segundo a pesquisa do Censo Escolar, de forma acentuada. Em 2001, 61,2% das escolas declaravam inserir em seu trabalho a EA, e, em 2004, este percentual chegou a 94%, com certa homogeneização regional, rompendo com os desequilíbrios anteriormente existentes (LIMA, 2007). A leitura destes dados permite afirmar que a prática da EA se universalizou nos sistemas de ensino fundamental do país no mesmo período em que o empresariado brasileiro assimila as estratégias de Responsabilidade Social e inicia sua entrada nas escolas públicas.

Na tentativa de responder a estas questões foi criado pela Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério da Educação, em parceria com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedades (IETS), as Universidades Federais do Mato Grosso do Sul (UFMS), do Rio de Janeiro (UFRJ), de Rio Grande (FURG), Rio Grande do Norte (UFRN) e Pará (UFPA), o projeto *O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?* (TRAJBER; MENDONÇA, 2006).

Este projeto ampliou a investigação por meio da pesquisa *in loco*, com o objetivo de conhecer como a escola praticava a educação ambiental. Foi possível apresentar um diagnóstico do trabalho desenvolvido em quatrocentos e dezoito escolas do país, distribuídas nas cinco regiões. Embora não tenha ampliado seu objeto para outros municípios, esta pesquisa teve a importância metodológica de elaborar um meio de investigação nas escolas, além de revelar um diagnóstico até então desconhecido, uma vez que se reconhece que há enorme precariedade de pesquisas com essa amplitude e voltadas para fornecer elementos que sirvam à priorização de ações em políticas públicas, sejam estas realizadas em programas de pós-graduação, secretarias de educação ou MEC.

A participação das empresas na inserção da EA nas escolas brasileiras já havia sido identificada na pesquisa realizada pelo MEC. Em

2006, cerca de 10% das escolas responderam que os responsáveis pela inserção da EA em seus currículos eram as empresas (TRAJBER; MENDONÇA, 2006). Em 2010, em pesquisa realizada na rede municipal de educação de Teresópolis, RJ, mais de 40% das escolas afirmaram ter inserido a EA através das empresas (LAMOSA, 2010).

Algumas informações puderam ser identificadas nestas duas pesquisas. Os resultados da pesquisa realizada nacionalmente foram apresentados, em 2006, na 29ª reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Neste momento, o diagnóstico obtido deveria ser fundamental para a próxima etapa do projeto. A partir daí, o projeto deveria:

envolver de forma mais abrangente as universidades num trabalho mais focalizado, aprofundado, diversificado e mais qualitativo – além de iniciarmos um processo de construção de indicadores para a Educação Ambiental, envolvendo também a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, que, com o MEC forma o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (TRAJBER; MENDONÇA, 2006, p. 14).

A continuidade desta pesquisa era fundamental, pois na próxima etapa haveria o aprofundamento de conhecimentos acerca de experiências selecionadas e o desenvolvimento dos mecanismos de avaliação das políticas públicas voltadas à inserção mais qualificada da EA nas escolas. Porém, o projeto não teve continuidade e as pesquisas não avançaram.

O coordenador geral da pesquisa no âmbito das universidades ressaltou algumas questões indispensáveis para a qualificar a EA nas escolas através do relatório apresentado na Reunião da ANPED, em 2006. Eram elas: currículo (diretrizes, arranjo e conteúdo), reorganização da carga horária docente (gestão escolar) e formação inicial e continuada de professores (LIMA, 2007; LOUREIRO; COSSIO, 2007). Em 2010, quando foi realizada a pesquisa no município em Teresópolis, estas questões continuavam sendo fundamentais e demandando uma atuação efetiva, em diálogo com os trabalhadores da educação, normalmente alijados dos processos decisórios.

Assegurar condições para que as ações de educação ambiental ocorram nas escolas públicas com a devida qualidade, com o envolvimento da comunidade escolar, tendo compromisso com a comunidade onde a escola está localizada e articulação com outras problemáticas locais e em escalas maiores, requer instituir tais ações dentro das instituições escolares. E, em um cenário de políticas educacionais federais, estaduais e municipais que se valem de avaliações e índices que pautam em grande parte os conteúdos a serem ensinados prioritariamente, limitando a autonomia do trabalho pedagógico dos professores, isto significa garantir tempo, espaço e recursos públicos para que as ações de educação ambiental ocorram.

Ainda hoje, estas questões continuam sendo fundamentais e demandam uma atuação efetiva, em diálogo com os trabalhadores da educação, normalmente alijados dos processos decisórios em educação ambiental, por parte do MEC e das Secretarias de Educação, enquanto prioridades nas políticas públicas educacionais. Enquanto não se avança no campo das políticas públicas que forneçam condições adequadas para a inserção e permanência da educação ambiental nas escolas públicas, outros agentes da sociedade civil, sobretudo empresas e ONGs, conseguem espaço, tempo e recursos públicos (por meio de parcerias público-privadas) para fazer educação ambiental nas escolas públicas. Ou seja: de alguma forma ou de outra, ações de educação ambiental têm sido feitas e permitidas de serem feitas nas escolas públicas. Cabe questionar a partir de quais perspectivas elas ocorrem, quais os seus pressupostos, motivações e impactos dentro e fora da escola.

Na ausência de políticas que enfrentem estas questões evidenciadas pelo relatório apresentado pelo próprio MEC, multiplicam-se pelo país projetos empresariais que reforçam o papel socialmente responsável do empresariado brasileiro. A pesquisa em Teresópolis identificou que, embora os projetos empresariais não resolvam estas questões fundamentais, a boa imagem conquistada pelo empresariado junto aos educadores é construída justamente através do oferecimento de formação continuada e material pedagógico.

O apoio dos educadores é fundamental para o sucesso da entrada do empresariado na escola pública. A assimilação destes intelectuais é

indispensável para a difusão da boa imagem das empresas. Os intelectuais tradicionais são aqueles associados a instituições anteriores ao capitalismo, como a Igreja, exército e instituições escolares. Segundo Gramsci, a construção hegemônica por parte de uma classe ou por uma fração de classe deve assimilar os intelectuais tradicionais existentes na sociedade. Toda classe para ser hegemônica deve conseguir “a conquista ideológica dos intelectuais tradicionais” (GRAMSCI, 2011, p. 206) Na entrada empresarial nas escolas públicas, os profissionais da educação são os principais “parceiros” a serem convencidos pelo projeto privado.

A principal forma de assimilação dos profissionais da educação pelas empresas ocorre através da formação continuada que ocorre de forma diferenciada, podendo variar de acordo com o projeto. A formação pode ser realizada de forma direta pela empresa responsável pelo projeto ou terceirizada por outra empresa ou organização social, como organizações não-governamentais.

O papel dos profissionais da educação nos projetos empresariais é de mediação entre os interesses privados das empresas e os alunos das escolas públicas. Neste sentido, muda o local da produção de conhecimento, deixando de ser a escola o espaço central desta produção. Os temas geradores, por exemplo, trabalhados nas escolas passam a ter correspondência direta com o projeto empresarial, assim como muitos conceitos e categorias trabalhados em sala de aula e apresentados aos alunos pelos materiais didáticos formulados pelas empresas. O protagonismo dos profissionais que trabalham nas escolas desaparece e estes passam a ter o papel de mediação na difusão dos interesses empresariais.

3. Educação Ambiental empresarial nas escolas: dois estudos de caso

Neste trabalho, abordamos dois estudos de caso sobre a entrada das empresas brasileiras nas escolas públicas através de projetos e programas de sustentabilidade. As duas investigações se caracterizam como

estudos de caso (Yin, 2010), na medida em que se inserem em um movimento geral de entrada das empresas nas escolas públicas brasileiras.

Os dois casos analisados ocorrem no tempo presente e na região sudeste. O programa *Agronegócio na escola*, desenvolvido pela Associação Brasileira do Agronegócio ocorre no estado de São Paulo, enquanto o modelo de escola sustentável da TKCSA vem sendo desenvolvido no Rio de Janeiro. Ambos os casos ocorrem em áreas de conflito e os responsáveis pelas iniciativas empresariais buscam valorizar suas imagens.

3.1. O Programa Agronegócio na escola

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), constituída por representantes dos segmentos produtivos que compõem o agronegócio brasileiro, foi fundada em 1993, em um evento no congresso nacional, com o objetivo de unificá-los em uma mesma representação patronal. A associação criou, ao longo de duas décadas, um braço pedagógico, responsável por formar os dirigentes de seus associados, difundir seus interesses e valorizar a imagem do agronegócio no país, ao mesmo tempo em que desenvolveu estratégias para assimilação dos profissionais da educação pública, visando torná-los porta-vozes da nova imagem do patronato rural.

O objetivo da ABAG foi formular e mobilizar, difundindo os interesses do conjunto das frações agrárias mais modernas do Brasil, além da unidade entre estas e outras frações da classe dominante. A ABAG está longe de ser apenas uma organização dos proprietários rurais. Desde sempre, seu objetivo foi aproximar a organização de grandes empresas de capital nacional e estrangeiro, membros das frações industriais e, principalmente, financeiras. Assim, conseguiu reunir as características necessárias para ser a precursora de um movimento de reorganização do padrão de sociabilidade da classe dominante no campo brasileiro, atuando como verdadeiro partido do agronegócio brasileiro.

A ABAG reuniu, entre suas associadas, indústrias a montante, indústrias a jusante, armazenadores, transportadores, distribuidores, entidades financeiras, comerciais e de serviços. Tomando como referência

a diretoria e o conselho administrativo da ABAG, encontra-se entre seus principais associados os representantes de cooperativas, como a Batavo, Cotia, Mococa, Carol, Holambra, Cooxupe, Copersucar e Fecotrigo. Do setor ligado ao comércio estão a CPM Comércio Exterior Ltda., Agroceres S.A., Eximcoop, Cotia Trading Comércio, Exportação e Importação, Comercial Quintela e Casas Sendas. Entre as indústrias estão a Monsanto, VALE, Gerdau, Fertibras, Iochpe-Maxion, ICI do Brasil e Copas. Entre as empresas agroindustriais estão presentes a Sadia, Nestlé, Cambuhy, Suprarroz e Sanbra. Entre os bancos estão o Itaú, Santander, Banco Noroeste e o Credit Lyonnais. Há a representação da Bolsa de Cereais de São Paulo, da Bolsa de Mercadorias e Futuros e das Fazendas reunidas Cabrera (ABAG, 2002).

O partido do agronegócio reivindica o número diverso de frações da classe dominante que representam, segundo o site oficial da ABAG, cerca de 30% do PIB brasileiro, 40% das exportações, mais de 60% do fluxo de caixa interno, 40% de toda a força de trabalho do país e 70% do consumo das famílias brasileiras. A proposta da ABAG é ter o reconhecimento deste peso político, sendo sua agenda de interesses encaminhada pelas agências do Estado estrito (ABAG, 2008).

Em sua criação, a ABAG se definiu como “a instituição representativa dos interesses comuns aos agentes das cadeias agronômicas, de modo que possam expressar-se de maneira harmônica e coesa nas questões que lhes são comuns” (ABAG, 1993, p.18). A função assumida pela ABAG, no entanto, só poderia ter sucesso mediante a organização de uma poderosa capacidade dirigente, representando a articulação campo-cidade no interior da classe dominante, através da unidade entre as frações agrária, industrial e financeira do capital. Isto exigiu da ABAG um duplo movimento: de um lado, a formação de intelectuais orgânicos responsáveis por dar vida às estratégias de hegemonia e, de outro lado, assimilar os intelectuais tradicionais da escola pública visando difundir a nova imagem do patronato rural em escolas públicas da região de maior penetração do agronegócio brasileiro: a macrorregião de Ribeirão Preto, SP.

A formação dos seus intelectuais orgânicos da ABAG é realizada por um complexo pedagógico formado pela ABAG, ao longo das

últimas duas décadas. Este complexo é formado pelo Instituto PENSA (Programa de Estudos e Negócios do Sistema do Agronegócio), localizado na Universidade de São Paulo (USP), pelo GV Agro (Centro de Estudos do Agronegócio), localizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), pelo instituto ICONE (Comércio e Negócios Exteriores) e pelo Instituto ARES (Agronegócio Responsável).

A atuação destes dois institutos é fundamental na produção de pesquisas para o agronegócio. As pesquisas servem tanto como suporte técnico-científico para os associados da ABAG, quanto para divulgação dos benefícios sociais e ambientais do agronegócio. As pesquisas são divulgadas em cursos produzidos por estes institutos, tanto em suas sedes, quanto nas sedes dos próprios associados. Reconhecendo a importância destas organizações na elaboração e divulgação dos interesses do partido do agronegócio, estas instituições, que formam o complexo pedagógico da ABAG, são entendidas neste artigo como aparelhos privados de hegemonia que garantem a formação dos intelectuais orgânicos do agronegócio. Estes são organismos sociais ‘privados’, uma vez que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva.

A principal iniciativa da ABAG para a assimilação dos intelectuais tradicionais ocorre através do programa *Agronegócio na escola*. A ABAG pode ser considerada uma vanguarda deste movimento empresarial de inserção na escola pública, pois realiza, desde 2001, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e, desde 2008, com diversas prefeituras municipais do mesmo estado, o programa *Agronegócio na escola*. O projeto que atende milhares de alunos, centenas de professores, dezenas de escolas está situado em uma região caracterizada por constantes conflitos entre o agronegócio e movimentos sociais sem-terra, responsáveis por vários assentamentos.

A estratégia de inserir nas escolas um projeto de educação do Agronegócio visa “promover a valorização da imagem do agronegócio”, segundo o próprio site da ABAG. O programa objetiva educar milhares de jovens, filhos de trabalhadores, apresentando o ideário da responsabilidade social e ambiental do agronegócio em uma região marcada pelo conflito socioambiental. Em seu site oficial, a ABAG justifica o inves-

timento no programa *Agronegocio na escola*, pois entende que “um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegocio é a educação.” A valorização da imagem do Agronegocio deve ser feita pelo programa, através da ampliação da “consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região”.

Entre 2001 e 2008, o programa foi realizado em parceria com a Secretaria Estadual da Educação e desenvolvido em escolas pertencentes a dez Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto. O programa foi destinado, segundo o site oficial da ABAG, aos estudantes do ensino médio, com o objetivo de “levar os conceitos fundamentais do agronegocio para as salas de aula, de forma multidisciplinar”.

Em 2008, o Programa sofreu ajustes decorrentes de novas diretrizes da Secretaria Estadual da Educação. Em virtude das mudanças, vinte e nove escolas, de seis Diretorias de Ensino, participaram do Programa. Ao todo, próximo de 4.800 alunos realizaram cerca de noventa visitas de campo às propriedades de associados da ABAG. Desde 2009, a ABAG firmou parcerias com as Secretarias Municipais de Educação do estado de São Paulo, sendo Ribeirão Preto a primeira a assinar o convênio. Segundo o site da associação, participaram do projeto cerca de 5.300 alunos de vinte e cinco escolas do município.

O programa se expandiu pelo estado de São Paulo e, em 2011, já está presente em sessenta e seis escolas de quatorze municípios. Nos dez anos de história do programa, mais de 110 mil alunos foram educados pelo programa educacional *Agronegocio na escola*. Os objetivos do programa *Agronegocio nas escolas*, expostos no site oficial da ABAG, unem as oportunidades dos alunos, os interesses de divulgação das empresas, associadas da ABAG na região, visitadas pelo projeto e a preservação ambiental da região.

A investigação sobre o programa identificou que o objetivo de valorizar a imagem do agronegocio brasileiro através da escola pública vem atingindo seus resultados. A assimilação dos profissionais da educação e a “conscientização” das crianças vêm ocorrendo através da formação continuada dos professores e de uma política de concursos e premiação. O “prêmio professor” avalia aqueles profissionais em seu processo

de formação, que envolve palestras e visitas as unidades produtivas das empresas associadas da ABAG, e os projetos desenvolvidos nas escolas. Os professores vencedores ganham computadores e um passeio na feira Agrishow, organizada pela ABAG, em Ribeirão Preto.

Os alunos são incentivados a participar do programa através da visita as empresas associadas à ABAG e através de concursos de frases e desenhos, cujo tema é o próprio agronegócio. Em 2011, as frases vencedoras foram:

“Agronegócio: uma palavra, milhões de emprego”; “Agronegócio: cultivando reserva de vida para o futuro!”; “Agronegócio: é o combustível que faz o mundo funcionar”; “Apague com a borracha de látex toda a ideia que você tinha do agronegócio. Escreva em um papel de celulose as palavras progresso e sustentabilidade”;

“Agronegócio: simples pra quem vê, essencial para quem vive.”⁸

O resultado do concurso de frases permite identificar como os valores promovidos pela ABAG foram assimilados pelos alunos. A nova imagem do agronegócio brasileiro, promovida pelo programa, através da apostila, das visitas às empresas associadas à ABAG e pela política de premiação fica expressa nas frases vencedoras. É evidente que o programa não atinge cem por cento daqueles que são formados por ele, educadores e alunos, mas as frases vencedoras mostram que entre os 100 mil alunos que passaram por ele, muito foram educados pelo agronegócio.

O papel dos docentes no programa é o de realizar a mediação entre a ABAG e os alunos. No programa de televisão “Ação Cooperativa” que foi ao ar no canal Bandeirantes, no dia 23/06/2012⁹, a coordenadora do programa foi entrevistada, deixando claro o papel dos educadores e seus objetivos:

⁸ Disponíveis em <http://www.abrapa.com.br/biblioteca/Documents/palestras/MR10-Auditorio-John-Deere-21-09-11-09h00/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20no%20Agro.pdf>. Acesso em 09 de dezembro de 2012.

⁹ Disponível em <http://www.neomarc.com.br/acaocooperativa/future3.php?id=44682432>. Acesso em 16 de janeiro de 2013.

Estas visitas são importantes porque elas trazem os professores até as empresas do agronegócio para que eles conheçam o real valor do setor e o que isto agrega de valor na região. Depois estes professores vão passar os conceitos e fundamentos do agronegócio que eles apreenderam para os alunos na sala de aula. Então estes alunos ficam motivados a conhecer, participar dos concursos, fazer frases, desenhos, participar dos concursos de redação.

É possível identificar que o papel dos docentes se reduz a “passar” aquilo que a ABAG entende como sendo o papel do agronegócio na região. O resultado esperado pela coordenadora, como resultado do processo de ensino-aprendizagem, é no mínimo curioso. A proposta de educar os alunos para fazer frases, desenhos e participar dos concursos indica ser esta a principal forma de internalização entre os alunos da nova imagem promovida pelo agronegócio brasileiro, expressa nas frases vencedoras e premiadas pela ABAG.

A principal implicação do programa *Agronegócio na escola* para o trabalho docente é a perda do protagonismo do educador na produção do conhecimento. Neste caso, ocorre um processo de proletarianização do trabalho docente (OLIVEIRA, 2004), onde o profissional perde sua autonomia para conduzir o processo de ensino aprendizagem e, sobretudo, o controle dos instrumentos de produção do conhecimento. Entre os alunos, a principal questão, debatida inclusive em reuniões do Conselho Municipal de Educação, é a perda da criticidade do processo de aprendizagem. A principal crítica dos conselheiros, registrada na ata da reunião do dia 23/02/2011, é a seguinte:

A conselheira Adriana disse que muitos projetos precisam ser repensados, porque possuem um viés ideológico e isso é perigoso e citou o *Agronegócio na escola*. Afirmou que apesar dos projetos chegarem como opcionais para a escola há uma pressão indireta e velada. Na verdade não é dessa forma que devemos estruturar e conduzir projetos a serem desenvolvidos na escola. A conselheira Ana Paula também se revelou preocupada com projetos dessa natureza, pois devemos apresentar aos alunos as várias dimensões da agricultura e não uma visão única, fechada em determinado

modelo. O conselheiro Arnaldo, também se mostrou preocupado em especial com esse projeto¹⁰.

3.2. O C. E. Erich Heine: a primeira escola sustentável da América Latina

Esse estudo faz parte da pesquisa de doutorado, ainda em estágio inicial, no momento da escrita deste texto, por ter se iniciado em 2012, cuja proposta é analisar a proposta de “escolas sustentáveis”, incluindo seus pressupostos e eixos temáticos, investigando um caso concreto da dita primeira escola sustentável pública no Brasil (KAPLAN, 2012).

O Colégio Estadual Erich Walter Heine é uma escola pública estadual, localizada no bairro de Santa Cruz, na zona oeste do município do Rio de Janeiro, inaugurada em 2011, fruto de uma parceria público-privada do governo do estado com a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA).

O contexto de instalação, na Baía de Sepetiba, em Santa Cruz, do conglomerado industrial-siderúrgico-portuário envolvendo a siderúrgica alemã ThyssenKrupp (73%), em parceria com a brasileira Vale do Rio Doce/Companhia Siderúrgica do Atlântico (27%), a TKCSA, é bastante conturbado. Lançado em 2006, tal complexo industrial, previsto para ser o maior polo siderúrgico da América Latina, com capacidade de produção de 10 milhões de toneladas de placas de aço por ano, conta com uma usina siderúrgica integrada, uma usina termoeétrica para a geração de 490 MW de energia elétrica alimentada por 4 milhões de toneladas de carvão mineral proveniente da Colômbia e um porto com dois terminais composto por uma ponte de acesso de 4 km e um Pier de 700 m que atravessa o manguezal e o oceano (PACS, 2009, p. 25). Está sendo construído em uma área onde viviam 75 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que estavam acampadas há cinco anos e retiravam seu sustento da produção agrícola, tendo sido expulsas ou

¹⁰ Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/seducacao/conselho/i15atas-110223.php>. Acesso em 09 de dezembro de 2012.

intimidadas a se retirarem do local para a instalação da indústria (PACS, 2009, p. 33).

A zona oeste do Rio de Janeiro, em especial, a região da Baía de Sepetiba, próxima ao bairro de Santa Cruz, historicamente, caracteriza-se pela instalação destes grandes complexos industriais, altamente poluídos, e pela violação dos direitos sociais, ambientais, econômicos e culturais, um território ou “zona de sacrifício” marcado pela presença de comunidades de baixa renda, sem infraestrutura, e onde se instalam fábricas poluentes. Aliás, nos últimos anos, este tem sido um território controlado por milícias. A escolha da área pela TKCSA deveu-se à proximidade do porto de Sepetiba, por conta da exportação dos lingotes de aço¹¹. Dentre os impactos causados ao meio ambiente e à saúde da população local que foram apontados em estudos realizados por pesquisadores, é possível destacar: o aumento de 76% nas emissões de gás carbônico na cidade do Rio; a possibilidade de geração de benzeno a pireno; a poluição atmosférica com fuligens de grafite, partículas de limalha de ferro, pó de calcário e outros minerais que estão nestes particulados; o gusa (material que sai do ferro) é depositado em buracos abertos; os relatos da população local sobre doenças de pele, fortes irritações e alergias nos olhos e vias respiratórias; a possibilidade de ressuspensão de material contaminado depositado no fundo do mar resultante de acidente ocorrido na década de 1990, entre outros. Ao longo desse tempo, a TKCSA já sofreu ato de infração pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), embargo de parte da obra e multa pelo IBAMA (2007), interdição e embargo pelo Ministério Público do Trabalho, tem sido objeto de mais de nove ações civis públicas, de um inquérito no Ministério Público Federal, foi multada em R\$ 1,8 milhão pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e alvo de muitas manifestações coletivas e de denúncias dos moradores, mesmo estes sofrendo ameaças e intimidações por parte da empresa¹².

11 http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=40912 Acesso em 07 de agosto de 2011.

12 Informações contidas na *Moção de repúdio a TKCSA em solidariedade à população de Santa Cruz e pelo direito à saúde*, apresentada no VI Congresso Interno da FIOCRUZ, em outubro de 2010.

Recentemente, sofrendo pressão por conta da mobilização local e das ações judiciais relativas à instalação e operação do complexo siderúrgico, a TKCSA teve de instalar um sistema de despoiramento para evitar o risco de emissão de grafite durante o processo produtivo¹³. Além disso, em 12 de janeiro de 2012, também decorrente das pressões que recebeu, a TKCSA retirou ações judiciais por danos morais que vinha movendo desde 18 de julho de 2011 contra pesquisadores da Fiocruz e da UERJ, que haviam indicado impactos preliminares à população de Santa Cruz e ao meio ambiente decorrentes da instalação da siderúrgica¹⁴. Ainda recentemente, outros fatos relevantes ocorreram. Em maio de 2012, alegando dificuldades com o aumento nos custos de produção no Brasil, a ThyssenKrupp divulgou publicamente que passou a considerar a possibilidade de vender sua parte no consórcio TKCSA (73%), além de sua usina instalada no Alabama, Estados Unidos, que processa as placas de aço produzidas no Rio, em uma operação integrada¹⁵. Segundo a TK, as condições econômicas teriam mudado bastante desde que as estratégias para essas operações foram definidas, em 2007, pois os custos no Brasil subiram desproporcionalmente diante de efeitos inflacionários, aumento de salários e valorização do real, além dos reajustes nos preços das principais matérias-primas, como o minério de ferro. Há também uma diminuição na demanda mundial de aço, considerando o excesso de capacidade de produção¹⁶. Isto pode implicar no fechamento de um autoforno, medida já cogitada pela TKCSA, e em demissões de trabalhadores (hoje são 5.500 empregados).

Por sua vez, a Vale do Rio Doce também vem sendo denunciada. A Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale lançou, em 18 de

13 <http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/pt/comunicado-a-imprensa/comunicado-a-imprensa/single-view/archive/2012/05/15/article/thyssenkrupp-csa-initiates-operation-of-dedusting-system-never-previously-seen-in-the-global-steel-i.html> Acesso em 09 de setembro de 2012.

14 <http://www.oabRJ.org.br/detalheNoticia/69402/Apos-intervencao-da-OAB-em-presenca-retira-acao-contracientistas.html> Acesso em 09 de setembro de 2012.

15 <http://www.valor.com.br/empresas/2660078/thyssenkrupp-pode-vender-sua-participacao-na-usina-csa> Acesso em 05 de setembro de 2012.

16 <http://oglobo.globo.com/economia/csa-vira-elefante-branco-esta-venda-pode-fechar-alto-forno-5958758#ixzz257xQT8Dk> Acesso em 05 de setembro de 2012.

abril de 2012, o *Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012*, um relatório-sombra (com a mesma estrutura do relatório de “sustentabilidade” da mineradora, contrapondo cada eixo), mostrando que a realidade dos trabalhadores e das comunidades atingidas, além dos impactos ambientais, é muito diferente da divulgada pela empresa em seus relatórios e campanhas publicitárias¹⁷. A *joint venture* TKCSA é mencionada quanto aos impactos na qualidade do ar, no desvio de um rio e consequentes enchentes, nas comunidades pesqueiras e costas marítimas pela contaminação por metais pesados com o revolvimento do fundo da Baía de Sepetiba.

Em aparente contradição com a situação da região na qual se localiza, está a escola sustentável ambientalmente. Este colégio oferece o Ensino Médio Integrado e o Curso Técnico em Administração, com oferta inicial de 200 vagas, com expectativa de ampliação, em período integral (das 7 h às 17 h e 30 min). O curso técnico tem a duração de três anos. Segundo a Secretaria Estadual de Educação¹⁸, o projeto da escola segue os moldes de outros colégios estaduais que possuem parcerias com empresas (Instituto Oi Futuro e Grupo Pão de Açúcar). Como se vê, este projeto de escola sustentável está pautado em uma parceria público-privada, tendo inclusive outras experiências de parcerias entre governos e empresas como referências. O local onde foi construída a escola é um terreno cedido pela prefeitura do Rio de Janeiro. Nestes casos, as parcerias entre esferas governamentais (parcerias público-público) se efetivam em um contexto de parcerias público-privadas. Assim, o discurso de parcerias é fortemente sustentado. De acordo com a ex-secretária estadual de Educação, Tereza Porto, o objetivo da escola é formar mão-de-obra especializada para atender à CSA¹⁹. Nessa mesma direção, o coordenador de projetos da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), Sérgio Menezes, afirmou:

17 <http://global.org.br/programas/atingidos-pela-vale-lancam-relatorio-inedito-sobre-impactos-socioambientais-e-violacoes-de-direitos-humanos> Acesso em 08 de setembro de 2012.

18 <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=353867> Acesso em 31 de julho de 2011.

19 No dia 13 de junho de 2010, durante o lançamento da pedra fundamental do colégio. <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=315825> Acesso em 31 de julho de 2011.

Nós temos que atender essa demanda de mercado. Quem fala mais alto é o mercado. O governo Sérgio Cabral, a Secretaria Estadual de Educação, tá buscando essas parcerias público-privadas com esse objetivo. Objetivo de atender a uma necessidade de mercado que é reconhecida a nível federal, estadual e municipal. O Brasil carece de ensino profissionalizante e as empresas tão demandando, precisam dessa mão-de-obra, e em regime de parceria, em função das vocações regionais do estado, e em função das necessidades específicas do parceiro privado, a gente busca esse casamento, se complementa em termos de esforços, soma as forças, né, e aí você consegue fazer uma escola mais barata do que qualquer outra escola do estado e de primeiro mundo e oferecendo um ensino de primeiro mundo em dois turnos²⁰.

Fica evidente aqui o objetivo de criação da escola em formar mão de obra segundo as demandas da empresa. Apesar disto, nada é dito com relação ao nível de especialização profissional requerido. É preciso considerar que os profissionais com formação técnica tem sido altamente desvalorizados, tendo, muitas vezes e, na medida do possível, de buscar cursos superiores para melhorarem sua qualificação e remuneração. Aliado a isto, os setores industriais ligados à produção de *commodities*, no caso a siderurgia, não demandam, em sua maioria, elevado nível tecnológico e qualificação profissional, gerando, quase sempre, empregos de baixa remuneração. Isto justifica a opção por cursos técnicos.

Apesar de ser uma escola pública estadual, seu tratamento é diferenciado em relação à maioria das escolas estaduais. Um exemplo é a existência de um processo seletivo para ingresso de alunos no 1º ano, voltado às sete escolas com Ensino Médio Integrado no estado do RJ. Do total de vagas, 5% são destinadas a portadores de necessidades especiais e 5% para alunos oriundos da rede privada. Como um dos requisitos para inscrição é necessário ter concluído o 9º ano do Ensino Fundamental ou a Fase IX da EJA em escolas públicas ou da rede privada, outra abertura para alunos da rede privada. A seleção divide-se em duas fases (ambas

²⁰ <http://www.youtube.com/watch?v=YpC3tXWJOMe> Video feito pela TV ALERJ Ecologia (Assembleia Legislativa do Estado do RJ). Acesso em 26/02/2012

eliminatórias e classificatórias), sendo a primeira composta por uma prova objetiva de português e matemática, e a segunda, por uma redação²¹.

O investimento total da TKCSA na escola foi de R\$ 11 milhões. Além do ensino referência em Administração, a intenção dos parceiros é que o Colégio Estadual Erich Walter Heine seja uma escola verde, com a chancela do selo LEED (Leadership in Energy and Environmental Design). Inclusive, esta foi a primeira escola na América Latina a receber o selo LEED Schools. Das 120 que já o possuíam, 118 ficam nos EUA, uma na Noruega e outra em Bali, na Indonésia²². Trata-se de um programa de certificação de edifícios sustentáveis da ONG americana U.S Green Building Council. Para isso, a unidade conta com ecotelhado (revestido de grama), sistema de aproveitamento de água de chuva, ecopiso cobrindo o terreno, refrigeração de alta eficiência energética (aparelhos que consomem 40% menos), sensores de presença nas salas de aula que desarmam a luz e os aparelhos de ar condicionado após 20 minutos se não houver ninguém, lâmpadas led, sistema de aproveitamento de energia (captação de luz solar e ventos), coleta de lixo para reciclagem, sistema acústico, acessibilidade para cadeirantes, plantio de espécies nativas da região, etc.

Há, nesta escola, uma tentativa de simular um ambiente empresarial. Nesse sentido, foi criada uma Empresa Júnior que reúne os alunos, com cargos (presidente, vice-presidente, diretor financeiro, diretor de marketing, diretor de recursos humanos, etc.) e objetivos de desenvolver projetos de marketing, consumo “verde”, etc. Isto é compatível com o objetivo de formação de uma nova sociabilidade, no caso, uma sociabilidade empresarial, adequada às demandas do capital. Segundo William Nogueira, coordenador de relações governamentais da ThyssenKrupp, em depoimento à TV ALERJ Ecologia,

a empresa já ofereceu alguns cursos para os professores e para a direção da escola voltados a essa parte da sustentabilidade. Não quis só transformar a escola numa escola sustentável, mas a

21 <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/449642/DLFE-40204.pdf/Edital-SelecaoEnsinoMedioIntegradoDO20092011.pdf> Acesso em 12 de setembro de 2012.

22 <http://www.printrio.net/escola-no-brasil-e-a-primeira-a-receber-selo-leed-schools/> Acesso em 26/02/2012.

gente gostaria que todos pensassem de forma sustentável. Então os professores já receberam um primeiro treinamento, os alunos também vão receber uma capacitação.

Nesse processo de formação, há o envolvimento de uma empresa de consultoria, a Ciclos Consultoria Ambiental, que elaborou um Programa de Comunicação e Educação Ambiental (ProCEA), com diversas etapas e abrangência que vai além do C. E. Erich Heine. Segundo o site da TKCSA²³, o ProCEA é uma iniciativa da TKCSA, em parceria com as prefeituras do Rio (Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente) e de Itaguaí (Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca) e a Ciclos, responsável pela implementação do programa. Participam 970 pessoas entre diretores, professores e coordenadores, mais de 9.500 alunos de 36 escolas públicas de Santa Cruz e do município de Itaguaí. O objetivo do ProCEA é estimular a “adoção de atitudes sustentáveis no ambiente escolar por meio de cursos de sensibilização em Educação Ambiental e Educação para Sustentabilidade e oficinas temáticas sobre Práticas de Educação Ambiental nas Escolas”.

Mesmo sendo uma escola bastante recente, uma série de problemas apareceram: falta de professores em algumas disciplinas (sobretudo, as técnicas), problemas no abastecimento de água (problemas com a bomba), alguns problemas na estrutura física e nos materiais do laboratório de química (que não eram do colégio, mas emprestados por uma empresa), atraso da merenda (que vinha de fora da escola, e não da horta, como anunciado no início), etc. Em decorrência dos mesmos, cerca de 150 estudantes da escola protestaram, no dia 16 de março de 2012, atividade que contou também com a participação de professores e pais²⁴. A Secretaria Estadual de Educação, então, definiu, no dia 19 de março, pelo afastamento da diretora da escola, isentando-se da responsabilidade pelos

²³ <http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/pt/sustentabilidade/responsabilidade-social/procea.html> Acesso em 05 de setembro de 2012.

²⁴ <http://extra.globo.com/noticias/rio/alunos-de-escola-modelo-da-rede-estadual-em-santa-cruz-protestam-por-melhores-condicoes-4337308.html> Acesso em 09 de setembro de 2012.

problemas, dizendo apenas que os mesmos já estariam sendo resolvidos²⁵. Dois meses depois, uma equipe da Seeduc (Projeto “Seeduc com Você”) compareceu à escola para “ouvir sugestões, prestar esclarecimentos sobre planejamento estratégico, ensino, infraestrutura, recursos humanos, entre outros temas”²⁶. Cerca de 100 atendimentos foram feitos a alunos, professores e comunidade escolar. Questões que apareceram por parte dos alunos foram referentes “à qualidade do manuseio dos alimentos da merenda escolar e a necessidade de reagentes para o laboratório de química”, “ao cartão do estudante”, à merenda escolar em geral, “dúvidas sobre o programa Renda Certa”. Os professores buscaram questionar quanto ao “enquadramento, certidão e averbação de tempo de serviço, gratificação de difícil provimento e de difícil acesso”. Partindo dos problemas existentes tanto na escola quanto em Santa Cruz, em decorrência da instalação da TKCSA, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ (SEPE) tem se posicionado criticamente. Em uma nota da Regional IX²⁷ que aponta diversos problemas, declara publicamente seu apoio à luta dos estudantes e professores do C. E. Erich Heine.

Como já discutido, também a criação desta escola como fruto da parceria da TKCSA com o governo estadual trata-se de uma ação de responsabilidade social por parte da empresa. Prova disto é que, no site da TKCSA, o C. E. Erich Walter Heine consta como um dos itens (juntamente com o PAIS, EducArte, ProCEA, Projetos de pesca e Centro de Formação Profissional de Itaguaí) no link de Responsabilidade Social. Segundo consta no site do consórcio empresarial²⁸,

Após intenso diálogo com as comunidades locais e a realização de diagnóstico social no início da construção do complexo, que teve como objetivo compreender o contex-

25 <http://extra.globo.com/noticias/rio/diretora-da-escola-estadual-erich-walter-heine-deposta-do-cargo-4354599.html> Acesso em 09 de setembro de 2012.

26 http://www.conexao professor.rj.gov.br/nas_escolas_detalhe.asp?EditeCodigoDaPagina=9198 Acesso em 12 de setembro de 2012.

27 http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=2879 Acesso em 11 de outubro de 2012.

28 <http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/pt/sustentabilidade/responsabilidade-social.html> Acesso em 09 de setembro de 2012.

to social no qual a empresa estava inserida, a ThyssenKrupp CSA definiu uma estratégia de atuação focada em educação (...) [, que] visa à construção de um projeto educacional com ações que vão desde o ensino Fundamental ao ensino médio, técnico e profissionalizante, voltado para a complementação escolar e a formação profissional prioritariamente em Santa Cruz e Itaguaí. O objetivo é criar oportunidades sustentáveis de ascensão social para futuras gerações locais, oferecendo aos jovens da comunidade do entorno um ensino de qualidade e perspectiva de inserção no mercado de trabalho. Para viabilizar a transformação da realidade da região, o programa inclui projetos que são coordenados pela ThyssenKrupp CSA em parceria com os governos municipal e estadual, empreendedores sociais profissionais e ONGs. A empresa construiu o Colégio Estadual Erich Heine, a primeira escola totalmente sustentável da América Latina, que oferece 600 vagas para formação técnica em Administração com especialização em Logística. Em parceria com o Governo do Estado, também ergueu uma unidade do SENAI no município de Itaguaí com 2.800 vagas técnicas para serviços industriais. Somam-se a isso três projetos voltados para o desenvolvimento de atividades de reforço escolar: o Programa de Apoio a Iniciativas Socioeducativas (PAIS), EduArte e PROCEA.

Alinhavada à responsabilidade socioambiental está a noção de sustentabilidade empresarial adotada pela TKCSA. Em seu site, afirma aplicar os “conceitos de sustentabilidade em cada detalhe, desde o início do projeto”, com “alta eficiência e os menores índices de emissão de carbono em relação a outras siderúrgicas do mundo”. Nesse sentido, a TKCSA se diz “em constante relacionamento com as comunidades vizinhas (...) em busca de melhoria da qualidade de vida e incentivo ao desenvolvimento local”, tendo investido mais de R\$ 80 milhões em projetos sociais que vão “desde a construção de unidades de saúde até a criação de fazendas marinhas na Baía de Sepetiba, passando por programas de qualificação profissional e reforço escolar voltados para as comunidades de Santa Cruz e áreas vizinhas, foco de atuação da empresa”²⁹. Dessa forma, a TKCSA afirma contribuir para a educação, desenvolvimento e sustenta-

²⁹ <http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/pt/sustentabilidade.html> Acesso em 09 de setembro de 2012.

bilidade em Santa Cruz. No âmbito do desenvolvimento local, enfatiza a geração de oportunidades aos estudantes que buscam seu primeiro emprego a partir do programa Jovens Aprendizizes, priorizando o aproveitamento de mão de obra na região do entorno da siderúrgica. Além disso, afirma ter fomentado não apenas empregos diretos, mas os indiretos, fazendo a economia local prosperar. Cita como exemplo de conciliação entre sustentabilidade e desenvolvimento socio-econômico a Associação de Maricultores de Mangaratiba, financiada pela TKCSA.

Conclusão

Como apresentado no início do artigo, o debate em torno da qualidade da educação se encontra atravessado pelas políticas educacionais em curso, sobretudo mediante as parcerias público-privadas que tem sido promovidas entre empresas, ONGs, Fundações e Institutos privados e escolas públicas. Isto fica bastante evidente em ambos os estudos de caso apresentados neste artigo, visto que tanto a concepção de sustentabilidade quanto a própria qualidade da educação estão atreladas à lógica mercantil e produtivista em curso nas redes públicas de ensino do país.

Apesar dos dois estudos de casos tratarem-se de exemplos que, em geral, causam indignação e um forte impacto naqueles que o conhecem e tem um mínimo de criticidade, por conta de seus efeitos nocivos ao meio ambiente (agronegócio e siderurgia) e às comunidades que vivem nas regiões de implementação destes projetos, é importante lembrar que há inúmeros outros casos de parcerias público-privadas adentrando as escolas públicas brasileiras. Nem todos têm os efeitos à primeira vista tão negativos para a comunidade escolar. Mas a lógica que os rege, considerando a escola pública como espaço que deve ser ocupado por organizações privadas (*Amigos da escola*, ONGs, empresas, etc), retirando o protagonismo dos trabalhadores da educação do planejamento e das decisões que dizem respeito ao seu local de trabalho, é bastante condenável. A quantidade insuficiente de recursos públicos chegando diretamente

nas escolas públicas e com autonomia para que a comunidade escolar decidida onde serão gastos é o que permite tal abertura para as parcerias com as instituições privadas. Portanto, garantir o financiamento público exclusivamente para as instituições educacionais públicas é indispensável para reverter este quadro.

Apesar do discurso da qualidade da educação determinante ser marcado pela lógica privatista e produtivista, a disputa permanece em aberto, seja no nível discursivo, seja enquanto projetos políticos que se contrapõem em relação à qualidade da educação e a projetos societários mais amplamente falando. A luta em torno da defesa da educação pública continua viva e a conjuntura exige o aprofundamento teórico dos militantes desta causa.

Referências

ABAG. **Segurança alimentar:** uma abordagem de agribusiness. São Paulo: ABAG, 1993.

_____. **Agribusiness Brasileiro:** a história. São Paulo: Evoluir, 2002.

_____. **15 anos ABAG:** uma história de realizações em benefício do agro-negócio brasileiro. São Paulo: ABAG, 2008.

_____. **Programa Agronegócio na escola.** Disponível em <http://www.abagr.org.br>. Acesso em 05 de Janeiro de 2012.

ABRAPA. <http://www.abrapa.com.br/biblioteca/Documents/palestras/MR10-Auditorio-John-Deere-21-09-11-09h00/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20no%20Agro.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2012.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO. <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/seducacao/conselho/i15atas-110223.php>. Acesso em 15 de maio de 2012.

DAVIES, N. **O público, o privado e o estatal no pensamento educacional brasileiro.** 2003. Disponível em www.uff.br/feuff/departamentos/docs_politica_mural/pubprivadopenseaeducafeuff.doc Acesso em 22 de agosto de 2012.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro Editora, 3. ed., 2006.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Carlos Nelson Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. V. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benitto Croce. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999.

KAPLAN, L. Análise preliminar do projeto escolas sustentáveis: estudo de caso da primeira escola sustentável do Brasil, na Baía de Sepetiba (RJ). In: Painel Projetos de educação ambiental empresarial e suas implicações para as comunidades e escolas públicas. **Anais do XVI ENDIPE**, Campinas, 2012, p. 01-13.

_____; SERRÃO, M. A.; LAMOSA, R. A. C.; LOUREIRO, C. F. B. Aproximações entre os discursos do Estado e do empresariado: os exemplos da sustentabilidade e da responsabilidade social. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). **Gestão pública do ambiente e educação ambiental: caminhos e interfaces**. São Carlos: RiMa, 2012, p. 143-170.

LAMOSA, R. **A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - PPGE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

LEHER, R. **O público como expressão das lutas sociais: dilemas nas lutas sindicais e dos movimentos sociais frente ao desmonte neoliberal da educação pública**. 2005. Disponível em: www.lpp-buenosaires.net%2Foutrobrasil%2Fdocs%2F1512200515388_Analise_Leher_out_05.doc. Acesso em 22 de agosto de 2012.

_____. Desafios para uma educação além do capital. In: _____. **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LIMA, M. J. G. S. O que fazem as escolas que fazem educação ambiental no Rio de Janeiro? **Anais da 30. Reunião da Anped**. Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Caxambu (MG), 2007(CD).

LOUREIRO, C. F. B.; COSSÍO, M. F. B. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas. In: MELLO, S.; TRAJBER, R (Orgs.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

MARTINS, A. S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARX, K. Prefácio. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

_____; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2011 [1848].

_____; _____. Crítica ao Programa de Gotha. In: _____. **O ensino e a educação da classe trabalhadora**. Textos sobre educação e ensino. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2006 [1875].

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização do trabalho docente. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul). **Companhia Siderúrgica do Atlântico - TKCSA: impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. 2. ed. Novembro de 2009. Disponível em http://www.pacs.org.br/uploaded_files/20091126224843_printed_outras_UEFDU19Fc3R-1ZG9fZGVfQ2Fzb19US0NTQS0yMDA5LnBkZg==.pdf. Acesso em 07 de agosto de 2011.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. (Orgs.). **O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e método**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2010.

O antiecológico necessário

Inny Accioly¹

Celso Sánchez²

Introdução

Este trabalho busca analisar alguns aspectos da dinâmica político-ambiental no Brasil, explicitando algumas contradições centrais que são relativas ao papel desempenhado pela economia brasileira no mercado capitalista global, no qual se insere na contraditória posição de capitalista-dependente (FERNANDES, 1975) com iniciativas capital-imperialistas (FONTES, 2010).

Para tanto, empreendemos uma análise sobre o Congresso Nacional Brasileiro (Senado Federal e Câmara dos Deputados) na tentativa de compreender os embates que ocorrem no momento histórico em que são promovidas alterações na legislação ambiental em âmbito federal.

Uma característica marcante das economias dependentes, tal como analisadas por Fernandes (1975), é coexistência de diferentes tempos históricos no panorama sociocultural brasileiro, onde marcantes características arcaicas convivem com “lampejos do moderno” (FERNANDES, 1975).

No aspecto econômico, é possível dizer que o modo de produção capitalista atravessa fases ou etapas. Cada uma destas fases ou etapas

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisadora do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ) e do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX/UFRJ). innyaccioly@gmail.com

2 Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UNIRIO). Coordenador do Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde El Sur (GEASUR/UNIRIO). celsosanchez@unirio.br

representa, ao surgir, uma negação da anterior. Entretanto, sob o capitalismo dependente, elas não conduzem a um crescimento linear e acumulativo. As fases novas não eliminam as anteriores. Ao contrário, elas coexistem e engendram um sistema econômico capitalista segmentado.

No Brasil, a classe burguesa, em seu aparecimento e consolidação, nega e supera o estado colonial como um momento político. Contudo, os vínculos de dependência para com o exterior não são desfeitos, de forma que esta burguesia cria arranjos internos que esvaziam os “ideais burgueses” e se afastam dos conteúdos “verdadeiramente” liberais e democráticos.

Assim, o regime de classes assume uma dimensão particular no contexto do capitalismo dependente, que se mantém de forma crônica:

Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida. (FERNANDES, 1975, p. 69)

O aspecto capital-imperialista assumido pelo Brasil na atualidade é investigado por Fontes (2010), que analisa as alianças de setores da burguesia nacional com o capital internacional, a “internacionalização” de empresas brasileiras e suas manifestações. A autora indica que um importante aspecto desta atuação imperialista é o “assenhoramento” das fontes de matérias primas nos demais países do continente e a exploração da força de trabalho no exterior, com a submissão de trabalhadores de outras nacionalidades à truculência característica da burguesia brasileira, como o uso de milícias e informações privilegiadas.

Estas características acima expostas, específicas de uma economia periférica com atuações imperialistas – caracterizada por Fontes (2010) como um “imperialismo nanico e dependente” – aparecem de forma dramática ao analisarmos a dinâmica da política ambiental brasileira, onde são decididos os processos de gestão dos “recursos naturais” nacionais e das fontes de matérias primas em solo brasileiro.

Conforme observamos, neste contexto, discursos “ecológicos” adaptam-se a um “antiecológico” historicamente arraigado e muitas vezes reivindicado como sendo “um mal necessário”.

Metodologia

Na tentativa de melhor compreender as condições gerais e específicas da nossa problemática, nos referenciamos no materialismo histórico-dialético e na literatura marxista. Neste sentido, buscamos guiar nossos estudos pela perspectiva de “totalidade” da dialética marxista.

Como nos aponta Kofler (2010), o conceito de todo não pode representar, na dialética, algo rígido nem unívoco no sentido da lógica formal. O que decidirá acerca dos limites do todo que se investiga em cada caso é a realidade efetiva, assim como o problema que se aborda. Desta forma, é necessário efetuar recortes, “decompor em totalidades subordinadas o recorte do todo que inicialmente constituiu o objeto” (KOFLER, 2010, p. 56), sem, com isso, perder de vista a conexão universal das manifestações.

A intenção com este estudo não é fornecer uma “fotografia” de um fenômeno que está inserido em uma realidade em movimento. Buscamos compreender, dialeticamente, as contradições desta realidade (em movimento) através de uma “célula” deste todo que é a realidade concreta. Kofler traz este exemplo das células para indicar a possibilidade de localizar nas “células” os germes de todas as contradições, ou seja, da totalidade. Entretanto, não é possível operar a análise dialética de uma “célula” ou “germe” da sociedade sem a contínua referência conceitual ao todo.

[...] a partir da análise da relação entre partes e o todo, a riqueza concreta das contradições dialéticas se desenvolve crescentemente no interior de um processo unitário, descobrindo-se assim a essência das manifestações. (KOFLER, 2010, p. 61)

Com a intenção de compreender melhor as disputas travadas no campo ambiental – especificamente na arena política – e como as questões

ambientais são tratadas no momento exato em que são elaboradas e aprovadas as leis que tratam do meio ambiente em âmbito federal, voltamos nossas atenções para o “Poder Legislativo” do Estado brasileiro, o Congresso Nacional – composto pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal – e analisamos a composição das Comissões de Meio Ambiente das duas casas, a fim de identificar os grupos que tinham interesses explícitos em influenciar esta temática. O recorte temporal da investigação teve por objetivo identificar quais os interesses que se colocaram diretamente em disputa no momento dos debates e aprovação das alterações no Código Florestal Brasileiro (lei nº 12.651/12), considerado um importante marco no avanço da agenda da “bancada ruralista” no Congresso Nacional.

Desta forma, foi realizado um levantamento sobre a composição das mesas diretivas das comissões de meio ambiente da Câmara e do Senado (2010 e 2011) e a análise das declarações relativas ao financiamento das campanhas eleitorais destes parlamentares. A partir deste levantamento, identificamos grupos empresariais e setores produtivos que investiram nas campanhas destes parlamentares que, após eleitos, vieram a dirigir as comissões de meio ambiente nas duas casas.

TABELA 1 – SETORES EMPRESARIAIS FINANCIADORES DAS CAMPANHAS DOS PARLAMENTARES ELEITOS PARA A MESA DIRETORA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2010 E 2011.

RAMO DE ATIVIDADE	NÚMERO DE EMPRESAS QUE FINANCIARAM CAMPANHAS	VALOR TOTAL DOADO EM R\$
CONSTRUÇÃO CIVIL	07	355.000,00
AGROPECUÁRIA	07	519.500,00
ENGENHARIA	06	355.500,00
USINAS AÇUCAREIRAS	04	285.000,00
CELULOSE	04	173.051,06
FERTILIZANTES	04	75.000,00
MINERAÇÃO	03	220.000,00
EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS	03	213.000,00
BANCOS	02	152.000,00
SEGUROS	02	25.000,00

FONTE: Dados obtidos através da página eletrônica do TSE (www.tse.gov.br).

TABELA 2 – SETORES EMPRESARIAIS FINANCIADORES DAS CAMPANHAS DOS PARLAMENTARES ELEITOS PARA A MESA DIRETORA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DO SENADO EM 2010 E 2011.

RAMO DE ATIVIDADE	NÚMERO DE EMPRESAS QUE FINANCIARAM CAMPANHAS	VALOR TOTAL DOADO EM R\$
PETRÓLEO	08	53.322,78
ENGENHARIA	03	137.000,00
CONSTRUTORAS	02	82.000,00
BEBIDAS	01	170.000,00
QUÍMICA/FARMÁCIA	01	100.000,00
BANCOS	01	50.000,00
EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS	01	12.500,00
MADEIREIRA	01	10.000,00
COMITÊ FINANCEIRO/DIRETÓRIO ESTADUAL	04	3.037.599,11
OUTROS	15	268.109,19

FONTE: Dados obtidos através da página eletrônica do TSE (www.tse.gov.br).

Dentre as empresas identificadas, observamos que algumas foram alvo de denúncias de irregularidades trabalhistas e respondem ou responderam processos ambientais e trabalhistas. Muitas destas empresas já foram multadas por órgãos ambientais.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a Câmara dos Deputados “compõe-se de representantes do povo” e o Senado Federal “compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal”. É importante considerar que estes representantes são eleitos pelas populações dos seus Estados de origem e que, no Brasil, a legislação eleitoral (Lei nº 9.504/97) prevê e autoriza doações de recursos financeiros por parte de pessoas físicas e jurídicas aos candidatos às eleições.

O financiamento privado de campanhas eleitorais, sendo uma prática legalizada, carrega consigo alguns graves problemas. De acordo com a Lei nº 9.504/97, “comprovados captação ou gastos ilícitos de recursos, para fins eleitorais, será negado diploma ao candidato, ou cassado, se já houver sido outorgado”. Entretanto, a Constituição Federal, em

seu art.55, diz que a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado através de voto da maioria absoluta, nos casos em que o parlamentar infringir proibições definidas na lei, promover quebra de decoro parlamentar ou tiver direitos políticos suspensos. Desta forma, um candidato que tenha captado ilegalmente recursos para a sua campanha eleitoral, se for comprovada a fraude após o candidato ter sido diplomado, este só poderá ter seu mandato cassado através de votação dos seus próprios pares.

Outro ponto importante a ser considerado em relação ao mecanismo de financiamento privado de campanhas eleitorais é a prática corrente de algumas empresas investirem vultuosos recursos na candidatura de muitos dos candidatos que posteriormente são eleitos, demonstrando que esta verba recebida de fato faz a diferença nas eleições.

Neste sentido, compreendemos que a representação política feita através dos parlamentares que compõem o Congresso Nacional não traduz a pluralidade de interesses de uma sociedade conflituosa, mas manifesta as posições e acordos de determinados grupos de poder econômico. Criam-se os monopólios de representação política, com os parlamentares atuando como funcionários das empresas que os ajudaram a se eleger, transportando a lógica excludente do mercado para o campo da representação política no Congresso Nacional.

Na mesa diretiva da “Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” da Câmara dos Deputados no ano de 2010, dos quatro parlamentares membros, dois são classificados como ruralistas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)³. Dos outros dois parlamentares que não foram classificados como ruralistas, um parlamentar declarou ter recebido doações de indústrias do ramo do agronegócio e o outro não explicitou de onde vieram os recursos recebidos, usando apenas o nome do Comitê Financeiro do Partido (PFL-TO).

Na mesa diretiva de 2011, dos quatro parlamentares membros, apenas um foi classificado como ruralista pelo Diap. Entretanto, na lista das empresas doadoras das campanhas dos outros três parlamentares tam-

³ Disponível em <<http://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/bancadas-suprapartidarias/ruralista>>. Acesso em 20 de abril de 2011.

bém constam empresas do ramo do agronegócio, assim como setores da indústria pesada.

No Senado Federal, como financiadoras das campanhas eleitorais dos membros da mesa diretiva da “Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle” de 2010 e 2011 aparecem menos empresas ligadas diretamente às atividades agropecuárias e mais indústrias petroleiras e construtoras. Apenas um parlamentar é classificado como ruralista.

Após identificarmos os setores econômicos que “doaram” altos valores para a eleição destes parlamentares, foi necessário compreender a dinâmica de funcionamento destas comissões de meio ambiente. Escolhemos focar nossos olhares sobre o Código Florestal e o projeto de lei que promove a sua alteração por considerar ser esta uma arena de disputas onde emergem as representações de natureza dos parlamentares envolvidos e suas visões acerca do meio ambiente, assim como as estratégias adotadas em um confronto direto no momento histórico de revisão das políticas de gestão dos “recursos naturais”, quando poderiam ser alteradas as “regras do jogo”.

Desta forma, analisamos pronunciamentos públicos de parlamentares diretamente envolvidos nas alterações do projeto, assim como os textos produzidos pelos relatores da matéria em cada uma das comissões. Nossa intenção foi compreender como o “ideário ambiental” estava inserido no Congresso Nacional e se havia resistências a este ideário.

O deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) – que foi relator na Câmara do projeto de lei que altera o Código Florestal e que obteve grande apoio dos parlamentares que foram ao plenário aprovar a primeira versão do projeto (a aprovação ocorreu por 410 votos a favor e 63 votos contra) – recebeu em 2010 recursos das seguintes empresas: Alesat Combustíveis S.A.; Alusa Engenharia Ltda.; Apsen Farmacêutica S.A.; Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.; Caltins - Calcario Tocantins Ltda.; Construções e Comercio Camargo Correia S.A.; Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas; Cooperativa de Cafeicultores e Citricultores de São Paulo; Cooperativa de credito rural – Cocapec; Cooperativa de credito rural – Credicitrus; Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda – Cooxupe; Em-

presa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER; Gerdau Comercial de aços S/A; Gran Petro Distribuidora de Combustíveis; Libbs Farmacêutica Ltda; Usiminas Mecânica S.A.

Em seu parecer para o projeto de alteração do Código Florestal, Rebelo (2010) critica uma corrente ambientalista (“É cada vez mais agressiva a corrente ambientalista que tende a responsabilizar moralmente o antropocentrismo como fonte primária e maligna dos desastres ambientais”) e classifica esta mesma corrente como antropofóbica, pois, segundo ele, descarta como irrelevante a situação de milhões de seres humanos em condições abjetas de existência material e espiritual.

Em seguida, Rebelo ataca as correntes ambientalistas em geral ao afirmar que os ambientalistas não se importam com os seres humanos, que não pensam no desenvolvimento social do país, no acesso à educação, etc., e apela para um “nacionalismo” que exalta costumes e tradições do meio rural ao mesmo tempo em que defende (considerando como sendo “natural”) as “reduzidas moradias urbanas”.

O senso comum recebeu com merecida estupefação a sentença condenatória contra o boi. Logo ele, o animal presente no imaginário brasileiro como símbolo ao mesmo tempo da força, da elegância, do trabalho e de múltiplas utilidades. O boi do carro de boi; o boi do arado; o boi da cara preta da canção de ninar; o boi dos folguedos folclóricos - do Reisado, do Bumba-meu-Boi, do Caprichoso e Garantido. Creio até que o boi é o animal de estimação preferido de muitos brasileiros, e ocuparia o lugar do cão e do gato, fosse mais simples alimentá-lo e acomodá-lo no reduzido espaço das moradias urbanas. (REBELO, 2010)

Adiante, em tom de “piada”, critica o rigor da legislação ambiental e vincula a existência da corrupção à própria existência da legislação a ser cumprida. Neste trecho Rebelo deixa de exaltar o “homem urbano” e considera este “homem urbano em geral” (abstrato) como sendo alheio à problemática do meio rural:

Assim vai o nosso agricultor, notificado, multado, processado, embargado na sua propriedade, sentenciado, e mal arranca da ter-

ra o seu sustento e o da sua família e já se vê sustentando o fiscal ambiental, o soldado, o delegado, o oficial de justiça, o promotor, o desembargador, o advogado, o banqueiro e a ONG que inspirou o seu infortúnio. Da cidade, o homem urbano olha com desdém e desprezo a sua labuta. Se um morro desliza, se o rio poluído invade as cidades, se a enchente causa transtornos, do conforto do seu automóvel ou do apartamento que despeja os resíduos no curso d'água, ele aponta o culpado: aquele sujeito que está plantando uma lavoura, ou criando uma vaca ou uma cabra em algum lugar distante no campo brasileiro.

Em seguida, Rebelo critica o novo mercado surgido com a atuação das ONGs ambientalistas (nacionais e internacionais), perfeitamente encaixadas no modelo capitalista:

O ambientalismo funcionou como rota de fuga do conflito ideológico entre o capitalismo e o socialismo. Os desiludidos de ambas as ideologias vislumbraram no ambientalismo um espaço a partir do qual poderiam reorganizar suas crenças e seus projetos de vida e se juntar a tantos outros que por razões diferentes fizeram da bandeira verde um novo modo ou meio de vida. Ao ecologismo ideológico, juntou-se o profissional e empreendedorista. Consultorias concedidas por ONGs que contratam e são contratadas, recebem financiamento interno e externo, público e privado, funcionam dirigidas por executivos profissionais que já representam atividade nada desprezível no setor de serviços.

Quando o tema é a Amazônia, Rebelo justifica a sua depredação alegando que a floresta nunca foi “boazinha” com os seres humanos e por isso os seres humanos não precisam ser “bonzinhos” com a floresta. Neste trecho, a “natureza” aparece como um inimigo a ser derrotado.

A harmonia entre os chamados povos da floresta e o meio em que vivem – na verdade sobrevivem – não passa de ficção produzida para filmes como *Avatar*, de James Cameron, que levam às lágrimas plateias confortavelmente instaladas em modernas salas de cinema dos *shopping centers*, cercadas de praças de alimentação, onde ao estalar de dedos aparece como por mágica qualquer tipo de comida desejada pelo emocionado espectador. Provavelmente

a maioria, ao saborear o suculento bife ou a fresca salada não faz a menor ideia da luta entre o homem e meio ambiente na Amazônia, nas quantidades de demandas por alimento saudável, livres de parasitas de todos os tipos que disputam com o ser humano o direito à vida.

[...] A Amazônia jamais foi um santuário da natureza. Ocupada há pelo menos 11 mil anos, a região aparece na vasta crônica da conquista e consolidação do território do Brasil como cinta verde da agricultura que permitiu a fixação do homem em comunidades perenes, estancando o nomadismo padrão dos coletores dos frutos da natureza.

Neste momento, Rebelo abandona sua “luta” pelo desenvolvimento como forma de promover melhorias nas condições de vida da população da Amazônia, deixando claro que a infraestrutura a ser construída visa o crescimento das atividades exploratórias na região:

[...] Enquanto o Ministério Público e os órgãos ambientais pressionam os pequenos, médios e grandes produtores do Sul e do Sudeste, é na Amazônia Legal, na faixa de transição entre o Cerrado e o bioma Amazônico, que as ONGs e suas campanhas milionárias procuram interditar a infraestrutura – rodovias, ferrovias, hidrovias, portos – destinada ao crescimento da agricultura, pecuária e mineração.

Entretanto, Rebelo retoma sua preocupação com os “pobres” ao pensar na possibilidade de frear o “crescimento do país” por causa das mudanças climáticas:

Ninguém questiona o fato de que o clima na Terra está em permanente mudança. [...] Não há consenso, porém, sobre até que ponto as mudanças climáticas recentes decorrem da ação humana ou de processos cujos ciclos podem ser medidos em centenas, milhares ou milhões anos. [...] Diante do elevado grau de incerteza da maioria das hipóteses, adotar planos de contingência para todos os cenários imagináveis, mesmo os mais catastróficos e improváveis, baseados na hipótese de que “o planeta se encontra à beira do colapso em decorrência da ação humana” e de que “existem soluções de baixo custo”, podem implicar em custos sociais e

econômicos desproporcionais aos possíveis e mesmo improváveis ganhos, principalmente se consideramos a tendência de que a conta pesará mais sobre os pobres.

Finalmente, o deputado encerra seu parecer defendendo os “excluídos” e reafirmando os “horrores” praticados em nome da lei e da proteção do meio ambiente:

A memória das centenas de depoimentos colhidos permanecerá para os estudiosos, os legisladores, os produtores ou a simples curiosidade pública como um acervo dos horrores que foram praticados em nome da lei e da proteção do meio ambiente. Mas ela ficará também como depoimento eloquente de amor à natureza e ao País por parte daqueles que sempre estiveram ausentes quando das decisões sobre seus destinos e sobre o destino da natureza e do Brasil.

O antiecológico

Paul Ehrlich, em seu livro *Betrayal of science and reason: How anti-environmental rhetoric threatens our future* (1996)⁴, oferece algumas pistas sobre quem seriam os antiecológicos e quais seriam as suas estratégias de atuação. Nesta obra, Ehrlich afirma que muitos dos avanços conquistados nas últimas décadas em definir, compreender e buscar soluções para a condição humana estavam sendo minados por um retrocesso ambiental, alimentado por ideias anticientíficas e argumentos providos pelos “brownlash”. O autor usa o termo “brownlash” para denominar os indivíduos, grupos ou instituições que ajudam a alimentar uma reação contra as políticas “verdes”. Ao mesmo tempo em que assumiriam uma variedade de formas, os “brownlash” apareceriam mais claramente como uma torrente de opiniões que, com aparente autoridade, manifestam-se

⁴ Tradução: “Traição da ciência e da razão: Como a retórica anti-ecológica ameaça nosso futuro”

em livros, artigos e pronunciamento na mídia, contribuindo para distorcer o que é ou não conhecido pelos cientistas ambientais.

Paul Ehrlich provocou impacto na década de sessenta, quando as repercussões de seu livro *The population Bomb* (1968) ganharam espaço no campo ambiental, retomando a problemática malthusiana da “superpopulação”. Grande parte do livro descreve o estado do meio ambiente e a situação da segurança alimentar. A solução então preconizada por Ehrlich foi o controle populacional, com a redução da taxa de crescimento para zero ou negativa e, simultaneamente, o aumento da produção de alimentos.

Já na década de 1990, Ehrlich inicia *Betrayal of science and reason* defendendo-se da enxurrada de críticas recebidas pelo *The population bomb*:

Na década de 60 a visão científica dominante pregava que os cientistas deveriam trabalhar cada um em suas especialidades, não transgredir as fronteiras disciplinares e não se envolver em questões políticas.[...] Assim, biólogos calaram-se até que as catástrofes promovidas pelo mau uso dos pesticidas vieram a público. (EHRlich, 1996, p. 8, tradução nossa)

Neste livro, a crítica tecida por Ehrlich aos “brownlash” e à retórica antiecológica assume um caráter de elogio da “boa ciência” em oposição à “anticiência”:

Tomados em conjunto, apesar da variedade de suas formas, fontes e temas abordados, os “brownlash” produziram um forte acervo de anti-ciência – uma torção das descobertas da ciência empírica – para construir uma certa visão de mundo e sustentar uma agenda política. Em virtude da repetição incessante, esta inundação de sentimentos antiecológicos adquiriu uma infeliz aura de credibilidade. (EHRlich, 1996, p. 11, tradução nossa)

Nesta obra, aparecem de forma clara certos ressentimentos do autor por suas teorizações sobre a superpopulação não terem sido “levadas a sério” e estarem sendo refutadas por outras teorizações que negam

o problema populacional e disseminam “uma série de noções errôneas” como:

- Cientistas ambientais ignoram a enxurrada de “boas notícias” sobre o meio ambiente;
 - O crescimento populacional não causa danos ambientais e pode até ser benéfico;
 - A humanidade está à beira de abolir a fome; a escassez de alimentos é um problema local ou regional e não é indicativo da superpopulação;
 - Os recursos naturais são abundantes, talvez infinitos;
 - Não existem riscos de extinção. Então os esforços realizados para preservar espécies são desnecessários e economicamente inviáveis;
 - O aquecimento global e a chuva ácida não são verdadeiros riscos para a humanidade;
 - A destruição da camada de ozônio estratosférica é um engano;
 - Os riscos causados por substâncias tóxicas são largamente exagerados;
 - Regulamentações ambientais estão destruindo a economia.
- (EHRlich, 1996, p. 13, tradução nossa)

Fugindo da polarização entre “boa-ciência” e “má-ciência”, ou “anticiência”, o que nos interessou em compreender foi como se construía o discurso antiecológico, quem eram os atores interessados em propagá-lo, com quais interesses e quais estratégias. Neste sentido, Ehrlich nos auxiliou por oferecer um panorama destes grupos antiecológicos nos Estados Unidos:

Nota-se que o “brownlash” não é de nenhuma forma de um esforço coordenado. Em vez disso, ele é gerado por uma diversidade de indivíduos e organizações. Alguns demonstram ter vínculos com ideologias e políticas de direita. Outros são indivíduos bem-intencionados, incluindo escritores e pessoas públicas que, por alguma razão, aderiram a noção de que as regulamentações ambientais se tornaram opressivas e precisam ser severamente enfraquecidas. Entretanto, os mais extremos – e mais perigosos – são os que, embora afirmem que representam um ponto de vista científico, deturpam descobertas científicas para apoiar a sua visão de que o governo dos EUA tem chegado ao limite com a regulamentação,

especialmente (mas não exclusivamente) relativa à proteção ambiental, e sutilmente afirmam que problemas a longo prazo como o aquecimento global não são para se preocupar. (EHRlich, 1996, p. 12)

Segundo o autor, o maior efeito dos “brownlash” é a confusão sobre a opinião pública e a distração em relação às agendas políticas subjacentes, que raramente são reveladas.

Como estratégia do antiecológismo, Ehrlich aponta que indivíduos e companhias insatisfeitos com o “excesso de regulamentação ambiental” se organizaram em um autointitulado movimento pelo “uso-racional”⁵, que vem atraindo diversas coalisões de pessoas, “incluindo representantes de indústrias extrativistas e poluidoras, que estão movidas por interesses corporativistas, assim como ativistas dos direitos de propriedade privada e ideólogos da direita” (EHRlich, 1996, p. 15, tradução nossa). Segundo o autor, os proponentes do “uso racional” dos recursos muitas vezes se mascaram como grupos aparentemente atentos à qualidade ambiental.

Quando nos referimos a um eco-capitalismo, a um capitalismo “verde”, queremos dizer que a própria dinâmica do capitalismo já integrou o “ambiental” em seu metabolismo social. Não um “ambiental” qualquer, mas aquele que servir para o determinado fim de acumulação, sem limitar os processos de expansão do capitalismo. Quem gerenciará as escolhas sobre quais ambientalismo adotar e quando adotar, desta forma, seria a própria dinâmica do capital. Ou seja, enquanto for economicamente vantajoso adotar posturas ambientalistas, elas serão adotadas.

O que podemos observar é que o antiecológismo surge e se manifesta nos momentos em que não parece economicamente viável tomar certas posturas ou qualquer postura ambientalista. Neste momento, indivíduos ou organizações se opõem às correntes ambientalistas, as depreciam, desqualificam ou ignoram. É importante ressaltar que algumas organizações adotam discursos e ações ecológicas e, simultaneamente, adotam discursos e ações antiecológicas.

5 Do inglês “Wise-use movement”. Em português usa-se também “boa utilização dos recursos”.

Estado e empresas: parcerias “sustentáveis”

Ao longo de nossas observações, percebemos a estreita relação estabelecida entre empresas ligadas ao setor do “agronegócio ampliado” e as Comissões de Meio Ambiente do Congresso Nacional.

Segundo Mendonça (2010), o agronegócio não se restringe aos proprietários rurais, tendo a agricultura atual – referindo-a a todo um processo de rápida tecnificação – se tornado avalista de um complexo sistema externo a ela e que a subordina aos interesses do grande capital industrial e financeiro.

É fundamental sinalizar que a noção de agronegócio organizaria e instrumentalizaria a imbricação de todas as atividades econômicas direta ou indiretamente vinculadas à agricultura - ressignificada como mera “especialização em plantar e criar” -, construindo-se um poderoso complexo, de cunho bem mais comercial e financeiro, cujo peso não poderia ser aniquilado apenas por seu desempenho econômico, mas principalmente por sua influência política. (MENDONÇA, 2010, p. 219)

Ainda segundo a autora, alguns setores do patronato rural, especialmente os ligados a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), desde os anos 1970, avançam em novas frentes para ampliação de seus espaços e sua influência política: a ecologia, o ensino e a imbricação ao Estado em sua dimensão regional. Desta forma, a SNA passa a “advogar para si o papel de ‘pioneira’ e ‘legítima’ representante da ‘causa ambiental’.” (MENDONÇA, 2010, p. 96).

Em nossas investigações, observamos que as estratégias para ampliação da influência política destes grupos continuam caminhando na mesma linha: a ecologia, o ensino e a imbricação ao Estado.

Desde 2001, empresas do agronegócio vem investindo em campanhas de fortalecimento de sua imagem, tanto através da publicidade quanto através da Educação. O investimento publicitário no campo da Educação é uma forte estratégia do setor do agronegócio, aliando objetivos de valorização de suas *logomarcas* aos temas da sustentabilidade,

produzindo uma *nova sociabilidade do capital* dentro de escolas públicas (LAMOSA, 2010).

Assim, desenvolvem atividades direcionadas aos públicos de relacionamento de maior interesse: “formuladores de políticas públicas, consumidores, opinião pública, estudantes do ensino fundamental e jornalistas”⁶.

As proposições do agronegócio no campo da Educação mostram-se focadas prioritariamente na Educação Pública. Como exemplos, destacamos:

- **Estudo Municípios Canavieiros 2011**⁷: Iniciativa do Projeto AGORA, entidade que reúne várias empresas e instituições do setor sucroenergético, em parceria com dezenas de Secretarias de Educação e produção da Editora Horizonte. Serão atendidas mais de 1.600 escolas, nos estados de Alagoas, Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco. Destina-se às escolas públicas de 6º e 7º anos (antigas 5ª e 6ª séries) do Ensino Fundamental nos 100 principais municípios canavieiros do Brasil.
- **Programa Educacional “Agronegócio na Escola”**⁸: “Um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação, por isto a ABAG/RP criou o ‘Agronegócio na Escola’. O Programa amplia a consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região, a necessidade da conservação ambiental, os valores de cidadania e a conseqüente melhoria na qualidade de vida.” De 2001 a 2008 o Programa foi Realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e implantado em escolas pertencentes a 10 Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto. Foi destinado aos estudantes da primeira série do ensino médio. Em 2009 a ABAG/RP firmou parcerias com as Secretarias Municipais de Educação. Em 2010, foram 14 municípios participantes, com 66 escolas e 11.900 alunos. Desde 2001, mais de 110 mil alunos já foram “beneficiados” pelo Programa Educacional “Agronegócio na Escola”.

6 Disponível em <<http://www.projetoagora.com.br/projeto-agora.php>>. Acesso em 22 de julho de 2011.

7 Disponível em <http://www.municipios-canavieiros.com.br/default.asp>. Acesso em 22 de julho de 2011.

8 Disponível em < <http://www.abagr.org.br/programaAgronegocioPrograma.php>>. Acesso em 22 de julho de 2011.

No momento em que a proposta de alteração do Código Florestal Brasileiro se encontrava em debate no Senado, após ter sido aprovada na Câmara, este setor investiu de forma organizada criando o “Movimento Sou Agro” e convocando a população à adesão⁹. Segundo o portal do “Sou Agro” na internet, a campanha deste movimento atua nas seguintes frentes: Culinária, Cultura e Variedades, Estrelas do Campo, Eventos, Moda, Trabalho e Educação.

O movimento Sou Agro é uma iniciativa multisetorial de empresas e entidades representativas do agro brasileiro. Será um canal permanente entre o agro e seus diversos públicos de interesse, especialmente, o cidadão urbano. A contribuição do agro é decisiva para o PIB, a geração de empregos e as exportações. O setor irradia oportunidades e renda para toda a economia e é o alicerce do desenvolvimento brasileiro. O Brasil pode perfeitamente ser a potência dos alimentos, da energia limpa e dos produtos advindos da combinação da ciência com a nossa megabiodiversidade. Contar a realidade do agro, mostrando os benefícios sociais, econômicos e ambientais que o setor gera para toda a sociedade, é um processo fundamental para pautar o futuro do Brasil com base no desenvolvimento sustentável.¹⁰

O que podemos observar é que as estratégias de financiamento de campanhas eleitorais de candidatos ao legislativo e ao executivo, o investimento em publicidade através da escola pública - sempre utilizando como mote a “sustentabilidade” - e o investimento em propaganda em diferentes mídias são estratégias articuladas¹¹.

Para exemplificar, podemos considerar o caso da empresa Bunge, que foi uma das empresas identificadas como financiadoras de cam-

9 Disponível em < <http://souagro.com.br/sou-agro/movimento>>. Acesso em 22 de julho de 2011.

10 Disponível em < <http://souagro.com.br/sou-agro/movimento>>. Acesso em 22 de julho de 2011.

11 Para a compreensão destas estratégias articuladas, recomendamos a leitura do documento: “O Investimento Social Privado dos EUA no Brasil - Uma análise de empresas do Grupo +Unidos”. Disponível em <<http://www.gife.org.br/publicacao-o-investimento-social-privado-dos-eua-no-brasil-uma-analise-de-empresas-do-grupo-unidos-d6375fff52ea.asp>>. Acesso em 21 de maio de 2012.

panhas eleitorais de parlamentares envolvidos com a temática ambiental no Congresso Nacional.

Sob o nome Bunge&Co., é uma das principais empresas do agro-negócio e de alimentos do país. Situa-se entre as líderes em aquisição de grãos e processamento de soja e trigo, em produção de fertilizantes e ingredientes para nutrição animal, em fabricação de produtos alimentícios e em serviços portuários. No Brasil, as três empresas do grupo – Bunge Fertilizantes S/A, Bunge Alimentos S/A e Fertimport S/A – atuam de forma integrada em toda a cadeia produtiva, com presença em 16 estados.

Principais ações em 2006: atividades educativas de meio ambiente para alunos e professores do ensino fundamental na Reserva Figueira Branca, nos CDALs (Centros de Divulgação Ambiental e Lazer) e no Centro de Educação Ambiental de Araxá; projeto em que estudantes trocam resíduos recicláveis por livros e CDs educativos; recuperação de matas ciliares da Bacia do Vale de Itajaí; capacitação de agricultores em legislação ambiental e na conservação da biodiversidade do Cerrado; promoção do Primeiro Workshop de Sustentabilidade, sobre a conservação da Amazônia; obras de infraestrutura (construção em Araxá de sede do Ministério Público, cadeia pública e complexo viário Max Neuman).

Destaques do Investimento Social Privado em 2007: expansão das ações de proteção ao Cerrado, por meio de parceria com as ONGs Conservação Internacional e Oréades (260 mil hectares abrangidos); criação, com as mesmas organizações, da Aliança BioCerrado, com o fim de promover a conservação da biodiversidade na região; parceria com Ministério de Meio Ambiente para educação ambiental de produtores; monitoramento de pacto para erradicação de trabalho degradante na cadeia de suprimentos agrícolas; parceria com ONG na reciclagem de óleo usado, interagindo com mais de 60 mil famílias.¹²

Podemos entender que o investimento do grupo empresarial em educação ambiental possui o propósito de disseminar valores que tornem legítimos os seus próprios interesses corporativos. Um ponto que nos chama a atenção é a parceria que esta empresa estabeleceu com o Ministério

12 Disponível em <<http://www.gife.org.br/publicacao-o-investimento-social-privado-dos-eua-no-brasil-uma-analise-de-empresas-do-grupo-unidos-d6375fff52ea.asp>>. Acesso em 21 de maio de 2012.

do Meio Ambiente para educação ambiental de produtores. Como fruto desta parceria, em 2007, foi produzida uma cartilha chamada “Responsabilidade ambiental na produção agrícola”:

Como mensurar o valor da água, dos fenômenos e dos animais polinizadores ou dispersores de sementes, da chuva, do vento e do ar puro na vida de um produtor? Como considerar o valor da biodiversidade para o PIB nacional? Preocupações como essas são tratadas a partir de um conceito que está se fortalecendo a cada dia, o socioambiental. A busca pela sustentabilidade, em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais, deixou de ser uma meta de longo prazo. Tornou-se um objetivo a ser perseguido cotidianamente por um segmento comercial globalizado e exigente.¹³

A íntima relação do grupo Bunge com governos estaduais e municipais é explicitada em sua página na internet:

A Bunge recebe, de forma pontual, ajuda financeira indireta de governos municipais e estaduais, para a instalação ou ampliação de empreendimentos industriais ou agroindustriais considerados prioritários, isto é, que possam impactar positivamente a economia local. Esses impactos são medidos por meio da geração de renda, emprego para a mão-de-obra local, aquisição de matérias-primas produzidas localmente e potencial influência na criação de micro e pequenas empresas.

A participação dos governos se dá por meio de incentivos fiscais, financiamentos em condições especiais e doações de terrenos. Por motivos estratégicos, o Grupo não considera conveniente divulgar detalhes dessas operações.¹⁴

É preciso lembrar que o grupo “Bunge” tem a sua matriz em Nova York e opera em países da América do Sul (Argentina, Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai), além de países da Ásia, África, Oriente Médio, Caribe e Europa.

13 Disponível em < http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2008/port/download/cartilha_RA.pdf> Acesso em 22 de maio de 2012.

14 Disponível em < <http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2008/port/11.htm>>. Acesso em 22 de maio de 2012.

Este grupo empresarial trabalha com a cadeia de produção global de alimentos, operando ao longo de todo o seu comprimento. “Nós vendemos fertilizantes aos agricultores, nós compramos as suas culturas, armazenamos, movemos e transformamos em produtos de valor agregado – alimentos para animais, farinha, óleo vegetal, açúcar e biocombustíveis”¹⁵.

Na cadeia de produção e distribuição da Bunge, o Brasil ocupa o papel de exportador de produtos agrícolas, processador de oleaginosas e moinhos de trigo. Para tanto, “suprimos agricultores com fertilizantes comerciais. Possuímos e operamos oito usinas no Brasil que produzem açúcar, etanol e eletricidade”.

As atividades da Bunge no Brasil são intensivas no que diz respeito ao uso dos “recursos naturais”. Podemos notar que enquanto “incentivadora” dos agricultores locais, quaisquer danos causados ao meio ambiente seriam de responsabilidade destes agricultores e não da Bunge. Ao mesmo tempo, é de extremo interesse da Bunge a exploração intensiva da natureza. Assim, através de meios de coerção “puramente econômicos” (WOOD, 2005), impõem aos agricultores as condições para a exploração da natureza. Ao mesmo tempo, realizam cursos, palestras e elaboram cartilhas sobre como preservar a natureza e ser “ambientalmente responsável”.

Se aceitamos que o problema não é esta ou aquela corporação, nem esta ou aquela agência internacional, senão o próprio sistema capitalista - com suas compulsões pela constante autoexpansão - concluímos que os efeitos prejudiciais deste sistema não podem ser eliminados apenas domando as corporações globais ou tornando-as mais “éticas”, “responsáveis” ou “socialmente conscientes”. Nem a corporação mais benigna ou “responsável” pode escapar a estas compulsões do capitalismo, pois têm que seguir as leis do mercado com o objetivo de sobreviver, o que significa inevitavelmente colocar os lucros acima de todas as demais considerações, com todas as suas consequências destrutivas (WOOD, 2005).

15 Tradução nossa. Disponível em <http://www.bunge.com/citizenship/food_chain.html>.

Neste movimento de autoexpansão das compulsões capitalistas, podemos perceber que os Estados Nacionais (incluindo suas repartições em estados e municípios) desempenham um papel fundamental (WOOD, 2005) ao garantirem: tanto a propriedade quanto a não-propriedade; o poder coercitivo (jurídico e militar) nos momentos em que são necessários; as isenções fiscais e financiamentos “especiais”; as doações de terras em prol de um “interesse público”; as parcerias em obras que a rigor deveriam ser realizadas pelos governos; as parcerias na área da educação, como forma de “educar o consenso” (NEVES, 2005).

Considerações finais

O processo de produção capitalista supõe um mercado e, nele, mercadorias (FONTES, 2010). Tendo em consideração a dinâmica de constante expansão inerente ao sistema capitalista, observamos o surgimento de novos mercados como formas de maximizar os lucros. Assim, para o florescimento de um mercado ambiental - mercado dos “bens públicos” como o ar, a água, as florestas - seria necessário, primeiro, a apropriação privada destes bens. Entretanto, como se tratam de “bens públicos”, “bens comuns”, para que esta apropriação privada aconteça (e garanta o mercado ambiental) é necessário promover expropriações de várias ordens.

A expropriação primária, original, de grandes massas camponesas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo. (FONTES, 2010: 44)

Para Fontes (2010), estas *expropriações secundárias* estariam relacionadas ao extenso desmantelamento de direitos sociais e trabalhis-

tas que ocorreram nas últimas décadas do século XX e que contou com forte apoio parlamentar, ou seja, mantidas as instituições democráticas, conservados os processos eleitorais e com a sustentação de uma intensa atuação midiática e parlamentar.

Observamos que o direito garantido pela Constituição Federal Brasileira em seu Art. 225 (“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”), através da atuação parlamentar, da coerção e de mecanismos de convencimento, vem integrando a lista das expropriações contemporâneas. Com o avanço no processo de comercialização dos “bens da natureza”, cada vez menos o meio ambiente é “bem de uso comum do povo”.

Neste contexto, o discurso ecológico ganha força enquanto ideologia capaz de unificar as classes em torno de um falso consenso (BERNARDO, 1979). A preocupação com a qualidade ambiental, por ser manifestada em diferentes contextos, por diferentes setores sociais e com diferentes posicionamentos políticos, carrega consigo, na maioria das vezes, a falsa prerrogativa de estar acima da luta de classes, acima dos interesses políticos, de estar “nem à direita e nem à esquerda” e de ser uma preocupação comum pela manutenção da vida na terra. Entretanto, ao aprofundarmos a análise sobre a dinâmica da política ambiental brasileira percebemos que o discurso ecológico muitas vezes cumpre a função de legitimar interesses nada ecológicos.

Temos evidências de que o ideário ambiental vem sendo utilizado pelos setores dominantes visando garantir a educação política necessária para o novo padrão de sociabilidade do Capital, através de parcerias entre empresariado e escolas públicas (LAMOSA, 2010). No presente estudo, analisamos as relações que o Estado estabelece com setores empresariais quando estes financiam campanhas eleitorais de parlamentares que, após eleitos, cumprem uma agenda política sintonizada com os interesses empresariais¹⁶. Pudemos perceber, também, o fortalecimento

16 Como exemplo, no vídeo “Ajude-nos nesta missão”, divulgado na ocasião das eleições parlamentares de 2010, disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=EFHSj4yjg2g>>, a senadora Kátia Abreu lança uma campanha para recolher fundos com a finalidade de investir nas campanhas eleitorais de parlamentares que após eleitos colaborarão com a agenda política do setor do agronegócio.

das “Parcerias Público-Privado”, o incremento dos incentivos fiscais e o investimento destes setores no campo educação ambiental.

Neste sentido, podemos compreender como o “ideário ambiental” compõe parte importante no projeto de “apaziguamento” dos conflitos sociais.

Consideramos que, em escala mundial, o capitalismo brasileiro assume posição periférica, configurando o Brasil como um país capitalista dependente (FERNANDES, 1975). Ao considerarmos o Brasil como um país capitalista dependente – nos moldes das concepções de Florestan Fernandes –, não negamos que no contexto internacional atual o Brasil assuma posições capital-imperialistas (FONTES, 2010), pois o imperialismo não é um fenômeno que ocorre de fora para dentro, ou seja, frações burguesas locais agem como sujeitos do imperialismo dentro e fora do Brasil. Desta forma, o Brasil está plenamente integrado à dinâmica do capitalismo internacional, em sua contraditória posição de dependente e imperialista.

Desta maneira, Fontes (2010) afirma que a burguesia brasileira remói, resulta e promove contradições no momento em que retoma traços de uma colonização que a independência política do Brasil jamais tentou seriamente ultrapassar, como as formas persistentes de racismo e a subalternidade no âmbito cultural. Desta forma, nos encontramos permanentemente permeáveis às mais diversas produções culturais e intelectuais vindas das nações que “comandam” o processo histórico-civilizatório e, à nossa maneira, tentamos absorver e dinamizar estes produtos culturais e intelectuais em nossa realidade. Como consequência deste “ajustamento dependente”, ficamos subordinados a um crescimento sociocultural controlado de fora e em função de interesses nacionais estranhos, por vezes incompatíveis ou em conflito com nossos próprios interesses nacionais (FERNANDES, 1975).

Sendo o ideário ambiental prioritariamente uma construção ideológica vinda de fora (GONÇALVES, 2008), nascida no seio das nações “comandantes” - que, por estarem em situação de “comando” puderam ditar regras e explorar recursos naturais e força de trabalho barata em outros territórios, assim como encaminhar para estes os seus dejetos

e indústrias poluidoras –, ao intentar o ajustamento deste ideário à nossa realidade brasileira, percebemos a estranheza que causa este recebimento. Vivendo em uma realidade histórica onde coexistem características arcaicas (trabalho escravo, por exemplo) e modernas - em uma dinâmica própria de um país capitalista dependente - o ideário ambiental precisaria ser recebido por aqui como um dogma sobre o qual o povo deveria ser “convertido”.

O Brasil, enquanto país capitalista dependente, aprofunda esta contradição: de um lado a tentativa de “conversão” (sob o nome de “conscientização”) da população ao ideário ambiental da sustentabilidade (enquanto tendência mundial) e do outro lado a necessidade de manutenção do ideário antiecológico, que dará o suporte para que setores produtivos possam continuar destruindo a natureza em nome de um suposto “desenvolvimento” que geraria empregos e acabaria com a miséria e a fome. Neste contexto, ecologismo e antiecologismo atuam como complemento histórico um do outro.

Esta contradição entre defesa e destruição desenfreada da natureza surge como parte constituinte do modo de produção capitalista, entretanto, ela é exposta de forma muito mais dramática em países de economia periférica. Mais especificamente: proposições que almejam à preservação ambiental sofrem sérias limitações quando empreendidas no contexto destes países, devido à sua própria condição de fornecedor de matérias-primas e força de trabalho barata. A exploração intensiva de recursos naturais - com a conseqüente degradação ambiental - se apresenta como sendo a base da economia destes países, junto com a expropriação de direitos sociais.

No cenário brasileiro, podemos observar o Estado Nacional, com os seus aparatos, atuar como um importante protagonista neste movimento. Apesar do nosso foco de pesquisa ser a realidade brasileira, podemos assinalar que esta contradição observada não é algo específico do Brasil, pois ocorre em outros países de economias periféricas. O caso brasileiro ganha relevância no momento atual devido ao destaque que a economia nacional vem ganhando no contexto mundial, o que faz acentuar estas contradições.

Quando apontamos que ecologismo e antiecológismo se apresentam como complemento histórico um do outro, estamos considerando a materialidade da história capitalista. Este modo de produção - fundamentado na propriedade privada dos meios de produção - foi extensamente analisado por Marx na clássica obra *O Capital*. Na análise de Lênin (2011) sobre a obra, o autor aponta que “a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio” (ibid., p.124). O elevado grau de concentração do capital atingido em pleno século XXI aprofunda o movimento - apontado por Lênin em seu tempo - que conduz ao inventário e exploração monopolista das fontes de matérias-primas em todos os países do planeta. A busca incessante por matérias-primas e força de trabalho barata e os consequentes limites sociais e ambientais deste movimento, contraditoriamente fazem conjugar ecologismo e antiecológismo como a solução para a manutenção das bases deste modo de produção.

É neste sentido que denunciamos, de forma provocativa, o “antiecológismo necessário”, pois acreditamos que a luta ecologista deve ser, acima de tudo, uma luta anticapitalista.

Referências

BERNARDO, João (1979). **O inimigo oculto: Ensaio sobre a luta de classes: Manifesto antiecológico**. Porto: Afrontamento.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. *Diário Oficial da União*, 1 de outubro de 1997. República Federativa do Brasil.

EHRlich, Paul (1996). **Betrayal of science and reason: How anti-environmental rhetoric threatens our future**. Washington: Island Press.

FERNANDES, Florestan (1975). **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar.

FONTES, Virgínia (2010). **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto (2008). **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto.

KOFLER, Leo (2010). **História e dialética**: estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

KOSÍK, Karel (2002). **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LAMOSA, Rodrigo (2010). **A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital**: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ). Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Educação. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação.

LÊNIN, V (2011). **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações.

MENDONÇA, Sonia Regina (2010). **O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

NETTO, José Paulo (2011). **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). (2005). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã.

REBELO, Aldo (2010). **Parecer do relator ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados**. Brasília, Sala das Sessões, 8 jun. 2010. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/777725.pdf>> Acesso em 18 abr. 2011.

WOOD, Ellen (2005). **El imperio del capital**. Espanha: El Viejo Topo.

O trabalho enquanto mediação necessária aos processos da organização política de mulheres pescadoras em programas de educação ambiental¹

Amanda Gabriella da Silva²

Carla Alessandra da Silva Nunes³

Carlos Frederico Bernardo Loureiro⁴

Maria Naislaine de Jesus Santos⁵

Ticiane Pereira dos Santos⁶

Introdução

O presente ensaio foi construído a partir de reflexões acerca dos desafios postos para a organização política de mulheres pescadoras no âmbito do Programa de Educação Ambiental com Co-

1 Texto originalmente publicado nos Anais do VII Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental – Rio Claro – UNESP, 2013.

2 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe e ex-aluna bolsista do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). amandagabs@yahoo.com.br

3 Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe; Mestre em Educação. Integra a equipe do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras-PEAC. carlesandra@ig.com.br

4 Doutor em Serviço Social/UFRJ. Pesquisador do CNPq. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/UFRJ; e Professor do Programa de Educação Ambiental/FURG. Líder do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). floureiro@openlink.com.br

5 Estudante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e estagiária bolsista do PEAC. naislane@yahoo.com.br

6 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe; Mestranda em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e assistente social do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). ticianeservicosocial@gmail.com

munidades Costeiras (PEAC)⁷. É imperativo citar que este debate está inserido nos limites e possibilidades da efetivação da Política Nacional de Educação Ambiental (a ser abordada nos itens seguintes), que respalda e normatiza os programas de educação ambiental no contexto nacional em diversas esferas, inclusive no licenciamento ambiental. Pensar a educação ambiental preconizada no arcabouço legal ambiental no Brasil exige, *a priori*, aventar uma breve reflexão da principal determinante da crise ambiental vigente: O modo de produção capitalista, que se ancora na relação social capital x trabalho.

Num contexto em que se evidencia o aprofundamento das expressões da questão ambiental, urge a necessidade de pensar caminhos que possibilitem uma ação educativa que leve a uma postura radical no que diz respeito à atuação dos sujeitos sociais mais afetados pela lógica capitalista de apropriação venal da natureza. Nessa direção, propõe-se identificar na concepção que toma o trabalho como princípio educativo, uma importante contribuição para avançar os processos de organização coletiva fomentados pelos programas de educação ambiental, quando orientados por uma direção teórica crítica, na perspectiva de potencializar a luta pela transformação das condições de produção e reprodução das desigualdades socioambientais.

Para tanto, a perspectiva aqui adotada será a crítico-dialética marxista por entendê-la como capaz de elucidar o lugar que a educação ambiental ocupa no processo de luta de classes, perpassada por relações de gênero, cujo debate não pode ser desprezado quando tomamos os processos de trabalho e de organização política das mulheres que vivem da pesca artesanal.

Para desenvolver nossa argumentação, iniciamos por apresentar, ainda que de forma breve, a concepção de trabalho como princípio educativo, para na sequência, problematizar sua incorporação nos processos de educação ambiental voltados às trabalhadoras da pesca, com a

7 O PEAC é uma condicionante para a concessão, pelo IBAMA, de licença ambiental das atividades de extração e exploração de petróleo e gás no mar, empreendidas pela PETROBRAS, na Unidade de Negócios Sergipe-Alagoas (UO/SEAL). Desde 2009, a execução do PEAC é realizada através de convênio com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

tarefa de sinalizarmos reflexões necessárias a serem feitas no contexto de programas de educação ambiental no licenciamento.

Em suma, as categorias do presente texto serão trabalho, gênero e educação ambiental por entendê-las como centrais à realidade de programas de educação ambiental em comunidades costeiras que tenham como foco as mulheres pescadoras e marisqueiras⁸ e a atuação na organização política delas.

O trabalho como princípio educativo e momento determinante da organização política das trabalhadoras e trabalhadores no Estado capitalista

A relação sociedade-natureza diz-se orgânica, pois é condição essencial para a vida e para a produção social da existência dos seres humanos. De acordo com Marx,

O homem vive da natureza significa: a natureza é seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza. (2004, p.84)

Tal relação constrói-se a partir da necessidade de nossa espécie em subsistir e produzir suas condições materiais e meios de vida. Os seres humanos apenas podem viver e se efetivar em sociedade por intermédio do contínuo movimento de transformação da natureza e por consequência da sua própria transformação. Esse processo de transformação é “realizado através da atividade que denominamos trabalho” (NETTO; BRAZ,

⁸ Por mariscagem entende-se “uma categoria da pesca artesanal normalmente exercida por mulheres que se ocupam da coleta de moluscos e/ou crustáceos (FADIGAS, 2009, p. 112, apud, ARANHA, 2012, p. 136).

2007, p.30), que é o próprio metabolismo sociedade-natureza, atividade intencional criadora.

Essa capacidade de se efetivar na sua relação com a natureza a partir das suas necessidades, as quais impulsionam sua prévia ideação, constrói no plano das idéias, as possibilidades humanas de alterar a realidade que o cerca. Isto porque, de acordo com Macário (2013), as ações intermediárias entre a definição das finalidades e a concretização prática destas, definida por Lukács como **estabelecimento dos meios**, tem grande relevância no desenvolvimento humano, pois é nele e por ele que se configura o conhecimento essencial para uma ação transformadora.

Macário (2013, p. 9) argumenta que o trabalho é o “momento criador da consciência humana”. Isso porque ao efetivar o ato do trabalho os sujeitos sociais voltam-se a si “estabelecendo fins [e] ativando teleologias” sobre eles mesmos e o meio social que o cerca. Desse modo, o trabalho também funda a subjetividade e é por ele que se torna um ser social, diferente dos demais seres da natureza.

Iasi (2012) organiza esse movimento de constituição do ser social em cinco etapas que não podem ser pensadas isoladamente ou em uma sequência estática e linear: (1) a produção social da existência na interação com a natureza e na produção de instrumentos que permitem a transformação e criação dos meios de vida e a satisfação de necessidades; (2) no próprio movimento de constituição destas atividades e seus produtos, novas necessidades materiais e simbólicas são criadas e tornam-se tão importantes quanto às necessidades primárias vinculadas à sobrevivência biológica; (3) reprodução da espécie e das relações sociais por meio da família e demais relações coletivas vinculadas à sociabilidade; (4) reprodução de determinados modos de vida, condicionados pelo desenvolvimento das forças produtivas, formas de cooperação, culturas, saberes, e relações sociais estabelecidas; (5) movimento dinâmico das quatro etapas, produzindo a totalidade social.

Os seres que produzem socialmente sua existência e, para isto, alteram a natureza produzindo meios antes não disponíveis, criando novas necessidades sociais que se somam àquelas naturais; que produzem e reproduzem a si mesmos como seres sociais de um

determinado modo de vida; que, ao procederem dessa forma coletiva, transformam-se em uma força produtiva combinada que é quantitativamente e qualitativamente distinta da ação individual. (IASI, 2012, p. 103).

Dessa forma, o humano, enquanto elemento constituinte da natureza, *com ela e por meio dela* se desenvolve e se (re) afirma (FREIRE, 1983), em uma relação dialética de transformação, dentro de um equilíbrio que não é estático, mas sim, dinâmico, em um constante devir, na contraposição com o seu *outro*: “O homem, portanto, só se desenvolve em relação a esse “outro” de si mesmo, que ele traz dentro de si mesmo: a natureza” (LEFEBVRE, 2011, p. 44).

Essa explicação ontológica de constituição do ser social permite afirmar que “o ato da objetivação posto pelo trabalho é educativo”. Em outras palavras, a educação, enquanto processo social, dialógico, de formação humana, implica numa ação que proporciona aos seres humanos a capacidade de criar seus meios de vida, produzir socialmente sua existência e reproduzi-la historicamente, seja pela constante criação de meios técnicos e instrumentais que asseguram a realização do trabalho, seja por meio dos valores e demais atributos culturais que determinam nossas condutas e dão significado à vida social (MACÁRIO, 2013). No processo complexo do devir humano, ou seja, do movimento permanente de nos constituirmos como humanos, a educação é o meio pelo qual estabelecemos a busca incessante de “ser mais”, em termos freireanos, enquanto seres sociais no/do mundo.

Não obstante, o trabalho, em termos ontológicos, ser um momento fundante da vida humana, momento primeiro do seu processo de humanização e mediação necessária ao ato educativo, na sociedade capitalista ele é transformado em trabalho “assalariado, alienado, fetichizado. O que era finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência” (ANTUNES, 2004, p. 08). Nesse contexto a capacidade humana de efetivar-se no trabalho, torna-se meramente “força de trabalho” convertida em mercadoria que tem como função principal criar outras mer-

cadorias que dêem valor ao capital (2004). Marx ratifica essa realidade asseverando que

A efetivação do trabalho aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos de trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital. (MARX, apud, ANTUNES, 2004, p. 144)

Embora a educação exerça a função de estabelecer o padrão de sociabilidade e reprodução e produção cultural e, de dar aos homens a capacidade de transformar sua realidade social e libertar-se de determinadas barreiras, na sociedade de classes essa realidade ganha nova conotação.

A mistificação necessária à reprodução do capital acaba por desafiar a educação no seu processo de compreensão e apreensão do movimento do real. Contudo, por esse mesmo processo, contraditoriamente, na correlação de forças capital e trabalho, o trabalho impele, por sua subsunção, alienação e super-exploração pelo capital, à formação da classe trabalhadora, que ao se incomodar e perceber as desigualdades sociais no mundo da produção, na qual a precariedade das condições de trabalho é a sua maior expressão, se organiza politicamente concretizando um movimento que na tradição marxista denomina de “classe em si” a “classe para si” (MARX; ENGELS, 1998).

No campo da história, tais condições para emergência da classe trabalhadora enquanto sujeitos sociais se deram na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista em meados do século XIX para o XX. As crises do capital marcadas de formas distintas nos países capitalistas nesse momento de transição, construíram um cenário propício à reação da classe trabalhadora com: “redução dos postos de trabalho, desemprego massivo, aviltamento do salário real, acentuando a fome e a mi-

séria” (NETTO, 2011, p. 37). Tais fatos levaram o operariado das grandes indústrias, (no contexto da Europa), a grandes greves e mobilizações que redefiniram a organização do capital em sua fase monopolista e deram ao trabalho nova significação. Tal significado expressa-se na capacidade da classe trabalhadora em organizar-se e criar a sua identidade política como “protagonista histórico-social consciente” por meio de movimentos coletivos como os sindicatos, surgidos, no contexto internacional, a partir da Primeira Guerra Mundial (NETTO, 2011) e que pelas suas pressões, obrigaram os capitalistas a dar respostas às reivindicações postas em sua agenda política.

Por considerarmos a definição desse processo histórico de construção da identidade da classe trabalhadora complexo e denso, não intencionamos aqui detalhá-lo, mas, apenas sinalizar a importância e centralidade da categoria trabalho em seus diferentes contextos e significados para a construção dos sujeitos políticos e, quão significativo é tomá-lo para falarmos da categoria “educação”.

Destarte queremos reiterar a importância de se refletir o trabalho como princípio educativo para além das instituições formais de ensino, dentro do contexto dos processos de organização coletiva e espaço de luta contra-hegemônica. Nessa direção, percebemos a aproximação entre Saviani (2013) e Mészáros (2008) sobre as possibilidades de um trabalho educativo emancipador:

Considerando-se que toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, cabe entender a educação como instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova hegemonia que permita construir um novo bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada da sociedade capitalista – o proletariado. Mas o proletariado não pode se erigir em força hegemônica sem a elevação cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação. (SAVIANI, apud, ZANARDINI, 2013, p. 02)

Para Mészáros,

A educação no sentido amplo, realizada fora das instituições educacionais, e possivelmente, fora de um controle mais imediato, pode contribuir para o que denomina de um processo de “contrainternalização”, capaz não apenas de negar a ordem estabelecida, mas de criar uma alternativa concreta à ordem existente,”concretamente sustentável”, ou seja, a totalidade das práticas educacionais pode desafiar de uma forma duradoura, o modo de “internalização” da concepção dominante de mundo (MÉSZÁROS, 2008, p.49).

Por isso, torna-se imperativo pensar a educação como mola propulsora para a construção de uma nova sociabilidade humana na qual a justiça e igualdade sociais sejam o mote das lutas e conquistas da classe trabalhadora. Em outros termos:

A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação, no seu sentido amplo [...] E vice-versa: a educação não funciona suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. Cabe a nós todos, porque sabemos que ‘os educadores também têm de ser educados’- mantê-las de pé e não deixá-las cair. [...] (MÉSZAROS, 2008, p. 76-77)

Parafraseando Frigoto (2009), não intentamos aqui ignorar o caráter perdulário de apreensão do trabalho pela lógica do capital, não obstante, consideramos pela apreensão da categoria **contradição**, essencial à análise do trabalho e do processo histórico de transformação da sociedade no passar dos séculos. Ademais, num contexto recente, a organização da classe trabalhadora mesmo em tempos de barbárie, nos faz corroborar com a ideia de que ao analisarmos:

[o] trabalho como princípio educativo em Marx, [observamos que este] não está ligado diretamente a método pedagógico nem à escola, mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidade solidários, fundamental no processo de *superação* do sistema do capital e da ideologia das sociedades de

classe que cindem o gênero humano. Não se trata de uma solidariedade psicologizante ou moralizante. Ao contrário, ela se fundamenta no fato de que todo ser humano, como ser da natureza, tem o imperativo de, pelo trabalho, buscar os meios de sua reprodução – primeiramente biológica, e na base desse imperativo da necessidade criar e dilatar o mundo efetivamente livre. Socializar ou educar-se de que o trabalho que produz valores de uso é tarefa de todos, é uma perspectiva constituinte da sociedade sem classes. (FRIGOTO, 2009, p. 189)

A partir desses elementos cabem-nos as seguintes indagações: como esse processo influencia, particularmente, a educação ambiental? De que forma esta pode contribuir para manutenção das relações de insubordinação ao capital e para superação de diversas formas de desigualdades advindas da sociedade de classes, em especial, as advindas da questão de gênero imbricadas nas relações de trabalho? Essas serão questões que buscaremos refletir a seguir buscando dar uma contribuição aos processos de educação ambiental voltados às mulheres no contexto da pesca artesanal.

Trabalho, educação ambiental e questão de gênero: categorias necessárias à reflexão dos processos de educação ambiental voltados às mulheres pescadoras

É sabido que há no arcabouço teórico que aborda a educação ambiental, diferentes perspectivas de acordo com distintas visões de mundo e da temática ambiental. Não obstante, optamos por ratificar a abordagem por Loureiro (2005, p.69) o qual afirma que a educação ambiental

é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente

Interessou-nos citar tal concepção por entender que a mesma dialoga com a concepção trazida pela Política Nacional de Educação Ambiental (a qual se configura num dos mecanismos de resposta à questão ambiental no contexto nacional). Dentre os princípios da PNEA cabe destacar para a nossa reflexão os seguintes:

a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; [e a] vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais [...] (BRASIL, 1999, p. 2).

É importante lembrar que essas ideias, além de preconizadas no arcabouço legal ambiental, perpassa, por determinação da mesma lei, as esferas da educação formal e não formal⁹. Estas por sua vez, estão imbricadas, por determinação do decreto-lei 4281/02, “às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras” (BRASIL, 2002, p.01) dentre outras.

Ora, dar conta da tarefa de fazer com que a educação ambiental seja uma práxis social que aborde o meio natural, as esferas socioeconômicas e culturais sob o enfoque da sustentabilidade, implica um olhar para as diversas formas de desigualdades sociais advindas da sociedade de classe. E dentre tantos sujeitos, os mais vulneráveis trazem um particular desafio no que tange à missão de executar ações de educação ambiental.

Dentre os segmentos mais vulneráveis, a mulher merece especial enfoque sob a análise da **questão do gênero** e do **trabalho**. Tal realidade precisa ser observada nos programas de educação ambiental que tenham como público prioritário pescadores, pescadoras e marisqueiras. Nesses contextos a questão de gênero imprime às mulheres a necessidade de um olhar particular ao se pensar as práticas de educação ambiental. Isto porque na cadeia produtiva da pesca, estas são o segmento mais

9 “A educação formal refere-se à educação escolar, enquanto a não-formal diz respeito à educação fora da escola, contudo de forma sistematizada metodologicamente” (TOZONI-REIS, 2008, p. 05).

fragilizado por viverem uma realidade de vida e trabalho precários, expressos por jornadas duplas ou até triplas de trabalho e viverem num contexto em que o machismo e a dominação masculina configuram um cenário de violência de diversos tipos no âmbito familiar e do trabalho.

É incontestável que no cenário mundial a mulher, não obstante importantes conquistas nas diversas esferas da vida social, possui condições de trabalho mais desfavoráveis que os homens, em geral trabalham mais e ganham menos, sendo esta realidade definida pelos elementos que compõem a categoria gênero: os papéis definidos historicamente, marcados pela ideologia patriarcal e reproduzida pela sociabilidade capitalista, dá a mulher responsabilidades de reprodução (exercidas dentro do lar) e de produção do capital exercida nas indústrias, no setor de serviços, no mar, no mangue. Ademais, segundo Carlotto e Gomes (2011), as desvantagens na esfera produtiva se definem dentro da divisão **sexual do trabalho** por singulares constructos na lógica de funcionamento da sociedade de classes. Essas determinantes perpassam pela realidade de que

A divisão sexual do trabalho é construída como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas manifesta-se não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho. A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, mas também o princípio organizador da desigualdade no trabalho (LOBO, 1991, apud CARLOTTO; GOMES, 2011, p. 04)

De acordo com estudo feito em comunidades costeiras do litoral sergipano¹⁰ no mundo da pesca artesanal essa realidade é acrescida pelas dificuldades de efetivação do trabalho da mulher que ocorre, muitas vezes, na esfera do trabalho informal, intercalado com as tarefas domésti-

10 Pesquisa realizada em 2010 pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, junto a três comunidades da área de abrangência do PEAC: Apicum/São Cristóvão; Sede do município de Pirambu e Porto do Mato/Estância.

cas e é perpassada por particulares fatores que dificultam a valorização da sua atividade. Maneschy (2010, p. 4-5) em estudo que trata da contribuição da mulher para a pesca responsável observou que

É essencial analisar as atividades das mulheres no espaço doméstico, tais como cuidar dos filhos, manter a casa e pescar e plantar para o consumo das famílias. São elas que, mais que os homens, enfrentam cotidianamente as dificuldades da vida em terra. [...] As atividades femininas tendem, pois, a ser multidirecionadas, ao contrário das masculinas, geralmente centradas em uma ou duas atividades principais, como por exemplo, pesca e lavoura (ALENCAR, 1991). Esse fato reforça a invisibilidade de seu trabalho e dificulta sua identificação como trabalhadoras.

Ademais, também configuram essa realidade a jornada extenuante de trabalho na mariscação que em muitas realidades se divide na captura, beneficiamento e venda do pescado; diversos problemas de saúde advindos do manejo do pescado seja ele o camarão, o arautu, o sururu ou a ostra etc. que exigem da mulher o contato, por vezes, com o rio, o mar e/ou manguezais, sendo este último alvo de uma das expressões da questão ambiental mais gritantes, a poluição e a degradação. Além disso, o contato com esses sistemas bióticos e com produtos para conservar o pescado, como os químicos e o gelo, aproxima a mulher da vulnerabilidade no trabalho por estarem propensas a serem comedidas por diversas doenças. (ARANHA, 2012).

Fadigas (2009, p. 103), ao questionar marisqueiras de dois estados do Nordeste sobre o que é a mariscação obteve as seguintes respostas:

Trabalho; profissão; excesso de trabalho a qualquer momento do dia; determinismo e falta de opção; trabalho desvalorizado; trabalho honesto; medo ou amor pela maré; submissão às condições ambientais como o sol, chuva, vento e a qualidade da água do rio.

Apontamos essa realidade para esboçarmos aqui dois argumentos que consideramos necessários a serem feitos quando se pensa ações de educação ambiental voltadas ao estímulo à organização política de mu-

lheres pescadoras e marisqueiras: o primeiro dele diz respeito à necessidade de pensarmos o trabalho como princípio da ação educativa e via de possibilidade de transformação da realidade. Diante disso, pensar o trabalho como princípio, também, da educação ambiental voltada a mulheres pescadoras e marisqueiras, como crucial para concretização do exposto na Política de Educação Ambiental, em especial no tocante “a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais [...]” (BRASIL, 1999, p. 02). A partir disso é imperativo ao se pensar numa ação voltada às marisqueiras, abordarmos as condições objetivas deste segmento de se efetivar enquanto sujeito político.

Para este argumento, frisamos de forma sumária a necessidade de reflexão contínua, nos processos de educação ambiental voltados às mulheres, sobre as condições objetivas para a sua participação política na categoria da pesca artesanal. O primeiro elemento a ser posto é o fato de que nesse contexto, os espaços de participação, a exemplo das colônias e associações de pescadores, são espaços predominantemente masculinos. Ademais da fragilidade dessas entidades no tocante ao parco movimento de lutas em torno da classe, há a incidência de que a problemática da mulher pescadora e marisqueira não é uma constante nas bandeiras de lutas destas. A isto podemos acrescentar as dificuldades particulares da dinâmica da mulher marisqueira que tem jornada dupla de trabalho e que na cadeia produtiva da pesca têm papéis sociais distintos dos papéis masculinos. Maneschy (2011, p. 88) afirma que

A variabilidade no tempo e no espaço, a irregularidade na demanda, sua compatibilização com as tarefas domésticas e, por consequência, a dificuldade de contabilizar o tempo de trabalho. Esses fatores reforçam a visão corrente das mulheres mais como donas de casa, “ajudantes” do companheiro e não como sujeitos produtivos. Tal visão exprime-se no baixo número de mulheres filiadas nas colônias de pescadores, que constituem o órgão de classe tradicional dessa categoria no país.

Metodologicamente, as práticas educativas para as mulheres marisqueiras devem incidir no desafio de dar visibilidade ao trabalho

feminino. Dessa forma, são estratégicas as iniciativas que levem a organização coletiva do trabalho das mulheres de forma a pensá-la como mola propulsora da constituição do segmento feminino, enquanto sujeito político, dentro do mundo da pesca. Ou seja, o movimento que parta da reflexão sobre o trabalho concretamente (precariamente) realizado, para desvelar novas possibilidades de organização produtiva, de forma que a participação política, a organização coletiva, seja capaz de gerar alterações no mundo do trabalho, nas condições materiais de sobrevivência e esta, por sua vez, propicie condições de participação na defesa dos demais direitos. Assim como na constituição da classe trabalhadora enquanto classe “para si”, o trabalho na realidade das mulheres marisqueiras pode, através da sua organização e reconhecimento na cadeia produtiva da pesca, gerar sujeitos políticos capazes de questionar as bases da sua exploração e dominação com vistas à superação das desigualdades de classe e de gênero na pesca artesanal.

Mas, destacamos aqui uma particularidade nas condições históricas para tal realidade se concretizar: diferente das condições históricas da classe trabalhadora em se constituir enquanto sujeito político, na realidade das trabalhadoras da pesca, a precariedade das condições de trabalho, multifacetada pela imbricação dos afazeres domésticos e da pesca artesanal dificultam o processo de organização. Ou seja, o acúmulo de responsabilidades e tarefas cotidianas, atrelado à subalternização histórica das mulheres nos espaços de participação da pesca artesanal, demanda a construção de diferentes condições para a organização das mulheres marisqueiras.

Para além de ações de educação ambiental que visem maior controle social sobre os usos da natureza no processo de configuração de seus territórios, destacamos a emergente necessidade destas terem como foco as relações sociais no mundo do trabalho no contexto da pesca artesanal, levando-se em consideração as particularidades de vida e trabalho das trabalhadoras da pesca. Tomando a concepção de ambiente preconizada na PNEA, cabe defender que os processos de estímulo à organização do trabalho e à criação de políticas voltadas ao trabalho são necessidades inerentes à educação ambiental com trabalhadoras da pesca.

Vinculamos esse argumento ao contexto dos programas de educação ambiental que são exigências para o licenciamento ambiental federal. Nossa fundamentação também repousa no exposto pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás do IBAMA em Nota técnica (IBAMA, CGPEG, DILIC, 2010), na qual estão definidas as diretrizes para elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos por bacia regionalmente e que devem dar conta de ações de compensação e mitigação ambientais¹¹ pelos impactos ocasionados pelas atividades petrolíferas. Este documento define linhas de ação de acordo com as necessidades emergidas pelos impactos ambientais ocasionados pelos empreendimentos nas regiões em que se localizam e de acordo com as demandas socioeconômicas específicas de cada realidade. Aqui o nosso foco está no exposto na **linha de ação A** que traz a exigência de desenvolvimento de atividades de educação ambiental que visem a “Organização Comunitária para a Participação na Gestão Ambiental no âmbito do Licenciamento Ambiental”. Nessa linha, o IBAMA preconiza processos formativos juntos aos sujeitos afetados pelos empreendimentos, identificados a partir de diagnósticos participativos levando-se em consideração as seguintes observações:

Necessidade de desenvolver processos formativos para subsidiar a intervenção qualificada de determinados grupos sociais em processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais. Considerando a complexidade do processo de licenciamento ambiental de uma maneira geral e, em particular, da cadeia produtiva do petróleo, podemos afirmar que o estímulo à organização dos segmentos sociais que costumam ter pouca interferência na gestão ambiental das áreas em que vivem e desenvolvem suas atividades é fundamental para a democratização do processo de licenciamento ambiental e, em última análise,

11 De acordo com o IBAMA em sua nota técnica 01/10 as ações de compensação ambiental referem-se a projetos que contemplem “procedimentos metodológicos balizadores do financiamento de ações compensatórias de caráter coletivo por parte da empresa licenciada quando, diante de um impacto inevitável, for identificada a interferência sobre a atividade econômica e/ou o cotidiano de determinado grupo social. As ações de mitigação ambiental dizem respeito a projetos que proporcionem um conjunto de procedimentos metodológicos capazes de minimizar e/ou evitar os efeitos difusos negativos dos impactos da atividade licenciada; evitar o agravamento de impactos identificados e a ocorrência de novos impactos” (IBAMA, 2010, p. 03).

da gestão das ações de **transformação da realidade local**. (IBAMA CGPEG/DELIC/ 2010, p. 5).

Queremos destacar nessa justificativa abordada pelo IBAMA ao tratar do desafio da gestão ambiental a partir do estímulo à organização comunitária, a expressão “transformação da realidade local”. Transpor essa prerrogativa possibilitada pelas ações de educação ambiental no licenciamento para o campo do real, nos chama a refletir sobre os seguintes desafios, levando em conta a experiência do projeto “Fortalecimento da organização de base das marisqueiras”, desenvolvido no âmbito do PEAC desde 2010: Não basta pensar técnica e metodologicamente em procedimentos que viabilizem informações ao público prioritário a respeito de direitos sociais que os pertencem. É necessário introduzir elementos que problematizem e dêem conta das suas necessidades materiais, ou seja, suas necessidades objetivas de subsistência e de serem respeitadas em suas atividades de trabalho. Ora, se o trabalho é mediação determinante do ser social, não se pode existir enquanto sujeito político, dissociando o processo educativo, formativo como ser humano, do movimento de garantia dos meios materiais. Em outras palavras, as possibilidades de transformação da realidade local via educação ambiental podem se tornar mais efetivas à medida que se trabalha numa constante relação entre as esferas sociais, culturais e econômicas, levando-se em consideração as necessidades de subsistência dos sujeitos do processo educativo. Não se trata aqui de cairmos nas artimanhas do assistencialismo que perpassa a formação sócio-histórica do nosso país, trata-se de se levar em consideração as necessidades de uma classe em seu movimento de desenvolver-se enquanto sujeito político e agente da transformação da sua própria realidade. No caso das pescadoras, isso envolve: necessidade de tempo para organizar-se frente à necessidade que têm de trabalhar durante todo o dia para conseguir seu sustento; necessidade de se efetivarem enquanto sujeitos individuais que têm papéis e obrigações de pai, mãe, filho, esposa, marido etc., em suas relações interpessoais; necessidade de terem tempo para usufruir de momentos de entretenimento e cultura.

E de que forma tais desafios podem ser enfrentados, considerando o que preconiza o IBAMA nos programas de educação ambiental?

O processo educativo exige no caso das pescadoras que também se tenha a condição de ter um espaço adequado de trabalho, de forma que neste também possam ter a possibilidade de se reunirem, discutirem seus problemas, dialogarem, reforçarem identidades e construïrem sua agenda de lutas.

Por isso, defendemos a articulação nos processos pedagógicos voltados às trabalhadoras da pesca, de elementos que vão desde a viabilização de informações e aprendizado de conteúdos relevantes para a compreensão do mundo, via processos de formação política no contexto da educação popular, até o investimento de recursos financeiros que visem à melhoria das condições objetivas de trabalho e renda para que, enfim, sejam postas as condições para a formação de sujeitos políticos que dêem conta da tarefa de transformação social e de concretização dos citados princípios da Política Nacional de Educação Ambiental.

Conclusão

A principal reflexão que fica após a argumentação produzida, diz respeito a entendermos a importância de tomarmos o trabalho como elemento crucial nos processos de educação ambiental voltados às mulheres pescadoras, por entendê-lo enquanto fundante da ação educativa dos sujeitos. Não obstante, identificamos particularidades a serem consideradas, ao se pensar a educação ambiental para organização coletiva das mulheres: as condições objetivas deste segmento apontam para a necessidade de se refletir junto aos sujeitos envolvidos nos programas e projetos a possibilidade das ações voltarem-se à organização do trabalho coletivo das mulheres. Isto porque as condições objetivas e subjetivas para as marisqueiras reconhecerem-se e organizarem-se enquanto categoria, sujeitos políticos capazes de transformarem a sua própria realidade, passa por transpor as barreiras do pouco tempo disponível à atividade política, em detrimento das suas funções e papéis dentro e fora do ambiente doméstico. É preciso, portanto, pensar, em termos de ato educativo, em como

imbricar processos de organização política às necessidades básicas dessas mulheres e ao modo como suas comunidades se organizam culturalmente, dimensões nas quais o trabalho tem lugar central.

Referências

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do Trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARANHA, Lúcia. A mariscagem no contexto da pesca artesanal: apontamentos sobre determinações do trabalho feminino. In: **Educação Ambiental e Serviço Social**: o PEAC e o Licenciamento na Gestão Pública do Meio Ambiente. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de educação ambiental e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Brasília.

CARLOTO, Cássia Maria, GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 105. São Paulo; Cortez, 2011. Disponível em: <www.scielo.br>.

FADIGAS, A. B. de M. **As marisqueiras e a reserva extrativista Acaú-Goiana**: uma análise de práticas participativas para a conservação do ambiente. Dissertação de Mestrado PRODEMA: UFPB/UEPB, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias na sociedade de classes. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.40, jan. abr. 2009.

IASI, Mauro L. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IBAMA.CGPEG.DLIC. **Orientações pedagógicas para elaboração e implementação de programas de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás**. Brasília: IBAMA, mimeo, 2005.

_____. **Nota Técnica 01/2010**. Brasília: IBAMA, mimeo, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronald Souza de (Orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MACÁRIO, Epitácio. **Determinações ontológicas da Educação: uma leitura à luz da categoria trabalho**. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em 01/02/2013.

MANESCHY, Maria Cristina. **Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável**. Disponível em: <www.fase.org.br>. Acesso em 17/08/2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção Obra-Prima do Autor).

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).

ZANARDINI, João Batista. **O trabalho como princípio educativo e educação emancipatória: reflexões sobre a sua inviabilidade na sociedade capitalista**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT5/gt5m1c3.pdf>>. Acesso em 01/02/2013.

A nova tendência dos pagamentos por serviços ambientais, a emergência do REDD+ e os povos indígenas

Vanessa de Souza Hacon¹

As últimas décadas do século XX e início do novo século foram marcados pela emergência da questão ambiental do âmbito local ao global, em virtude dos níveis crescentes de degradação e poluição do meio ambiente, expressos na perda de espécies em ritmo extremamente acelerado, na sobre-exploração de determinados recursos naturais, na destruição de inúmeros ecossistemas, etc. No entanto, os impactos ambientais observados não se restringem apenas à superfície terrestre senão que atingem ainda a atmosfera e, por sua vez, o clima por meio da emissão dos chamados gases de efeito estufa (GEE), com destaque para o dióxido de carbono (CO₂). À crescente concentração destes gases na atmosfera, cujas emissões superam todos os níveis históricos registrados nos últimos 600.000 anos (IPCC, 2007), é creditado um progressivo aumento na temperatura do planeta. Por sua vez, este aumento de temperatura tem implicações diretas no clima, acarretando no fenômeno das mudanças climáticas globais cujos impactos ambientais podem ser observados no aumento da temperatura dos oceanos e na sua acidificação, no derretimento das calotas polares, na elevação do nível do mar e no aumento da intensidade e frequência dos chamados eventos

¹ Graduação em Comunicação Social (bacharelado em Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2005). Especialização em Ciências Ambientais, pelo NADC - UFRJ (2008). Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, pelo Programa Eicos – UFRJ. Doutoranda do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA, da UFRRJ. vanessahacon@gmail.com

extremos, relacionados a mudanças nos regimes de chuvas e seca (IPCC, 2007; STORM, 2009). Alterações nos padrões de temperatura e precipitação implicam ainda em mudanças de composição e localização de biomas com uma série de consequências para a biodiversidade e a vida como um todo no planeta.

É importante destacar que o aquecimento global responsável pelas mudanças climáticas, identificado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (correspondente à sigla IPCC, em inglês), está correlacionado ao aumento das emissões dos GEE que, por sua vez, está diretamente relacionado à ação humana. Neste sentido, as mudanças climáticas refletem o impacto de processos socioeconômicos e culturais, como a industrialização, a urbanização, o crescimento populacional, o aumento do consumo de recursos naturais e da demanda sobre os ciclos biogeoquímicos (BARCELLOS et al., 2009), todos estes articulados a lógicas capitalistas de reprodução social e produção do espaço. Apesar dos estudos, análises e previsões pouco animadoras acerca dos impactos ambientais ocasionados pelas mudanças climáticas globais, ao longo da última década as concentrações atmosféricas de CO₂ aumentaram em um ritmo ainda mais intenso (STORM, 2009), chamando a atenção para a gravidade do problema e a necessidade de confrontá-lo.

Apoiados no caráter global dos impactos das mudanças climáticas², determinados países e instituições multilaterais começaram a discutir e fomentar acordos internacionais voltados para a questão do clima, reverberando o apelo para um esforço comum. No âmbito internacional, o tema ganhou maior notoriedade a partir da década de 1990, com a publicação pela OMS do primeiro relatório global sobre as mudanças climáticas e a saúde, assim como com a instalação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima (correspondente à sigla UNFCCC, em inglês) na ECO-92, no Rio de Janeiro, em 1992 (BARCELLOS et al., 2009). A partir do estabelecimento desta convenção os

2 Apesar dos impactos serem globais e independentes dos locais de origem das causas primárias do processo, isto não significa que seus efeitos sejam distribuídos de forma equitativa. Ao contrário, diversos autores atentam para a distribuição desigual dos riscos e impactos desse processo em função da vulnerabilidade social à qual determinadas populações encontram-se expostas (STORM, 2009).

países membros passaram a reunir-se nas chamadas Conferências das Partes (COP) para definições de metas e compromissos voltados para a questão climática. O conhecido protocolo de Quioto, resultado da COP 3 realizada em 1997, no Japão, estabeleceu metas de redução de emissão de GEE de acordo com o nível de desenvolvimento dos países e suas respectivas responsabilidades no processo de mudanças climáticas.

A partir da adesão ao Protocolo de Quioto, tornou-se mandatário o processo de redução de emissões de GEE por parte dos países desenvolvidos signatários, sob risco inclusive de sofrerem futuras sanções por não honrarem os compromissos assumidos. Dentre as variadas propostas para se atingir as metas estipuladas, o Protocolo de Quioto introduziu a possibilidade de compensação financeira das emissões por meio da transferência de recursos financeiros dos países centrais para os países periféricos e semiperiféricos, com emissões abaixo do limite e não submetidos às metas do acordo. Em outras palavras, o Protocolo de Quioto proporcionou as condições necessárias para o surgimento do primeiro mercado internacional oficial de “serviços ambientais”³ (PACKER, 2012). É nesse contexto e sob a dupla justificativa de que as mudanças climáticas e a degradação ambiental poderiam ser mitigadas e contidas mediante uma única ação, isto é, a valorização monetária dos chamados serviços ambientais, que emerge a proposta de Pagamentos por Serviços Ambientais (ou Ecosistêmicos) – PSA⁴.

3 De acordo com a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (MEA, 2005), os serviços ambientais consistem em benefícios oriundos dos ecossistemas em favor das necessidades humanas. Estes serviços podem ser categorizados em serviços de provimento (alimento, água, madeira, fibras, medicamentos, recursos genéticos etc.); serviços reguladores (ciclos hidrológicos, clima, doenças, resíduos etc.); serviços culturais (recreação, benefícios estéticos, religiosos etc.); e serviços estruturais (formação do solo, fotossíntese, polinização etc.).

4 A premissa por trás dos PSA consiste em premiar economicamente aqueles que contribuem para manter ou ampliar os serviços prestados pelos ecossistemas. De acordo com Kosoy e Corbera (2010, p.1229), os PSA caracterizam-se pelos seguintes critérios: a) trata-se da mercantilização de uma ou mais funções ecológicas passíveis de negociação financeira; b) baseia-se no estabelecimento de uma unidade padrão de troca; e, c) depende dos fluxos de oferta, demanda e mediação entre aqueles que vendem, compram, controlam, gerenciam e provêm estes serviços.

A emergência do REDD+ e a sua configuração

Na mesma tendência dos PSA e sob pressão da expiração do Protocolo de Quioto em 2012, ganha destaque a proposta de REDD (sigla para *Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal*) durante a COP 13, em 2007, em Bali (Indonésia). O REDD, enquanto mecanismo de compensação, possibilitaria aos países centrais se encaminharem para uma nova “economia de baixo carbono”, sem, contudo, diminuir as suas emissões de GEE nos seus locais de origem. Logo rebatizado de REDD+, por tratar-se não apenas de um instrumento de sequestro de carbono da atmosfera, mas também de um mecanismo de promoção do manejo florestal sustentável, a ser realizado por meio de pagamentos para as populações residentes nas áreas de floresta (especificamente localizadas nos países do Sul global), esta estratégia emergiu, segundo os seus promotores, como potencial catalisadora de incremento no nível de vida de populações pobres e indutora de um desenvolvimento sustentável destas regiões. Desse modo, o REDD+ permitiria a adequação rápida dos países desenvolvidos às políticas e metas climáticas nacionais e internacionais – uma vez que não seriam necessárias mudanças estruturais à cadeia produtiva –, além de atender à carência por estratégias de baixo custo financeiro (especialmente se executadas em países dependentes), capazes de incentivar o setor privado a reduzir as suas emissões (BROWN; CORBERA, 2003). Além de servir aos interesses econômicos dos países do Norte, o REDD+, na ótica de seus defensores, possui ainda um apelo ético, ambiental e social ao promover a proteção das florestas tropicais e subtropicais (fundamentais à regulação dos ciclos hidrológicos e à manutenção do clima, depositárias de imensa biodiversidade, e gravemente ameaçadas pelo desmatamento e pelas queimadas) localizadas, em sua grande maioria, nos países do Sul e, concomitantemente, o desenvolvimento sustentável destas regiões por meio do incentivo a atividades que ofereçam uma melhoria das condições de vida para as populações rurais pobres, com potencial incremento inclusive nos níveis de biodiversidade (SCHEBA, 2012). Em termos ideológicos, advoga-se que as populações tradicionalmente habitantes das regiões de floresta e respon-

sáveis pela conservação dos seus ambientes ao longo de gerações devem ser recompensadas financeiramente pelo “serviço” que prestam, inclusive para que outras opções econômicas que envolvam a supressão da vegetação nativa sejam descartadas, uma vez que o valor da floresta em pé deve ser superior ao valor resultante do desenvolvimento de outras atividades econômicas na mesma área. Desse modo, o apelo econômico do REDD+ para os países periféricos e semiperiféricos ganha grande visibilidade, em função do potencial de transferência de recursos financeiros dos países centrais para suas economias⁵. Este instrumento mostra-se duplamente vantajoso para os países com altos índices de desmatamento e queima de biomassa, como é o caso do Brasil, que tem nas queimadas a sua principal fonte de emissão de GEE (70 %), com destaque para a região amazônica e o cerrado. Apesar da principal fonte global de emissões de GEE ser oriunda da queima de combustíveis fósseis, os impactos ambientais das queimadas têm papel fundamental nas mudanças climáticas nos níveis local, regional e global (BARCELLOS et al., 2009). Não apenas a emissão de GEE e a perda dos “estoques de carbono” contribuem para este processo, mas também um complexo metabolismo proporcionado pela floresta é alterado (BARCELLOS et al., 2009). Por todos os motivos expostos, a redução e prevenção ao desmatamento foi definida pelo Relatório Stern (2006)⁶ como a opção mais estratégica de resolução da questão das emissões e neutralização de GEE, elevando as florestas tropicais ao topo da agenda global (SCHEBA, 2012).

Apesar das muitas discussões em torno do REDD+ e, inclusive, de já haver projetos deste teor em andamento em diversos países, o mesmo não se encontra consensualmente aprovado e regulamentado junto à UNFCCC. No Brasil, embora não haja uma política nacional de

5 Ressalta-se que o instrumento REDD+ foi inicialmente concebido tendo como alvo os países em desenvolvimento que detêm florestas tropicais, possibilitando a inclusão destes nos acordos globais voltados para a redução de emissões de gases de efeito estufa (MMA, 2012).

6 Ressalta-se o viés economicista deste documento elaborado a pedido do governo britânico com o objetivo de compreender a natureza econômica dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Uma de suas declarações mais emblemáticas a respeito dessa interação é que as mudanças climáticas representam a maior e mais abrangente falha de mercado já existente. Nesse sentido, são apresentadas propostas para mitigar as perdas econômicas dos agentes hegemônicos, permitindo, assim, a sua adaptação e perpetuação de suas atividades.

REDD estabelecida (a construção da mesma encontra-se em curso por meio do PL 195/2011 [BRASIL, 2011]), alguns estados possuem seus próprios sistemas, como, por exemplo, é o caso do Acre (ACRE, 2010) e do Amazonas (AMAZONAS, 2007). Mesmo sem um conceito preciso e legal do que se entende por REDD+ no Brasil, alguns estudiosos e organizações apontam a tendência para a captura desta proposta pelo mercado, o que resumiria o REDD+ aos chamados “créditos de carbono” (PACKER, 2012; MORENO, 2012), enquanto outros acreditam em uma formulação mais ampla que inclua distintos mecanismos e instrumentos econômicos que possam ser usados e direcionados para o manejo sustentável da floresta (IPAM, 2012). O que é possível afirmar é que no caso do Brasil, mesmo sem uma política nacional definida, alguns projetos já se encontram em fase de construção e execução⁷. Contudo, há poucos estudos científicos voltados para uma análise crítica da implementação destas experiências-piloto.

As populações tradicionais e os povos indígenas no centro das negociações

Quando analisadas as propostas de mitigação da crise ambiental e climática, o caminho apontado é claramente o da compensação ao invés da mudança de paradigmas ou da revisão estrutural do sistema. Basta que analisemos o protocolo de Quioto, onde estão previstos instrumentos de mercado para negociação de carbono (como, por exemplo, os Mecanis-

⁷ Um exemplo é o Projeto Juma, uma iniciativa da Fundação Amazonas Sustentável (uma entidade público-privada, criada em dezembro de 2007 através da parceria entre o governo do Amazonas e Banco Bradesco), que visa transferir recursos financeiros de instituições que queiram neutralizar as suas emissões de carbono para populações tradicionais capazes de assegurar a conservação dos estoques de carbono na floresta (MORENO, 2012). Estes recursos financeiros advêm de doações de empresas diretamente à Fundação Amazonas Sustentável (como, por exemplo, a Coca-Cola), de outros fundos (como, por exemplo, o Fundo Amazônia) assim como de parcerias estabelecidas com empresas, como no caso da rede de hotéis Marriott, que sugere aos seus hóspedes a doação de US\$1 por noite visando a neutralização de suas emissões (IBID). Diversas outras iniciativas podem ser encontradas em Cenamo et al. (2010).

mos de Desenvolvimento Limpo - MDL), assim como as demais Conferências das Partes, no bojo das quais emergiram as propostas de PSA em geral (dentre as quais destacamos o REDD+). Nesse sentido, é possível observar uma transferência do centro das atenções assim como do centro das ações para os países do Sul, suas florestas e suas populações rurais, subitamente alçados a protagonistas destas medidas compensatórias.

Com a ascensão e difusão do REDD+, os povos tradicionais e indígenas, cujas terras habitadas são depositárias de grande parte das florestas tropicais e subtropicais mundiais, tendem a ocupar rapidamente o centro das negociações, com desdobramentos sociais, econômicos, culturais, ambientais e políticos imprevisíveis. O eixo estrategicamente se desloca para estes grupos, expropriados e marginalizados de forma sistemática ao longo da história, não apenas em função dos ambientes nos quais vivem e os quais conhecem e dominam, mas também pelo cenário de vulnerabilidade social ao qual encontram-se expostos. Logo, as condições sociais e ambientais destes grupos fazem dos mesmos candidatos ideais para o plano de mitigação do aquecimento global, baseado na dupla estratégia de promoção da conservação ambiental aliada ao desenvolvimento (preferencialmente sustentável). Em outras palavras, de invisibilizados passam a ocupar um lugar de destaque no plano do capital, agora como provedores de um novo serviço (ambiental), fundamental à sobrevivência do sistema capitalista.

É preciso atentar, contudo, que tratam-se de grupos cujos modos sociais de apropriação do mundo material – ou modelos de desenvolvimento – distinguem-se vastamente do urbano-industrial (ACSELRAD, 2004). Por um lado, as sociedades tradicionais caracterizam-se (em maior ou menor grau) pela detenção de um amplo conhecimento acerca da natureza e seus ciclos, uma vez que mantêm com a mesma uma dependência material na promoção de sua subsistência, projetando na natureza um conjunto de símbolos, mitos e rituais que surgem neste processo de reprodução cultural e são reforçados pela transmissão deste saber, por meio da oralidade, através das gerações. A fraca articulação com o mercado e a reduzida acumulação de capital juntamente com o uso de tecnologias de baixo impacto, fruto de um determinado universo cultural de repro-

dução social e estágio de desenvolvimento das forças produtivas, levam à construção de um modo de vida intrinsecamente articulado à dinâmica da natureza. Sublinha-se a dimensão comunal do uso do território e dos recursos naturais, além da ligação intensa com os territórios ancestrais. Por estas razões, a forma social de apropriação dos recursos pelas populações tradicionais respeita os limites do ambiente e o tempo de reposição dos recursos, preservando as condições de vida para as gerações futuras (DIEGUES, 2008).

Portanto, o redirecionamento do capital no sentido das florestas tropicais e de suas populações nativas, culturalmente diferenciadas, com formas próprias de organização social, que encontram no território a condição para sua reprodução cultural, social, econômica etc., deve ser visto com cautela. Guardadas as devidas proporções e diferenças entre os variados grupos tradicionais e indígenas, é certo que o modo de vida destes povos está fundado em práticas culturais vividas e transmitidas ao longo de gerações. Logo, é preciso atentar para o caráter dinâmico da cultura, fundada a partir das suas mudanças internas e daquelas vividas a partir da troca com outras culturas. Ressalta-se, contudo, que o processo de troca intercultural se dá sobre bases desiguais de poder, sobre o qual persistem tendências histórico-culturais de dominação que direcionam este processo para a homogeneidade cultural, em benefício de modelos culturais dominantes (BOURDIEU; WACQUANT, 2004). Nesse sentido, vários dos povos tradicionais e indígenas encontram-se, de forma crescente, articulados ao mercado, o que acarreta, muitas vezes, na desorganização social e cultural destes grupos, evidente na exploração insustentável de alguns recursos naturais e na dependência progressiva dos mercados para proverem o seu sustento.

Sendo assim, argumenta-se que, com a inserção e intensificação de mecanismos de mercado voltados para a negociação de créditos de carbono, outras mudanças culturais fundadas sobre trocas interculturais desiguais tendem a se difundir entre os povos tradicionais, cujo resultado pode explicitar-se em perdas tanto do ponto de vista da conservação ambiental quanto da diversidade cultural destes grupos. Tomando por base as desigualdades de poder entre os potenciais compradores de serviços

ambientais e os provedores destes, apartados do ponto de vista de suas classes sociais assim como localizações geográficas, é preciso afirmar a posição de dependência e inferioridade destes últimos, ao contrário do propagado pelos defensores de mecanismos de PSA. Esta desigualdade explicita-se, por exemplo, nos critérios de definição dos valores referentes a estes serviços ambientais. Seguindo a lógica de mercado, os potenciais compradores de créditos de carbono buscarão o menor preço que será oferecido, provavelmente, por aqueles com menos recursos e poder de barganha. McAfee (2012) explica que é impossível obter um desfecho deste processo que beneficie igualmente a natureza, as populações pobres e os investidores privados, uma vez que os critérios de eficiência do mercado encontram-se em conflito com o projeto de redução da pobreza. Ao contrário, a eficiência do mercado aumenta na medida em que este é capaz de se beneficiar da pobreza e da vulnerabilidade ocasionada pelas condições adversas.

Haja vista a relação comercial estabelecida na negociação de créditos de carbono, a implementação de projetos de REDD+ junto a povos tradicionais e indígenas tende a inserir critérios próprios à otimização da gestão do espaço (eficiência no seu uso econômico “racional”, qualidade do produto, princípios de competitividade etc.), de modo a obter os melhores índices de aproveitamento, seja do ponto de vista ambiental (neutralização de carbono) ou econômico (maiores margens de lucro). Estes princípios e diretrizes de uso do espaço, impostos pela forma como o REDD+ foi concebido, implica em uma mudança profunda na relação desses grupos com o seu ambiente, não mais orientada pela interdependência direta com o território, mas sim para a produção de valor. Destaca-se, ainda, a tendência à perda de autonomia desses grupos em relação ao uso e manejo do território, submetidos a regras estipuladas por atores externos em verdadeiros contratos de locação da terra e dos seus recursos. Nesse sentido, fica, no mínimo, implícita a autoridade da instituição locatária, com implicações em termos de hegemonia e soberania no uso do território (LUND; PELUSO, 2011).

Até o presente momento no Brasil mais de 30 etnias indígenas já foram abordadas por empresas visando tratar de iniciativas de REDD+

e negociação de créditos de carbono, ainda que nem todas tenham efetivamente selado contratos (FUNAI, 2012). Estas viriam a beneficiar-se dos territórios indígenas preservados, capazes de absorver grandes concentrações de CO₂, compensando-os financeiramente pela prestação deste serviço ambiental. A priori, tal negociação seria benéfica não apenas para as empresas poluidoras como também para os grupos indígenas em virtude das múltiplas pressões sofridas por estes grupos sobre seus territórios por parte de grileiros, fazendeiros, madeireiros e garimpeiros, e dos riscos aos quais estão expostos. Desse modo, a transferência de recursos financeiros às etnias seria, em tese, capaz de garantir a preservação dos territórios e dos recursos naturais ali presentes, por meio do reforço à vigilância e coibição de atividades ilegais, evitando o desmatamento e degradação de áreas florestadas e assegurando o modo de vida destes grupos diretamente dependentes do ambiente natural.

Vale mencionar que no Brasil as terras indígenas, apesar das dificuldades encontradas e da falta de apoio e estrutura do governo federal na garantia dos direitos territoriais indígenas, constituem-se em uma das principais áreas de conservação dos recursos naturais, e na região da Amazônia Legal ocupam 22% do território (SANTILLI, 2010). Para se ter uma ideia, o desmatamento histórico acumulado no interior das terras indígenas na Amazônia afeta menos de 2% da sua extensão, e está associado, principalmente, às formas próprias de ocupação indígena do território ou decorre de ocupações não indígenas passadas ou presentes (invasões) (SANTILLI, 2010). É preciso mencionar, contudo, que vários dos povos tradicionais e indígenas encontram-se, de alguma forma, articulados ao mercado, o que acarreta, em alguns casos, na sobre-exploração de determinados recursos de alta demanda comercial, como é o caso dos recursos madeireiros com elevado valor de troca. Ainda assim, as terras indígenas juntamente com as unidades de conservação correspondem às áreas mais bem preservadas do país.

Grande parte dos contratos de venda de créditos de carbono celebrados aos quais a FUNAI teve acesso foram criticados e rejeitados pela instituição em função das condições impostas aos grupos indígenas pelas empresas contratantes. Dentre estas destaca-se o impedimento à livre

realização das suas práticas tradicionais, como, por exemplo, a plantação de roças e corte de árvores, que constituem o modo de vida destes grupos, estrangulando assim uma sociodiversidade diretamente relacionada à biodiversidade local. Além desta razão, a FUNAI cita ainda a falta de conhecimento e consentimento por grande parte dos indivíduos das comunidades, a previsão de contratos que perpassam por mais de uma geração e não prevêm cláusulas de rescisão contratual (caso haja algum prejuízo para a comunidade indígena) e, por fim, a nulidade jurídica de tais contratos em virtude da falta de regulamentação nacional do mecanismo de REDD+ (FUNAI, 2012). Por outro lado, o órgão vem acompanhando alguns projetos classificados pelo mesmo como promissores (*vis a vis* o estabelecimento de salvaguardas aos direitos indígenas e a obtenção de certificações internacionais), como é o caso do projeto elaborado pelos Paiter-Suruí (Rondônia) em parceria com ONGs nacionais e internacionais.

Se hoje as populações indígenas recorrem ao mecanismo de REDD+ sob a alegação de defesa de seus territórios contra as frentes de expansão do capital – justificativa legítima, tendo em vista a falta de apoio governamental na defesa do seu território e garantia de seus direitos –, é preciso observar o fato de que a principal ameaça – ou seja, a lógica de mercado, que transforma a tudo e a todos em mercadoria – mostra-se como a potencial salvadora. Nesse processo torna-se urgente a compreensão do que significa este novo movimento do capital na direção dos povos indígenas e seus recursos, que aloca estes grupos em uma situação de protagonismo frente às mudanças climáticas. Ademais, é preciso atentar para a reconceituação do território a partir da mudança do seu uso tradicional para um uso explicitamente capitalista, assim como para a transformação dos bens comuns em bens de mercado (LEROY, 2012).

As origens do REDD+ e o processo de neoliberalização da natureza

Na última década, determinadas correntes da economia ambiental, apoiadas pelas principais ONGs mundiais, organizações multila-

terais e governamentais e representantes de variados setores da sociedade civil, vêm destacando a necessidade da criação de instrumentos econômicos voltados para a valorização da floresta em pé, como forma de prevenção ao desmatamento e à prática das queimadas nessas áreas. Apesar dos inúmeros fatores que impulsionam estas atividades e tornam o cenário de causalidades do desmatamento e das queimadas bastante complexo, o principal elemento endereçado pelos defensores dos PSA é a falta de incentivos econômicos capazes de promover uma mudança na lógica de uso dos recursos naturais e da terra, de modo a tornar a proteção e o manejo sustentável da floresta uma atividade rentável e lucrativa (IPAM, 2011). Em outras palavras, seria necessária a criação de formas de compensar financeiramente aqueles que deixam de transformar áreas florestadas em agricultáveis e premiar aqueles que conservam as suas florestas e “prestam serviços ecossistêmicos” a toda a humanidade. Do ponto de vista mercadológico, esta seria a maneira mais eficaz de alterar a lógica econômica na zona rural proporcionando a “transição de uma economia de exploração predatória para uma economia de baixo carbono” (IRIGARAY, 2010, p. 10). Nesse sentido, a dificuldade em valorar os serviços ambientais torna-se um grande obstáculo, uma vez que a comercialização deste serviço depende de uma mensuração, verificação, quantificação e demonstração apropriada (UNFCCC, 2007). Portanto, esta dificuldade seria considerada a principal razão por deixar os serviços ambientais à margem do mercado, impedindo desse modo a incorporação dos custos ambientais na produção (considerada uma “falha de mercado”) (IRIGARAY, 2010). Uma vez calculados os benefícios gerados pela natureza e seus ecossistemas, seria possível embuti-los no preço final das mercadorias, o que, por um lado, inibiria os processos degradantes e, por outro lado, incentivaria os processos sustentáveis.

Desse modo, o REDD+ (enquanto uma modalidade de PSA) vem sendo defendido pelos principais países depositários de florestas como um dos instrumentos centrais para combater o desmatamento (em complemento às medidas de comando e controle⁸), assim como uma das

8 As medidas de comando e controle incluem a aplicação de multas, processos judiciais contra crimes ambientais, embargo de imóveis desmatados ilegalmente, crédito, ordenamento territorial, estabelecimento de unidades de conservação etc. (MMA, 2012).

mais importantes estratégias de mitigação e adaptação às mudanças do clima (MMA, 2012). Reconhecidos os esforços para enfrentar o problema emergencial do desmatamento e, de uma forma mais abrangente, das mudanças climáticas globais, permanecem alguns questionamentos e críticas quanto à abordagem e construção do problema assim como de suas possíveis soluções.

Primeiramente é necessário localizar o REDD+, assim como as demais estratégias de PSA, em um processo mais amplo de *neoliberalização da natureza*, conforme proposto por Castree (2010). Em seu recente artigo, o autor busca precisar este processo, tendo em vista que a teoria neoliberal originalmente fez pouca ou nenhuma menção ao tema dos recursos naturais. Assim, primeiramente, Castree conceitua *neoliberalismo* com base em três pilares: filosofia, discurso político e medidas econômicas⁹. A partir desta contextualização, demonstra a crescente inserção da natureza no campo neoliberal baseado nas seguintes tendências de mercado: a) incentivo à privatização e precificação da natureza de modo a protegê-la de forma mais eficaz e evitar a “tragédia dos comuns” (HARDIN, 1968); b) identificação dos recursos naturais e serviços ambientais ainda não explorados como importante fonte de lucro para futuros e atuais empresários, seja por meio de medidas de preservação e conservação ou do seu uso produtivo; c) entendimento dos bens naturais sem uso comercial como um desperdício em termos de rendimentos e

9 A *filosofia* neoliberal apoia-se na liberdade individual como lema central, cabendo ao Estado maximizar a independência dos indivíduos (ou das empresas formadas por estes), garantir os seus direitos (principalmente de propriedade), porém eximir-se das responsabilidades, transferindo-as para o plano privado. Já a burocracia do Estado deve ser substituída pelo mercado, de modo a dinamizar e desenvolver a economia. O neoliberalismo, enquanto *discurso político*, firma-se em determinados preceitos que necessariamente devem ser abarcados pelo Estado. São estes: privatização (dos bens estatais aos bens comuns); mercantilização (das mais diversas esferas da vida); desregulação estatal e regulação favorável ao mercado; empresariamento do Estado; ascensão do terceiro setor; e, exaltação do individualismo. Por fim, as *medidas econômicas* neoliberais podem ser resumidas nos seguintes pontos: políticas macroeconômicas pautadas pelo mercado; políticas industriais e comerciais livres de entraves ao fluxo comercial que incentivem o empreendedorismo; políticas de flexibilização das relações de trabalho; políticas educacionais voltadas para atender ao mercado; medidas de gestão e monitoramento com foco em metas e avaliações de performance; políticas sociais focais (ao invés de direitos universais); políticas legais de contenção do conflito; políticas de direitos civis incentivadoras do direito privado; e, por fim, políticas de governança responsáveis por transferir responsabilidades do Estado para uma vasta gama de atores da sociedade civil (CASTREE, 2010).

proventos, assim como um obstáculo ao progresso (dado o uso irracional dos recursos), com perdas tanto para a natureza quanto para a sociedade (com destaque para as populações pobres); d) defesa da introdução da competição e precificação na gestão do mundo natural como forma de gerar incrementos em termos de manejo ambiental, resultando no ganho máximo para as populações e para a natureza; e) estímulo à incorporação de valores e práticas empresariais no âmbito do Estado visando tornar mais eficientes os processos de exploração ou proteção do mundo natural; f) encorajamento da transferência para a sociedade civil de partes crescentes da responsabilidade por gerir de forma eficiente a natureza, em um permanente processo de empoderamento, capaz de fazer emergir propostas de governança ambiental mais dinâmicas, criativas e menos burocráticas; g) responsabilização dos consumidores, empresas, cidadãos etc. pelo seu impacto ambiental, com destaque para as medidas de mitigação focadas no indivíduo assim como para a homogeneização das distintas responsabilidades (CASTREE, 2010).-

Neste contexto de *neoliberalização da natureza*, alguns autores chamam a atenção para o campo da conservação ambiental, visto convencionalmente como foco de resistência aos avanços do capitalismo de livre mercado e seus processos degradantes sobre a natureza (IGOE; BROCKINGTON, 2007; BUSCHER et al., 2012; BÜSCHER; ARSEL, 2012). Ao contrário desta assertiva, tais autores defendem que a conservação ambiental também vem sendo alvo de resignificação por parte de uma *governança ambiental neoliberal*, que busca incorporar sistematicamente a natureza ao projeto expansionista capitalista, por meio da criação de oportunidades econômicas cada vez mais amplas (BÜSCHER et al., 2012). Este processo denominado de *conservação neoliberal* pode ser identificado em inúmeros casos, como, por exemplo, na crescente aproximação ideológica e dependência financeira entre as organizações conservacionistas e as grandes corporações; no aumento no número de áreas protegidas geridas por empresas privadas e entidades do terceiro setor (ONGs, OSCIPs, OS); na ênfase no ecoturismo como forma de conjugar a conservação ambiental ao desenvolvimento sustentável de comunidades locais; na introdução de novas áreas designadas à conservação ambiental, por meio

de contratos privados entre novos atores sociais, com destaque para os “provedores” destes serviços ambientais, oriundos de comunidades rurais localizadas nas regiões mais pobres do globo; e, na incorporação de comunidades tradicionais e indígenas ao centro deste processo, incentivando-as a participarem de empreendimentos comerciais voltados para a conservação, principalmente nos países onde faltam recursos financeiros e estrutura para promover efetivamente a proteção da biodiversidade e dos territórios destas populações (IGOE; BROCKINGTON, 2007). Essas formas contemporâneas de *conservação neoliberal* prometem ainda a democratização dos processos decisórios envolvendo a gestão do meio ambiente, a definição e garantia dos direitos de propriedades das populações rurais (fator fundamental para a comercialização de recursos e serviços ambientais), assim como a promoção de estratégias comerciais ambientais benéficas tanto ao meio ambiente quanto às contas das empresas, provando que é possível conjugar sustentabilidade e crescimento econômico no florescer de uma nova “economia verde”¹⁰ (IGOE; BROCKINGTON, 2007).

O avanço do capital sobre a natureza e a sua relação com a crise ambiental

Este novo avanço do capital sobre a natureza, sob formas distintas e inclusive inéditas, precisa ser compreendido ainda na sua rela-

10 O termo “economia verde” ganha projeção mundial com o recente relatório do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; em inglês, UNEP) “Towards a Green Economy” (UNEP, 2011). Este documento define a economia verde como aquela capaz de promover equidade e melhoria da qualidade de vida, prevenir a perda de biodiversidade e serviços ecossistêmicos e ser eficiente em termos de uso dos recursos, diminuindo assim a emissão global de GEE. McAfee (1999) relaciona esta noção de economia verde – ou como ela previamente denominou desenvolvimentismo verde (‘green developmentalism’) – com uma série de reformas que buscam racionalizar economicamente a produção industrial e agrícola de modo a limitar o seu impacto ambiental e reduzir os seus resíduos até o ponto em que a prevenção à poluição “valha a pena” e não afete os lucros. A autora destaca o viés tecnocrático desta concepção em oposição a uma análise mais política voltada para as causas estruturais da degradação ambiental e da desigualdade social. Nesse sentido, denuncia que a economia verde reforça a injustiça ambiental em escala global, uma vez que a meta de “esverdear” a economia não inclui a transformação das relações historicamente desiguais de transferência de riquezas do Sul global para o Norte (McAFEE, 1999).

ção com a crise ambiental mais ampla cujos contornos críticos vêm sendo atingidos nas últimas décadas. Apesar das suas especificidades e da necessidade de compreendermos esta crise na sua atualidade, é preciso lembrar que as suas bases remontam há dois séculos, com o advento e o desenvolvimento do capitalismo. Baseado, grosso modo, na busca pelo lucro e na sua reprodução infinita, o capitalismo historicamente nutriu-se de expropriações, exigidas e impulsionadas pelo predomínio do capital no plano mundial (FONTES, 2010). Em sua fase inicial (ou primária) de expropriações, Marx destaca processos como, por exemplo, a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); o comércio de escravos; e, a usura, a dívida nacional e, em última análise, o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2004, p.121). Apenas a partir da expropriação dos meios de produção da população camponesa foi possível elevá-las a tal grau de vulnerabilidade social cuja única alternativa foi a venda da sua força de trabalho a valores muito abaixo do seu valor real, viabilizando assim a extração de mais-valia e a apropriação privada da riqueza produzida. Ainda que o capitalismo não possa ser reduzido ao contexto de expropriações, trata-se de um processo permanente na lógica de reprodução capitalista que, no entanto, combina formas primárias a novas modalidades impulsionadas pelo capitalismo na sua versão contemporânea neoliberal. Nesse sentido, o avanço feroz sobre a natureza na busca pela produção do valor é um dos seus exemplos mais emblemáticos (QUINTANA; HACON, 2012).

A análise da crise ambiental, caracterizada por alguns como crise ecológica (KOVEL, 2007), tendo em vista que tem no seu cerne a relação entre a sociedade e a natureza, não pode ser apartada de sua conjuntura mais ampla definida pelo sistema capitalista hegemônico, cujas relações sociais sobre o meio ambiente acarretam efeitos depredadores em escala sempre crescente (FOSTER, 2005). Isto ocorre em meio à busca ilimitada pelo abastecimento constante por recursos naturais e devido à intensificação da globalização deste processo, que impõem um ritmo

frenético de produção e consumo. No entanto, os limites do ambiente e seu tempo de reposição não acompanham o tempo do capital, engendrando, por conseguinte, uma falsa liberdade em função da insustentabilidade do modelo empregado. Este fluxo expansionista aliado à intensificação da externalização dos custos ambientais produtivos em distintas escalas geográficas resultam em consequências nefastas sobre o ambiente e atingem uma escala de efeito superior a qualquer outro modo de produção anterior, conferindo ares dramáticos e globais à crise ambiental (FOLADORI, 2001; BÜSCHER et al., 2012).

Outro ponto importante a ser reforçado na lógica capitalista é a falha metabólica entre sociedade e natureza, acirrada historicamente pela cisão cidade-campo, processo este inexorável no desenvolvimento do capitalismo (QUAINI, 1979; FOSTER, 2005). Na medida em que o trabalho deixa de ser livre e criativo na sua transformação do mundo para tornar-se uma obrigação visando à subsistência daqueles que dependem da venda da sua força de trabalho, ocorre um descolamento entre a produção e o resultado do trabalho, ou seja, a alienação¹¹ do produto final do trabalho pelo seu produtor. Nesse sentido, instaura-se uma distância não apenas entre a força de trabalho empregada e o resultado do trabalho, como também entre ser humano e natureza, uma vez que não há mais uma identificação entre a origem do produto com o seu correspondente final, elevado ao status de *mercadoria*. Assim, a natureza torna-se mais uma peça na engrenagem do capital, dominada do ponto de vista científico e tecnológico, integrada à lógica da produção, da circulação e do consumo.

Entretanto, a transformação da natureza em mercadoria e o isolamento de seus vários componentes contraria o seu caráter sistêmico e princípio fundamental de interdependência. Kosoy e Corbera (2010) destacam que o estabelecimento de limites fictícios entre os ecossistemas, necessários à criação de um mercado para os diversos serviços ambientais,

11 No sentido empregado por Marx, alienação consiste na “ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos e – além de e através de – também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente)” (BOTTFOMORE, 2001, p.5).

não apenas corresponde a uma tarefa quase impossível, como obscurece a complexidade dos ecossistemas e suas inter-relações. Em outras palavras, a ideia de compartimentar os bens naturais e descolar um serviço ecossistêmico do seu contexto mais amplo (condição fundamental para negociá-lo enquanto mercadoria), contribui para mascarar o aspecto relacional deste serviço em relação aos demais, ignorando o fato que os ecossistemas são interdependentes (KOSOY; CORBERA, 2010). Ademais, esse tipo de racionalidade desconsidera que as propriedades ecossistêmicas resultam da conjugação de fatores comportamentais, biológicos, físicos e sociais em interação constante com os organismos vivos, por sua vez sujeitos no seu conjunto a dinâmicas não lineares e caóticas. Estas dinâmicas podem gerar comportamentos completamente imprevisíveis e interações de organização biológica de alcance e escalas espaço-temporais variados (MICHENER et al., 2001 *apud* KOSOY; CORBERA, 2010).

Apesar das múltiplas críticas, é dessa perspectiva que se parte para a precificação dos variados serviços ambientais, “*oferecendo à natureza a oportunidade de adquirir o seu direito de sobreviver em uma economia global cada vez mais mercantilizada*” (McAFEE, 1999, p.135, grifo da autora). A viabilização deste mercado depende fundamentalmente do fortalecimento dos direitos de propriedade privada, da elaboração de métodos capazes de quantificar o valor monetário da natureza, da construção de políticas capazes de penalizar o poluidor e premiar aquele que promove a sustentabilidade, assim como da criação de uma estrutura capaz de gerir o uso eficiente e comercialização do “capital natural” (McAFEE, 1999). Já o discurso está centrado principalmente no combate e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, na conservação ambiental e na promoção da equidade, tendo em vista que os benefícios financeiros deste processo (gerados por recursos já existentes) teoricamente serão direcionados para as populações “guardiãs” destes redutos naturais, em sua maioria pobres, localizadas nos países do Sul. Sob a justificativa incontestável da conservação da biodiversidade aliada à redução da pobreza, o capital e suas relações de mercado encontram legitimidade para avançar sobre sistemas ecológicos e sociais diversos e complexos, possibilitando a criação e expansão de novos mercados, e, em última instância a sua pró-

pria circulação (McAFEE, 1999; BÜSCHER et al., 2012). Sendo assim, o capitalismo trata de fornecer respostas imediatas à crise ambiental e social ora vigentes, assim como de preservar (ou mesmo expandir) os níveis de crescimento econômico atuais, sem confrontar diretamente as causas estruturais responsáveis pela emergência da crise em primeiro lugar.

O REDD+ no centro de uma governança ambiental neoliberal

Para alguns autores, é precisamente nesse contexto de *conservação neoliberal*, no qual a conservação da biodiversidade deixa de simbolizar um entrave ao capitalismo para tornar-se o próprio veículo para a sua expansão, que se insere o mecanismo de REDD+ (BÜSCHER et al., 2012; McAFEE, 2012; SCHEBA, 2012). Inicialmente, podemos classificar o REDD+ como uma forma específica de governança ambiental, ou seja, pautada por uma determinada racionalidade, que carrega consigo uma ideologia política. Para Thompson et al. (2011) isto significa dizer que o instrumento de REDD+ emerge no seio de um conjunto de normas sociais e pressupostos políticos que direcionam a sociedade e as organizações para uma determinada forma de uso e manejo dos recursos florestais, legitimando certos atores, ferramentas e soluções enquanto marginaliza outros. Por exemplo, se tomarmos as propostas de REDD+ elaboradas pelo Banco Mundial e pela ONU como parâmetro¹² (que têm grandes chances de influenciar estratégias de REDD+ em todo o mundo), estas estão naturalmente alinhadas às ideologias perpetradas e propagadas por estas instituições. Logo, o sistema desenhado por estes atores tende a empregar e legitimar uma maneira particular de compreender o problema do desmatamento e degradação das florestas assim como as suas possíveis

¹² Ainda que não haja uma definição consensuada mundialmente acerca do REDD+ nem tampouco caiba a qualquer instituição específica a gerência absoluta sobre este assunto, as Nações Unidas e o Banco Mundial tomaram a dianteira do processo e apresentaram as suas formulações, sendo o UN-REDD o documento formulado pelas Nações Unidas e o Forest Carbon Partnership Facility aquele construído pelo Banco Mundial (THOMPSON et al., 2011).

soluções, nesse caso apoiadas na valorização monetária e na precificação dos serviços ecossistêmicos. Esta forma de governança ambiental hegemônica não abarca, contudo, as múltiplas construções sociais e culturais acerca da natureza, como, por exemplo, aquelas concebidas e praticadas pelas populações tradicionais e indígenas, na sua estreita associação e dependência com o ambiente natural, símbolo não apenas de subsistência material, mas constituinte de uma identidade cultural. Impõe, desse modo, uma linguagem particular de avaliação incapaz de abarcar o conhecimento universal acerca das relações entre homem e natureza. Logo, contribui para marginalizar determinadas construções sociais do problema demonstrando a quais interesses a valoração da natureza e comercialização de seus serviços ecossistêmicos atende (KOSOY; CORBERA, 2010).

Nessa perspectiva, Thompson et al. (2011) defendem que o REDD+ é mais do que simplesmente um depositário imparcial de ferramentas e atores preocupados em mitigar os impactos das mudanças climáticas. Apontam o excessivo peso direcionado para as comunidades locais frente à perda de florestas, enquanto os demais atores responsáveis por este processo são poupados tanto do ponto de vista da sua responsabilidade na produção quanto na redução do desmatamento. Destacam, ainda, que o principal documento acerca do REDD+ apresentado pela ONU até o momento (UN-REDD) reconhece que as causas do desmatamento são complexas, porém não identifica as estruturas e fluxos econômicos globais que tornam esta atividade economicamente lógica e viável. Tampouco a contextualiza historicamente, recordando que (não por acaso) os principais países alvos dos programas de REDD+ são aqueles caracterizados por economias primárias baseadas na intensa exploração dos seus recursos naturais com seus respectivos históricos coloniais e pós-coloniais de dependência para com os países centrais (THOMPSON et al., 2011).

Scheba (2012) parte desta análise para aprofundar a compreensão dos processos mais estruturais que possibilitaram a emergência do REDD+ no seu presente formato e busca qualificar a governança ambiental da qual Thompson et al. (2011) tratam. Nesse sentido, compreende a estratégia de REDD+ como um projeto de *governança ambiental neoliberal*, cujo mote centra-se em conjugar democracia, eficiência, equidade e

lucro, promovendo o crescimento econômico concomitante à sustentabilidade ambiental (CASTREE, 2010). Scheba identifica neste mecanismo variados indícios da lógica neoliberal aplicada ao plano da natureza, como por exemplo, a transformação dos serviços ambientais, anteriormente excluídos da lógica de mercado, em mercadorias devidamente precificadas e passíveis de transação financeira; a definição de propriedade sobre o carbono-florestal assim como a sua privatização, outorgando direitos de propriedade privada a territórios de uso comum; a desregulação estatal resultando na expansão das parcerias público-privadas direcionadas para a gestão do meio ambiente; o incentivo à participação crescente da sociedade civil e do terceiro setor; e, por fim, a coerção de variados atores a aceitarem este modo específico de governança ambiental forjando assim um suposto consenso. Scheba destaca que há uma tendência crescente entre os proponentes do REDD+ em reforçar “boas práticas de governança”, assegurando assim credibilidade, confiança, transparência e participação social na tomada de decisão. Por outro lado, ainda que as negociações globais em torno do REDD+ não estejam concluídas, diversas organizações não governamentais e comunidades locais já estão implementando seus projetos, denotando a transferência de poder estatal para o terceiro setor assim como para o setor privado (responsáveis por suprir o vácuo deixado pelo enfraquecimento do papel do Estado), assim como a abstenção do Estado na dianteira de processos referentes aos bens naturais, de propriedade comum de toda a sociedade.

Considerações finais

Para além das discussões de cunho mais estrutural a respeito do REDD+, pontuadas ao longo deste artigo, há inúmeros outros debates direcionados para os obstáculos técnicos e institucionais relacionados à construção deste mecanismo que visam aperfeiçoar possíveis falhas no processo e expandir suas fronteiras para além da simples comercialização do carbono-florestal. No entanto, a presente argumentação reforça e

apoia-se em uma visão mais radical acerca do REDD+, que o interpreta como uma solução temporária e superficial para a crise ambiental, alinhada à lógica de acumulação capitalista (SCHEBA, 2012).

No que tange a promoção de equidade e valorização das populações tradicionais e indígenas (ou a motivação ética por trás do REDD+), insiste-se que estes processos devem se dar por meio da segurança aos direitos destes povos, da garantia aos seus meios de vida e através do fortalecimento de seus territórios e suas identidades (LEROY, 2012). Somente o poder público, enquanto representante da sociedade no seu conjunto, pode prezar pelos interesses de todos, garantindo o direito dessas populações sobre o seu território assim como a reapropriação dos bens comuns e serviços ecossistêmicos pela sociedade (LEROY, 2012). Para tal, deve haver reforços e avanços em políticas públicas que valorizem o modo de vida dos povos tradicionais no seu conjunto ao invés de incentivos à criação e perpetuação de estratégias fundadas em uma governança ambiental neoliberal, cuja premissa baseia-se na precificação e comercialização dos serviços ambientais.

Por fim, aponta-se a necessidade de realização de estudos voltados para o acompanhamento destes novos projetos de REDD+, tendo em vista o potencial deste mecanismo em tornar-se a principal estratégia mundial em termos de mitigação do aquecimento global associada à conservação ambiental e redução da pobreza. Ressalta-se, contudo, a carência de estudos alicerçados em uma visão crítica do REDD+, que procurem recolher e interpretar dados relacionados a projetos desse teor inserindo-os em um contexto político-econômico mais amplo. Atualmente há algo em torno de 100 projetos-piloto de REDD+ em fase de implementação no mundo, alguns desses localizados no Brasil, principalmente junto a etnias indígenas. Pouco se sabe a respeito destes projetos assim como poucos estudos científicos vêm acompanhando as suas construções e execuções, levados a cabo principalmente por ONGs em parceria com representações das comunidades em foco. Acredita-se, nesse caso, que pesquisas voltadas para a implementação de projetos de PSA, com foco no REDD+, sejam de suma importância haja a vista a necessidade de expandirmos a nossa compreensão destes processos e seus devires, além de aprofundarmos o debate acerca das estratégias de governança ambiental alicerçadas na mercanti-

lização da natureza. Ademais, o foco na execução de projetos de REDD+ junto aos povos indígenas deve proporcionar uma noção mais acurada dos impactos destas novas diretrizes globais no modo de vida destes grupos, assim como na sua relação com o território, na sua concepção integradora.

Referências

ACRE. Lei Nº 2.308, de 22 out. 2010. Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre e dá outras providências. **Diário Oficial**. Rio Branco, 22 out. 2010.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

AMAZONAS. Lei Nº 3.135, de 5 jun. 2007. Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências. **Diário Oficial**. Manaus, 5 jun. 2007.

BARCELLOS, C.; MONTEIRO, A. M. V.; CORVALÁN, C.; GURGEL, H. C.; CARVALHO, M. S.; ARTAXO, P.; HACON, S.; RAGONI, V. Mudanças climáticas e ambientais e as doenças infecciosas: cenários e incertezas para o Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v.18, n.3, p. 285-304, jul-set 2009.

BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. O imperialismo da razão neoliberal. In: **Revista Possibilidades**, ano 1, n. 1, Jul./Set. 2004, p. 24-28. Disponível em: <<http://possibilidades.teoros.net/possibilidades1.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2010.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 195, de 8 fev. 2011**. Institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+), e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491311>.

BROWN, K. & CORBERA, E. Exploring equity and sustainable development in the new carbon economy. **Climate Policy**, 3S1, p. S41–S56, 2003.

BÜSCHER, B.; ARSEL, M. Introduction: Capitalist Modernity, Neoliberal Conservation and Uneven Geographical Development. **Journal of Economic and Social Geography**, 2012.

BÜSCHER, B.; SULLIVAN, S.; NEVES, K.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Towards a Synthesized Critique of Neoliberal Biodiversity Conservation. **Capitalism Nature Socialism**, v.23, n.2, p. 4-30, 2012.

CASTREE, N. Neoliberalism and the Biophysical Environment: A Synthesis and Evaluation of the Research. **Environment and Society: Advances in Research** 1, v.1, p. 5-45, 2010.

CENAMO, M. C.; PAVAN, M. N.; CAMPOS, M. T.; BARROS, A. C.; CARVALHO, F. **Guia sobre Projetos de REDD+ na América Latina**. Manaus: IDESAM, 2010. Disponível em: <http://www.idesam.org.br/publicacoes/pdf/rel_idesam_mma_rio20.pdf>.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. ampl. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FUNAI. **Esclarecimentos da Funai sobre atuação do mercado voluntário de REDD em Terras Indígenas**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2012/03_mar/PDF/Esclarecimentos-REDD.pdf>. Acesso em: 1 ago.2012.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, New Series, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Neoliberal Conservation: a Brief Introduction. **Conservation and Society**, v. 5, n. 4, p. 432-449, 2007.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). **Climate Change 2007: The Physical Science Basis**. Contribution of Working Group I to the Fourth

Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

IPAM. **REDD no Brasil, um enfoque amazônico**: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD. 3. ed. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

IPAM. **Re-framing REDD+**: Unlocking jurisdictional REDD+ as a policy framework for low-emission rural development- research results and recommendations for governments, 2012. Disponível em: < <http://www.ipam.org.br/biblioteca/livro/Re-Framing-REDD-/666>>. Acesso: 1 ago 2012.

IRIGARAY, C. T. J. H. Pagamento por serviços ecológicos e o emprego de REDD na Amazônia. In: LAVRATTI, P.; PRESTES, V. B. (Org.). **Direito e mudanças climáticas**: serviços ecológicos. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2010. p. 9-38.

KOSOY, N.; CORBERA, E. Payments for ecosystem services as commodity fetishism. **Ecological Economics**, 69, p. 1228-1236, 2010.

KOVEL, J. **The enemy of nature**: the end of capitalism or the end of the world? 2. ed. London: Zed Books, 2007.

LEROY, J.P. Contra a mercantilização e a privatização da vida e da natureza, os bens comuns. **Proposta**, ano 36, n.125, p. 53-59, 2012.

LUND, N. L.; PELLUSO, C. New Frontiers of Land Control: Introduction. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 667-681, 2011.

McAFEE, K. Selling nature to save it? Biodiversity and green developmentalism. **Society and Space**, v.17, n.2, p. 203-219, 1999.

McAFEE, K. The contradictory logic of global ecosystem services markets. **Development and Change**, v.43, n.1, p. 105-131, 2012.

MILLENIUM ECOSYSTEMS ASSESSMENT - MEA. **Ecosystems and human well-being synthesis**. Island Press, Washington, DC, 2005.

MMA. **REDD+**: Relatório de Painel Técnico do MMA sobre financiamento, benefícios e cobenefícios. Brasília: MMA, 2012.

MORENO, C. Green economy and development(alism) in Brazil: resources, climate and energy politics. In: BARTELT, D. D. (Ed.). **Inside a champion**: an analysis of the Brazilian development model. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012.

PACKER, L. From nature to natural capital: how new legal and financial mechanisms create a market for the green economy. In: BARTELT, D.D. (Ed.). **Inside a champion: an analysis of the Brazilian development model**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUINTANA, A. C. S. V.; HACON, V. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **O Social em Questão**, v. 25-26, p. 427-444, 2012.

SANTILLI, M. Terras Indígenas e crise climática. In: VALLE, R. S. T.(Org.). **Desmatamento evitado (REDD) e povos indígenas: experiências, desafios e oportunidades no contexto amazônico**. São Paulo: Instituto Socioambiental e Forest Trends, 2010. p. 9-20.

SCHEBA, A. **Reducing Emissions from deforestation and forest degradation (REDD): the costs and benefits of neoliberal forest-carbon conservation**. Nature™ Inc Conference paper. Disponível em: <http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Documents/Conference_presentations/NatureInc_Andreas_Scheba.pdf>. Acesso em: 1 ago 2012.

STERN, N. **Stern review: the economics of climate change**. Cambridge: HM Treasury UK Government, 2006.

STORM, S. Capitalism and Climate Change: Can the Invisible Hand Adjust the Natural Thermostat? **Development and Change**, v. 40, n. 6, p. 1011-1038, 2009.

THOMPSON, M. C., BARUAH, M.; CARR, E. R. Seeing REDD plus as a project of environmental governance. **Environmental Science & Policy**, v. 14, p. 100-110, 2011.

UNEP. **Towards a Green Economy: Pathways to sustainable development and poverty eradication**, 2011. Disponível em: <http://www.unep.org/green-economy/Portals/88/documents/ger/ger_final_dec_2011/Green%20EconomyReport_Final_Dec2011.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2012.

UNFCCC. **Report of the Global Environment Facility to the Conference of the Parties**, Bali, 2007. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/2007/cop13/eng/03.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2012.

Etnoeducación Ambiental en el Pacífico Sur colombiano: política de vida en contextos de muerte

Santiago Arboleda Quiñonez¹

Introducción

*Las nuevas victorias deben ser ganadas
en los hogares, las calles, las universidades,
academias...No está expresamente escrito
en la constitución, pero sí en la memoria ancestral
de los abuelos.
(Manuel Zapata Olivella)*

Este artículo presenta un análisis de la concepción político-ambiental, movilizadora por las comunidades Afrocolombianas asentadas en los ríos Raposo y Mayorquin, a través de sus proyectos etnoeducativos, consignados en sus planes de manejo territorial, elaborados a partir de la titulación colectiva de los territorios ancestrales, en virtud de lo ordenado en la ley 70 de 1993 o ley de comunidades negras en Colombia. Dicho proceso de elaboración de los planes de manejo territorial, se desarrolló entre el 2002 y 2004, periodo atravesado por la concentración de la violencia en la zona; representa el momento más álgido de destierro y expulsión de la población, cuyo epílogo a los ojos de la comunidad internacional, fue el simulacro de desmovilización de las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC), más conocidos como “los paramilitares”,

¹ Doctor en Estudios Culturales Latinoamericanos. Profesor de la Universidad Andina Simón Bolívar. Ecuador. Área de Letras, programa de doctorado en Estudios Culturales Latinoamericanos. puromangle@yahoo.es

protagonizado por el entonces presidente Álvaro Uribe Vélez, lo que agudizó hasta el presente, la situación de inseguridad ciudadana y sitió el espacio público y los territorios ancestrales colectivos de la región, en nombre de su política de gobierno, denominada “seguridad democrática”.

Es la mayúscula paradoja de esta coyuntura: construcción de planes para la vida comunitaria, en medio de la guerra etnocida, lo que me ha llevado a privilegiar para el análisis, este momento y esta zona, en el conjunto de los territorios colectivos titulados en Colombia y en la región del Pacífico, por el crítico límite entre vida y muerte que implica su magnitud.

Aquí nos ocupamos de cuatro elementos centrales; primero la manera como los planes de manejo abordan y diagnostican el proceso de destrucción cultural en general, y en particular, el de los conocimientos ancestrales comunitarios, en medio de la guerra arriba señalada; en segunda instancia y en estrecha relación con el punto anterior, se ilustra las condiciones de constreñimiento y las dificultades estructurales en que tratan de abrirse paso los proyectos etnoeducativos ambientales, como alternativas en el marco de nuevas políticas educativas y culturales comunitarias, que garanticen a largo plazo la sostenibilidad de los territorios; a través de la transformación del sistema educativo formal, desde principios de educación comunitaria, pugnando por que la totalidad del sistema educativo implementado en sus territorios ancestrales, sea administrado por los consejos comunitarios, según lo indica la ley 70/93.

En tercer punto, se presentan las difíciles solicitudes que plantea el principio de interculturalidad postulado por la etnoeducación, y los retos señalados en este contexto para la etnoeducación ambiental, puntualizando su relación con la economía y la salud, y por último, se dejan esbozadas unas consideraciones finales, que ante todo reabren el debate sobre este aspecto crucial en los territorios ancestrales y colectivos del pacífico colombiano.

Contexto y ruta

Las cuencas hidrográficas de Raposo y Mayorquin, en el 2004, suman en conjunto 50.000 hectáreas aprox, tituladas colectivamente; desembocan al mar Pacífico, están ubicadas al suroccidente del país, en el departamento del Valle del Cauca, área rural del municipio de Buenaventura y hacen parte de la selva humada tropical del choco biogeográfico. Cuentan en la actualidad con 7.000 habitantes aproximadamente, descendientes de población africana esclavizada, para la explotación del oro en el periodo colonial; viven en pequeños asentamientos aislados en las orillas de los dos ríos y entre las quebradas y afluentes que estos conforman. Por lo que han estado articulados históricamente al mercado mundial en condición de enclaves económicos, abastecedores de materias primas minerales y maderas finas.

Desde la década de 1950 Buenaventura se erigió como el principal puerto marítimo del país, moviendo en la actualidad cerca al 80% de las exportaciones e importaciones, situación que contrasta con la absoluta miseria en que viven sus 500.000 habitantes, el 85% concentrado en la ciudad-puerto. Esta zona de frontera, con motivo del giro de la economía mundo capitalista hacia la cuenca internacional del Pacífico, la explotación minera como renglón económico privilegiado en Colombia, consecuente con la tendencia global y la firma de los TLC, a la fecha más de diez; se ha visto de nuevo envuelta en las fuertes presiones de los intereses económicos nacionales y transnacionales, que adelantan megaproyectos portuarios y en general de comunicaciones, saqueo minero, proyectos turísticos, de bio-prospección por parte de la industria farmacéutica y de biopiratería indistinta.

Lo anterior se desenvuelve en el marco de la histórica violencia estructural, que caracteriza a Colombia, y que ha “seleccionado” desde mediados de 1990, esta zona selvática, en la competencia por la siembra de coca, su procesamiento in situ para la producción de cocaína, y el control de las rutas internacionales del narcotráfico, en una articulación compleja entre guerrillas, paramilitares, bandas criminales (BACRIM) y facciones de mafiosos. Actores que se enfrentan y pactan según el mo-

mento, por el poder en el territorio; la cruenta disputa resulta representativa de este nuevo episodio, de recolonización capitalista neoliberal, en medio del cual las poblaciones ancestrales se encuentran en un agudo estado de indefensión. Es en esta subregión, donde con mayor nitidez y desgarramiento se define el presente y el futuro de la economía neocolonial colombiana; cuyas víctimas en mayor medida son afrocolombianos e indígenas.

Aquí se sustenta, que pese a la arremetida recolonizadora de la globalización neoliberal, a finales de los años 90s, a través de los destierros y despojos violentos; “legales” e ilegales a estos pueblos, tras las riquezas naturales estratégicas que poseen, ellos luchan en abierta resistencia, defendiendo sus territorios, base de su identidad y su cultura. Desplegando ingentes esfuerzos, tratan de planificar y ejercer control territorial, siendo la etnoeducación ambiental, consignada en los planes de manejo territorial, uno de los campos estratégicos de su defensa inmediata y de esperanza a mediano y largo plazo.

La Etnoeducación es una política pública elaborada, sustentada y defendida por las comunidades afrocolombianas e indígenas, con antecedentes entre las décadas del 50 al 70; en su lucha por el ingreso a la educación, que deviene en una exigencia de coherencia contextual y posteriormente con diferentes matices, de educación diferencial. Política comunitaria consignada bajo el título “educación para grupos étnicos”, en la ley 115 de 1994, o ley general de educación. Título luego reglamentado mediante el decreto 804 de 1995, con lo cual se inaugura un nuevo capítulo, en la historia educativa del país, en el marco de una dinámica y tensa participación de los representantes de las comunidades, con relación a los funcionarios del Ministerio de Educación Nacional.

Por su parte, los planes de manejo ambiental o territorial, en adelante (PM), son elaborados por los consejo comunitarios y sus organizaciones étnico-territoriales, generalmente con asesoría técnica externa, en ejercicio del cumplimiento de sus derechos integrales; hacen parte de los mecanismos de planificación para la gobernabilidad y control de dichos territorios, derivados del decreto 1745 de 1995, que reglamenta el capítulo III de la ley 70/93, -arriba indicada- (creación de los consejos

comunitarios y titulación colectiva), en armonización con la legislación ambiental general existente en el país. El consejo comunitario está integrado por la totalidad de los habitantes de un territorio, bajo la figura de asamblea general, quienes delegan su representación en una junta de consejo comunitario, con funciones administrativas, elegida por un periodo de tres años, cuyo objetivo inicial es la gestión de la titulación colectiva del territorio, puesta en ejecución a partir del 1º de enero de 1996.

Podemos afirmar que con los planes de manejo territorial y/o ambiental, llamados también en otras comunidades afrocolombianas de la región y del país, planes de etnodesarrollo, entran y se acogen en estos territorios, las lógicas e instrumentos de planeación modernas señalados por el Estado. Dichos planes, son miradas conjuntas y compartidas de largo plazo, que recogen proyecciones de 20 a 30 años, actualizadas periódicamente. Siendo los consejos comunitarios como máxima autoridad, los encargados de liderar su realización; de re-pensar y redimensionar las condiciones regionales y subregionales, en los nuevos contextos de guerra, una vez han sido objeto de titulación colectiva sus territorios.

En condición de asesor y acompañante de estos procesos organizativos, en diferentes momentos y subregiones, me ha correspondido participar activamente en la elaboración de varios componentes de estos (PM) y, en la síntesis de largas discusiones sobre los destinos y el cuidado ambiental de los territorios; más aún, de las estrategias económicas, políticas, culturales y educativas para su conservación y sostenibilidad futura, por ello las informaciones y reflexiones aquí compartidas provienen de estas experiencias en la selva húmeda tropical del Pacífico colombiano.

La Etnoeducación en tanto campo de protección y movilización de los conocimientos ancestrales, para la sostenibilidad territorial, es concebida en los (PM), desde una mirada holística, dimensión integral comunitaria; por lo que la acción pedagógica etnopedagógica ambiental, está presente en diferentes esferas de la vida de estos grupos etnizados; aislarla exclusivamente al campo de la educación formal, como han pretendido algunos agentes institucionales gubernamentales, constituye una arbitrariedad, que impide valorar las relaciones y construcciones cognitivas complejas entre estas sociedades y sus entornos ecológicos, distorsionan-

do, al tiempo que empobreciendo, las posibilidades de comprensión de las mismas, en la vida cotidiana y en sus maneras de sostenerse en estos frágiles ecosistemas.

En tal sentido, la noción de *etnoducción ambiental*, busca brindar una síntesis y salida, a la discusión comparativa entre los principios de la educación ambiental y la Etnoeducación, desarrollada en el seno de parte del movimiento social afrocolombiano, y los consejos comunitarios en esta región, en la década del 2000. Este ejercicio de discusión, permitió identificar lo común a los dos postulados educativos, en cuanto a una posición ético-política de responsabilidad planetaria y compromiso con las generaciones futuras, expresada en el caso de la Etnoeducación, en términos de identidad cultural “armonizada” con la naturaleza; clave histórica del sistema de pensamiento afrodiasporicos en esta región.

Como formadora y transformadora de sujetos históricos individuales y colectivos, al interior de estos grupos etnizados, la síntesis propuesta con el concepto de etnoeducación ambiental, continuará significando, el proyecto socio pedagógico nacido desde las raíces propias; es un decurso de interacciones y comunicaciones entre diferentes personas e instituciones, intereses y poderes. En este trabajo se explicita su relación con la economía y la salud, entendiendo lo fundamental del entretejido práctico de estas tres esferas, para la construcción de sentido en los sujetos sociales.

Territorios colectivos, etnofagia y compromiso ancestral

En el centro de la concepción que anima los planes de manejo territoriales, se encuentra la consideración de que el Pacífico colombiano, debe tratarse como unidad integral, indivisible en sus elementos constitutivos, bajo la categoría política de Territorio-Región. Esta categoría ha sido destacada por diversos investigadores que han trabajado en la región, como un aporte sustancial del Proceso de Comunidades Negras (PCN), a la construcción de teorías contemporáneas de las identidades, en

el avance novedoso de una cultura política, que sustenta formas inéditas de política cultural, en que la biodiversidad y la defensa ambiental, se moviliza y justifica desde la localidad y lo regional; en un complejo tejido de alianzas nacionales y supranacionales. Cultura política que dinamiza posicionamientos sobre la base de acervos ancestrales, tradicionales y nuevos conocimientos, que posibilitan opciones de desarrollo propio, lo que se ha denominado postdesarrollo (ESCOBAR, 1996, 2001). Al respecto en los planes de manejo territorial (PM) se plantea lo siguiente:

Se reconoce a las Comunidades Negras como uno de los actores estratégicos comprometidos con la consolidación del Territorio-Región del Pacífico y como garantía de la vida y la cultura, condición que permite la oferta de bienes y servicios ambientales, la conservación de los ecosistemas y especies asociadas y la búsqueda conjunta de procesos de ordenamiento ambiental y mecanismos de control para el uso sostenible de la biodiversidad. (PM, 2004, p. 6).

Partiendo del posicionamiento de las comunidades negras o afrocolombianas, como sujetos políticos colectivos, propietarios ancestrales de estas selvas lluviosas, en conjunto con las comunidades indígenas, articuladas en una experiencia vivencial, en que el territorio es la base estructurante, desde donde se derivan todas las actividades y se concreta en últimas la posibilidad de vida de las comunidades; se introduce también, la importancia del conocimiento asociado a la biodiversidad, en tanto tejido de significados que fundamenta la reproducción y recreación comunitaria en el inmediato, mediano y largo plazo:

Las comunidades negras, pobladoras ancestrales de los ríos del Pacífico vallecaucano, poseen conocimientos que garantizan la vida y el desarrollo de su sociedad sin detrimento de la base natural de los ecosistemas. Esto significa el reconocimiento de las dinámicas, los ciclos y los conocimientos culturales como base para la conservación de las montañas, lomas, bajos, firmes, ríos, manglares y demás espacios de uso [...].(PM, 2004, p. 6).

El conocimiento que ha dotado de sentido al territorio, en la construcción histórico-social de estos grupos, se encuentra vulnerado, amenazado y en muchos casos destruido por las tendencias de la economía neoliberal globalizada y, sus expresiones a nivel nacional; que resquebrajan las culturas indígenas y afrocolombianas de la región, en la medida en que el Pacífico ha sido objetivado nuevamente como *despensa de recursos naturales*. Representando sus pobladores ancestrales cuando menos, un obstáculo para cumplir con la nueva cita de la economía mundo: la guerra, los desalojos, destierros, masacres y asesinatos selectivos a líderes sociales; los monocultivos lícitos como la palma africana, promovida por el Estado a través de empresas privadas, en contravía de la vocación natural de estos suelos y de la propiedad colectiva, y los cultivos ilícitos como la coca, antes indicada, configuran un nuevo escenario de terror y desesperanza sin precedentes para estas comunidades.

Se trata entonces de un etnocidio-genocida, invisibilizado por la indiferencia y la indolencia del Estado colombiano (ARBOLEDA, 2004), que se comporta como cómplice de la destrucción inmisericorde de estas poblaciones, mientras sustenta retóricamente el derecho a la diferencia y a la igualdad ciudadana de los afrocolombianos, por ejemplo en celebraciones conmemorativas de cada año, el 21 de mayo, “día nacional de la afrocolombianidad”, con motivo de la abolición legal de la esclavitud en 1851. Una de las improntas de las prácticas políticas de lo público en tiempos de multiculturalismo neoliberal.

Debido al sub-registro en las fuentes estatales, no es claro el volumen de población afrocolombiana desterrada en el país, y menos de la región del Pacífico, en la década del 2000. Con esta advertencia, la corte constitucional a través del auto 005 de 2009, que busca centralmente proteger los derechos de estas comunidades, ante la situación prolongada de crisis humanitaria y desatención estatal, nos brinda alguna información que muestra la disputa por la responsabilidad de las dimensiones de esta destrucción, representada en las cifras. Según el Registro Único de Población Desplazada (RUPD), de la Agencia Presidencial de Acción Social, entre 1997 y 2007, fueron desterrados por violencia 140.266 afrocolombianos, aproximadamente el 10% de la población identificada como

afrocolombiana, según el censo nacional del 2005. En los datos también gubernamentales de la II encuesta nacional de verificación de la población desplazada, el 16.6% de los inscritos en el RUPD y el 17% de los no inscritos, se identifican como afrocolombianos, aumentado entonces el impacto en esta población.

Los departamentos más afectados en este periodo fueron Chocó con 24.127, Valle del Cauca, con 22.119 y Nariño con 18.040 desplazados; ubicados en la región Pacífica, en el segundo departamento, se destaca Buenaventura rural-urbana. Por su parte AFRODES, la organización afrocolombiana que más sistemáticamente ha trabajado el tema, con base en los datos del RUPD, para el mismo periodo, con corte a Septiembre de 2007, al focalizar los territorios colectivos correspondientes a 50 municipios, encuentra que fueron expulsadas 294.842 personas y de los 68 municipios con mayoría de población afrocolombiana, 416.566 personas, mientras que de los 100 municipios de mayor concentración afro se contabilizan 764.373 personas.

A través del mismo Auto 005 de 2009, con base en información de la organización Proceso de Comunidades Negras (PCN), se registra que en el 2006, fueron asesinadas 485 personas, en Buenaventura, siendo este puerto, la ciudad más violenta del país en ese año, con una tasa de 138 homicidios por cada cien mil habitantes, a lo cual se sumaron 38 atentos terroristas con bombas, petardos y granadas. Aunque ilustrativa las cifras, no revelan el magnicidio en desarrollo, encubriendo por lo demás, el número de desaparecidos, sobre los cuales no se revelan datos.

Este maniqueo proceso de la retórica incluyente y la exclusión/destrucción real, sufrida por los afrocolombianos, se puede comprender bajo la noción de etnofagia: esa nueva estrategia global compleja, desatada desde finales de los años 80s, que busca por medios sutiles destruir y disolver las culturas de los grupos étnicos paulatinamente a mediano y largo plazo, en un proceso de asimilación y desestructuración gradual desde las bases y sus dirigencias, que pasa por tácticas de seducción, atracción y transformación, como lo ha explicado el profesor Héctor Díaz-Polanco (2006).

El autor advierte que este periodo etnofago, se caracteriza por la promoción estatal de las culturas étnicas con un espíritu festivo, y de diversión maximizados; es decir, altamente folclorizados; sin embargo, dado que se trata de la continuidad del proyecto integracionista por otros medios, no se desecha de plano el método anterior de persecución y muerte frontal, el etnocidio, y su uso depende del caso específico, en relación con el tipo de resistencia que encuentre el capitalismo, para el logro de sus metas.

Este resulta ser el caso de las comunidades afrocolombianas, en que no siendo suficiente la matriz etnofagica, en un libreto ya probado por el colonialismo interno, recurre a un prolongado etnocidio-genocida, sin precedentes en la región y que aún se encuentra en pleno desarrollo y recrudescimiento, después de la reciente firma del acuerdo comercial denominado “Alianza Pacifico”, entre Colombia, Perú, Chile y México, cuyo resultado previsible es el arrasamiento de las comunidades agropecuarias, al tiempo que la mayor penetración minera a cielo abierto. El epicentro de este movimiento para Colombia sigue siendo el complejo portuario de Buenaventura, en plena expansión hacia las áreas rurales, con la necesidad de que desaparezcan poblados enteros, de varios siglos de existencia, tal es el caso de las poblaciones de los ríos Anchicaya y Dagua, aldeaños y con características similares a las cuencas hidrográficas arriba mencionadas en los planes de manejo.

En consecuencia, en medio de un discurso con visos de utopía de lo realizable, en cuanto a la sostenibilidad ambiental desde el autogobierno comunitario, ronda en los (PM) un profundo nerviosismo y temor, que no se ahorran en expresar los pobladores casi lapidariamente, pero de manera realista y crítica:

No sólo las observaciones y opiniones de los técnicos son la única forma de interpretar la naturaleza de estos territorios y no se mide el desarrollo por obras de infraestructura, tampoco se piensa que los proyectos productivos son garantía de autonomía alimentaria y que ofrecer presupuesto para apoyar la construcción de gradas en cemento para un muelle o embarcadero, es sinónimo de permanencia en el territorio. En las actuales condiciones de conflicto armado, ni los inventarios de recursos naturales, ni el conocimien-

to de sus nombres científicos, ni la infraestructura construida, ni las parcelas agroforestales montadas, garantizan la permanencia, el bienestar de las comunidades y la conservación de los ecosistemas. (PM, 2004, p.7).

De inmediato salta a la vista un interrogante: ¿qué elementos o estrategias entonces pueden garantizar la permanencia de la población en el territorio?, completando el crítico panorama, se preguntan por la utilidad real y las posibilidades de implementación de los (PM) en medio de la guerra:

La problemática de los cultivos de uso ilícito y la preocupante situación de desplazamiento forzado, nos muestran que si estos fenómenos persisten, el plan de manejo no tendría razón de ser, ya que la comunidad negra como pobladora ancestral, es quien posee los conocimientos y prácticas de uso, es la dueña del territorio y sus recursos, pero sobre todo, por que el plan de manejo como proceso, se elabora para fortalecer la apropiación territorial, construir autonomía alimentaria, mejorar las prácticas de uso y potenciar la dinámica organizativa. Pero si la comunidad no está en el territorio, si se expulsa, ¿con quién y qué conocimientos y prácticas desarrollamos para recuperar, usar y conservar los ecosistemas?, ¿para quién sería el plan de uso y manejo?.(PM, 2004, p. 36).

En este contexto de incertidumbre y zozobra, se inscribe la posibilidad de reformular los sentidos de la educación, con criterios de autosostenibilidad territorial y pertinencia sociocultural y política. Este cuadro inquietante desencadena una serie de reflexiones. Digamos de plano que la dramática experiencia para las comunidades rurales y urbanas, las juntas de los consejos comunitarios y sus líderes en el movimiento social, está mostrando que la permanencia de las comunidades afrocolombianas o negras en este territorio, pero por extensión, en los otros de importancia estratégica para el capital, depende de un principio del pensamiento político afrodiásporico, probado tanto en el largo periodo colonial como en la república, que se articula a dos estrategias prácticas intrínsecas. Este principio ampliamente discutido y valorado comunitariamente es el *compromiso*, cuyas estrategias son *la resistencia y las alianzas*.

El compromiso, entendido éste desde el “pensamiento propio”, como la responsabilidad colectiva presente y futura, con las generaciones venideras o “*renacientes*”, como se les denomina regionalmente, se precisa, debe ser la actitud de los actores comunitarios que les ha correspondido enfrentar esta situación, al igual que a los antepasados, “los ancestros”, les correspondió el compromiso de trabajar por la libertad y legar como herencia para todos, el territorio que ahora ocupan.

La actitud comprometida, con los riesgos que ello implica, debe manifestarse en el desarrollo de estrategias y acciones concretas que articulen esfuerzos internos y externos, con el objeto de transformar la realidad en su favor. Esta orientación, que bien podemos denominar *compromiso ancestral*, es consustancial a la etnoeducación ambiental, sustentando la construcción de las agendas de movilización en las reuniones y asambleas de los consejos comunitarios y de las organizaciones en contextos urbanos, aún por fuera del territorio, en condiciones de desplazados o más exactamente de desterrados.

El compromiso ancestral, se constituye en un fundamento de la epistemología eto-política, común a los grupos étnizados que enfrentan luchas de defensa territorial ambiental, en diferentes partes del mundo. Dado el carácter telúrico de estas movilizaciones, de éste fundamento también ha dependido la propuesta y reivindicación de los derechos de la naturaleza y/o de la *pacha mama* en la América Andina, que se concretaron como nueva opción de sentido común planetario, en los debates constitucionales de Ecuador y Bolivia, 2008 y 2009, respectivamente. En tal sentido, debe destacarse que la inmanencia del aquí y el ahora y la trascendencia espiritual y cosmológica compleja, de nexo indisoluble entre los antepasados difuntos (espíritus), la comunidad viviente, los que están por venir y la naturaleza; presente en varios sistemas de pensamiento de los grupos étnizados, y de manera puntual entre los afro diaspóricos, expresan también un sentido común del estar en el mundo, en pugna abierta y desventajosamente asimétrica, con el sentido avasallante de la etnofagia imperial, que se impone en las diferentes esferas de la vida.

Este compromiso desde y con la ancestralidad, dota de contenido el posicionamiento de resistencia, en tanto actitud de estar en mo-

vimiento de forma abierta o encubierta; que se legitima como clave del comportamiento histórico de las sociedades negras o afrocolombianas, en la ruta libertaria; una manera histórica de ser para poder estar en condiciones de dignidad. Justamente, se trata de fortalecer la resistencia a través de la puesta en marcha de los (PM). Lo cual activa en la mentalidad colectiva, un utillaje de sabiduría compartida y racionalidades prácticas ligadas a la conservación y cuidado de la vida, que he llamado en otros trabajos *suficiencias íntimas*. Estas remiten al cúmulo de experiencias y valores siempre emancipatorios, que comporta un grupo; pueden ser entendidas de manera más precisa, como el reservorio de construcciones mentales operativas, producto de las relaciones sociales establecidas por un grupo a través de su historia, que se concretan en elaboraciones y formas de gestión efectivas, verbalizadas condensadamente, como orientaciones de su sociabilidad y su vida en espacios y tiempos específicos. Son suficiencias, en la medida en que no parten de las carencias- sin negarlas- sino que insisten ante todo en un punto de partida positiva, vivificante para el individuo y su comunidad, no propiamente en una actitud reactiva permanente frente a los otros (ARBOLEDA, 2002).

En este caso específico, estamos hablando de dos niveles o contextos interconectados de resistencia; por un lado, la *resistencia interna*, ejercida directamente en los territorios. Los pobladores y familias que ante los embates deciden refugiarse, haciendo uso de sus conocimientos ancestrales de los ecosistemas, o que dramáticamente deciden no salir de los poblados, asumiendo conscientemente vivir hasta donde lo pueden resistir, en condición de *emplazamiento*, en otras palabras, con las restricciones de movilidad y acceso de recursos como alimentos, medicamentos, ropas y demás, que imponen los actores armados. Igualmente los que retornan una vez han disminuido las condiciones de violencia. Por otro lado, la *resistencia externa*, desplegada por los expulsados del territorio; ante todo líderes del movimiento social y segmentos organizativos enteros, desarticulados, pero que tienen la posibilidad de rearticularse en nuevos espacios, fuera, en condiciones de exilio.

Del entronque efectivo y dinámico de estos dos niveles, mediante diversas modalidades y, de su coordinación efectiva de acciones,

depende la capacidad de resistir. Entonces resistir antes que quietud, o soportar sostenidamente, implica intensos movimientos espirituales, intelectuales y materiales; actividad permanente de desmarque, frente a la codificación de la situación de guerra etnocida, que los convierte en víctimas y objetivo. Es sobre todo movilidad asertiva.

Por último y complementario a lo anterior, si alguna habilidad y destreza se debe desarrollar por parte de las comunidades, movimientos sociales y líderes, es la capacidad de establecer *alianzas solidarias y comprometidas* con el cambio de esta situación. Esto desde luego significa la construcción y constitución de “nuevos” elementos de cultura política, con los cuales se dan cita la emergencia de nuevos discursos y posibilidades de representación en el plano regional, nacional e internacional, como viene sucediendo ya, en relación con los vínculos y articulaciones con organizaciones nacionales e internacionales defensoras de los derechos humanos y el derecho internacional humanitario. Se trata entonces de optimizar, cualificar y multiplicar al máximo estos acertados esfuerzos.

De manera sinérgica, estos tres elementos; el compromiso ancestral, la resistencia y las alianzas, conjugados en su complejidad, nos pueden brindar pistas para abordar la situación, a pesar de la desesperanza, indiferencia y terror generalizado que atraviesa nuestras vidas y relaciones. Quizá esta postura decididamente solidaria y comprometida que despliegan estas comunidades, frente a un panorama que se muestra pertinazmente adverso y hostil, nos motive y oriente a sobreponernos y continuar explorando desde la praxis, opciones cada vez más creativas e imaginativas para garantizar la sostenibilidad y permanencia colectiva afrocolombiana, en los territorios titulados colectivamente en nombre de sus modos de vida, de sus identidades.

Etnoeducación Ambiental en condición de destierro

Como antes se había indicado, el elemento vertebrador de los (PM) es el territorio-región, en consecuencia, la etnoeducación como uno

de sus ejes estratégicos, también se orienta bajo esta articulación. La ecuación propuesta por el Proceso de Comunidades Negras (PCN): *Territorio + Cultura = Biodiversidad*, sintetiza la visión que debe guiar a los proyectos etnoeducativos comunitarios (PECs), en tanto instrumentos de planeación de mediano y largo plazo, en estrecha relación con los otros frentes del bienestar colectivo, consignados en los (PM), desde el enfoque holístico que se propone la comunidad.

La obligatoria relación armónica entre naturaleza-sociedad y diálogo intergeneracional, que la anterior ecuación implica, constituye de hecho el complejo entorno etnoeducador, de lo cual se deriva que la comunidad se concibe como la reguladora y por ello dinamizadora del sistema de valores a promover entre sus integrantes, al tiempo que a proyectar externamente. Desde esta complejidad relacional en los proyectos etnoeducativos comunitarios (PECs), se apunta de manera central a tres elementos:

1 – Preservación y fortalecimiento de la identidad étnico-cultural: desde este afianzamiento identitario, se aspira a asegurar territorialmente a las presentes y futuras generaciones, como antes se ha señalado, al tiempo que a facilitar el establecimiento de puentes de diálogo horizontal, que promuevan formas diferentes, a las hasta ahora establecidas, para construir interculturalidad. En otras palabras, la equidad manifiesta es el punto de partida, y por lo tanto un imperativo para viabilizar el diálogo y las opciones interculturales transformadoras en las sociedades de los ríos Raposo y Mayorquin, desde luego, esto es válido para toda la región y el pueblo afrocolombiano en general. Sin embargo, el entendimiento de esta interculturalidad, que en los documentos se expresa sólo como la relación con los de afuera, teniendo en cuenta los criterios selectivos que supone para el establecimiento de diálogos, es objeto de discusión y vigilancia colectiva permanente, llegando a dinámicos y cambiantes consensos para la construcción de los Proyectos Etnoeducativos Comunitarios (PECs), debido justamente al agresivo contexto que los envuelve.

Los (PECs), subrayan el carácter comunitario y colectivo de la educación en la región y, en consecuencia de los conocimientos que circulan, de ahí que la escuela sólo sea un espacio educativo entre los tantos de la comunidad. En esta concepción, es la totalidad de los agen-

tes que habitan las localidades, con sus diferentes funciones y roles los que centralmente etnoeducan a los niños y jóvenes, entre estos agentes; los “sabedores(as)”: personas que han heredado y cultivado un conocimiento sofisticado y estratégico para la reproducción de la comunidad y el mantenimiento del entorno, tienen una responsabilidad especial y se consultan sólo en momentos privilegiados y/o claramente determinados. Por ejemplo, las parteras o comadronas, encargadas de hacer seguimiento a las mujeres en estado de preñes; en el “parto natural”, cuidar la vida del recién nacido y de la madre, hasta completar la cuarentena de dieta, o el caso de los curanderos de culebras y otras enfermedades, los sobadores para reparar articulaciones o luxaciones, entre otros depositarios(as) de estos conocimientos. Esta articulación de nichos, sujetos, conocimientos y valores configura la comunidad etnoeducadora.

Dado que la legislación educativa colombiana consagra el proyecto educativo institucional (PEI), como el instrumento de planeación nacional estándar a largo plazo, enfatizando en que es la escuela la que educa, como máxima instancia con este poder, la insistencia en los Proyectos Etnoeducativos Comunitarios (PECs), por parte de estas comunidades, es central y genera una tensión sin resolución; delinea un matizado y heterogéneo debate en marcha, al interior de un sistema educativo como el colombiano, que se reconoce formalmente multicultural y en tal sentido concreta y aboga por el pluralismo jurídico, al tiempo que restringe las posibilidades del derecho a la educación diferencial de los grupos étnico, con base en la cultura propia. Hecho constatable al juzgar por los ínfimos recursos económicos, que destina para estos proyectos. Asunto sustancial, como sabemos, para el funcionamiento adecuado y la consolidación de una política pública; punto de partida pragmático con el cual se expresa la voluntad real del Estado.

2 – El segundo elemento es la gobernabilidad: ampliación y fortalecimientos de los canales democráticos, y de la participación en condiciones de igualdad comunitaria, teniendo en el centro el núcleo de valores sociales, que propugnan por la responsabilidad colectiva con el conocimiento ancestral y, su validación para redefinir los senderos socio-culturales y económicos en los territorios, como ya se había indicado.

3 – Por último, los puntos anteriores deben traducirse en la conservación y aprovechamiento sostenible del ambiente, sin lo cual se tornan inviables las posibilidades de mantenimiento autónomo de las presentes y futuras generaciones en el territorio. Lo que en su conjunto brinda asidero a la noción de etnoeducación ambiental, como esfuerzo de síntesis, que explicita la coherencia ecológica de esta propuesta educativa y pedagógica.

En este hilo conductor queda claro, que los principios de los proyectos etnoeducativos comunitarios, centran y enfatizan de forma esencial la defensa y perpetuación radical de la vida, en términos de que si se promueve la conservación del ambiente y la vida natural, constitutiva de éste; es imperativo ético y moral, garantizar la conservación y permanencia de la vida humana, que ancestralmente ha cuidado estos ecosistemas; valorando y dando cuenta de su *ecosofía*; reguladora de relaciones económicas y sociales responsables de las generaciones venideras. Esto se entiende como un ejercicio de gobernabilidad democrática vitalista, que no niega la posibilidad de la vida en su diversidad y complejidad, como sí lo hacen las potencias mundiales y las empresas transnacionales hegemónicas, en nombre de la democracia. Se aboga entonces por el respeto de los afrocolombianos y afrocolombianas, asentados en estos territorios, en tanto integrantes totales, inseparables en su relación histórica de siglos con la naturaleza.

Desde este enfoque ecofilosófico, que recoge las experiencias históricas vividas por estas comunidades, liderados por sus organizaciones, se articulan los currículos etnoeducativos formales en las escuelas y colegios, y en los diferentes nichos de educación no formal y cotidiana, que poseen las localidades. Los programas se construyen participativamente entre los distintos agentes, teniendo en cuenta los lineamientos y contenidos básicos planteados por el Ministerio de Educación Nacional, para cada grado y nivel educativo en el sistema escolar, ya que la mayoría de los profesores que trabajan en estos territorios rurales, aunque su presencia es intermitente por diversas razones, son enviados por el Estado –municipio o departamento- y por lo tanto, deben presentar informes y evaluaciones que demuestren el cumplimiento de los estándares naciona-

les propuestos, que poco o nada tienen que ver con la vida en esta selva húmeda tropical.

En este conjunto, algunos docentes, muy reducidos en número, han sido nombrados bajo la figura legal de “etnoeducadores”. Esta figura es otra conquista del movimiento social, en la construcción y puesta en marcha de la política diferencial de etnoeducación, con efectos socioeducativos urbanos y rurales, aún por reflexionar y evaluar en todo el país, sobre todo en la implementación de la *cátedra de estudios afrocolombianos*, de obligatorio cumplimiento hasta noveno grado (decreto 1122 de 1998), aspecto que siendo crucial enfrentar, escapa al interés primordial de este artículo.

En tal sentido lo importante es destacar que en la elaboración de estos contenidos, a pesar de los limitados materiales didácticos contextualizados, de las deficiente infraestructura física de las instituciones educativas, de las carencias logísticas y de la inercia de los docentes en la reproducción de la organización del conocimiento por materias separadas, pese a estos factores, los profesores dialogan con los padres de familia, los estudiantes y los “sabedores” legítimos en la comunidad, enriqueciéndose mutuamente, dando forma a contenidos, a propuestas pedagógicas y didácticas, que buscan avanzar en la pertinencia contextual y en el mejoramiento de la calidad educativa. Ya que la mayoría de los profesores son externos a las localidades y aunque oriundos de la región, no se identifican como profesores rurales, queriendo permanecer más tiempo en los contextos urbanos, donde desearían desarrollar su labor docente. Dicha experiencia de construcción colectiva se convierte entonces, en la contextualización cultural de entrada para los docentes. Sin embargo, este componente problemático del contraste rural/urbano, común a varios países latinoamericanos, en diferentes contextos culturales, que cuestiona el tipo de formación docente que se imparte en las normales y universidades; frecuentemente de espaldas al campo, el campesino y los grupos étnizados, se convierte en la práctica, en uno de los cuellos de botella y obstáculos a superar, que enfrenta la política etnoeducativa afrocolombiana para su realización efectiva.

Aun considerando los programas de licenciatura en Etnoeducación, adelantados por algunas pocas universidades públicas y privadas, que advirtieron la necesidad y la oportunidad que se creaba con esta política, por un lado estas licenciaturas se orientaron básicamente a las comunidades indígenas, por el otro, un significativo número de egresados se desempeñan en los centros urbanos, a ello se suma algo definitivo. A diferencia de las comunidades indígenas, hasta hoy las comunidades afrocolombianas organizadas como los consejos comunitarios, el Estado no les ha reconocido su derecho a seleccionar mediante concurso autónomo, a sus docentes con criterios de pertinencia cultural, otro asunto en debate que da cuenta de las vicisitudes de esta política, en medio del remolino y/o tal vez como parte de la guerra etnocida.

Se introduce en esta dirección por parte de las comunidades, una distinción entre lo que denominan educación formal o institucional, y educación tradicional o ancestral. La primera, referida a la labor del Estado colombiano en el territorio, a través del sistema educativo y sus aparatos de funcionamiento, con clara presencia desde los años 50s del siglo anterior. La segunda, la educación tradicional o ancestral; hace referencia a la socialización ancestralmente asumida por las comunidades en su cotidianidad. Las formas consuetudinarias de transmisión de conocimientos y experiencias. La *etnoeducación ambiental*, representa el sinuoso dialogo entre ambas vertientes, partiendo de lo propio, apuntalando el fortalecimiento del derecho colectivo a SER.

En ese marco, la investigación como eje transversal, conceptual y metodológico, de las acciones que se emprenden para el desarrollo de los programas, proyectos y actividades comunitarias etnoeducativas ambientales, es el motor de la dinamización pedagógica comunitaria. Tanto la investigación básica, como la investigación aplicada, se acogen en su complementariedad, de tal suerte que se constituyen en el espíritu mismo de los Proyectos Etnoeducativos Comunitarios, en su construcción intercultural y transdisciplinaria, a partir del dialogo crítico de saberes, fundamentado en una política de equidad cognitiva, como antes lo hemos señalado.

Ello implica una nueva actitud, exige cambios de parte de los docentes en el caso de la escuela, quienes deben de estimular la capacidad de indagación de los estudiantes y liderar procesos pedagógicos alrededor de problemáticas comunitarias, que requieran la exploración, activación y uso de los conocimientos ancestrales en diálogo abierto con otros conocimientos externos que pueden ser académicos, cuando se requiere. Pero también los padres de familia suministran materiales orales y escritos para los contenidos de diversas clases y experiencias, muchas de ellas realizadas fuera de la escuela; en el “monte”, en el río, o en las casas de los sabedores(as) que son verdaderos “centros de conocimiento”. Debe de señalarse sin embargo, que los trabajos fuera de los poblados no se pueden realizar en muchas ocasiones, por las limitantes de seguridad que impone la guerra, en que los padres de familia, estudiantes y docentes se encuentran amenazados de hecho.

Interculturalidad y Etnoeducación Ambiental: desafíos comunitarios y escolares

Las acciones etnoeducativas comunitarias, es decir, por fuera de la escuela, acusan además la necesidad de formación político-administrativa, tanto de las juntas de los consejos comunitarios, como de las organizaciones étnico territoriales, con el propósito de fortalecer y desarrollar el funcionamiento de los consejos comunitarios, que se evidencian supremamente contrariados y limitados en sus posibilidades de cumplir con lo indicado por la ley 70/93; siendo que deben ser las autoridades administrativas del territorio y, por ende orientar las decisiones sobre la educación, presentan muchas debilidades para este ejercicio. Lo que se piensa, debe ser resuelto en parte por los proyectos etnoeducativos comunitarios. En otras palabras, el liderazgo regional debe ser educado con nuevas herramientas, ante la introducción de nuevas lógicas jurídicas, políticas y de planeación-ejecución, léase, implementación de política pública.

En cuanto a lo anterior, debe insistirse en que se trata de un sustancial, dramático y ya prolongado momento de transición organiza-

tiva para estas comunidades, desde el punto de vista interno, que inicio a partir de 1993 con la expedición e implementación de la ley 70. Cambios radicales en una situación de crisis generalizada, que mezcla los condicionantes que impone el Estado a esta política, el contexto prolongado e intensificado hasta hoy, de etnocidio-etnofágico, como causales determinantes de la fragilidad interna de las comunidades para el despliegue de su política. Por lo que en el escenario de resistencia que hemos descrito, estas debilidades en el tejido organizativo, pueden entenderse al tiempo como desarticulación y surgimiento de elementos para una nueva cultura política, ahora al tenor de los derechos humanos y el derecho internacional humanitario, que pretende reemplazar viejas estructuras, aún con mucho arraigo y sustento legal, por nuevas maneras de gestionar lo colectivo y entender lo público, en un contexto en que los referentes ancestrales y tradicionales ya no son suficientes y se requiere introducir nuevos elementos ideológicos, políticos y administrativos entre otros, por la vía de la formación; que hagan viable el proyecto de sostenibilidad socio-ambiental propuesto. Se podría afirmar según los (PM), que en gran medida casi todo está por construirse en esta materia, siendo en la práctica un ámbito dinámico y de mucho futuro de las relaciones interculturales de estas comunidades.

Al respecto del dialogo intercultural indispensable entre los conocimientos ancestrales propios y conocimientos “externos”, para el proceso de apropiación que exige la *etnoeducación ambiental*, las juntas directivas de los consejos comunitarios tienen entre sus funciones:

- Crear y conservar el archivo de la comunidad.
- Propender por relaciones de entendimiento intercultural.
- Promover junto con los comités veredales, mingas para resolver necesidades comunitarias y familiares.
- Tener disposición para formarse y capacitarse. (PM, 2004, p.101)

Al considerar las estructuras productivas de las dos cuencas hidrográficas, bases del proyecto etnoeducativo en ciernes, el diagnóstico subraya como potencialidad:

En el aspecto socioeconómico, la pervivencia de la economía solidaria al interior de las comunidades, que permite una distribución más equitativa de los beneficios sobre el esfuerzo. (PM, 2004, p.116).

Si entendemos la economía como un ámbito de la cultura o de la forma de vida de un grupo humano, queda claro entonces que lo económico es consustancial a lo educativo, dado que ambas esferas son estructurantes de las relaciones sociales y por lo tanto productoras de sujetos, funcionales o no a determinado sistema social. La pregunta que surge entonces en relación con la economía solidaria es: ¿Cómo fortalecer y dinamizar esta potencialidad desde la educación?. En el caso específico de la institución educativa, ¿de qué manera introducir la economía solidaria en la vida escolar?.

Teniendo lo anterior como centro, que debe redundar en la creación de las condiciones para una comunidad saludable en el territorio ancestral, otros aspectos, que giran en torno al estado y valoración de los conocimientos tradicionales, tales como los roles generacionales y de género, convergen y deben integrarse a la filosofía y práctica de lo solidario. Desde luego, esta tarea esencial desde la escuela, implica pensar y explorar en la práctica, diversas metodologías y didácticas para garantizar la transmisión de los conocimientos ancestrales y tradicionales, desde el “aprender haciendo”, reivindicado por la comunidad, resaltando su pedagogía vivencial; a si como incidir en la transformación de la valoración de estos conocimientos y, del papel de la mujer en la comunidad.

Debe puntualizarse la solidaridad, identificada en la economía como un principio educativo, que desde la visión y misión institucional, se concrete en el currículo, los planes de estudio y en general la vida cotidiana escolar y desde ésta, en trabajo conjunto con la directiva del consejo comunitario y las organizaciones existentes. Bajo éste principio solidario, se debe incidir en el ámbito de la familia extensa que presenta la zona, buscando que la acción escolar no quede aislada y por lo tanto descontextualizada, como se viene enfatizando. Es decir, emprender/continuar los proyectos etnoducativos ambientales, tiene el desafío de transformar y superar el papel colonizador de la escuela, que ha contribuido a la desarticulación cultural y a la pérdida de los conocimientos, desde

las sabidurías y epistemologías aún presentes en las comunidades, pese a la crisis que se reconoce. Sumado a los problemas arriba señalados, la accidentada descolonización en marcha, es otro “combate” ineludible de la interculturalidad, en el ámbito de las suficiencias/resistencias internas.

En cuanto a la salud, al observar lo que compete a la medicina tradicional se afirma:

Los sabedores en general, atienden en sus casas al enfermo hasta que su mejoría es notable. Sin embargo, este es uno de los elementos de la cultura que más se ha visto afectado por la adopción de nuevos modelos de vida por lo que cada vez son menos las personas que manejan los conocimientos de la curación también menos los que la frecuentan. Es decir, no sólo se están perdiendo los conocimientos ancestrales sino también la credibilidad en ellos (PM, 2004, p.118)

A lo anterior, se suman dos elementos también indicados entre las debilidades para la permanencia de estos conocimientos; por un lado, la negativa de algunos curanderos para compartir el conocimiento y en consecuencia la falta generalizada de conocimientos sobre cómo preparar algunas hierbas para enfermedades muy concretas. Y de otro lado, el desplazamiento violento de los curanderos hacia las ciudades cercanas, principalmente hacia Buenaventura.

En este panorama, se debe puntualizar que el modelo cultural de promoción de la salud, desde la lógica de la medicina convencional oficializada, con su correspondiente institucionalización, a través de los centros de salud, en un prolongado primer momento, que va por lo menos desde inicios de los 80s hasta mediados de los 90s, atacó de manera abierta y frontal, las formas de medicina tradicional, con la pretensión de desterrar y borrar esta lógica cultural de entender la salud, por considerarla anacrónica, supersticiosa y un obstáculo para el desarrollo de estas comunidades. Puede afirmarse que se actuó en la misma lógica del aparato educativo y de la visión económica; constituyendo de plano en su conjunto un paquete, un pensamiento que debía suplantarlo antiguo y atrasado; permitiendo el florecimiento “*del progreso, del desarrollo*” (ESCOBAR, 1998).

No se debe tampoco perder de vista la incidencia de este modelo de promoción de la salud, en la disminución de la mortalidad infantil, en la atención oportuna y adecuada de varias enfermedades tales como la malaria, que la medicina tradicional no podía enfrentar sola, con buenos resultados, y en general en la concepción del saneamiento básico. Empero, si nos debemos preguntar hasta qué punto se ha erosionado un acervo valioso de conocimientos colectivos en esta pugna por la verdad, en nombre de la RAZÓN?. En este sentido, compete a la escuela de manera directa ocuparse de esta temática?, de la respuesta ser positiva desde la comunidad y desde la institución escolar, además de lo arriba indicado, qué papel debería jugar la escuela en la reavivación y revaloración de estos conocimientos y prácticas; más aún, cuáles serían los conocimientos dignos de tenerse en cuenta por su utilidad y proyección?, en este punto no se tienen aún avances significativos.

Para concluir, al asumir los (PM), la construcción curricular desde la perspectiva de la protección del conocimiento ancestral, asociado en principio a las plantas medicinales, alimenticias y la recuperación y protección de semillas nativas, en el contexto de la biodiversidad en general, estos interrogantes nos introducen ya en el problema específico de la selección de conocimientos antes indicada, para dar cuenta de la organización del mismo, en la estructura del currículo. Al menos desde nuestro enunciado proyectivo, hemos considerado el presupuesto de que la salud es una dimensión inherente e intrínseca a los procesos etnoeducativos, al igual que la economía ya abordada, advirtiendo que se trata ante todo de viabilizar la comunión en torno a una dimensión crítica, de lo que deben ser las medicinas en la comunidad, la alimentación, el cuidado humano y el cuidado ambiental en general; dando cuenta de un pensamiento, de una filosofía ancestral integral de la salud, que supera la visión médica y medicinal y/o de las enfermedades. Esto es, lo etnoeducativo ambiental como estrategia preventiva frente a lo curativo.

Finalmente queda claro que la etnoeducación ambiental afrocolombiana, como política pública comunitaria vitalista, avanza con mucha lentitud en medio de las dificultades descritas y analizadas en los territorios colectivos. Ella habla de la tensión permanente entre inestabilidad y estabilidad, tanto territorial, como social, se constituye en una aspiración,

visión de futuro, frecuentemente interrumpida y expoliada por los macrointereses, ampliamente evidenciados en toda la historia de la región, en la actual coyuntura de efervescencia de TLCs. En tal sentido, es posible que la esperanza perenne y dinámica de estas comunidades, logren convertirla en recurso no renovable.

Referencias

ANGEL MAYA, Augusto. **La diosa Némesis**. Desarrollo sostenible o cambio cultural. Universidad Autónoma de occidente. Cali, 2003.

ARBOLEDA, Santiago. Negándose a ser desplazados: afrocolombianos en Buenaventura. En: RESTREPO, Eduardo; AXEL, Rojas (Eds.). **Conflicto e (in)visibilidad**. Retos de los estudios de la gente negra en Colombia. Popayán: Editorial Universidad del Cauca. 2002, p. 121-139.

ARBOLEDA, Santiago. Paisanajes, colonias y movilización. En: MOSQUERA, C.; PARDO, M.; HOFFMAN, O. (Eds.). **Afrodescendientes en las Américas**. Trayectorias sociales e identitarias. Bogotá: Editorial Universidad Nacional, 2002, p. 399-420.

ARBOLEDA, Santiago. “Destierro afrocolombiano: la interculturalidad imposibilitada”. En: GARCÍA, D.; MUÑOZ, M. (Coord.). **Los movimientos sociales en la construcción del Estado y la nación intercultural**. Barcelona: Huygens Editorial, 2011, p. 159-194.

AROCHA, Jaime. Ley 70 de 1993: utopía para los afrodescendientes excluidos. En: AROCHA, Jaime (Comp.). **Utopía para los excluidos**. El multiculturalismo en África y América Latina. Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional. 2004, p. 159-179.

BONFIL BATALLA, Guillermo. **Identidad y pluralismo cultural en América Latina**. Editorial de la Universidad de Puerto Rico. 1988.

CVC-PCN-WWF. **Plan de manejo autónomo y armonioso para el territorio ancestral de la comunidad negra del río Mayorquín**. Territorio-Región del Pacífico Sur colombiano. Buenaventura , Agosto 2004.(Mimeo).

CVC-PCN-WWF. **Plan de manejo autónomo y armonioso para el territorio ancestral de la comunidad negra del río Raposo**. Territorio-Región del Pacífico Sur Colombiano.. Buenaventura , Agosto 2004.(Mimeo)

COMITÉ MUNICIPAL DE ATENCION INTEGRAL A LA POBLACION DESPLAZADA DEL MUNICIPIO DE BUENAVENTURA. **Lineamientos para el diseño y puesta en marcha de una estrategia de retorno de desplazados y de prevención del desplazamiento forzoso en los ríos del municipio de Buenaventura.** Buenaventura, 2000.(Mimeo)

CUBIDES, Fernando; DOMINGUEZ, Camilo (Ed). **Desplazados, migraciones internas y reestructuraciones territoriales.** Bogotá, Facultad de Ciencias Humanas Universidad Nacional de Colombia. Centro de Estudios Sociales. 1999.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACION. **Documento Conpes 3115.** Mayo 25 de 2001.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. **El elogio de la diversidad.** Globalización, multiculturalismo y etnofagia, México, Siglo XXI, 2006.

ESCOBAR, Arturo. **El final del Salvaje.** Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea. Bogotá, Instituto colombiano de Antropología y CEREC, 1999.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia:** Lugar, movimientos, vida, redes. Chapel Hill, Universidad de Carolina del Norte. Enviñ editores, 2010.

FEDERACIÓN DE MUNICIPIOS DE LA COSTA PACIFICA COLOMBIANA. **Plan estratégico 2001-2003.** (Mimeo).

INFORME COMISION HUMANITARIA. **Región del río Naya y yurumagüi (Buenaventura- Valle) y Timba(Buenos Aires- Cauca).** Mayo 5,6y7 de 2001.

LEFF, Enrique (Coord.). **Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo.** DF, Siglo XXI, 2000.

PARDO, Mauricio (Ed.). **Acción Colectiva, Estado y Etnicidad en el pacífico colombiano.** Bogotá, Instituto Colombiano de Antropología e historia-Colciencias, 2001.

RED DE SOLIDARIDAD SOCIAL. **Documento Misión de observación de la situación humanitaria en los municipios de Buenaventura y Dagua del departamento del Valle del Cauca.** Colombia. 20 al 23 de Junio de 2000.

TRELLEZ SOLIS, Eloisa y PEREZ VILLARREAL, Ana María. **Educación ambiental intercultural.** Por los caminos de la naturaleza y las culturas. Lima, Asociación cultural pirámide, 2006.

Ecologia Política e Educação para a Sustentabilidade: visão crítica do Norte

Nicolas Stahelin¹

O lançamento da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), em 1º de março de 2005, foi um marco na evolução do movimento global para educação ambiental. Um dos aspectos mais notáveis desta nova “Década” é que não só destaca a importância da sustentabilidade, mas também que ressalta seu imperativo educacional.

Além disso, o estabelecimento da DEDS sugere que um consenso global está emergindo não só em torno da necessidade de alcançar a sustentabilidade, mas também sobre a necessidade de reformar a educação, a fim de atingi-lo. No entanto, houve críticas significativas da agenda de desenvolvimento sustentável no movimento da educação ambiental que revelam diferentes abordagens epistemológicas na encruzilhada do desenvolvimento, o meio ambiente e a educação (por exemplo: HUCKLE, 1993; JICKLING, 1994; SAUVÉ, 1999; SAUVÉ et al., 2005; JICKLING; WALS, 2007; HUCKLE, 2010).

Embora a maior parte destas críticas tenha sido desenvolvida através das lentes da teoria crítica, a conexão entre o quadro teórico crítico da ecologia política e a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) não tem sido extensivamente examinada. Existem no Brasil umas importantes exceções a esta lacuna (LOUREIRO, 2011; LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013), mas meu objetivo neste capítulo é de acrescentar

¹ Mestre em Educação e Doutorando do Programa de Educação Internacional e Comparativa - *Teachers College*, Universidade da Columbia (Nova York); diretor do curso de preparação docente *Peace Corps Fellows Program*, Universidade da Columbia. nicolas.stahelin@gmail.com

perspectivas de autores da ecologia política desde uma visão crítica do Norte.

A discussão a seguir visa examinar como a ecologia política oferece varias ferramentas analíticas para abordar o paradigma do desenvolvimento sustentável de forma crítica em educação ambiental. O objetivo será verificar como a abordagem da ecologia política sobre meio ambiente e desenvolvimento possibilita uma postura mais crítica em relação à EDS, assim como fornecer ideias para fortalecer práticas críticas de educação para a sustentabilidade em áreas urbanas.

Definir ecologia política é uma tarefa desafiadora, pois este é um campo fértil e em rápida evolução acadêmica, onde a literatura já está servida de uma variedade de definições (Robbins, 2004). Esta diversidade de definições, provavelmente, se deve às suas múltiplas origens disciplinares, que incluem a geografia humana, a economia política, ecologia e ecologia social e cultural, bem como a várias correntes intelectuais da teoria crítica, incluindo o marxismo, pós-estruturalismo, teoria pós-colonial, e de estudos sociais em ciência e tecnologia (ROBBINS, 2004).

Em uma tentativa de sintetizar o campo e encontrar pontos comuns, Robbins sugere que a ecologia política tenta explicar “as vinculações entre as condições e as mudanças dos sistemas sociais/ambientais com considerações explícitas de relações de poder” (p. 12).

A questão subjacente que os ecologistas políticos se perguntam é: Como as questões ambientais refletem as relações desiguais de poder entre diferentes grupos da sociedade? A ecologia política se empenha em revelar as dinâmicas de poder inerentes às formas globais das relações capitalistas de produção e como elas medeiam as interações humanas com o meio ambiente. Ademais, ao referir-se aos sistemas socioambientais, Robbins faz alusão ao recente esforço da ecologia política para compreender como a natureza é discursivamente produzida ou como o conhecimento sobre o meio ambiente é socialmente construído e implantado no processo de legitimação de agendas que beneficiam alguns grupos em detrimento de outros.

Assim, a ecologia política aborda questões de poder, tanto através do materialismo histórico marxista, bem como através de análises

pós-estruturalistas enfatizando os componentes discursivos e simbólicos da construção social da natureza.

Esta abordagem epistemológica da natureza interroga o *ethos* do desenvolvimento sustentável de duas maneiras: primeiro, rejeitando uma verdade absoluta sobre o que é a natureza ou o que ela deveria significar para os seres humanos, desafiando, assim, as premissas positivistas da ciência ocidental e sua missão de descobrir e gerenciar objetivamente a natureza. Segundo, descobrindo os sistemas que perpetuam a subserviência ao capital global, pondo em causa a linha oficial que afirma que o desenvolvimento sustentável tirará as pessoas da pobreza, preservando o meio ambiente para as futuras gerações.

Desta forma, a ecologia política desestabiliza profundamente alguns pressupostos básicos do paradigma do desenvolvimento sustentável, que muitas vezes retrata a crise social, econômica ou ambiental, como sendo problemas com soluções técnicas, que poderiam ser iluminadas pelo poder analítico imparcial da ciência ocidental (SNEDDON, 2008; ESCOBAR, 1996). Afirmam que fortes conflitos políticos no campo do conhecimento conduzem o mundo gerencial e técnico-científico do desenvolvimento sustentável. A tarefa crítica da ecologia política seria recuperar a dimensão política da natureza no discurso frequentemente despolitizado da sustentabilidade.

A separação entre natureza e sociedade e suas consequências

No cerne da crítica da ecologia política ao desenvolvimento sustentável, encontra-se uma crítica à ciência moderna e sua separação conceitual dos reinos “natural” e “social”, posição ontológica que prevalece nas ciências modernas e evidenciada pelas graves consequências ambientais precipitadas pela teoria econômica neoclássica. Os economistas tradicionalmente excluíram uma série de serviços ecossistêmicos de seus modelos, falhando em medir ou considerar a capacidade ecossistêmica de

assimilar resíduos, seus mecanismos de suportar a vida e o valor simbólico que detêm para as sociedades humanas (SASSEN, 2005).

A economia neoclássica têm medidas imprecisas e ineficientes para controlar estoques de capital natural, em parte por causa de sua fé subjacente na inovação tecnológica e no pressuposto de que o capital manufaturado pode, a qualquer tempo servir de substituto para o capital natural, com o sentido de que o “livre mercado e tecnologia podem, portanto, ajudar a dissociar a economia da natureza” (SASSEN, 2005, p. 14). Desta forma, a economia abstrai-se do mundo físico, portanto, “modelos econômicos que gerenciam o mundo não localizam a economia em nenhum lugar no tempo e no espaço real” (REES, 2002, p. 20). Quando as funções dos ecossistemas são prejudicadas ou degradadas como resultado da atividade econômica, elas são simplesmente consideradas como externalidades ambientais.

A economia ecológica tem tido um longo caminho para preencher essas lacunas conceituais, integrando paradigmas ecológicos e econômicos, enfatizando que o capital ecológico precisa ser medido e contabilizado – e outros impactos ambientais, da mesma forma, internalizados – em modelos econômicos através da Análise de Pegada Ecológica (EFA). EFA quantifica a soma de terra biologicamente produtiva necessária para sustentar os níveis de consumo de uma determinada população, ou “a medida em que as economias humanas ficam dentro ou ultrapassam a capacidade de regeneração da biosfera” (WACKERNAGEL et al., 2006). Com esta ferramenta de medição, a economia ecológica trabalha para melhor avaliar a base ecológica de determinada atividade econômica e traduzi-la em dados econométricos, através do uso de *hectares globais de terra biologicamente produtiva*, uma métrica padrão que pode ser usada para comparar os custos ambientais de diferentes tipos de atividades econômicas.

EFA adiciona complexidade espacial e temporal para a nossa compreensão dos fluxos globais dos recursos ambientais e dos resíduos, assim como dos seus respectivos impactos ambientais. Por esta razão, tornou-se cada vez mais onipresente esta ferramenta, não só para os economistas ecológicos, mas também para os profissionais de EDS para

envolver os alunos em questões técnicas de capacidade de sustento ecológico e análise de escalas de impacto ambiental.

Além disso, particularmente nos contextos pedagógicos de nações e comunidades de alta renda, EFA tem sido usada como uma ferramenta para ensinar sobre os impactos ambientais do consumismo e sobre as consequências dos modernos estilos de vida urbana e da indústria sobre os ecossistemas distantes. Em suma, apresenta aos educadores um conceito provocativo com o qual podem envolver a dimensão ética e moral da gestão ambiental (NOLET, 2009; USPEDS, 2009; CLOUD INSTITUTE, 2008).

Mesmo quando EFA é uma ferramenta quantitativa útil para traçar estes processos, a análise da ecologia política ajuda a revelar suas limitações conceituais e revela os riscos que incorremos ao aceitar os preceitos da economia ecológica sem examinar de forma mais profunda o que o paradigma econômico pode obscurecer. Escobar, por exemplo, sugere que

esta reconciliação da economia e ecologia se destina a criar a impressão de que apenas pequenas correções no sistema de mercado são necessárias para lançar uma era de desenvolvimento ambientalmente saudável, escondendo o fato de que o quadro econômico em si não pode esperar atender às preocupações ambientais sem reforma substancial (1996, p. 52).

Esta é uma posição histórico-materialista de que as forças estruturais do capital global continuam a ser um fator determinante e intransponível de impacto ambiental. Outros ecologistas políticos levantam preocupações semelhantes. Como Peet, Robbins e Watts afirmam, “a análise do nexo de produção e consumo, em seu disfarce capitalista moderno, nos parece ser um ponto de partida indispensável para a compreensão das causas básicas da destruição do meio ambiente global” (2011, p. 15). Estes autores não acreditam em uma agenda de desenvolvimento sustentável impulsionada por um sistema capitalista global, quando “a ecologia da destruição resulta de uma forma alienada de produção da existência humana, que não é controlada democraticamente, que é organizada indiretamente através dos mercados, que é baseada na busca egoísta do lucro, e que tem que crescer para sobreviver” (2011, p. 15).

Esta e outras perspectivas da ecologia política (KEIL, 2003; RUDY; GAREAU, 2005; SWYNGEDOUW; HEYNEN, 2003) enfatizam o papel do capitalismo global como força estrutural de destruição ambiental e não consideram o regime oficial de desenvolvimento sustentável como uma alternativa significativa.

Discurso do desenvolvimento sustentável: que natureza, para que fins?

Se em um extremo o espectro disciplinar da ecologia política mostra maior ênfase na economia política, no outro extremo tende a descrever modelos de mudanças ambientais baseados em “metodologias que capturam como comunidades do terceiro mundo experienciam e interpretam a degradação ambiental” (SNEDDON, 2008, p. 537). Nesta abordagem, a análise da ecologia política aproxima-se da virada **pós-estrutural** na geografia humana e concentra-se em

como as ideias de natureza são constantemente reformuladas, significadas e utilizadas por diferentes agentes sociais para, por um lado, reforçar reivindicações de conhecimento e de poder sobre outros agentes e ecossistemas de interesse ou, por outro lado, defender o acesso e controle sobre os recursos em face do conhecimento dos outros e suas reivindicações de poder (SNEDDON, 2008, p. 536).

Escobar, por exemplo, argumentou que o desenvolvimento sustentável atingiu a “morte da natureza” e a “ascensão do meio ambiente”, aludindo à transformação da natureza em um recurso ambiental para o consumo ocidental e gestão técnica e científica (ESCOBAR, 1996, p. 327). Esta mudança discursiva do paradigma de desenvolvimento sustentável carrega profundas implicações culturais, onde representações do desenvolvimento sustentável são, muitas vezes, projetadas como sendo branca, masculina, como sendo o *expert* ocidental em gestão técnico-científica dos recursos naturais contra o negro, feminino e ignorante

Terceiro Mundo camponês forçado por sua pobreza a realizar práticas insustentáveis (ESCOBAR, 1996).

Esta narrativa ofusca os imensos fardos ambientais causados pelos padrões de consumo do Norte e esconde o subdesenvolvimento das sociedades colonizadas como uma das causas principais da pobreza (ESCOBAR, 1998). O resultado é a promoção da sustentabilidade no Sul como um mecanismo de controle ambiental e uma forma de subsídio para as empresas capitalistas e estilos de vida insustentáveis do Norte.

Voltando às implicações do aparato conceitual da ecologia política para uma postura crítica em relação à educação para o desenvolvimento sustentável, esta discussão sugere que o objetivo pedagógico central deve ser sempre a compreensão de como os significados da natureza são culturalmente e geopoliticamente situados. Se a natureza é ensinada apenas como um recurso ambiental e medimos nossas pegadas ecológicas em termos de hectares globais de terra biologicamente produtiva, nós nunca vamos entender as maneiras que as pessoas de outras culturas e lugares experienciam a natureza, muito menos a sua destruição, ou para usar um termo mais neutro, sua transformação.

Igualmente importante do ponto de vista ético, o ensino de EFA nas zonas rurais em regiões em desenvolvimento deve considerar cuidadosamente como uma determinada concepção de meio ambiente é coerente ou contrária às concepções tradicionais da cultura local sobre a natureza. Ao educar para a sustentabilidade, as soluções para os grandes desafios ambientais que enfrentamos devem, assim, ser posicionadas como uma questão cultural e sociopolítica, tanto quanto um desafio econômico ou técnico.

Sustentabilidade à luz da perspectiva normativa que visa à justiça social é questão de governança, diversidade cultural e ética de equidade, ao mesmo tempo que é questão de medida adequada, contabilidade criativa ou tecnologia adequada.

Uma consideração semelhante deve ser feita em relação à diversidade socioeconômica e cultural em áreas urbanas. Por exemplo, em meados dos anos 1980, a proeminente organização ambientalista *Sierra Club* se recusou a lidar com os problemas de poluição urbana que afligiam

comunidades de baixa renda do sul de Los Angeles porque presumiam que o assunto era sobre a saúde da comunidade, não uma questão ambiental (DiCHIRO, 1998). O *Sierra Club* mobilizou, neste caso, a clássica narrativa da natureza como sendo separada e fora do espaço urbano, uma “ênfase metropolitana sobre a natureza como fonte de lazer” (GANDY, 2004, p. 366), que pertence à classe socioeconomicamente privilegiada, que tem acesso privilegiado a espaços selvagens distantes ou áreas verdes locais e inclui ideais românticos de natureza como parte de seu repertório cultural (HEYNEN, 2003; HEYNEN; PERKINS; ROY, 2005).

Nesta visão da natureza, seletivamente desprovida de suas dimensões sociais, as políticas de qualidade de vida urbana são irrelevantes, mesmo que a qualidade de vida dependa da saúde do meio ambiente urbano. Não só os elementos materiais, mas também os elementos discursivos da natureza e os aspectos simbólicos/interpretativos dos impactos ambientais promulgam uma narrativa modernista utilitária que beneficia alguns, enquanto outros suportarão os custos.

As práticas críticas de educação ambiental no meio urbano precisam encontrar formas de questionar visões estreitas de meio ambiente. O movimento de justiça ambiental estabeleceu a dimensão racial deste problema e alguns estudiosos têm defendido esforços para que a educação para a sustentabilidade trate adequadamente as preocupações sobre justiça ambiental (PELOSO, 2007). A ecologia política pode ainda contribuir para este esforço com a sua capacidade conceitual para destacar diversas narrativas ambientais sem evitar uma compreensão material dos processos biofísicos e dos agentes sociais e instituições envolvidas neles, essencialmente a fusão das dimensões discursivas e materiais em sua leitura crítica do complexo natureza-sociedade.

Produzindo natureza: sistemas socioecológicos como um híbrido natureza-sociedade

Os trabalhos de Gandy sobre as interações natureza-sociedade em áreas urbanas oferecem uma perspectiva político-ecológica útil para

ser aplicada nas práticas educativas críticas para a sustentabilidade (2004, 2005). Examinando noções de hibridismo, Gandy defende um entrelaçamento conceitual entre natureza e sociedade, usando um exemplo concreto desta linha de pensamento através do desenvolvimento da “canalização da metrópole” – ou algo tão simples como o uso do banheiro, que dirigiu grandes transformações de infraestrutura nas cidades modernas. O advento dos banheiros marcaram transformações fundamentais nas interações humanas com a natureza. Com as novas noções de higiene, de privacidade, e de aversão a excrementos, os processos naturais do corpo vieram a pertencer à esfera privada, e “a casa moderna tornou-se objeto de uma nova geografia moral de comportamento social” (2004, p. 367).

Gandy vê o encanamento moderno através de uma lente foucaultiana em que o uso generalizado de banheiros privados é parte de uma “biodinâmica política”, pelo qual a relação com os nossos corpos, e, além disso, com a natureza, é parte de um modo indireto de disciplina social.

Além disso, “a relação simbiótica entre os sistemas de abastecimento de água para o desenvolvimento da cidade moderna não só envolveu uma interação hibridizada entre natureza e cultura, mas também uma dinâmica de coevolução entre tecnologia e corpo humano” (2004, p. 367). Compreender as ligações tanto materiais como simbólicas entre os recursos naturais (água), grandes projetos de infraestrutura (tecnologia urbana), corpos humanos e cultura (códigos de conduta social) derruba a dualidade modernista entre a natureza e a sociedade.

O exemplo de Gandy (2004) é uma excelente representação das interconexões entre seres humanos, sociedade, natureza e tecnologia nas comunidades humanas. A água é apenas um exemplo, entre muitos, dos ciclos de recursos naturais que se originam no mundo biofísico, atravessam os sistemas humanos com energia e outros insumos e estão destinados a voltar ao mundo biofísico como resíduos. Este processo cíclico é socialmente construído, não só na sua transformação física da natureza, mas também porque é carregado de significado cultural e de luta social e política, como as guerras pela água (bem comum versus bem econômico) em todo o sul global têm demonstrado (BAKKER, 2007).

Comunidades humanas precisam ser entendidas como sistemas socioecológicos integrados que evidenciam a produção humana da natureza que gera um metabolismo ambiental carregado de conflitos sociais e políticos. Esta é uma tarefa assumida pela ecologia política, que vê os sistemas socioecológicos integrados, onde as estruturas econômicas ou biofísicas e seus processos estão entrelaçados com a vida social, os significados culturais e as lutas políticas.

Em suma, a análise das mudanças ambientais tanto materialmente quanto discursivamente nos ajuda a compreender as transformações ambientais, sociais e culturais, como tendo profundas implicações políticas, um campo onde as lutas sociais são um componente integral do impacto do ser humano sobre a natureza.

A educação ambiental crítica ganha muito com a adoção das concepções híbridas dos sistemas socioecológicos. Este compromisso conceitual necessariamente instiga tentativas para integrar holisticamente as ciências naturais e sociais, permitindo uma investigação da natureza junto com o estudo da cultura, examinando reivindicações da ciência junto com os vários ângulos da política – para sublinhar aqui alguns pontos de entrada da modelagem híbrida na análise do complexo natureza-sociedade.

Estudiosos de ecologia política urbana (EPU) fornecem uma leitura crítica do metabolismo urbano das cidades como sistemas socioecológicos marcados por uma geografia drasticamente desigual do desenvolvimento (SWYNGEDOUW; HEYNEN, 2003; HEYNEN; KAIKA; SWYNGEDOUW, 2006). EPU também dialoga com os novos desenvolvimentos na literatura sobre justiça ambiental, que visa aplicar os conhecimentos teóricos da geografia humana crítica, incluindo uma maior atenção para as forças estruturais do capitalismo global, juntamente com análise escalar, para compreender espaços e processos de injustiça ambiental em áreas urbanas (EVANS, 2002; CARMIN; AGYEMAN, 2011; HOLIFIELD; PORTER; WSALKER, 2010).

Este campo de trabalho ajuda a mudar o ênfase das críticas sobre o desenvolvimento sustentável do meio rural para o meio urbano, críticas que frequentemente direcionam suas lentes para as fronteiras do desenvolvimento rural em áreas de alta biodiversidade ou áreas ricas em

recursos naturais, esquecendo a importância de examinar os estilos de vida e padrões de consumo dos habitantes urbanos que atravessam níveis socioeconômicos dentro das cidades e até as divisões geopolíticas norte-sul entre cidades. Este campo, por sua vez, abre oportunidades especiais para práticas críticas de educação ambiental nas cidades.

Ecologia Política Urbana com um olhar para EDS no meio urbano

A vertente específica da ecologia política conhecida como ecologia política urbana (EPU) avança a possibilidade de realizar este esforço com uma lente voltada para ambientes urbanos. EPU oferece uma estrutura teórica coesa para compreender tanto materialmente quanto discursivamente as múltiplas dimensões políticas do desenvolvimento de sistemas socioecológicos implicados pelo nexo natureza-cidade na era do neoliberalismo globalizado. Em um levantamento de campo, Keil (2003) escreve: “Uma das ideias principais compartilhadas pela maioria dos autores em UPE é que o material e o simbólico, o natural e o cultural, o pristino e o urbano não são realidades duais e separadas, mas aspectos interligados e inseparáveis do mundo em que vivemos” (KEIL, 2003, p. 728). Esta abordagem pode ter implicações importantes para educadores ambientais em cidades globais, onde os fluxos transnacionais de sujeitos, materiais brutos e processados, culturas, informações, processos de governança e movimentos sociais apresentam um quadro vasto e complexo para aqueles que pensam sobre a sustentabilidade urbana e os impactos das áreas urbanas na natureza.

No âmbito da EPU, a natureza precisa ser considerada tanto em uma sofisticada cidade global como em remotas áreas “selvagens,” e a educação ambiental não deve se limitar a dirigir um olhar alarmista para as desesperadoras condições socioeconômicas e ambientais do mundo em desenvolvimento. Em vez disso, os educadores preocupados com a sustentabilidade nas cidades devem se concentrar em como os sistemas

socioecológicos mudam no desenvolvimento das sociedades humanas e como a natureza é transformada neste processo. Além disso, a tarefa é examinar criticamente quem se beneficia e quem arca com o ônus de tal mudança ambiental.

Esta aproximação abre um rico campo de investigação socioecológica para alunos de áreas urbanas a examinarem as suas amplas conexões com outros lugares. Tal investigação pode ajudar os estudantes a descobrir que sua cidade é um sistema socioecológico profundamente interligado à natureza e aos seres humanos, que coexistem de forma multiescalar através de vários níveis geográficos.

Sem esse entendimento, como os alunos irão compreender que as escolhas e ações que realizam em suas habitações urbanas, ruas, lojas e shoppings têm efeitos profundos sobre os meios de subsistência e ecossistemas distantes? As cidades não são separadas da natureza, nem localmente nem globalmente, mas sim incorporadas dentro dela, pelos processos transfonteiriços biofísicos tanto como pelo mundo social que a produz.

Qualquer educador que tem lutado com os desafios do ensino nas escolas públicas que atendem comunidades urbanas marginalizadas e de baixa renda sabe como é crucial de tornar o currículo relevante para a vida de seus alunos. Mas quando EDS se centra na perda da biodiversidade através de desmatamento, ou derretimento do gelo devido às alterações climáticas, qual é a relevância para as crianças que vivem em comunidades urbanas devastadas pela pobreza, pelas drogas, gangues, prostituição e violência doméstica?

Salvo uma análise mais complexa de como a mudança climática global afetará finalmente as comunidades urbanas pobres, uma questão ambiental mais imediata de preocupação para o aluno pode ser a poluição do ar na cidade, a fome e as doenças urbanas, a exposição desproporcional a produtos químicos tóxicos e a falta de acesso a espaços verdes (PELOSO, 2007). Estes problemas não têm sido tradicionalmente tratados por educadores ambientais (na América do Norte).

Enquanto os movimentos urbanos de justiça ambiental foram os pioneiros na noção de que as preocupações ambientais com a saúde dos moradores das cidades constituem um problema ecológico, as vozes

clamando por comunidades urbanas mais saudáveis e mais justas permanecem na periferia do campo de EDS. Uma abordagem político-ecológica permite um tratamento crítico das práticas de educação ambiental e fornece ferramentas para chegar a uma ética da sustentabilidade, que vem em sintonia com os problemas de justiça social. Isso requer um programa educacional que facilite o desenvolvimento de uma ética da sustentabilidade através do exame, em todas as áreas de conteúdo, das relações complexas entre natureza, ser humano e sociedade que existem nas cidades.

Quando a natureza é considerada como sendo exclusivamente localizada fora do meio urbano da cidade, os jovens ficam privados da experiência da natureza urbana, e as qualidades da natureza que procuramos promover aos estudantes – invocando a paz interior, saúde, beleza ou inspiração – torna-se algo fora do alcance, a ser adquirido somente fora do lar, da comunidade ou até mesmo de si próprio. Isso pode alienar ainda mais os jovens de sua própria natureza, levando a um cisma existencial onde sua fundação psicossocial torna-se polarizada entre o deserto devastado e inevitável das comunidades urbanas e o intocado, distante e inacessível repositório “verdadeiro” de natureza.

Devemos desafiar este dualismo e resgatar a natureza urbana tanto material quanto simbolicamente. Isso pode ser feito através de estudos socioecológicos de metabolismos urbanos e, em um mundo globalizado, isso significa a captura - pedagogicamente - de implicações de ordem material, cultural e ética das interconexões da cidade com inúmeros ambientes através de escalas geográficas.

Esta é uma tarefa para a qual a EPU é bem adequada:

Os modos com que regulamos e governamos a nós mesmos e as relações meio urbano-natureza que sustentam nossas cidades são em grande parte questões de regulação política ou de natureza urbana. Ecologia política urbana – a regulação de nossas relações com a natureza nas cidades- é, em última análise, uma questão de democracia, governança e política da vida cotidiana na cidades (KEIL, 2003, p. 729).

Ao conhecer a natureza interligada de seus espaços urbanos, os alunos da cidade podem se tornar poderosos agentes de um mundo mais justo e sustentável. Robbins afirma que a ecologia política opera “com uma compreensão normativa que há maneiras provavelmente melhores, menos coercitivas, menos exploradoras e mais sustentáveis de fazer as coisas” (ROBBINS, 2004, p. 12).

Uma grande parte da nossa tarefa é, portanto, contribuir para que os alunos possam fazer uma crítica ao discurso dominante de desenvolvimento sustentável, produzir contranarrativas e propor caminhos alternativos para a sustentabilidade. A ecologia política fornece ferramentas de análise crítica para ajudar a informar a educação para sustentabilidade neste sentido e a ecologia política urbana, em particular, pode ainda integrar estes esforços com os alunos de áreas urbanas tanto do Norte como do Sur.

Referências

BAKKER, K. (2007). The “Commons” Versus the “Commodity”: Alter-globalization, Anti-privatization and the Human Right to Water in the Global South. *Antipode*, 39(3), 430-455.

CARMIN, J.; AGYEMAN, J. (2011). **Environmental Inequalities Beyond Borders**. Cambridge: MIT. (selections)

THE CLOUD INSTITUTE (2012). **Education for Sustainability (Efs) Standards and Performance Indicators**. New York: The Cloud Institute for Sustainability Education.

DiCHIRO, G. (1998). Nature as Community: The Convergence of Environment and Social Justice. In: GOLDMAN, M. (Ed.). **Privatizing Nature: Political Struggles for the Global Commons**, (120-143). New Brunswick: Rutgers University Press.

ESCOBAR, A. (1996). Construction Nature: Elements for a post-structuralist political ecology. *Futures*, 28(4), 325-343.

ESCOBAR, A. (1998). Whose Nature, Whose Knowledge: Biodiversity, Conservation, and the Political Ecology of Social Movements. *Journal of Political Ecology*, 5(1), 53-82.

EVANS, P (2002). **Livable Cities? Urban Struggles for Livelihood and Sustainability**. Berkeley: University Of California Press.

GANDY, M. (2004). Rethinking urban metabolism: Water, space and the modern city. **City**, 8(3), 363-379.

GANDY, M. (2005). Cyborg Urbanization: Complexity and Monstrosity in the Contemporary City. **International Journal of Urban and Regional Research**, 29(1), 26-49.

HEYNEN, N. (2003). The Scalar Production of Injustice within the Urban Forest. **Antipode**, 35(5), 980-998.

HEYNEN, N.; PERKINS, H.; ROY, P. (2006). The Political Ecology of Uneven Green Space: The Impact of Political Economy on Race and Ethnicity in Producing Environmental Inequality in Milwaukee. **Urban Affairs Review**, 42(3), 3-25.

HEYNEN, N.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. (Eds.) (2006). **In the nature of cities**: Urban political ecology and the politics of urban metabolism. New York: Routledge.

HOLIFIELD, R.; PORTER, M.; WALKER, G. (Eds.) (2010). **Spaces of Environmental Justice**. Oxford: Wiley-Blackwell.

HUCKLE, J. 1993. Environmental education and sustainability: A view from critical theory. In: FIEN, J. (Ed.). **Environmental Education: A Pathway to Sustainability** (43-68). Geelong: Deakin University Press.

HUCKLE, J. (2010). ESD and the Current Crisis of Capitalism: Teaching Beyond Green New Deals. **Journal of Education for Sustainable**, 4(1), 135-142.

JICKLING, B. (1994). Why I Don't Want my Children to be Educated for Sustainable Development: Sustainable Belief. **Trumpeter**, 11(3). <http://trumpeter.athabascau.ca/index.php/trumpet/article/viewArticle/325/497>

JICKLING, B.; WALS, A. (2007). Globalization and Environmental Education: Looking Beyond Sustainable Development. **Journal of Curriculum Studies**, 40(1): 1-21.

KEIL, R. (2003). Urban Political Ecology: Progress Report. **Urban Geography**, 28(8), 723-738

LOUREIRO, C. F. (2011). **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez.

LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P. (2013). Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trab., Educ. Saúde**, 11(1), 53-71.

NOLET, V. (2009). Preparing Sustainability-Literate Teachers. **Teachers College Record**, 111(2), 409-442.

PEET, R.; ROBBINS, P.; WATTS, M. (2011). Introduction: Global nature. In: PEET, R.; ROBBINS, P.; WATTS, M. (Eds.). **Global Political Ecology**. New York: Routledge.

PELOSO, J. (2007). Environmental Justice Education: Empowering Students to Become Environmental Citizens. **Penn GSE Perspectives on Urban Education**, 5(1).

REES, W. E. (2002). An Ecological Economics Perspective on Sustainability and Prospects for Ending Poverty. **Population and Environment**, 24(1), 15-46.

ROBBINS, P. (2004). **Political Ecology: A Critical Introduction**. Oxford: Blackwell Publishing.

RUDY, A. P.; GAREAU, B. J. (2005). Actor-Network Theory, Marxist Economics, and Marxist Political Ecology. **Dialectical Anthropology**, 16(4).

SASSEN, S. (2005). The Ecology of Global Economic Power: Changing Investment Practices to Promote Sustainability. **Journal of International Affairs**, 58(2), 11-33.

SAUVÉ, L. (1999). Environmental education: between modernity and post-modernity - searching for an integrating educational framework. **Canadian Journal of Environmental Education**, 4, 9-35.

SAUVÉ, L.; BRUNELLE, R.; BERRYMAN, T. (2005). Influence of the globalized and globalizing sustainable development framework on national policies related to environmental education. **Policy futures in education**, 3, 271-283.

SWYNGEDOUW, E.; HEYNEN, N. (2003). Urban Political Ecology, Justice and the Politics of Scale. **Antipode**, 35(5), 898-918.

USPEDS (2008). National Education for Sustainability K-12 Student Learning Standards. United States Education For Sustainable Development Partnership.

WACKERNAGEL, Mathis; KITZES, Justin, MORAN, Dan; GOLDFINGER, Steven; THOMAS, Mary. (2006). The ecological footprint of cities and regions: comparing resource availability with resource demand. **Environment and Urbanization**, 18(1), 103-112.

Educação Ambiental, educação das relações étnico-raciais e as confluências no campo dos direitos humanos: dos quilombos às favelas

Claudia Miranda¹

Provocações e desafios advindos da luta por direitos humanos bem como o compromisso com as agendas coletivas nos moveram para diferentes redes latino-americanas, na última década. Uma das ambiências de des-aprendizagens/re-aprendizagens com outros sujeitos históricos mostrou-nos quão colonial tem sido pensar, a nós mesmos, a partir da história das chamadas “conquistas européias”. Quando optamos por movimentos que nos levam a des-aprender/re-aprender, incorporamos abordagens e dimensões fundamentais a saber:

Las luchas sociales también son escenarios pedagógicos donde los participantes ejercen sus pedagogías de aprendizaje, desaprendizaje, reaprendizaje, reflexión y acción. Es solo reconocer que las acciones dirigidas a cambiar el orden del poder colonial parten con frecuencia de la identificación y reconocimiento de un problema, anuncian la disconformidad con y la oposición a la condición de dominación y opresión, organizándose para intervenir; el propósito: derrumbarla situación actual y hacer posible otra cosa. Tal proceso accional, típicamente llevado de manera colectiva y no

1 Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002-2006). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UniRio e coordena o projeto de pesquisa “Intercâmbio Colômbia - Brasil: experimentos afro-latinos e diálogos interculturais na produção do conhecimento refletida nas políticas curriculares”. Editora da Revista Interinstitucional Artes de Educar (UNIRIO/UFRRJ/UERJ). Foi consultora da Fundação Cultural Palmares/MinC (2007-2010) no Projeto de Cooperação com os países da América Latina intitulado “Processo de mapeamento das dimensões da cultura”. miranda1112@globocom

individual, suscitan reflexiones y enseñanzas sobre la situación/ condición colonial misma y el proyecto inacabado de la des- o de-colonización, a la vez que engendran atención a las prácticas políticas, epistémicas, vivenciales y existenciales que luchan por transformar los patrones de poder y los principios sobre los cuales el conocimiento, la humanidad y la existencia misma han sido circunscritos, controlados y subyugados (WALSH, 2013, p. 29).

Nesse processo de des-aprendizagens sobre as conformações identitárias fomos levados a re-aprender sobre o território favela e sobre os seus atores. Fez sentido exercitar a escuta em diálogo com autoras/es de países tais como Colômbia e Equador, opção essa que nos afetou como partícipes de novas cosmovisões sobre o sujeito *Outro* da colonização na América Latina. Os movimentos sociais bem como os grupos interessados em aprender com as experiências coletivas nos ajudam a pensar para além das imposições da violência do Estado e da violência empresarial. Em diálogo permanente no contexto da pesquisa que realizamos, vários *Outros* foram re-significados e, conseqüentemente, realocados por nós, no âmbito do *Grupo de Estudos Ambientais Desde el Sur* (GEASUR), que estabelece “diálogos afroandinos” no qual somos investigadoras/es.

Interessadas/os em compreender os limites das práticas de existir/resistir na Colômbia, no Equador e também no Brasil, aprendemos com Santiago Arboleda (2013, p.1) que:

A pesar de la arremetida colonizadora a través de los destierros y desalojos legales e ilegales a estos pueblos, por parte de capitales nacionales y extranjeros, ellos luchan en abierta resistencia, en defensa de su identidad y su cultura, tratando de planificar y ejercer control territorial, siendo la etnoeducación ambiental un campo estratégico de su defensa inmediata y de esperanza a mediano y largo plazo.

São algumas apostas urgentes que fortaleceram nossa convicção de que os fóruns sobre Educação para as Relações Étnico-raciais e sobre Educação em Direitos Humanos já buscam interseccionalidades com o tema da Justiça Ambiental e do direito ambiental não apenas no

contexto brasileiro. Tornou-se imperativo indagarmos sobre quais seriam os atalhos nos quais os povos da Diáspora Africana imprimem suas estratégias de luta pela vida para, assim existir/resistir na América Latina. Saber como esses grupos vem enfrentando o grande capital em espaços – rurais ou urbanos – onde o *crime de Estado* é a nova ordem estabelecida. Como a invisibilidade dos já reconhecidos quilombos urbanos emerge como um desafio para a crítica que fundamenta a Educação Ambiental e como pode mobilizar os sujeitos diretamente implicados nessa arena de disputa pela vida?

Em todo o mundo, mais de um bilhão de pessoas vivem em favelas ou, se quisermos, em *comunidades* - de morros e de favelas. Vimos, nos achados teóricos que nos orientam a pensar a pertença no terceiro mundo, uma crítica veemente a predominância de justificativas que tendem a transferir para “*o tempo que trará as soluções*”, quando são apontadas as profundas desigualdades. “*As injustiças são inevitáveis porque fomos colônia de Portugal*”. Fatores adversos à concretização dos direitos ambientais devem ser colocados sobre a mesa de reorientação de políticas e de práticas ambientais no Brasil.

A parte Sul do mundo apresenta a maior concentração do montante nos Quilombos Urbanos, conforme as análises recentes (DAVIS, 2006). Na atualidade, o fenômeno das megafavelas não pode ser desprezado quando entra em jogo o desempenho do poder público e o descaso com a condição (des) humana dos sujeitos da Diáspora Negra. Na segunda geração dos Direitos Humanos estão os direitos econômicos, sociais e culturais que refletem conquistas relacionadas com a organização coletiva das classes de trabalhadores e de trabalhadoras. Referimo-nos ao exemplo de conquistas antes inimagináveis como é o caso de poder registrar a dinâmica de grandes contingentes atuando em grupo, em movimentos sociais. Essa conjuntura revela a importância de realçarmos os pilares do direito coletivo construídos na persistência e na politização dos sujeitos de direito.

Interessa-nos indagar sobre como o *direito ambiental* – entendido aqui como uma dimensão dos Direitos Humanos – aparece nos interstícios da análise sobre o racismo à brasileira, a pobreza e o extermínio

da(s) juventude(s) oriunda(s) de comunidades de favelas e de morros no Brasil.

Pensando com Loureiro e Layrargues (2013) vimos que nos chamados *movimentos de educação ambiental crítica, justiça ambiental e ecologia política* nota-se um processo argumentativo “de ressignificação ideológica da questão ambiental”, que pode ser analisado como um fenômeno já que age como um contraponto das interpretações hegemônicas do senso comum sobre o fenômeno socioambiental. Conclui-se que a densidade das questões em jogo, é reflexo de uma disputa retórica acerca do que pode ser analisado como um movimento que inclui *a politização dos segmentos envolvidos nas perdas ambientais*, se assim pudermos considerar. Com os autores, vimos ainda que são eixos em destaque justamente pelo fato da “educação ambiental crítica” e do “movimento de justiça ambiental”, em decorrência da aproximação no modo como definem as causas da crise atual, estabelecerem estratégias de luta social que defendem o projeto societário anticapitalista (Loureiro & Layrargues, 2013, p.68). São esses alguns aportes que nos encaminham para focar na existência de “tecidos sociais urbanos” em disputa no ir e vir dos diferentes segmentos situados em diferentes lugares. Espaços como aqueles conhecidos como “morros”, “aglomerados”, “construções irregulares” “favelas” ou “moradias improvisadas”.

No Brasil da segunda década do século XXI, encontramos uma literatura relacionada com as dinâmicas dos grupos que lutam resistindo, são populações afrodescendentes empobrecidas e que beiram a miséria absoluta, com destaque para as grandes metrópoles do país. Encontramos estudos tais como o de Andreilino Campos (2010) que discorre sobre a produção do espaço criminalizado sendo a “favela” o centro das representações desse fenômeno que rebaixa a pertença dos sujeitos ali inseridos pelos estigmas e pela degenerescência de suas identidades. Em *Do Quilombo à Favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*, o autor pontua que:

Historicamente, as relações entre os mais pobres e o Estado sempre se deram no limite do conflito, favorecendo as elites, que,

em última instância, dominam o aparelho de repressão. Assim, assistiu-se à transmutação do espaço quilombola em favela após a Abolição. Porém, as favelas- fenômeno exclusivamente urbano – passaram a ser combatidos pela necessidade de o Estado regulamentar o uso do solo na cidade, associada aos interesses da classe dominante (CAMPOS, 2010, p. 161).

O trabalho ganha relevo na medida em que adensa o mapa histórico sobre o *crime do Estado* com relação às populações afro-brasileiras. Alerta, ainda para o momento da grande “eclosão social” ao lembrar que houve nesses interstícios, a total incapacidade de correção de “injustiças sociais provocadas no passado e que deverão continuar ocorrendo no futuro” (CAMPOS, 2010, p.163). Um ponto que merece destaque e que tem a ver com as denúncias da situação de desigualdade de toda ordem nos anos 90, foi o desempenho analítico de órgãos tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essas instituições realizaram diagnósticos e levantaram dados estatísticos que emergiram como um divisor de águas na luta antirracista, sobretudo nas últimas duas décadas.

Conforme, alguns relatórios:

No universo dos adultos observamos que filhos, pais e avós de raça negra vivenciaram, ao longo do século XX, em relação aos seus contemporâneos de raça branca, o mesmo diferencial racial expresso em termos de escolaridade. Reconhecendo a importância da educação na constituição da subjetividade e da identidade individual, inferimos com facilidade o ônus para a população negra e para a sociedade como um todo da manutenção desse padrão de desigualdade (HENRIQUES, 2001 p.46).

No início da primeira década desse século, Preteceille e Valladares (2000, p.462) lembravam que os censos de IBGE se pautavam na denominação de “aglomerado subnormal” para definir o que se conhece como “favela”. Localizamos, com esses dados, um percurso de desumanização de segmentos negros – pretos e pardos - empobrecidos. E, nesse diagnóstico, o Estado brasileiro tem sido responsável por um tipo de *re-*

baixamento do espaço de moradia (a favela) convertendo-o em *não-lugar*. Ainda segundo Henriques, “a grande maioria dos domicílios localizados em favelas se encontra em territórios do município do Rio: 87%. Apenas quatro outros municípios têm um número significativo de domicílios em favelas: Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu e São João de Meriti” (HENRIQUES, 2001, p.462).

Vimos que Andreilino Campos (2010) destacou com veemência quão voraz passou a funcionar um projeto de extermínio das formas de vida nesses espaços de moradia. Sua análise nos leva a reconhecer, por isso, um tipo de projeto de criminalização que moveu e move o enredo da desumanização dos grupos oriundos dessas configurações. Sobre a chamada “regulamentação” do solo, faz sentido entender o seguinte:

A Lei de Terras, editada em 1850, que impedia a propriedade de qualquer parcela de solo por negro escravo, continuou a valer em muitos lugares do país, inclusive na província do Rio de Janeiro [...] Ainda sobre a expansão urbana no município do Rio de Janeiro: se os limites das freguesias (urbanas e rurais) eram expandidos de acordo com a modernização dos transportes, sobretudo, a partir de 1872 [...] é provável que muitas áreas cortadas pelos trilhos e em torno deles, ficassem vazias, espaços que poderiam ter sido ocupados também, por quilombolas. Nesse caso, mais uma vez estamos nos referindo às áreas de quilombagem que, provavelmente foram transmutadas em favelas como Dona Marta, Babilônia, Pavão-pavãozinho, Vidigal, Formiga, Chácara do Céu, Coroadado (CAMPOS, 2010, p.70).

Em sentido amplo, a conformação das favelas cariocas tem relação com as fronteiras criadas pelas elites governantes de outrora. Os africanos que passaram a ser definidos e tratados como “escravos” – sequestrados e vendidos como objeto de consumo – foram confinados em espaços improvisados e conseqüentemente transformados em *não-lugares*, como foi o caso das senzalas.

A resistência nas favelas envolve lutas que atravessam os planos da infraestrutura urbana, os direitos (civis, políticos e sociais), o simbólico, que também passam pelo reconhecimento da diversidade e da

“pluralidade cultural”. De acordo com os chamados programas de inclusão social e de integração urbana, muitos problemas de ordem socioeconômica estão em franca ebulição e são enfrentados pelos/as moradores/as das áreas de “Assentamento Precário Informal” que denunciam a falta de infraestrutura e, por conseguinte, a pouca experiência de viver plenamente os direitos tais como o “ambiental”. A população jovem tem engrossado as estatísticas de mortalidade por morte violenta. Certas características de identificação, como morar em favela, optar por uma estética associada ao estilo do movimento *funkeiro* (boné, bermudas, largas e coloridas, cabelos estilizados), ser negro, dentre outras marcas sociais ou corporais, podem ser lidas como *elementos que levantam suspeitas sobre a ligação com alguma atividade criminosa*. Agregado a isso, está a segregação geográfica fomentada pela cultura do medo e da insegurança profundamente difundida. Daí, a urgência da inclusão desses atores sociais no sentido de apoiá-los no desenvolvimento de novas habilidades, como por exemplo, ler e narrar às avessas suas histórias familiares e de seus ancestrais. Assumir as raízes africanas e um retorno a um passado pouco visitado na gramática social.

Essas seriam, a nosso juízo, algumas alternativas socioambientais já que pensar o território, as africanidades nas favelas cariocas, implica assumirmos movimentos de “recomposição ecológica”, se assim pudermos considerar. Por outra parte, pode-se constatar a criação, na atualidade, de representações construídas/ acerca de um *não-mundo*. Mesmo na organização da propriedade privada os afrodescendentes foram colocados como excedentes. O que se configura como uma total desumanização desse segmento da nossa sociedade.

A lei nº 601 (de 18 de setembro de 1850) dispunha sobre o direito agrário e é fruto da pressão das elites latifundiárias. A posse de terras passou a ser uma agenda prioritária para o então governo. Por tudo isso, trata-se de uma literatura que vem se constituindo como um marco para novos aportes sobre as recentes e profundas transformações vivenciadas no âmbito dos países do Hemisfério Sul. Vimos, nesse estado da arte, alguns atravessamentos urgentes mas ainda não consolidados que podem orientar o desmascaramento de uma espécie de “crime do Estado”

tendo em vista o abandono seguido do genocídio das populações que são violentamente confinadas em *espaços antiecológicos*. Inúmeros estudos sobre as populações que ocupam os morros e favelas nos ajudam a entender essas conformações.

Para Layrargues (2010, p.2)

Há uma falsa noção de que as ideias e práticas da sustentabilidade presentes na sociedade contemporânea se expandem como uma onda contaminando todos os sujeitos sociais indistintamente, sem encontrar resistências e obstáculos. Porém, desde que haja manifestações anti-ecologistas, está posto que o ambientalismo não é essa ideologia absoluta da contemporaneidade. A existência do anti-ecologismo traz implicações para essa visão que em essência, revela-se funcionalista por não vislumbrar a existência de conflitos de interesses por mais politicamente incorretos que possam parecer. Esse debate é particularmente útil no campo da Educação Ambiental, que tem entre suas visões hegemônicas, a que reproduz uma concepção de sociedade como espaço da harmonia e ausência de conflitos e interesses, com a ideia de que a sociedade como todo, ao passar pelo processo educativo voltado à questão ambiental, naturalmente passará por uma conversão em direção à sustentabilidade, como se a questão tratasse apenas de um processo de conscientização.

No modo de examinar as desvantagens dos grupos afrodescendentes da Diáspora Negra presentes na região latino-americana, adotado por nós, caberia pensarmos na hierarquização racial daqueles segmentos confinados em espaços invisibilizados pelo poder público, conforme constatado ao longo de dois anos de atuação em projeto da Secretaria de Meio Ambiente desenvolvido em um complexo de favelas no Rio de Janeiro. Por conta disso, pensamos com Layrargues (2010) o sentido das *políticas antiecológicas*. A luta empreendida pelos inúmeros segmentos que dialogam no âmbito da perspectiva crítica de Educação se localiza como eixo central de uma agenda emergente e multidimensional.

As utopias que nos movem, nos fazem acompanhar alguns projetos e programas onde o protagonismo e a performance dos sujeitos em desvantagem ambiental, ganham relevo. Tendo como exemplo o caso da

Colômbia - explicitado por Santiago Arboleda (2013, p.2) vimos alguns encaminhamentos urgentes também para o Brasil:

La Etnoeducación en tanto campo de protección y movilización de los conocimientos ancestrales para la sostenibilidad, es concebida desde una mirada holística, que la considera como una dimensión integral de estas comunidades, por lo que la acción etnoducativa ambiental y pedagógica están presentes en diferentes esferas de la vida de cualquier grupo humano y de manera específica de los grupos étnicos, aislarla construye un sesgo, que no deja observar las relaciones complejas de la realidad y distorsiona las posibilidades de comprensión de la misma.

Com base nessa definição de Arboleda, a politização daqueles sujeitos implicados em projetos realizados em “espaços não formais” ou partícipes de um “currículo escolar” (oficiais), não pode ser um objetivo secundário. O que pensam as lideranças religiosas sobre as interferências do Estado e do agronegócio em territórios ancestrais? Como as populações de territórios tais como as do Morro do Canta Galo, Pavão-pavãozinho – entre outros complexos –, ganham centralidade nos encaminhamentos realizados pelo poder público e que interferem diretamente na manutenção das injustiças ambientais ou nos avanços da diminuição desse fenômeno? Como fomentamos Pedagogias Alternativas no jogo retórico sobre direitos ambientais? E ainda, como combatemos, coletivamente, os avanços do racismo ambiental à brasileira?

Nossas hipóteses incorporaram o fato de, no Rio de Janeiro, existir um total abandono das populações moradoras das favelas e dos morros por parte do Estado. Assim, passou a ser urgente incorporarmos desafios que nos auxiliem no mapeamento de alternativas de existir/resistir desconsiderando a publicização dos desdobramentos de evidências tais como o caso de envenenamento das fontes de água potável pelo esgoto nessas formas de habitação.

Segundo Boaventura de Souza Santos a alternativa à expansão do fascismo social é a construção de um novo padrão de relações sociais, nacionais e transnacionais, baseadas simultaneamente, no princípio da

redistribuição (igualdade) e no princípio do reconhecimento (diferença). Portanto:

Num mundo globalizado, tais relações devem emergir como globalizações contra-hegemônicas. O padrão que as sustentar deverá ser muito mais do que um conjunto de instituições. Esse padrão implica uma nova cultura política transnacional, inscrita em novas formas de sociabilidade e de subjectividade e mesmo uma nova epistemologia. Em última análise, implica um novo direito “natural” revolucionário, tão revolucionário como as concepções de direito natural do século XVII (SANTOS, 2010, p.193).

O ideário que sugere uma globalização contra-hegemônica nos aponta grandes enfrentamentos tendo em vista a revisão de uma agenda propositiva que tem como base a diminuição das injustiças em sentido mais amplo incorporando ‘macro’ e ‘micro’ estruturas. Nessa abordagem, as lutas se intensificam e exigem mais concentração de esforços. Por isso, faz mais sentido trabalhar com esses coletivos invisibilizados, aderir aos processos interseccionais e apostar nos “mínimos éticos”, como sugere Adela Cortina (*apud* ANDRADE, 2009). Em sentido restrito, nossa adesão implicará enfrentarmos configurações mais diversas e mais dialógicas para o trabalho em cooperação/colaboração. Des-aprender e re-aprender, nesse processo, significará estar em espaços de recomposição da pertença dos sujeitos e grupos em desvantagem ecológica, com especial atenção para as juventudes empobrecidas, em situação de risco também ecológico. Estamos, assim, comprometidas/os com as questões de um universo repleto de demandas que vão para além da dimensão pedagógica. Atravessamos agendas e compartilhamos outras tantas práticas mais plurais perseguindo esses mínimos da justiça concebendo uma formação emancipatória que possa apostar em processos de politização para dar sentido às abordagens que incorporem práticas de denúncia de violação do direito ambiental.

Ao considerarmos os estudos sobre as favelas que emergiram em diferentes regiões do mundo, foi necessário agregarmos os achados teóricos de Mike Davi (2006, p.63). Sabe-se, por exemplo, que “nas áreas

mais pobres de Nairóbi, a água encanada não é mais potável devido à contaminação fecal da fonte” (DAVIS, 2006, p.141). E, na América Latina, os dados indicam que cerca de 90% dos esgotos são lançados sem tratamento nos rios (Ibidem). São esses alguns dos pontos chave para uma análise sobre o lugar de importância das interseções sobre os direitos humanos e os mínimos éticos. Portanto, concebemos a *performance* do/a educador/a associado/a aos aspectos relacionados com a pauta dos direitos humanos, os mínimos éticos defendidos por Adela Cortina (2000) e Marcelo Andrade (2009). Interessa-nos, por isso, pensar com autores tais como Loureiro e Layrargues (2013) que nos auxiliam no delineamento do que podemos conceber como “o racismo ambiental à brasileira”.

Nesse espaço dialógico, nos atrevemos a buscar outras possibilidades de compreensão das relações vivenciadas pelos sujeitos representados como desautorizados socialmente, nesse caso mais específico, cruzando alguns aportes da Educação Ambiental e por outro lado, da Educação para as Relações Étnico-raciais. A dança das privatizações e das formas de desapropriação territorial em metrópoles tais como o Rio de Janeiro, são também formas entorpecentes que funcionam via mecanismos que disfarçam a violência simbólica e por vezes física engendrada no bailar dos poderes instituídos, inclusive.

Favelas como território de luta por justiça ambiental

Em outro lugar, discorrendo sobre a presença afrodescendente nos espaços da América Latina /Abya Yala destacamos a seguinte análise:

Os aspectos políticos que adornam o diálogo entre os movimentos sociais e o poder público de uma dada sociedade - examinados a partir do quadro teórico dos estudos pós-coloniais [...] impõem novos desenhos teórico-metodológicos acerca dos estudos sobre elaboração e execução de propostas educativas com ênfase na valorização da diversidade. Quais seriam as interseções que

nos aproximam quando examinamos as mudanças socio-educativas dos afrodescendentes no Brasil e na Colômbia? Há outras pedagogias possíveis orientando formas diversificadas de transposição² do conhecimento a ser ensinado? No âmbito da defesa por espaços colaborativos e dialógicos - em países com grande expectativa de reordenamento socioeducativo de segmentos não-brancos - caberia defendermos pedagogias decoloniais, como sugerem os afrocolombianos a partir da chamada *Educação Própria* (MIRANDA, 2014, p. 1).

Nossa agenda colaborativa nos permite formular novas indagações sobre a politização em curso daqueles grupos e sujeitos que estão injustiçados ambientalmente.

Os achados teóricos de Arboleda (2014) acerca das formas de solidariedade e de tradução do *outro colonial* na Colômbia facilitou a interpretação de nosso exercício etnográfico sobre a não aderência dos “discursos ambientais” que circulam nas comunidades cariocas por nós atravessadas.

As culturas herdadas dos grupos deslocados e posteriormente fixados como “latino-americanos”, por exemplo, são transformadas em um tipo de traço que pode emergir mascarado pela degenerescência das identidades dos sujeitos diaspóricos. Suas manifestações e as expressões pertencentes as suas histórias de resistência são incomensuráveis. Circulam entre nós distintas paisagens estéticas e sonoras. Estamos atravessados por presenças distintas anunciadas por artefatos que merecem destaque nesse mergulho que inclui as ancestralidades. Os odores das ervas vendidas nas feiras livres, os traços da geometria dos cabelos trançados em salões de *estética negra*, os amarrados dos lenços e turbantes das senhoras “mais velhas” dos terreiros de Candomblé, as variadas opções gas-

2 A “transposição didática” emerge dos estudos de Yves Chevallard (1991). Os estudos curriculares têm apontado a emergência de pesquisas sobre a história das disciplinas escolares vislumbrando formas mais adequadas de trabalhar o conhecimento que não seja a didatização, o ensino organizado por matérias escolares. Conforme Lopes (1999), foi em face do grande desenvolvimento das pesquisas em ensino de ciências que alguns conceitos foram elaborados com o intuito de explicar processos de transformação do conhecimento científico em conhecimento escolar. Dentre esses o mais conhecido é o conceito de “transposição didática” desenvolvido por Chevallard e Johsua conforme Alice Ribeiro Casimiro Lopes (LOPES, 1999).

tronômicas que tem como base, o Azeite de Dendê, as rezas que fazemos desde a infância por recomendação das benzedadeiras presentes em espaços diversos nos constituem como sujeitos híbridos. As categorias “racismo ambiental à brasileira” e “direitos humanos” e ainda “mínimos éticos” jogam um papel antes desprezado nos fóruns sobre a condição antiecológica das populações afrodescendentes nos perímetros urbanos e/ou rural. O Brasil é, nesse interstício, o lugar do encontro entre ambos os campos de problematização. São essas algumas *nuanças* que dizem respeito aos territórios negros, as suas marcações identitárias e ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Ousamos interseções que perpassam as concepções brasileiras do racismo ambiental bem como alguns aportes sobre os direitos humanos universais. A questão de fundo se relaciona com o racismo historicamente estruturado e suas consequências tendo em vista a situação, por exemplo, dos territórios onde ocorre, em inúmeros casos um tipo de confinamento das populações quilombolas, na atualidade. Sobre ela recai um acesso desigual ao direito ecologicamente equilibrado. Tais evidências nos obrigam a indagar sobre quais aspectos caracterizam, no campo da educação, a emergência do pressuposto de um racismo ambiental à brasileira. O povo indígena *Kuna* concebe a região designada colonialmente como América Latina como sendo “Abya Yala”. E os *Aymaras* a definem como “tierra de sangre vital”, como “tierra en plena madurez”. Uma concepção ecológica, a partir de uma proposição que institui um “terceiro lugar”³, cumprirá a tarefa de nos realocar nas formas de desaprendermos/reaprendermos sobre nós mesmos quando nos autorrepresentamos como interventoras/es ambientais. Portanto, ao discorrermos sobre a luta pela existência/resistência é também um ato político baseado no compromisso com os mínimos éticos defendidos por Andrade (2009).

Tornou-se imperativo observarmos quão fundamental passou a ser situar as comunidades de morro e de favelas na região que o processo colonial definiu como América Latina. Assim, Davis (2006, p.63) destaca:

3 Nesse caso, registrar o nome com ambas as definições.

Na América Latina também houve obstáculos colossais, embora menos sistemáticos, à migração urbana. Antes da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos pobres urbanos latino-americanos morava em casas de aluguel em bairros pobres da cidade, mas no final da década de 1940, a industrialização para substituir importações provocou uma onda dramática de invasões de terras ociosas nos arredores da cidade do México e de outras cidades da América Latina.

Tais fenômenos, a nosso juízo, se constituem, como acontecimentos naturais, como um suposto acidente que pode ser mais bem definido como um *desequilíbrio ecológico*, se assim pudermos definir. Nesse argumento chama nossa atenção o seguinte aspecto:

Em resposta ao florescimento das favelas, as autoridades de vários países, com o apoio forte das classes médias urbanas, realizaram ataques maciços ao assentamento informal. Já que muitos dos novos imigrantes urbanos eram indígenas ou descendentes de escravos, era comum haver uma dimensão racial nessa “guerra” à ocupação ilegal (DAVIS, 2006, p.63).

Por tudo isso vale defender interseções que aproximem os/as pesquisadores/as da Educação Ambiental e os/as da Educação para as Relações Étnico-raciais. Ganha centralidade as propostas que defendem experiências de maior equilíbrio para as demandas advindas dos sujeitos e grupos comprometidos com outras formas de enfrentar as agruras do capital já que vivemos em tempos de confrontos relacionados às perdas do território. Em outros termos, passa a ser um imperativo perguntarmos sobre o lugar destinado a um conjunto de populações ditas “marginais” e/ou “periféricas” que por estar assim fixado, nos desafiam a recolocá-lo na contracorrente de lutas pela pertença humana.

Defendemos, por isso, um amplo fórum sobre a urgência de uma reinscrição de saberes também marginais, de agência política de jovens em desvantagem socioeconômica para recompormos os pontos de pauta da Educação para os Direitos Humanos. Reconhecemos, também, alguns pontos de contato que sugerem novas investigações para os es-

tudos desenvolvidos no âmbito da Educação Ambiental e da Educação para as Relações Étnico-raciais. Notadamente, alinhamo-nos ao ideário da igualdade ambiental, uma Educação Ambiental como sendo um direito humano universal. Para uma intervenção no campo de discussão possível sobre Educação Ambiental, teremos que denunciar a estratégia adotada pelo estado brasileiro para dissolver a questão da segregação racial e seus efeitos nos processos de planejamento urbano.

Com esses aportes sobre os grupos confinados em ambientes tais como aqueles mapeados em complexos de favelas como Maré e Cantagalo- Pavão-Pavãozinho, reconhecemos as fragilidades que atravessam o debate sobre Educação Ambiental Crítica e o delineamento que define a proposta da Educação para as Relações Étnico-raciais. Pensar, ecologicamente, dos Quilombos às Favelas, significa uma chance de reinterpretarmos os resultados recentes sobre a condição sanitária das populações negras que ocupam as favelas do Rio de Janeiro. Por conta disso, destacamos:

A crise sanitária global desafia a hipérbole. Sua origem como no caso de tantos problemas urbanos no terceiro mundo, tem raízes no colonialismo. Em geral, os impérios europeus recusavam-se a oferecer infraestrutura moderna de água e redes de esgoto aos bairros nativos, preferindo usar, em vez disso, o zoneamento racial e os cordões sanitários para isolar as guarnições e os bairros brancos das doenças epidêmicas. Os regimes pós-coloniais de Acra a Hanói, herdaram, assim, imensos déficits sanitários que poucos regimes tiveram condições de remediar agressivamente. (DAVIS, 2006, p 143).

No Rio de Janeiro, os desastres naturais ocorridos depois de chuvas intensas, tem sido uma experiência de sofrimento coletivo se considerarmos a situação dos pobres desses assentamentos por todas as regiões do Brasil e, portanto, o crime ambiental cometido pelo Estado brasileiro que afeta, sobremaneira, às populações negras e invisibilizadas.

Com a palavra... jovens no complexo da Maré

Por algumas décadas, estivemos trabalhando com jovens em situação de pobreza extrema a partir de ações para o seu fortalecimento identitário. Foram experiências em espaços formais e não formais de Educação. Nesse sentido, atuar em escolas públicas (redes estadual e municipal) tornou-se um divisor de águas para nossas tentativas de mapear e/ou etnografar os espaços nos quais os estudantes se desenvolvem como sujeitos históricos. Entre os anos de 2010 e 2012 foi possível acompanharmos o *Projeto de Educação Ambiental e comunicação social do Programa de Revitalização, Urbanização e Recuperação Ambiental dos canais do Fundão e do Cunha* (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) por conta da inserção na Coordenação Pedagógica do Curso de Formação de Monitores socioambientais da Maré - Edumaré.

Pensar as confluências possíveis no campo dos Direitos Humanos, que envolvem a Educação Ambiental, a Educação das Relações Étnico-raciais e as questões da (s) Juventude (s) nos complexos da favela, foi resultado dessa incursão a partir da proposta acima citada. Como plano de ação, priorizou-se uma imersão nos aspectos que tinham a ver com a pertença desse coletivo. Uma equipe de pesquisadoras/es universitárias/os – bem como professoras/es da educação básica – comprometidas/os com os movimentos sociais e com larga experiência com os setores mais empobrecidos, foi formada para a etapa de sensibilização de cerca de 35 jovens moradores de diferentes comunidades do Complexo da Maré que aderiram ao projeto da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMARJ).

Com base no planejamento coletivo das atividades, nos desdobramos a partir da escuta das suas sugestões sobre como atuar em cooperação e passamos a formular as seguintes questões:

- Como *caracterizar o território através de um diagnóstico socioambiental?*;
- Como *identificar os grupos em vulnerabilidade extrema?*;
- Como *mapear atitudes que desfavorecem a saúde e a sustentabilidade?*;

- Como *incentivar a elaboração de projetos de intervenção local, de monitoramento e controle do ambiente e de políticas públicas?*

Por fim, a utopia que impulsionou tais processos, nos conduziu para a proposição de diretrizes que orientassem a intervenção no território conforme o ideário da Educação Ambiental adotada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMARJ).

Naquele período, analisamos suas representações construídas acerca do pertencimento social no espaço-tempo *favela*. Fomos desafiados a apresentar as nossas representações sobre a comunidade e seu cotidiano. Podemos supor que a chave de decodificação de nossas diferenças perpassou o ideário da *Educação Ambiental Crítica*. Movemo-nos em um território com alto risco de morte para seus ocupantes, ocupando espaços não formais de educação e de extrema pobreza juntamente com 35 jovens – um grupo formado por uma maioria de pretos e pardos - no período de dois anos (2010 -2012). Com ele, incorporamos a proposta de formar *monitores socioambientais* de modo intercultural e emancipatório. Vimos, a partir dessa experiência - que foi de alguma forma, uma aposta em um tipo de equilíbrio ecológico das relações humanas -, que as representações sobre Direitos Humanos construídas por esses atores sociais estão relacionadas com o resgate do respeito pela pertença como agentes sociais que, em tese, tem os mesmos direitos que os jovens “não favelados”, aos jovens ditos “do asfalto”.

Portanto, as noções de cidadania, igualdade no acesso e valorização, são questões que atravessaram nossa intervenção naquele contexto de extrema exclusão e violação de direitos. Desse contato, apreendemos, de certo, outras pistas sobre a questão ambiental/racial e suas junções com o tema do direito ambiental, da justiça ambiental.

A abertura que promoveu tais interseções – Educação Ambiental *versus* Educação das Relações Étnico-raciais – se deu pela adoção de um repertório mais intercultural no desenho das oficinas realizadas. No centro de nossa dinâmica enfrentamos o tema da violência simbólica experimentada pelos coletivos jovens negros que pouco conseguem narrar esses modos de ser jovens – sobretudo pela experiência com a exclusão

e degenerescência de suas identidades individuais e coletivas. Em outros termos, o sofrimento e a falta de estímulo se dá, sobretudo pelas representações estigmatizadoras construídas acerca de sua participação social.

A nosso ver, a inserção dos/as jovens como Monitores Socioambientais em atividades externas - que inicialmente foram planejadas como atividades de campo - se deu com base na perspectiva do *empowerment* indo além dos objetivos de participação em um curso de educação. Foram privilegiadas ações de sensibilização em distintas áreas do complexo com grande circulação dos/as moradores/as como, por exemplo, as Feiras Livres (feira da Comunidade de Nova Holanda), mutirão de limpeza (Vila Operária- Ilha do Fundão) e atividades combinadas de divulgação em instituições locais como ocorreu no Museu Comunitário da Maré(Morro do Timbáu).

Neste processo, destacamos as interseções com agendas mais amplas como foi o caso das Feiras de Adoção de Animais organizadas pela Estimação (Organização não Governamental) e Associação de Protetoras Voluntárias. Uma das ações da equipe de trabalho do Edumaré foi estabelecer parcerias com os protetores ambientais no complexo e em outras partes da cidade. As formas de cooperação adotadas trouxeram como desdobramento, novas inserções em atividades propostas e realizadas fora do Complexo da Maré incluído, portanto, os monitores em formação. Sua participação em Feiras de Adoção de animais amparados por *ONGs* de proteção - animais resgatados do desastre da região serrana do Rio de Janeiro – foi uma das experiências promovidas ao longo desta etapa.

Os protagonistas dessa experiência – os Monitores Socioambientais – confeccionaram e distribuíram *folders* informativos, produzidos em grupo, sobre *guarda responsável* e *controle de zoonoses*, além de atuarem auxiliando as diferentes tarefas necessárias para o bem estar dos animais. Vimos, nos relatos apresentados como avaliação da experiência de formação em Educação Ambiental, que estas experiências foram entendidas como “importantes” para a sensibilização dos participantes da feira – os jovens cursistas - e para reforçar conceitos tais como, “solidariedade” e “cidadania”. Esses temas emergiram nas atividades e oficinas sobre “posse responsável” bem como nas diferentes ações desenvolvidas

no campo. Pareceu-nos que com esse modo de intervir, ensaiamos alguns encaminhamentos acreditando nas utopias que construímos a partir das heranças que carregamos como atores sociais comprometidos com as formas emancipatórias de concepção acerca dos sujeitos em desvantagem social, como foi o caso do grupo inserido no projeto socioambiental.

Algumas pistas para novas inserções no território

As questões que atravessam as possibilidades de desconstrução de um legado colonial, delineado com lâminas bem finas, são as mesmas que nos movem nesse espaço de reflexão que é multidimensional por possibilitar reflexões epistêmicas e políticas sobre quais grupos e/ou segmentos estão sujeitos aos danos ambientais e sobre quais sujeitos estão relegados a condição de vulnerabilidade socioambiental.

Os fóruns sobre “os direitos humanos universais”, a “qualidade ambiental” ou “igualdade ambiental”, garantirão sua legitimidade ao assumirem que a população negra, no caso do Brasil, é a mais prejudicada e, portanto, a que mais sofre danos no que se refere ao seu território ancestral. São perdas irreparáveis se colocarmos como aspecto central, desse debate, a marcação identitária do território ocupado pela Diáspora Africana em todo o globo.

Esse artigo teve como objetivo principal, enriquecer os achados teóricos sobre direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado. Portanto, ganhou centralidade a urgente denúncia das formas de proliferação de um racismo ambiental `a brasileira. Notadamente, essa escrita é, também, um lugar de posicionamento político. Isso porque nossas identidades são forjadas nas interseções que favorecem a escuta para novas indagações sobre como poderemos caminhar/encaminhar quando pouco sabemos de nossos horizontes coletivos.

Nos achados de Mike Davis vimos a seguinte observação realizada por dois grandes geógrafos, a saber:

É espantoso! queixaram-se recentemente dois geógrafos, “que nenhum escritor tenha descrito a mudança da geografia do assentamento de baixa renda em nenhuma cidade do terceiro mundo em todo o período do pós guerra. ninguém claro que ninguém ainda tenha tentado um exame histórico moderno do padrão global de povoamento informal. Tantas histórias nacionais e especificidades urbanas fazem dessa síntese uma tarefa que intimida; ainda assim, é possível apresentar uma periodização rudimentar que enfatiza as tendências principais e maiores divisores de água da urbanização da pobreza mundial (DAVIS, 2006, p. 59).

Gostaríamos de incrementar esses atravessamentos com a provocação inicial desse texto sobre nossas formas de existência/resistência, as formas de des-aprender/ re-aprender. Recuperarmos a centralidade da Declaração do Direito do Homem e do Cidadão (Declaração Francesa de 1789) se constitui, na atualidade, em uma urgência. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) pode ser um caminho de inspiração para pensarmos o direito ambiental dos coletivos dos aglomerados e /ou moradias provisórias. Quiçá, os atravessamentos experimentados com as “juventudes negras”, possam nos indicar algumas alternativas para outras possibilidades de recomposição nessas espacialidades. Ao vislumbrarmos uma efetiva contribuição para o debate sobre Educação Ambiental, Educação para as Relações Étnico-raciais e as imbricações com o campo de luta pelos Direitos Humanos, fará sentido incorporarmos as experiências de nossa comunhão com as benzedeadas, com as “mais velhas” dos Terreiros de Candomblé, com os rituais que incluem as ervas e as diferentes formas de manutenção das africanidades no âmbito do “planeta favela” - para lembrar a proposição de Mike Davis (2006).

O sentido estético e a experiência quilombola das populações afro-brasileiras, tem uma conexão explícita com a ancestralidade africana e, na defesa dos direitos ambientais para esses grupos que ocupam um território ancestral – as favelas -, não poderemos deixar de insistir na revisão de algumas dimensões que se relacionam com o florescimento desses espaços como marcados pelas injustiças ambientais e/ou raciais. Foram antes, promovidas pela violência colonial no território de Abya Yala. Em outros termos, o prejuízo desse processo de dominação inspira novos pro-

cessos de exclusão e de injustiça. Prejuízos ambientais profundos para as regiões e para os sujeitos que agora estão em *desvantagem ecológica*.

Os/as imigrantes africanos/as sequestrados/as e que, posteriormente, foram levados à migração urbana eram ou descendentes de africanos/as dividindo com os povos indígenas a coisificação de seus corpos, a desautorização da sua existência. Sua condição de “abandonados/as” pelo Estado e de “invisibilizados/as” como coletivos pertencentes ao mundo urbano, provoca desequilíbrio extremo, sobretudo, quando observamos a ausência de direitos ambientais nas áreas ocupadas.

Notadamente, temos aqui no Brasil, um crime ambiental que permanece com a anuência do Estado e dos representantes do grande capital. O confinamento do que habitam os Quilombos Urbanos (favelas e morros) é, portanto, reflexo da degenerescência das suas identidades por ocuparem um tipo de não lugar. São por vezes, confinamentos psíquicos que atropelam suas inúmeras possibilidades de ir e vir, de viver a cidade, de sentir-se parte do todo e de viver *decolonialmente*, em trânsito. Tal fenômeno gera, portanto, uma cegueira coletiva bestializando, sobretudo, os grupos que fomentam a permanência do caos ambiental na vida dos jovens das comunidades aqui em questão.

Referências

ANDRADE, Marcelo. **Tolerar é pouco?** Pluralismo, mínimos éticos e prática pedagógica. Petrópolis; RJ: DP et al.: De Petrus, 2009.

ARBOLEDA, Santiago. **Le han florecido nuevas estrellas al cielo:** suficiencias íntimas y clandestinización del pensamiento afrocolombiano. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2011; (tese de doutorado).

ARBOLEDA, Santiago. Paisajes, colonias y movilización social afrocolombiana en el suroccidente colombiano. In: MOSQUERA, Claudia; PARDO, Mauricio; HOFFMANN, Odile. **Afrodescendientes de las Américas:** trayectorias sociales e identitárias: 150 años de abolición de la esclavitud en Colombia. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; ICANH, IRD, ILSA, 2002.

ARBOLEDA, Santiago. **La protección del conocimiento ancestral en el Pacífico Sur colombiano**: una visión etnoeducativa ambiental entre comunidades afrocolombianas (mimeo). 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.126p.

CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à favela**: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CHEVALLARD, Yves; JOHSUA, Marie-Albert. Un exemple d'analyse de la transposition didactique: la notion de distance. **Recherches en Didactique des Mathématiques**, Paris, 1982.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo. Boitempo, 2006.

GÓMEZ, J. Andrés Domínguez; AGUAPO, Octavio; PÉREZ, Alejandro Gona. **Serviço Social e meio ambiente**. São Paulo, Cortez Editora, 2011.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte, Editora UFMG/Humanitas: 2005.

PETRECCEILLE, E.; VALLADARES, L. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro: IPEA, n. 807, jul/2001.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Quando os ecologistas incomodam**: uma caracterização preliminar do antiecológismo. Artigo apresentado à Anppas em outubro de 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Revista Trabalho, Educ. e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, Jan./Abr. 2013.

_____. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MIRANDA, Claudia; SOUZA, Rogério José de. Continuísmos e rupturas na seleção de saberes escolares de História(s): entre um Brasil Colonial e um Brasil Decolonial. In: MIRANDA, Claudia; LINS, Mônica R. F. COSTA, Ricardo C.R. da (Org.). **Relações étnico-raciais na Escola**: desafios teóricos

e práticas pedagógicas após a lei n.10639. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2012, v. 1, p. 29-48.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SILVEIRA, R, M. G.; DIAS, A. A.; FERREIRA, L. de Fátima; FEITOSA, M. L. P. A.; ZENAIDE, M. de N. T. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

_____. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2009.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y decolonialidad: ensayos desde Abya Yala**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

Águas Maravilhosas (Macaé, RJ): do rio ao lixão na memória de uma catadora de lixo¹

Rafael Nogueira Costa²
Giuliana Franco Leal³
Celso Sánchez Pereira⁴

Introdução

Este artigo tem a intenção de compreender, a partir da narrativa de uma ex-catadora e moradora de um lixão de Macaé, o processo histórico da descaracterização de um rio e sua transformação em depósito de lixo⁵. Pretendemos, ainda, descrever alguns aspectos do município de Macaé, o cotidiano dos catadores, assim como o processo de ativação e desativação deste depósito, o maior da cidade estudada. Buscaremos apresentar os resultados da narrativa de uma moradora e a

1 Este manuscrito é uma versão revisitada do artigo COSTA, R.N.; LEAL, G.F.; PEREIRA, C.S. Águas Maravilhosas (Macaé, RJ): do rio ao lixão na memória de uma catadora de lixo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (UFPR), v. 27, p. 109-119, 2013.

2 Biólogo (UFRJ), Mestre em Engenharia Ambiental (IF Fluminense) e Doutorando em Meio Ambiente (UERJ). Professor do Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). rcosta@macae.ufrj.br

3 Doutora em Sociologia (UNICAMP). Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Campus UFRJ-Macaé. giulianafrancoleal@yahoo.com.br

4 Doutor em Educação (PUC-Rio). Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). celso.sanchez@hotmail.com

5 Este texto consiste numa versão revisitada de artigo já publicado e dedicado à análise das memórias de uma moradora do bairro Águas Maravilhosas em Macaé. COSTA, R.N.; LEAL, G.F.; PEREIRA, C.S. Águas Maravilhosas (Macaé, RJ): do rio ao lixão na memória de uma catadora de lixo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (UFPR), v. 27, p. 109-119, 2013.

sua percepção sobre as questões ambientais, relacionadas principalmente com o risco decorrente da exposição a contaminantes.

O presente estudo foi realizado durante os meses de janeiro de 2011 a junho de 2012. A moradora entrevistada foi uma das primeiras a chegar em Água Maravilhosas, que funcionou como depósito de lixo na cidade de Macaé durante o período de 1977 a 2000.

A informante presenciou todo o ciclo de funcionamento do lixão, da implantação à desativação e, atualmente, continua morando na localidade. Com a finalidade de buscarmos uma maior compreensão do histórico de ocupação do local e do cotidiano dos catadores na época em Macaé, realizamos a exibição, para a nossa entrevistada, das imagens do lixão de São Gonçalo, presentes no filme *Boca de lixo*, dirigido pelo cineasta Eduardo Coutinho em 1992.

A passagem de Bakhtin é o ponto de partida de nossas reflexões e interpretações neste texto:

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, sem seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação (BAKHTIN, 2003, p. 410).

Para Wertsch (2010, p. 123), a razão para invocar as ideias de Bakhtin está relacionada à sua visão intelectual, oferecendo um modelo teórico poderoso sobre o qual pode ocorrer colaboração interdisciplinar. Além disso, como analisa o autor, as afirmações bakhtinianas são consistentes com as análises de como as enunciações podem ser construídas ou de como elas podem ser respostas abreviadas a uma questão.

Buscamos estimular a comunicação com a entrevistada, a partir das evidências reais, apresentadas nas imagens de outro espaço utilizado como depósito de lixo. Neste sentido, a visualização das imagens, assim como a convivência entre antigos companheiros, nutre a comunicação entre visões de mundo que se interpenetram, em um movimento de reconstrução do passado (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 367). Tal como definido por Maurice Halbwachs (1990, p. 26), o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no âmbito dessas relações que construímos as nossas lembranças.

Neste sentido, o trabalho a partir das narrativas deve ter em mente a advertência de Benjamin, para quem:

Ela [a narrativa] mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador [...] Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar [...] Assim, seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata (BENJAMIN, 1994, p. 205).

Outro aspecto relevante ao se trabalhar com as narrativas a partir de memórias é o que nos alerta Bosi, ao notar as diferenças de temporalidade na própria pessoa que narra sua memória:

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1979, p. 55).

Compreender as formas de depósito e a composição do lixo, apesar de ser imprevisível tanto na sua qualidade como na sua quantidade, pode ser de extrema importância para solucionar possíveis problemas

atuais de contaminação dos catadores e do ambiente no qual foi instalado o lixão.

Neste artigo, apresentamos inicialmente as características do local onde foi feita a pesquisa. Após esboçarmos os procedimentos metodológicos empregados, analisamos o depoimento da moradora e ex-catadora do lixão que constituiu o centro de nossa análise, especialmente a partir da recepção do documentário sobre o lixão de São Gonçalo, e traçamos considerações sobre as consequências socioambientais dos lixões. Todas as etapas da investigação convergem para a compreensão das condições de vida e de trabalho e do cotidiano dos catadores do lixão de Macaé.

Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de investigar como era o lixão, no qual hoje se encontra a comunidade das Águas Maravilhosas, a partir das memórias e reminiscências recolhidas nas narrativas, foram realizadas oito entrevistas exploratórias a respeito da história e da vida no lixão com moradores. Entretanto, a entrevista que mais focamos neste artigo é a da moradora mais antiga, a única que assistiu ao documentário e opinou sobre ele. Localizamos a informante-chave⁶ por indicação dos moradores do bairro. Para localizá-la, foi utilizado o método conhecido como “bola de neve” (BERNARD, 1988). A entrevistada em questão começou a morar na localidade para ficar mais próxima do rio que utilizava frequentemente para pescar, antes de a área virar lixão. Devido à utilização do local para depósito de lixo, a mesma deixou de pescar para viver da coleta de material reciclável, além de alimento.

Foi exibida uma edição curta do filme *Boca de lixo* e, a partir das narrativas de uma catadora, recolheram-se suas impressões e memórias. Além disso, o estudo pretendeu conhecer o cotidiano e as condições

6 Apesar de a pesquisa focalizar prioritariamente a narrativa de uma ex-catadora e uma das mais antigas moradoras da comunidade, seus instrumentos captaram também outros aspectos relacionados com as questões de contaminação ambiental, conflitos sociais e políticas públicas locais.

de trabalho dos catadores de Macaé. Buscamos, como um dos meios para avançar nesse entendimento, a comparação entre o lixão da cidade de Macaé e o lixão de São Gonçalo (RJ).

A pesquisa foi realizada em seis etapas: 1) revisão bibliográfica sobre o lixão e seus problemas; 2) pesquisa em jornais locais; 3) depoimentos de outros moradores de Águas Maravilhosas; 4) edição do filme *Boca de Lixo*, reduzindo o material para três minutos; 5) exibição do documentário editado para a ex-catadora do lixão de Macaé; e 6) análises dos indicadores, previamente identificados no vídeo pelo discurso da entrevistada.

O local de estudo, Macaé (RJ)

O município de Macaé (RJ) desde o século XIX se destacou pela agricultura em seu extenso interior serrano e nas baixadas, além de ser o porto da economia açucareira centrada em Campos, com a qual se ligava por meio de canais e de uma ferrovia (SEVÁ, 2012, p. 8). A cidade entrou para o cenário econômico mundial no fim da década de 1970, quando foi descoberto o petróleo na região da Bacia de Campos (correspondendo atualmente a 80% da extração nacional). A escolha da cidade de Macaé, para ser a base exploratória das jazidas petrolíferas em alto-mar, foi responsável por uma gigantesca transformação nessa região. Fruto da poderosa indústria de extração de petróleo, essas transformações começaram com a chegada de diversas empresas (nacionais e estrangeiras), atraindo milhares de pessoas em busca de oportunidades. Assim, estão sendo registradas, nas últimas décadas, as maiores taxas de crescimento urbano do Brasil. Entretanto, a população carente vem se concentrando preferencialmente em áreas impróprias, como o estuário, nas proximidades dos rios e nas restingas do município.

A cidade apresenta uma população estimada de 206.728 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), e continua crescendo rapidamente, consolidando um fenômeno demográfico

iniciado na década de 1980. Outrossim, a chegada de diversas empresas, o aumento populacional e a ausência de políticas públicas satisfatórias favoreceram o surgimento de alguns efeitos negativos, tais como: i) pressão sobre os recursos naturais; ii) degradação dos ecossistemas; iii) aumento dos índices de criminalidade; e iv) carência nos sistemas públicos de ensino, saúde e coleta/destinação de resíduos, entre outros. Alguns estudos apontam que as rendas do petróleo não produziram impactos significativos nos indicadores sociais de saúde e de educação dos municípios beneficiados. Mas, de forma surpreendente, geraram efeitos negativos sobre seus setores formais de trabalho (POSTALI; NISHIJIMA, 2011; CORRÊA *et al.*, 2011).

A problemática socioambiental em Macaé surgiu em um contexto de deterioração ambiental aliado às atividades de catação nos lixões. O lixão de Macaé funcionou entre os anos de 1977 e 2000, acompanhando esse crescimento populacional, sendo o principal destino dos resíduos sólidos da cidade durante essa época.

Águas Maravilhosas, o lixão de Macaé

Águas Maravilhosas, o local que virou depósito de lixo, apresenta no nome o principal aspecto da contradição inerente a esses ambientes. Nesse sentido, a sua localização, próxima a um córrego com ligação direta com o principal rio da cidade, reforça o problema (Figura 1). Nos últimos anos do século XX, a área era utilizada pelos macaenses para banho, pesca e lazer durante os dias mais quentes. Essa área próxima ao córrego foi descaracterizada duas vezes: a primeira, pela transformação em depósito de lixo, e a segunda, após a desativação – seguida por serviço de terraplanagem sem nenhum tipo de remediação – e ocupação de dezenas de famílias, apoiada por um movimento de trabalhadores sem-terra e pelo prefeito da época, conforme relato dos próprios moradores.

A deposição de lixões próximos aos córregos ocorre por decisões precipitadas, realizadas com total ausência de planejamento e estudos técnicos do espaço físico, possibilitando o aparecimento de proble-



FIGURA 1 – Águas Maravilhosas. Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social, Prefeitura de Macaé e Google Earth, 2012. Elaboração própria

mas clássicos, como contaminação do lençol freático. A história do lixão de Macaé é um exemplo de irresponsabilidade administrativa e medidas semelhantes vêm sendo realizadas por inúmeras prefeituras. Assim, não é um problema local, pois ocorreu em diversas regiões, conforme apresentado em outros trabalhos (SHIRAIWA, 2002; SILVA *et al.*, 2002; GIATTI *et al.*, 2010).

A desativação do lixão ocorreu quando os governantes construíram, nas proximidades, uma rodovia de ligação centro-norte (Linha Azul) para atender ao crescimento da cidade. Após a construção desse eixo viário, o lixão foi desativado, aterrado e a área começou a ser invadida. Neste espaço encontram-se aproximadamente 147 domicílios e 485 habitantes vivendo em uma região precariamente servida de infraestrutura, com ausência de água, esgoto e luz (Plano Local de Habitação de Interesse Social, realizado pela Secretaria de Habitação da Prefeitura de Macaé e aprovado em audiência pública em 2010). Essa ausência de infraestrutura pública está relacionada com o fato de a comunidade estar

edificada sobre um vazadouro não remediado e atualmente sob a intervenção do Ministério Público Estadual desde 2010. O local ainda apresenta o canal que deu origem ao nome da comunidade, Águas Maravilhosas. Este canal, braço do rio Macaé, continua sendo utilizado principalmente por crianças da comunidade para diversão nos dias mais quentes.

No Brasil, constitucionalmente, é de competência do poder público local o gerenciamento dos resíduos sólidos produzidos em suas cidades, sendo os vazadouros a céu aberto (lixões)⁷ os mais utilizados. Segundo os dados do IBGE, até o início da década de 1990, esse tipo de destinação, sem preocupações com a contaminação do solo e da água, correspondia a 88% dos municípios brasileiros. Ainda, no início do século XXI, o vazadouro a céu aberto estava presente em 72% dos municípios. Somente em 2008 esse número apresentou redução significativa. Porém, o problema ainda é extremamente preocupante, pois aproximadamente 51% dos municípios apresentam os lixões como destinação final dos resíduos urbanos, incluindo resíduos hospitalares e industriais (IBGE, 2010). Somente em 2010, com a promulgação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, é que o Brasil passa a estabelecer diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo as responsabilidades dos geradores e do poder público, e cria os instrumentos econômicos aplicáveis (BRASIL, 2010).

O jornal local e o lixo hospitalar

Após realizar uma pesquisa nos arquivos de um jornal⁸ de grande circulação da cidade de Macaé, entre os anos de 1980 até 2010, perce-

7 Vazadouro a céu aberto (lixão) é o meio mais precário de destinação de resíduos sólidos, com potencial para contaminação do lençol freático. Existem outras formas mais eficientes, como aterro controlado e aterro sanitário, esse último com maiores preocupações em relação a esse tipo de contaminação e à exposição dos seres humanos.

8 Jornal *O Debate*. Arquivo gentilmente aberto pelo Museu da cidade de Macaé (Solar dos Mellos). Colaboraram nesta etapa da pesquisa as alunas Anandra de Andrade Machado e Elizabeth de Souza Corrêa (bolsistas do Programa PET – Transversalidade da Temática Água, Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFRJ-Macaé Professor Aloísio Teixeira).

bemos que a precariedade do sistema de coleta de resíduos da cidade só começou a ser retratada a partir de 1992.

Acredita-se que os temas ambientais começaram a ganhar repercussão na mídia após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), Rio-92. Uma notícia de 1993 relata a realização de uma palestra, que apresentava como principal finalidade “educar os funcionários dos setores médicos, ensinando como separar o lixo para evitar contaminação, devendo começar a coleta seletiva no mesmo mês” (*O Debate*, 1993). No mês seguinte do mesmo ano, foi publicada uma nova matéria indicando que o lixão da cidade continuava recebendo os dejetos hospitalares. A mesma nota orientava para que se colocasse o lixo patológico em sacos plásticos, antes que fosse levado para o latão específico dos detritos hospitalares. E, “no caso do lixo infectante, os técnicos da Secretaria recomendam que o material já utilizado seja colocado em latas de farináceos ou em recipientes plásticos de grande resistência”, compondo assim o lixo hospitalar.

No mesmo jornal, os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente apontam para o interesse em realizar o lançamento do lixo hospitalar em uma nova área. Entretanto, os técnicos indicam que “no caso específico dos detritos hospitalares, posso adiantar que a área não poderá ser próxima às restingas. Primeiro porque fica muito perto do lençol freático, depois porque o solo é arenoso”. Na matéria, o técnico conclui que o projeto da nova área para depósito do lixo hospitalar só deverá ficar pronto no final do ano e “para se trabalhar com este tipo de aterro é necessário um terreno que tenha argila e que seja distante de locais onde possa haver prejuízo da população e do meio ambiente”.

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada em 2008, identificou que 26,8% (IBGE, 2010) das entidades municipais que faziam o manejo dos resíduos sólidos em suas cidades sabiam da presença de catadores nas unidades de disposição final desses resíduos. Tal atividade foi e é exercida por pessoas que têm como fonte de renda a coleta de materiais recolhidos nos lixões, garantindo, assim, a sobrevivência financeira, inclusive de toda família.

Edição das imagens do lixão de São Gonçalo presentes no filme *Boca de lixo* (1992)

Boca de Lixo é um documentário dirigido pelo cineasta Eduardo Coutinho em 1992 no município de São Gonçalo, retratando o cotidiano de um grupo de catadores de lixo da área. Nesse filme, como define Consuelo Lins, as primeiras imagens se assemelham a um filme de ficção científica, onde “porcos atolam em restos, um cachorro esquelético revolve detritos, um cavalo branco mastiga alguma coisa em meio a uma névoa que paira sobre o lixo”. Posteriormente, nos “defrontamos com pessoas com enxadas, pás e ancinhos, que chafurdam no lixo que acaba de ser despejado do caminhão, trazendo para a tela cenas que provocam certo mal-estar no público” (LINS, 2004, p. 87). Para esse estudo, o documentário original foi reeditado/reduzido para um tamanho de três minutos, onde priorizamos a inserção das imagens iniciais do filme, principalmente as cenas que retratavam aspectos como: i) o lixão de São Gonçalo, ii) o cotidiano dos catadores e a chegada dos caminhões para realizar o despejo do lixo, e por fim, iii) a relação de repulsão dos catadores com a câmera.

O diálogo com as imagens: a exibição

Antes da invenção da escrita, a oralidade era o suporte privilegiado da memória social. A chegada da escrita permitiu registrar os traços desta memória coletiva de maneira mais sistemática e relativamente precisa. A fotografia e o registro fílmico, posteriormente, possibilitam alimentar esta memória social também com elementos audiovisuais (GUARINI, 2002, p. 113). Assim, em junho de 2011, foi realizada uma visita à casa da moradora. Após algumas conversas iniciais, explicamos o motivo da nossa presença naquele dia. Falamos que passaríamos um vídeo e gostaríamos muito que ela o assistisse. Não foi comentado nada em relação às imagens que seriam exibidas, nem onde e quando foram feitas. O vídeo foi exibido em um computador portátil, no quintal da casa da moradora.

Buscamos nesta etapa estabelecer as respostas aos pontos de inserção da edição do vídeo. A ideia de exibir as imagens de outra localidade para a moradora do lixão criou a possibilidade de um novo encontro com o passado, podendo ser recordado ou reinventado, favorecendo, assim, a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem (GONDAR, 2008, p. 5). Nesse sentido, para realizar o estudo em questão, é necessário frisar que realizamos anteriormente algumas entrevistas/conversas com a moradora, que nos relatou previamente sua chegada ao local do antigo lixão, o cotidiano como catadora, as dificuldades enfrentadas durante as jornadas dentro do lixão e a desativação do mesmo. Com isso, esperamos estar desenvolvendo no âmbito dos fenômenos sociais um instrumento generalizado de pesquisa, um instrumento de descoberta, dirigindo no próprio registro do testemunho, como defendido por France (1999).

Para entender o comentário inicial sobre o que ela achou após ter assistido ao vídeo, devemos tentar compreender como as imagens contribuíram para a produção de sentido. As cenas do filme funcionaram não como *representações*, porém como índices, permitindo que a moradora voltasse à sua própria vivência e de sua família. Nesse tipo de exibição, o que importa é que refletem acontecimentos, emoções, sentimentos que, como tais, não são estereotipados: são relativos à vida da antiga moradora do lixão de Macaé. Essa maneira de produzir sentido foi definida por Odin (2000) como *modo privado*, uma maneira de leitura de ver um filme voltando-se para sua vivência e/ou a do grupo ao qual se pertence.

Problematizamos neste estudo uma possível influência das imagens em relação ao discurso da catadora, o que Bakhtin (1981, p. 275) chamou de “dialogismo primordial do discurso” e envolve os modos como um falante entra em contato com o outro (as imagens do filme *Boca de lixo*) e interanimam as enunciações deste. Pensando nisso, buscamos contextualizar as falas da moradora com as três situações que priorizamos na edição do filme *Boca de lixo*. A conversa com a moradora do antigo lixão foi registrada em vídeo, apresentando, segundo seu relato, diversas semelhanças entre as duas localidades, o lixão de São Gonçalo e o lixão

de Macaé, e as mesmas representações visuais entre o cotidiano dos catadores.

A percepção sobre a vida nos lixões: semelhanças visuais

As semelhanças visuais entre os lixões são tamanhas que acabaram confundindo a moradora quanto ao local de registro das imagens. A principal semelhança identificada por ela é a presença de animais (urubus, cachorros, porcos):

Esse aí tirou aonde? [comentário sobre o vídeo exibido] Aqui mesmo? Naquela época? [...] Quase que foi a mesma coisa daqui, até lá no fundo lá no canto aquela serrazinha, [referindo-se às montanhas do Rio de Janeiro, semelhantes à Serra de Macaé] dava impressão que filmou de lá pra cá, está parecendo as serras lá. A mesma coisa, os bois, os cachorros, os porcos, a mesma coisa não tem diferença nenhuma. (catadora⁹)

Em relação ao cotidiano e à chegada dos caminhões para realizar o despejo do lixo, a moradora apresenta em seu discurso um aspecto de disputa e violência entre os catadores. Em relação às condições de trabalho e de vida, a moradora explica que os caminhões “de firmas” chegavam durante a noite, e por isso, às vezes, o trabalho dos catadores era noturno; havia lixo hospitalar, em um buraco mais afastado e fundo. Os empurrões e as brigas eram frequentes porque “um queria apanhar mais que o outro”:

O pessoal catando, o caminhão cheio, estava arriscado o caminhão machucar um ali, a fome era muita de apanhar, um na frente do outro, aqueles empurrões, tinha até briga. O povo brigava, saía

⁹ Algumas citações dos trechos da entrevista com a catadora passaram por correções na linguagem.

na foice, foçando os outros era horrível, um queria “panhar” mais que o outro, tudo que “panhava” era lucro né! Tudo que pegava dava dinheiro [...] era aquela confusão quando chegava o caminhão, faltava pouco se jogar debaixo do caminhão. (catadora)

Segundo Ferreira e Anjos (2001, p. 69), esses trabalhadores estão expostos em seu processo de trabalho a seis tipos diferentes de riscos ocupacionais: 1) físicos: ruído, vibração, calor, frio, umidade; 2) químicos: gases, névoa, neblina, poeira, substâncias químicas tóxicas; 3) mecânicos: atropelamento, quedas, esmagamentos pelo compactador de lixo, fraturas; 4) sobrecarga da função ortomuscular e da coluna vertebral, com conseqüente comprometimento patológico e adoção de posturas forçadas incômodas; 5) biológicos: contato com agentes biológicos patogênicos (bactérias, fungos, parasitas, vírus), principalmente através de materiais perfurocortantes; 6) sociais: falta de treinamento e condições adequadas de trabalho.

Apesar da precariedade das condições, poder-se-á dizer que a moradora apresenta certo saudosismo da época. Porém, ao mesmo tempo, ela retrata as dificuldades inerentes ao trabalho, existindo, assim, uma contradição entre todos os aspectos negativos narrados por ela (problemas de saúde decorrentes, mau cheiro, feridas frequentes) e a saudade desse período (explicado por ela vagamente ao dizer que “tudo que a gente faz é bom, né?”).

Eu achei bom porque já passei por isso, catando as latinhas, cantando os cobrinhos, alguma coisa que ainda servia pra comer, já “panhei” muito, já trabalhei muito sobre isso. Hoje sinto uma dorzinha aqui, mais foi daquilo, eu tenho minha unha bloqueada de micose daquilo. Hoje eu não faria mais não. É triste, sabia? Não faço mais não. Mas passando assim eu gosto de parar pra ver, a animação do povo é bom. Tudo que a gente faz é bom, né? Tudo, mesmo que prejudica, mas naquela hora a gente não pensa no que vai acontecer. Mais tarde que pode prejudicar a gente é a saúde, mas por outro lado, naquela hora a gente não sabe de nada, é tudo bom, era uma alegria só, muito bom [comentário sobre as pessoas rindo no filme *Boca de Lixo*]. Eu tirava cento e cinquenta, quase duzentos reais por semana. Eu comprei boas colchas, panelas.

Você sabia que às vezes ali eles tiram mais que uma empregada doméstica de saltinho alto na rua? [...] Era bom. Bom e ruim ao mesmo tempo. Agora não tenho coragem de entrar dentro mais não, não tenho coragem mesmo. Aquilo ali era o fim do mundo. (catadora)

O risco de exposição e contaminação nessas áreas é frequente, principalmente por materiais cortantes. O problema aumenta quando existe o contato com agentes biológicos patogênicos. Neste caso, a moradora relata a exposição aos riscos descritos:

Cortava na lata, com as latinhas, pisava em cima, se cortava. Eu mesma levei dois cortes enormes, furava a mão. Alguém escorregava, caía e cortava. Saía muito sangue. Aquele sacão de arroz que vinha do restaurante escorregava, caía, rasgava o plástico, caía sentado em cima daquele arroz, molho de tomate, aquelas coisas todas, e agora o fedor. Passava uma pessoa pela gente “vixe Maria” a pessoa saía cuspiendo e dizia “que fedor”. E agora acabou. (catadora)

Para desativar o Lixão de Águas Maravilhosas, como afirma Ferreira (2011, p. 60), foi registrado por um grupo de 78 moradores do Parque Aeroporto - Macaé, em 12 de abril de 1996, um abaixo-assinado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de abertura de Ação Pública (PA 004/0 do MPE, 2001) contra a Prefeitura de Macaé. A abertura desse inquérito levou em conta duas principais motivações: a primeira tratava da solicitação de providências quanto à queima do lixo, cuja intensa fumaça provocava danos à saúde. Por conta da fumaça, muitos moradores deram entrada em hospital com problemas respiratórios. A segunda motivação tratava do lançamento de esgoto sanitário diretamente nos canais de drenagem fluvial, o que provocava mau cheiro, além da proliferação de insetos e pequenos roedores, tais como moscas, baratas e ratos, vetores de sintomatologias de viroses e verminoses humanas. Atualmente, alguns catadores de lixo continuam morando na localidade, apesar da desativação do lixão. A entrevistada, assim como outros moradores, cultiva sonhos e medos: o sonho de viver em melhores condições e o medo de serem removidos para outra localidade.

O meu sonho era ter a casinha com tudo dentro, quis fazer uma casa boa, o que não pode fazer aqui. Como que eu sonho com uma casinha, com a varanda bonita, os móveis bonitinhos dentro de casa, fazer um calçadão ali, pros visitantes “passar” o final de semana comigo. Mas não pode, é proibido, tudo aqui é proibido. Não pode fazer mais nada [...] Você não ouviu eles dizendo que vão tirar todo mundo daqui, não? Aqui, minha tristeza é essa. Eu escutei falar, saiu até no jornal, né? Mas eu tô chocada, enquanto durar pra mim é lucro, tô tranquila. (catadora)

Para essa senhora, a ocupação lhe permitiu reproduzir um modo de vida com o qual se identifica, pois pode criar pequenos animais e plantar horta e algumas árvores frutíferas, tal como costumava fazer no campo, onde foi criada, e nos bairros periféricos onde passou a maior parte de sua vida (LEAL; COSTA, 2012). Respondendo à pergunta sobre uma possível remoção, ela argumenta:

De jeito nenhum. Mas a gente não pode com os grandes, né? Essa gente não destrói nada aqui, aqui antigamente era capim e mangue, hoje todo mundo tem um pé de laranja. Eu mesma tenho um pé de laranja, um pé de goiaba, um pé de abacate. Tenho minhas galinhas. Muita gente tem horta. Estamos ajudando, plantando árvores. (catadora)

Em relação à presença de pessoas vivendo na localidade, o Ministério Público entrou com um processo de remoção dessas famílias. A proximidade com o lixo é visível após a retirada de uma fina camada de terra de aproximadamente dez centímetros.

Já em relação à repulsão dos catadores com a câmera e às inúmeras tentativas de se esconder da imprensa, foram também comentadas por ela:

Aqui teve muita filmagem. Teve uma vez que eu me escondi atrás do pé de mato, saí correndo. Depois eu apareci na filmagem correndo pra se esconder, pra não sair né? Eles botavam no jornal *O Debate* [jornal impresso de grande circulação local] as pessoas carentes daí.

Como afirma Lins (2004, p. 87), a estética da crueldade, o clichê da pobreza brasileira, lembram as imagens que são exibidas na televisão para serem consumidas em forma de espetáculo. A resistência ao filme, à recusa em aparecer e falar é apresentada no documentário de Coutinho. Muitos escondem o rosto, fazem sinal para que a equipe vá embora. Os catadores conhecem bem a ideia negativa que os telejornais deles fornecem e não querem reiterá-la (LINS, 2004, p. 88).

Consideração sobre as consequências socioambientais dos lixões

Foram recolhidos alguns aspectos do lixão localizado em Águas Maravilhosas relacionados: i) à deposição de lixo hospitalar sem tratamento específico; ii) aos riscos de contaminação pelos trabalhadores; iii) à utilização do material encontrado para alimentação; iv) à ausência de cercas; v) à presença de animais; vi) à proximidade com águas superficiais; vii) à proximidade de moradias; e viii) à ausência de coleta seletiva no município. A identificação desses pontos foi analisada por outros autores (FRANÇA; RUARO, 2009) em trabalho semelhante em lixões de Santa Catarina.

No quesito proximidade com águas superficiais, a contaminação da água subterrânea e superficial por chorume é uma das maiores preocupações com relação aos lixões desativados (FRANÇA; RUARO, 2009, p. 2195). Nesse caso, a moradora identificou que a instalação do lixão ocorreu a menos de dez metros de distância do canal. É importante frisar que esse canal ainda apresenta ligação com o rio Macaé, o principal rio da cidade. Outro fator crítico observado pelos pesquisadores está relacionado com a coleta e tratamento de chorume e do biogás, sendo um dos principais problemas de contaminação ambiental pelos lixões desativados. Em Águas Maravilhosas, este tipo de coleta é ausente, ou seja, a verificação *in loco* permitiu detectar que não existe nenhum tipo de equipamento para a queima do biogás e o tratamento do chorume.

A presença de pessoas nos lixões é outra grande preocupação, pois a contaminação acontece de formas direta e indireta, afetando gravemente a saúde dessas pessoas. Da mesma forma, os animais, alimentando-se dos detritos orgânicos contaminados, se tornam transmissores de doenças. O problema se agrava quando esses animais são utilizados na alimentação de pessoas (FRANÇA; RUARO, 2009, p. 2194). Neste caso, assim como em São Gonçalo, o lixão de Macaé também apresentava pessoas e animais e a própria moradora afirma ter se cortado com latas abertas e vidros quebrados, conforme apresentado acima. Em relação à distância de moradias, a ex-catadora relatou que muitas pessoas foram morar nas proximidades do lixão para sustento e alimentação após a instalação do mesmo. O lixão foi, portanto, um fator de aglomeração urbana.

Atualmente, Macaé deposita os seus resíduos sólidos urbanos em dois aterros sanitários e, segundo as autoridades do governo, em ambas não existem pessoas trabalhando como catadores. Porém, o município ainda não possui coleta seletiva e os trabalhadores do lixo podem estar espalhados pela cidade. A atuação de catadores na segregação do lixo para alimentação, seja nas ruas ou nos vazadouros, é o ponto mais problemático da relação do lixo com a população “invisível” e marginalizada da sociedade. Quanto ao tipo de cobertura, observou-se que o lixão de Macaé recebeu uma fina camada de terra, de menos de vinte centímetros, conforme descrito neste artigo. Essa cobertura não evita os problemas ambientais e de saúde gerados pela decomposição dos resíduos.

Apesar de Macaé ter avançado em números como crescimento econômico, oferta de empregos e *royalties*, parece que não foram dadas atenções às formas de destinação dos resíduos sólidos urbanos em décadas passadas, gerando problemas atuais de contaminação ambiental e exclusão social (HERCULANO; CORREA, 2010, p. 172). Entretanto, o problema de invasão das áreas de lixão não é único e exclusivo de Macaé, pois vêm sendo relatados diversos casos parecidos na mídia (o mais famoso é o caso do Morro do Bumba, em Niterói).

Por meio de conversa informal com a moradora, identificamos que o conhecimento adquirido por ela ao longo dos anos contribuiu para que tivéssemos uma melhor compreensão dos problemas, dificuldades e

do cotidiano dos catadores e da própria comunidade Águas Maravilhosas. Dificilmente sem os depoimentos dessa moradora poderíamos identificar alguns pontos abordados aqui. Asseguramos a privacidade, o sigilo e o anonimato dela, conforme preconizado pela resolução CNS 196/96, que garante a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou comunidades.

Em consideração às memórias da catadora, acreditamos na importância da narrativa que conta as mudanças ambientais ocorridas em uma região e, mais do que isso, o que foi vivido pela própria narradora. Ou seja, aqueles que sofrem as consequências de decisões das quais não participaram, que vão se adaptando, se adequando às mudanças e buscando sua sobrevivência à medida que o próprio ambiente procura sobreviver.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos compor um cenário sobre o principal lixão de Macaé, em funcionamento até 2000. Acreditamos que a compreensão sobre o histórico de uso dessa área contribui para o entendimento das consequências atuais relacionadas às possíveis contaminações químicas no solo e na água. Assim, as impressões e memórias de uma ex-catadora e moradora foram cruciais para esse entendimento. Entretanto, é necessário reforçar que esse ambiente carece de outros estudos, que possibilitarão o amplo entendimento da situação socioambiental de Águas Maravilhosas, como exemplo análises químicas de metano e contaminantes físico-químicos do líquido lixiviado, principalmente metais pesados (Cd, Pb, Cr, Hg, Ni e Zn). Não encontramos registros na literatura, nas universidades e centros de pesquisas locais sobre a realização deste tipo de análise no local de estudo. O cotidiano e as condições de trabalho relatados pela catadora do lixão de Macaé retratam exemplos de desigualdade na exposição a riscos e danos ambientais que perduram até o momento em diversos municípios do Brasil.

Esperamos que o resgate histórico da descaracterização de um ambiente, com relevâncias ambientais, históricas e sociais, relatado por uma pessoa que viu e vivenciou todas as etapas desta ausência de planejamentos e estudos técnicos, possa contribuir para futuras intervenções neste local.

O problema da destinação final dos resíduos sólidos na cidade de Macaé ainda é tema dos debates no plenário da Câmara dos Vereadores, como o ocorrido em novembro de 2012. Na ocasião, os vereadores discursaram sobre as dificuldades em controlar o descarte irregular do lixo nas ruas, a ausência de políticas públicas eficientes para solucionar o problema do lixo na cidade e a falta de investimentos em projetos sociais para geração de emprego e renda.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **The dialogic imagination: four essays** by M. M. Bakhtin. Editado por Michael Holquist. Traduzido por Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 410.

BRASIL. **Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, n. 147, p. 3, 03 de agosto de 2010.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNARD, Henry Russell. **Research methods in cultural anthropology**. Newbury Park: Sage Publications, 1988. 520 p.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (BR). A ética nas ciências humanas. **Cad. Ética Pesq.**, v. 1, n. 1, p. 34-46, jul. 2000.

CORRÊA, Gyselle Guimarães; MALHÃO, Thainá Alves; ASMUS, Carmen Ildes Rodrigues Fróes; COELI, Cláudia Medina. Perfil socioeconômico das populações expostas a resíduos da exploração de petróleo. **Revista Brasileira Epidemiol.**, v. 14, n. 3, p. 372-385, set. 2011.

FERREIRA, João Alberto; ANJOS, Luiz Antonio dos. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão de resíduos sólidos municipais. **Cad. Saúde Pública**, v. 17, n. 3, p. 689-696, maio-jun. 2001.

FERREIRA, Maria Aparecida Vieira Albano. **Injustiça ambiental associada à disposição final de resíduos sólido urbanos em Macaé/RJ**: do vazamento em Águas Maravilhosas ao aterro sanitário na BR-101. 60 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. 2011.

FRANÇA, Rosiléa Garcia; RUARO, Édina Cristina Rodrigues. Diagnóstico da disposição final dos resíduos sólidos urbanos na região da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), Santa Catarina. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, 2009.

FRANCE, Claudine. **Cinema e Antropologia**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estud. Av.**, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005. [on-line]

GIATTI, Leandro Luiz; NEVES, Natasha Lima Silva; SARAIVA, Giselle Nayara de Moraes; TOLEDO, Renata Ferraz de. Exposição à água contaminada: percepções e práticas em um bairro de Manaus, Brasil. **Rev. Panam. Salud Publica**, v. 28, n. 5, p. 337-343, 2010.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 8, n. 13, 2008.

GUARINI, Carmen. Memória social e imagem. **Cuad. Antropol. Soc.**, n. 15, p. 113, 2002. [on-line]

HALBWACHS, Maurice (1877-1945). **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 26.

HERCULANO, Selene; CORREA, Heitor. **Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas**: o caso de Macaé. Niterói: UFF, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LEAL, Giuliana Franco; COSTA, Rafael Nogueira. Sentidos da moradia e do lugar: estudo de caso de uma comunidade face à possibilidade de remoção. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Programa de Mestrado em Engenharia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), v. 6, p. 43, 2012.

LINS, Consuelo. **O documentário de Eduardo Coutinho**: televisão, cinema e vídeo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.

O DEBATE, Diário de Macaé. **Lixo hospitalar terá sistema de coleta seletiva em Macaé**. 22 de março de 1993a.

_____. **Coleta seletiva de lixo hospitalar deverá começar dia 7 em Macaé**. 02 de abril de 1993b.

ODIN, Roger. A questão do público: uma abordagem semiopragmática. Título original: “La question du public: approche sémio-pragmatique”, em **Réseaux**, n. 99, p 49-72, 2000. Tradução de Eric Roland René Heneault.

POSTALI, Fernando Slaibe; NISHIJIMA, Marislei. Distribuição das rendas do petróleo e indicadores de desenvolvimento municipal no Brasil nos anos 2000. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 463-485, 2011.

SEVÁ Filho, A. O. **O Estado do Rio de Janeiro, capital dos problemas ambientais e sociais da indústria petrolífera**: os casos do litoral Norte Fluminense e da Baía da Guanabara. FASE-RJ. Sindipetro Caxias, 2012. [*no prelo*]

SHIRAIWA, Shozo *et al.* Estudos geofísicos integrados no lixão de Cuiabá, MT, Brasil: resultados preliminares. **Rev. Bras. Geof.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 181-186, 2002. [*on-line*]

SILVA, Jorge Eduardo da *et al.* Aplicação de ensaios elétricos e eletromagnéticos em problema de poluição ambiental. **Rev. Bras. Geof.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 193-198, set.-dez. 2002. [*on-line*]

WERTSCH, James V. Text and dialogism in the study of collective memory. **Educ. Pesq.**, v. 36, n. esp., p. 123-132, 2010. [*on-line*].

